



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LÍVIA FRAGA CELESTINO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CACHOEIRA/BA:
PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DOS ESPAÇOS
CONCEBIDOS, PERCEBIDOS E VIVIDOS**

Salvador
2014

LÍVIA FRAGA CELESTINO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CACHOEIRA/BA:
PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DOS ESPAÇOS
CONCEBIDOS, PERCEBIDOS E VIVIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise do Espaço Geográfico Urbano-Regional

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner

Salvador
2014

C392 Celestino Livia, Fraga

A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos / Livia Fraga Celestino.- Salvador, 2014.

301 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Henrique Baumgartner.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Geografia urbana – Cachoeira (BA). 2. Patrimônio cultural – proteção. 3. Planejamento urbano. I. Baumgartner, Wendel Henrique. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911. 375(813.8)

*“[...] cada pedaço de chão, cada pedra fñcada, um
pedaço de mim [...]” (Ilê Aiyê - Heranças Bantos)*

Dedico este trabalho à Cachoeira, cidade apaixonante, e aos cachoeiranos por terem me possibilitado uma rica e inesquecível vivência cultural.

AGRADECIMENTOS

Realizar os agradecimentos por uma etapa concluída é sempre um momento cercado por muitas emoções. E é assim que me sinto agora ao relembrar as alegrias, as dificuldades enfrentadas e, principalmente, as pessoas que conviveram comigo e que muito me ajudaram em mais esta trajetória. Sem dúvida a conclusão desta pesquisa revela-se como uma experiência enriquecedora e um passo importante como geógrafa.

Como não agradecer a Deus por me possibilitar todos os dias o presente que é viver. Obrigada por me proporcionar momentos de grande felicidade e por me fortalecer perante as dificuldades em todas as caminhadas da vida.

À toda a minha família pela força e por depositar em mim tanta confiança. Obrigada pelas muitas palavras de estímulo e pela compreensão diante dos meus momentos de ausência. Agradeço especialmente a minha mãe, Nívia, por ter me ensinado valores tão nobres, por seu imenso amor, doçura, generosidade e dedicação à nossa família, por seu colo de mãe e pela certeza que posso contar contigo sempre. A meu pai, Jaime, por me ensinar que é preciso ser forte. Aos queridos Diego (irmão), Victoria (irmã) e Davi (sobrinho) por me ensinarem tanto e de diferentes maneiras a conduzir as relações em família.

Aos queridos e tão especiais amigos Danilo, Ereni, Dalila e Mayala pelas palavras de estímulo diário, pelos sorrisos, resenhas, por conviverem comigo nos momentos de alegrias e angústias e por me ensinarem que tudo na vida pode ser mais leve e mais simples. A vó Neuza, Tia Ana Maria, padrinho Altamirando e a D. Maria pela amizade e pelo imenso carinho.

Agradeço especialmente ao professor, Wendel Henrique, por sua orientação dedicada, pela amizade, pelas palavras de estímulo e por toda a confiança depositada em mim. Obrigada por acompanhar meus passos desde o início da graduação e por ter sido um grande estímulo para trilhar meu novo caminho na Geografia. Ter sido sua aluna e bolsista na graduação, orientanda no mestrado, sem dúvida, foi essencial à minha aprendizagem e ao processo de amadurecimento enquanto geógrafa.

Aos colegas do grupo de pesquisa CiTePlan especialmente aos queridos Rodrigo, Shanti, Elissandro, Mayara, Jorge, Rainer e Rener por participarem deste importante espaço de discussão, pela troca de conhecimento e experiências e pelo estímulo a conclusão da pesquisa.

A Universidade Federal da Bahia e aos professores da Pós Graduação em Geografia por terem possibilitado conhecimentos fundamentais a minha formação. Ao CNPQ pela concessão da bolsa de pesquisa extremamente importante ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica.

Aos professores Márcia Sant'Anna e Antônio Heliodório Sampaio por gentilmente aceitarem participar da banca. Muito obrigada pela atenção nas correções do trabalho, pela colaboração e sugestões importantes ao esclarecimento da pesquisa.

Aos colegas da Universidade Mariana, Geny, Lorena, Willian, Israel, Paula por terem sido parceiros e por terem compartilhado comigo questões, dúvidas, aflições e troca de experiências. Ao colega Fran pelo auxílio na confecção dos mapas e ao professor Chema Rodríguez pela correção atenta do resumo em espanhol.

A Cachoeira por instantaneamente ter despertado o interesse pela pesquisa diante do seu grandioso e encantador patrimônio cultural. Obrigada por ter me possibilitado uma rica experiência acadêmica e de vida, pelo aprendizado que muito contribui para a minha formação enquanto geógrafa e enquanto indivíduo. Sem dúvida que todos os momentos vividos em Cachoeira, desde a graduação, estarão guardados em minha memória.

Obrigada aos queridos cachoeiranos (por serem tantos prefiro não citar nomes para não correr o risco de esquecer) que tão gentilmente me receberam em sua cidade e muito contribuíram com a minha pesquisa através das entrevistas e das conversas informais que ajudaram na concretização da pesquisa. Agradeço especialmente a Milene Mabel e a todos do Hostel Mangabeira que me acolheram e muito auxiliaram nos meses de campo em Cachoeira.

Muito obrigada a todos que direta e indiretamente contribuíram para a concretização desta pesquisa.

CELESTINO, Livia Fraga. A produção do espaço urbano em Cachoeira/Ba: patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos. Dissertação (mestrado em Geografia) – UFBA: Salvador, 2014.

RESUMO

As discussões sobre as ações de preservação do patrimônio cultural nos espaços urbanos constituem-se em um profícuo campo de investigação de pesquisa pelos desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos, pelas dinâmicas, articulações e conflitos entre os agentes produtores do espaço. Esta pesquisa busca compreender o processo de produção do espaço contemporâneo a partir do patrimônio cultural na cidade de Cachoeira-Ba. Será analisado como o espaço urbano cachoeirano é produzido no contexto das ações que envolvem o campo patrimonial com enfoque para a relação entre o espaço concebido, percebido e vivido. Nessa perspectiva serão enfatizadas as intervenções urbanas ligadas a preservação do patrimônio cultural com destaque para o tombamento da cidade histórica, realizado pelo IPHAN em 1971; a aplicação das normas de preservação; os objetivos, ações e o desenvolvimento das atuais políticas de preservação patrimonial, bem como o planejamento urbano através do Plano Diretor. Além da investigação de como o espaço de Cachoeira é concebido principalmente pelo Estado e órgãos de preservação patrimonial a pesquisa ainda propõe-se analisar como este patrimônio cultural é percebido e vivido pelos cachoeiranos destacando as compreensões, vivências e os usos do patrimônio cultural. Para elucidar os objetivos da pesquisa este trabalho está fundamentado em um referencial teórico atrelado ao estudo de documentos, análise de programas, planos e projetos relacionados ao patrimônio cultural de Cachoeira, acervo jornalístico local e entrevistas com gestores públicos e técnicos ligados aos órgãos de preservação patrimonial, além da pesquisa de campo baseada em entrevistas qualitativas com moradores, uso de enquete e o desenvolvimento de um grupo focal. A análise sobre a produção do espaço em Cachoeira revela que as ações de patrimonialização promovido pelo espaço concebido almeja a normatização do espaço patrimonial e busca principalmente inserir a cidade histórica nos circuitos turístico via patrimônio, contudo a análise ainda revela outras interfaces, articulações e conflitos entre os espaços percebidos e espaços vividos.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; patrimônio cultural; Cachoeira-Ba.

CELESTINO, Livia Fraga. La producción del espacio urbano en Cachoeira/Ba: patrimonio cultural en el contexto de los espacios concebidos, percibidos y vividos. Disertación (maestría en Geografía) - UFBA, Salvador, 2014.

RESUMEN

Las discusiones sobre las acciones de preservación del patrimonio cultural en los espacios urbanos constituyen un campo proficuo de investigación por sus aspectos sociales, culturales, políticos y económicos, por las dinámicas, articulaciones y conflictos entre los agentes productores del espacio. Esta pesquisa pretende comprender el proceso de producción del espacio contemporáneo a partir del patrimonio cultural en la ciudad de Cachoeira-Ba. Se analizará cómo se produce espacio urbano cachoeirano en el contexto de las acciones que incluyen el campo patrimonial dirigido a la relación entre el espacio concebido, percibido y vivido. Desde esa perspectiva se enfatizarán las intervenciones urbanas ligadas a la preservación del patrimonio cultural, en especial a la protección de la ciudad histórica que llevó a cabo el IPHAN en 1971; la aplicación de las normas de preservación; los objetivos, acciones y el desarrollo de las actuales políticas de preservación patrimonial, así como la planificación urbana a través del Plan Director. Además de la investigación de cómo se concibe el espacio de Cachoeira, principalmente por el Estado y por los órganos de preservación patrimonial, la investigación también se propone analizar cómo los cachoeiranos perciben y viven este patrimonio cultural al destacar la comprensión, las vivencias y los usos de dicho patrimonio. Para elucidar los objetivos de la pesquisa, este trabajo está fundamentado en un referente teórico vinculado al estudio de documentos, en el análisis de programas, planes y proyectos relacionados con el patrimonio cultural de Cachoeira, en el acervo periodístico local y en entrevistas con gestores públicos y técnicos ligados a los órganos de preservación patrimonial, además de la investigación de campo basada en entrevistas cualitativas con habitantes, el uso de la encuesta y el desarrollo de un grupo focal. El análisis sobre la producción del espacio en Cachoeira revela que las acciones de patrimonialización promovidas por el espacio concebido pretenden normalizar el espacio patrimonial y buscan principalmente inserir la ciudad histórica en los circuitos turísticos por medio del patrimonio; sin embargo, el análisis aun revela otras interfaces, articulaciones y conflictos entre los espacios percibidos y los vividos.

Palabras claves: producción del espacio urbano; patrimonio cultural; Cachoeira-Ba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Cachoeira	19
Figura 2: Delimitação da área de estudo	45
Figura 3: Mapa das ações de patrimonialização no Brasil	73
Figura 4: Representação de Cachoeira (sem data)	95
Figura 5: Navegação a vapor sob o Rio Paraguaçu	95
Figura 6: Patrimonialização no Recôncavo	108
Figura 7: Proposta de delimitação de zonas de preservação do INCEU	119
Figura 8: Cartaz de aluguel de casa	120
Figura 9: Casa nº13 correspondente ao anúncio do cartaz	120
Figura 10: Vista da cidade a partir do Morumbi	121
Figura 11: Ocupação no Caquende	121
Figura 12: Visão panorâmica da cidade de Cachoeira (à esquerda) e São Félix	123
Figura 13: Instrução normativa proposta pelo INCEU para engenhos publicitários na área comercial da cidade	128
Figura 14: Instrução normativa proposta pelo INCEU para bens imóveis	129
Figura 15: Imóvel embargado pelo IPHAN	130
Figura 16: Edificação embargada no centro da cidade	130
Figura 17: Edificações em estado de pré arruinação ou em ruínas no centro da cidade	142
Figura 18: Diferentes momentos da Festa da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira	149
Figura 19: Encarte publicitário sobre o turismo étnico em Cachoeira	151
Figura 20: Encartes publicitários de eventos culturais em Cachoeira	153
Figura 21: Visitantes e turistas em Cachoeira	156
Figura 22: Imóveis públicos reformados pelo Programa Monumenta em Cachoeira	160
Figura 23: Imóveis privados contemplados pelo Programa Monumenta em Cachoeira	161
Figura 24: Imóveis arruinados à venda no centro de Cachoeira	165
Figura 25: Prédio do Cine Teatro Cachoeirano antes e após a reforma pelo Programa Monumenta	168
Figura 26: Edificações sem uso definitivo (Estação Ferroviária e imóvel do IPHAN na Ladeira da Cadeia)	173
Figura 27: Instalações da UFRB durante (2008) e após a reforma do Quarteirão Leite e Alves	176
Figura 28: Patrimonialização em Cachoeira	181

Figura 29: Proposta de zoneamento do espaço urbano de Cachoeira	184
Figura 30: Propostas de intervenção na Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho	187
Figura 31: Proposta de intervenção para orla fluvial	189
Figura 32: Proposta de intervenção em Belém	190
Figura 33: Paisagens do Rio Paraguaçu	191
Figura 34: Folder turístico de Cachoeira com destaque para o patrimônio cultural	193
Figura 35: Proposta de “revitalização da Rua 25 de Junho”	198
Figura 36: Rua 25 de Junho atualmente	198
Figura 37: Enquete desperta curiosidade de estudantes	212
Figura 38: Moradores participam da enquete	212
Figura 39: Presente para Yemanjá na orla do Rio Paraguaçu	213
Figura 40: Roda de capoeira no centro da cidade	213
Figura 41: Descumprimento das normativas na área comercial de Cachoeira	251
Figura 42: Ausência de ordenamento do uso do solo em Cachoeira	252
Figura 43: Descumprimento das normativas na área residencial de Cachoeira	256
Figura 44: Diferentes usos do espaço em Cachoeira na Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho	259
Figura 45: Espacialização das Quadras A e B	262
Figura 46: Mapa de usos em Cachoeira	263
Figura 47: Realização do grupo focal	264
Figura 48: Fachadas das Quadras A e B (respectivamente)	265
Figura 49: Usos do espaço Rua 25 de Junho e orla fluvial (respectivamente)	267

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quantitativo de bens tombados por Estado (1938 a 2009)	71
Quadro 2: Listagem de bens tombados e registrados em Cachoeira	110
Quadro 3: Notas técnicas IPHAN-BA	127
Quadro 4: Programa Monumenta: ações realizadas em bens públicos e imóveis privados em Cachoeira	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de bens tombados, pelo IPHAN e IPAC, entre as cidades da Bahia	107
Gráfico 2: Quais os patrimônios mais importantes da cidade de Cachoeira	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAHIATURSA Empresa de Turismo da Bahia S/A
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento
CAHL Centro de Artes, Humanidades e Letras
CEAB Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
CNRC Centro Nacional de Referência Cultural
DEPAM Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
FHC Fernando Henrique Cardoso
FLICA Festa Literária Internacional de Cacheira
FUNCEB Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNPATRI Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
GRAU Grupo de Renovação Arquitetônica e Urbanística
IAENE Instituto Adventista de Ensino do Nordeste
INCEU Inventário Nacional de Configurações de Espaços Urbanos
IPAC Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC Ministério da Educação e Cultura
MINC Ministério da Cultura
PAC Cidades Históricas Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PDITS Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDU Plano Diretor Urbano
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB Produto Interno Bruto
PMC Prefeitura Municipal de Cachoeira
PCH Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PRODETUR/NE Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PTR Plano de Turismo do Recôncavo
SECULT Secretaria de Cultura da Bahia
SEPLAN Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UCG Unidade Central de Gerenciamento
UEP Unidade Executora do Projeto
UFBA universidade Federal da Bahia
UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS	25
1.1 A CIDADE HISTÓRICA E A GEOGRAFIA	25
1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA PERSPECTIVA TRIALÉTICA	30
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2. PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	54
2.1 APRESENTANDO O CONCEITO CHAVE: PATRIMÔNIO CULTURAL	54
2.2 CONTEXTUALIZANDO O PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	57
2.3 AS AÇÕES DE PATRIMONIALIZAÇÃO NO BRASIL	66
2.4 AS NOVAS LÓGICAS NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: INTERVENÇÕES NOS ESPAÇOS URBANOS	82
3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CACHOEIRA NO CONTEXTO DOS ESPAÇOS CONCEBIDOS, PERCEBIDOS E VIVIDOS	91
3.1 ESPAÇO URBANO DE CACHOEIRA: PROSPERIDADE, ESTAGNAÇÃO E AS NOVAS POSSIBILIDADES	91
3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE TOMBAMENTOS E NORMATIZAÇÕES	107
3.2.1 As primeiras ações de preservação patrimonial: tombamentos individuais e do espaço urbano	107
3.2.2 Planejamento urbano em cidades históricas	119
3.2.3 As normativas da cidade tombada	126
3.2.4 Articulação entre os órgãos de preservação e Prefeitura Municipal de Cachoeira (PMC)	131

3.3 PATRIMÔNIO CULTURAL: OS PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS	145
3.3.1 O Programa Monumenta e o atual PAC das Cidades Históricas	157
3.4 O PLANEJAMENTO URBANO ATRELADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CACHOEIRA	182
3.4.1 O entrelaçamento entre patrimônio cultural e o turismo	191
3.5 COMPREENSÕES E VIVÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL	200
3.5.1 Compreensões e vivências da cidade histórica	200
3.5.2 Compreensões e vivências do patrimônio cultural em Cachoeira	215
3.5.3 Articulações e conflitos no espaço vivido: entre normatizações e usos do espaço	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS	269
REFERÊNCIAS	278
ANEXOS	
ANEXO A – Roteiro de entrevistas realizadas em campo	285
ANEXO B – Decreto de tombamento de Cachoeira-BA	289
ANEXO C – Espaço urbano de Cachoeira e listagem de seus principais monumentos	291
ANEXO D – Notificação expedida pelo IPHAN ao proprietário de imóvel em Cachoeira	292
ANEXO E – Folder do circuito de visitação turística proposto pela Prefeitura Municipal de Cachoeira	293
ANEXO F – Informação técnica do IPHAN sobre o Plano Diretor de Cachoeira	294

INTRODUÇÃO

A temática trazida nessa dissertação relaciona-se à produção do espaço na cidade de Cachoeira, na Bahia, cujo foco central recai sob o patrimônio cultural. A dissertação foi desenvolvida em 3 capítulos, apresentados a seguir. Nesta introdução há uma breve passagem sobre o processo de construção da pesquisa, apresentação do objeto empírico e os objetivos da pesquisa com intuito de introduzir a temática ao leitor. No primeiro capítulo é traçado conjuntamente o embasamento teórico sobre a produção do espaço urbano e a construção dos procedimentos metodológicos aplicados durante cada etapa de elaboração da pesquisa. O segundo capítulo traz a discussão do patrimônio cultural e sobre as políticas de patrimonialização e suas intervenções no contexto do espaço urbano.

No terceiro capítulo nos aproximaremos do nosso estudo empírico traçando um panorama geral sobre a produção do espaço da cidade histórica de Cachoeira, trazendo à tona as questões relacionadas ao seu patrimônio cultural. Neste capítulo ainda serão abordados as questões referentes a produção do espaço em Cachoeira com enfoque para as normatizações e os programas de preservação do patrimônio cultural local dando ênfase as articulações entre o espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências.

O patrimônio cultural passou a ocupar um papel relevante nas discussões que rondam as cidades em todo o mundo, especialmente nas cidades mais antigas. O estudo sobre o patrimônio cultural é importante e apresenta inúmeras possibilidades relacionada a pluralidade de definições, seja por ser foco de estudo de vários campos da ciência, seja por conta da sua aplicação prática mediante intervenções sobre os bens culturais e cidades tombadas¹, ou mesmo pelas normatizações e regras de uso que o “título de patrimônio” implica.

Apesar da temática recair no debate sobre a cultura, afinal todo patrimônio é cultural, destacamos que a abordagem que trataremos aqui não terá como embasamento central a cultura nem estará pautado a partir das contribuições da Geografia Cultural. Discutiremos a temática do patrimônio cultural dentro do espaço urbano cujas contribuições encontramos na Geografia Urbana.

¹ O tombamento é um ato administrativo por meio do qual os bens móveis e imóveis selecionados são inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A temática sobre o patrimônio cultural, principalmente quando se busca compreendê-lo dentro de um espaço urbano, como no caso nas cidades históricas², exige um esforço ainda maior diante das possíveis abordagens que poderão ser levantadas e sob os múltiplos interesses gerados entre os diferentes agentes sociais produtores do espaço. Neste trabalho, a abordagem sob o patrimônio cultural terá um enfoque geográfico, mas dialogando também com outros campos do conhecimento. A pesquisa tem como intuito o diálogo entre os diversos agentes envolvidos com a temática do patrimônio cultural, e dessa forma, optamos por trazer para a discussão o modo como este patrimônio cultural é concebido, percebido e vivido no contexto da produção do espaço da cidade histórica de Cachoeira.

Antes de iniciarmos as questões relacionadas à temática em si, optamos em anunciar brevemente o processo de construção desta pesquisa e sobre os primeiros passos da pesquisadora, pois entendemos que a prática da pesquisa é construída pouco a pouco em um intenso processo de idas e vindas. Os estudos sobre o patrimônio cultural pela pesquisadora começaram ainda na graduação, a partir de trabalhos e pesquisas desenvolvidas ao longo das disciplinas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2008, iniciava o interesse pela temática, a partir de um campo para a cidade de Cachoeira como parte integrante da disciplina acadêmica Geografia Humana IV (Geografia Urbana) cujo campo de pesquisa relevou a estreita relação entre o patrimônio e a Geografia.

O campo patrimonial passou a ocupar um papel importante nas discussões das muitas áreas do conhecimento científico nas últimas décadas, destacando-se para além da sua importância como registro das memórias. Desafiador por sua natureza subjetiva, o estudo sobre o patrimônio cultural sempre foi foco de atenção da Arquitetura, do Urbanismo, da História, da Sociologia, da Museologia e da Antropologia. Assim, apesar da notoriedade de tal estudo, as pesquisas que envolvem o patrimônio tornou-se temática mais habitual em outras áreas do conhecimento do que na Geografia, onde não se constitui em uma temática muito comum na ciência geográfica. O que se coloca como um desafio inicial a esta pesquisa, mas não menos estimulante.

² A utilização do termo “cidade histórica” habitualmente é usada na literatura desta temática para denominar as cidades que possuem patrimônios ou quando são cidades muito antigas. Consideramos que toda cidade seja histórica, independentemente do tempo de história que ela carregue. Afirmar que uma cidade é histórica não significa dizer que as outras sejam desprovidas de história, ao contrário, uma cidade com 400 anos ou criada em apenas 20 anos é histórica da mesma maneira. A utilização desta terminologia, independente do problema conceitual, será utilizado aqui, pois a expressão “cidade histórica” já está consagrada no âmbito das discussões de cidades que possuem patrimônios protegidos por políticas específicas.

O campo do patrimônio tornou-se para a pesquisadora encantador e misterioso por conter em si inúmeras possibilidades de revelações sobre o espaço. As inquietações sobre a temática cresceram ao longo do tempo, fato que levou a pesquisadora a buscar um grupo de pesquisa. A entrada no grupo de pesquisa Citeplan³ foi importante enquanto espaço de diálogo e de crescimento acadêmico, favorecendo a busca por uma base teórica sólida que auxiliasse no aprofundamento da pesquisa. O resultado deste aprofundamento culminou na elaboração da pesquisa monográfica de graduação em Geografia sobre a temática patrimonial compondo na verdade os primeiros passos da vida acadêmica. Nas conversas informais e nas entrevistas com os cachoeiranos apareceram novas questões sobre os seus diferentes pontos de vista sobre o tombamento da cidade pelo IPHAN⁴ (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), as suas vantagens, limitações e dilemas do tombamento por conta das normatizações, uso dos bens culturais tombados e registrados enquanto patrimônios oficiais, a atuação dos órgãos de preservação patrimonial. Essas questões nos levaram a perceber que a escolha pelo estudo sobre o patrimônio cultural, tendo a cidade de Cachoeira como objeto empírico, oferecia um rico arsenal a ser pesquisado, pois afinal vinha se revelando um campo permeado por conflitos e contradições.

Por conta destas inquietações surgiram às primeiras questões de pesquisa que culminariam com a elaboração da pesquisa de mestrado:

- ✓ Quais as principais transformações na cidade de Cachoeira decorrentes das ações de preservação patrimonial?
- ✓ De que modo o patrimônio cultural é concebido, percebido e vivido em Cachoeira?
- ✓ Quais as articulações e conflitos entre os espaços concebidos, percebidos e vividos?

³ O Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Planejamento (Citeplan) é liderado pelo Prof^o Dr. Wendel Henrique Baumgartner no Instituto de Geociências do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

⁴ O IPHAN foi criado em 1937, no Estado Novo, e ao longo dos mais de 70 anos de sua criação, o atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) assumiu outras denominações, entre elas SPHAN e DPHAN. Diante disso optamos neste trabalho pelo uso da atual sigla IPHAN independentemente do período a que se refere.

Diante dessas inquietações e dúvidas, que insistiam em permanecer, optamos por continuar com o estudo da temática acerca do patrimônio cultural com objetivo de aprofundar o arcabouço teórico-metodológico exigido em uma pesquisa científica. Sendo a Geografia uma ciência que tem como foco o espaço, optamos por trilhar um caminho em que a análise espacial, a partir do contexto patrimonial, fosse a base da nossa pesquisa. Desta maneira, encontramos a possibilidade de pesquisar a temática do patrimônio cultural a partir da Geografia.

A análise geográfica para este campo de estudo poderá contribuir para o entendimento acerca do contexto do patrimônio cultural na produção do espaço. No âmbito do curso de Geografia da UFBA, alguns trabalhos estão sendo produzidos sobre a temática do patrimônio, e nesse caso a aproximação do grupo de pesquisa Citeplan, que tem uma trajetória de estudo referente à produção do espaço urbano dentro da Geografia, contribuiu sobremaneira para o esclarecimento teórico, na elaboração das questões de pesquisa a serem trabalhadas, na indicação de caminhos e nas sugestões para o desenvolvimento profícuo da pesquisa a partir de um direcionamento geográfico. Inclusive outras pesquisas envolvendo a cidade de Cachoeira foram desenvolvidas por membros do grupo como o estudo das dinâmicas na escala intraurbana a partir da instalação da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia).

A partir das leituras teóricas e do conhecimento acumulado a partir dos campos feitos em Cachoeira, no período da monografia, percebemos que as contribuições a partir da teoria da produção do espaço urbano poderiam oferecer subsídios esclarecedores para as questões sobre o estudo do patrimonial cultural na cidade de Cachoeira. Nota-se que a perspectiva patrimonial na Geografia vem sendo trabalhada principalmente na relação do patrimônio cultural com as atividades turísticas. Acreditamos que o desenvolvimento desta pesquisa seja relevante uma vez que abre mais uma possibilidade de estudo dentro da ciência geográfica para além das temáticas clássicas.

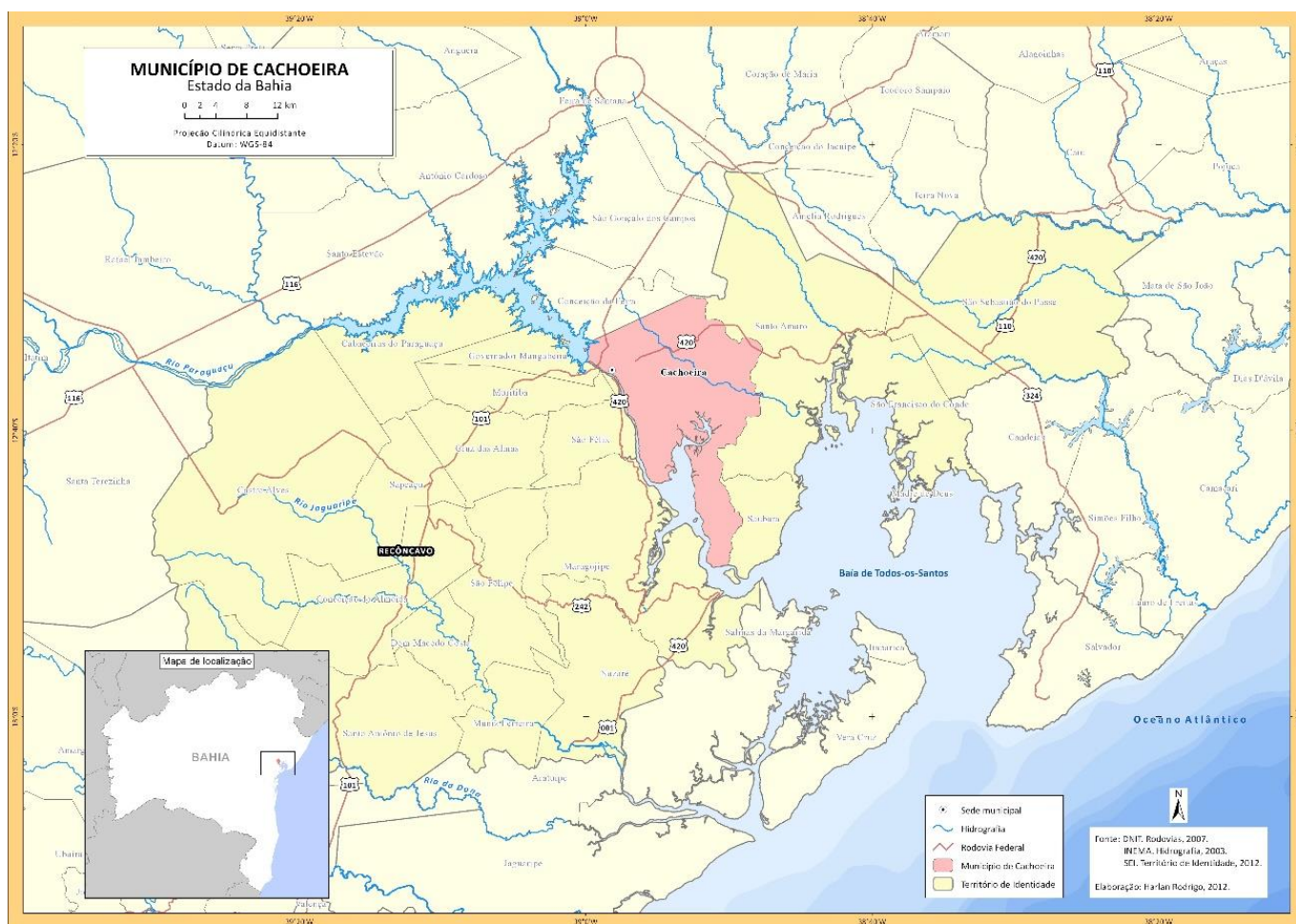
A cidade de Cachoeira, localizado no Recôncavo Baiano, (Figura 1) foi escolhida para as análises feitas nessa dissertação. A escolha por este recorte espacial se deu, sobretudo pela monumental riqueza do seu patrimônio cultural que gera uma espécie de fascínio instantâneo que faz com que muitos visitantes e pesquisadores, aqui me incluo, mesmo sem possuir laços sanguíneos, nos sentimos presos ao lugar.

Cachoeira se destaca no cenário nacional por ser uma cidade tombada pelo IPHAN, em 1971, devido ao seu conjunto arquitetônico e paisagístico. Deste modo, Cachoeira é concebida, principalmente pelos meios de comunicação e empresas de

turismo, como um espaço que “respira história em cada esquina” devido a sua cultura e a densidade de patrimônios reconhecidos.

O espaço urbano de Cachoeira é rico como objeto empírico de estudo, não somente por seus aspectos estéticos materializados em sua arquitetura, ou mesmo pela diversidade de suas manifestações culturais, mas sim por esta intrínseca relação que se faz presente nas dimensões política, cultural, econômica e social. E são estas dimensões que contribuem para a criação de várias possibilidades de estudo, por isso há um grande leque de pesquisas desenvolvidas, tanto no Brasil quanto no exterior, sobre a cidade de Cachoeira. Nestas pesquisas o patrimônio cultural aparece como elemento importante fruto do longo processo histórico materializado em sua paisagem urbana.

Figura 1: Mapa de localização do município de Cachoeira



Fonte: DNIT, 2007. INEMA, 2003. SEI, 2012.

Elaboração: Harlan Rodrigo, 2012.

Feitas estas considerações iniciais torna-se importante a partir de então contextualizar minimamente a temática dentro do recorte espacial de pesquisa trazendo ao conhecimento do leitor o contexto do patrimônio cultural dentro da abordagem da produção do espaço.

As cidades podem ser analisadas segundo múltiplas dimensões que se interpenetram. Estas são ao mesmo tempo ambiente de disputas, lutas de classes e de simbolismos complexos e espaço da criação coletiva e sobretudo de vida dos homens, reafirmando assim a complexidade de tal espaço. Mas não será de qualquer espaço urbano que trataremos aqui, mas sim, nos propomos compreender a realidade urbana de um espaço carregado de longa história, um espaço onde a materialidade dos tempos passados se faz muito presente.

A cidade Cachoeira é possuidora de histórias que atravessam séculos e nos dá a oportunidade de compreender o processo de constituição do Recôncavo, da Bahia e do Brasil. A antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário agregou valores importantes, perante as outras cidades do país, principalmente no que se refere ao seu destaque na economia e na política. Devido ao solo massapê que lhe rendia produtos agrícolas de boa qualidade e, principalmente, por sua localização geográfica, às margens do Rio Paraguaçu, possibilitou o desenvolvimento do transporte fluviomarítimo gerando riquezas acumuladas ao longo dos séculos.

Aos poucos, o espaço de Cachoeira foi sendo produzido pelos diferentes agentes que compunha aquele espaço, com destaque para a Igreja Católica, os comerciantes, os senhores de engenho e os escravos. Com o passar do tempo, a partir do desenvolvimento de outras localidades, mais atreladas a inovações tecnológicas, em meados do século XX, Cachoeira foi perdendo importância na rede urbana do Recôncavo, fato que contribuiu para o esvaziamento populacional e para o quadro de estagnação econômica.

Foi por conta dos “pedaços da história”, materializados em seu espaço urbano, que Cachoeira foi reconhecida enquanto “Monumento Nacional” pelo IPHAN, sendo tombada na década de 1970 por seu “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico”, entrando assim, no rol das cidades que são consideradas patrimônio nacional. Este reconhecimento favoreceu a concentração de investimentos públicos relacionados a valorização deste espaço rico em cultura pertencente tanto ao branco colonizador quanto ao índio e ao negro escravo e que se faz presente até hoje tantos em suas formas construídas (igrejas,

monumentos e sobrados) quanto as suas práticas cotidianas (culinária, religiosidade e musicalidade).

Devido a sua condição de cidade integralmente tombada e com bens culturais patrimonializados o espaço urbano de Cachoeira possui normatizações instituídas principalmente por órgãos de preservação (federal, estadual) com intuito de resguardar características baseadas em valores históricos e arquitetônicos. As políticas de patrimonialização são responsáveis por selecionar bens culturais tornados patrimônios e criar normas específicas sobre o uso dos bens culturais.

Sendo considerada uma cidade patrimonial muitos investimentos a nível de governo federal passaram a ser lançados em Cachoeira com intuito de recuperar e valorizar, principalmente, as suas formas arquitetônicas. Nesse âmbito estão os programas e projetos diretamente vinculados a valorização e recuperação do seu patrimônio. Os programas de grande repercussão em Cachoeira foram o PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas), o Programa Monumenta e o atual PAC das Cidades Históricas (Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas). Os antigos e os mais atuais programas buscam valorizar e recuperar o patrimônio da cidade associando o desenvolvimento econômico da cidade por meio do estímulo as atividades turísticas.

O espaço urbano (concebido) passa a ser marcado por normatizações, programas e projetos relacionados ao patrimônio cultural podem (ou não) transformar os usos do espaço estabelecidos no cotidiano a partir das práticas sociais (vivido). No decorrer do trabalho faremos aproximações com a abordagem proposta por Henri Lefebvre sobre os espaços concebidos e seus correspondentes dialéticos dos espaços vividos e percebidos. Assim, nossas discussões serão baseadas na articulação desse espaço concebido, através dos projetos e programas de valorização do patrimônio, com as formas de uso desse espaço no chamado espaço vivido e as representações de patrimônio pelo espaço percebido.

Para compreendermos a produção do espaço precisamos de uma base teórica e metodológica que dê conta das relações entre a teoria e a empiria e, nesse sentido, tomamos como base os ensinamentos lefebvrianos sobre o espaço, composto pela tríade: espaços concebidos (representações do espaço), espaços percebidos (espaços de representação) e espaços vividos (práticas espaciais). Cabe destacar que não é um conjunto de três espaços distintos, mas sim, a coexistência desses três planos em um único

espaço. É a partir do confronto destes espaços extrairemos o entendimento sobre a produção do espaço em Cachoeira.

O espaço concebido se revela como representações do espaço, vinculadas as normas e a ordem imposta pelas relações de produção, podendo ser traduzido como as concepções hegemônicas do Estado, dos técnicos, dos planejadores, ou seja, daqueles que pensam e tentam normatizar, organizar e regulamentar os espaços. Entre os indicadores para o estudo de como o espaço de Cachoeira vem sendo concebido optamos pela análise das normatizações do espaço tombado, dos programas e projetos ligados a valorização do patrimônio cultural no que tange seus objetivos e ações além dos objetivos traçados mediante a análise do Plano Diretor Municipal de Cachoeira.

Mas não podemos entender o espaço somente a partir das ações destes agentes. O espaço também é vivido por meio das práticas sociais, estabelecidas no cotidiano da cidade, e que são importantes para o estudo da produção do espaço, pois afinal os moradores e usuários são agentes produtores do espaço. Entre os indicadores para compreender o espaço vivido está o uso do espaço traduzidas pelas práticas sociais do cotidiano. Deste modo compreender de que maneira estas práticas sociais se relacionam ou colidem com as intencionalidades e ações do espaço concebido tornam-se objeto de nossa análise.

Para completar a tríade, temos o espaço percebido, que pode ser entendido pelos espaços de representação compreendido como um espaço de mediação entre o espaço concebido e o espaço vivido. Entre os indicadores para compreendermos o espaço percebido optamos pela realização de grupos focais e estudo sobre os jornais da cidade.

Entender como se dá a produção do espaço através desta tríade pode, além de revelar quais são os agentes que produzem o espaço de Cachoeira, apontar as contradições e disputas entre os mesmos. Dentro desse arcabouço conceitual, o primeiro caminho percorrido foi dos espaços concebidos seguido pelo espaço percebido e espaço vivido. Iniciar a pesquisa pela análise dos indicadores do espaço concebido não exclui, de modo algum, a análise sobre os espaços vividos e percebidos, pois através deles elucidaremos questões pertinentes aos usos deste mesmo espaço evidenciando também os possíveis conflitos e dilemas.

Estas normatizações impactam no espaço vivido principalmente no que se refere aos usos do espaço em uma cidade tombada. Entre os muitos dilemas e conflitos entre aqueles que normatizam o espaço e aqueles que vivenciam cotidianamente em uma cidade histórica estão: a pouca participação popular na iniciativa para o tombamento da cidade;

o distanciamento entre órgãos de preservação e a população local; a falta de esclarecimentos sobre normas e leis sobre o patrimônio da cidade; a pouca discussão sobre patrimônio; atitudes que apontam para uma ausência de uma “consciência preservacionista” por parte dos moradores e gestores; discursos que colocam como antagônicos o tombamento e o desenvolvimento urbano; a pouca articulação entre os órgãos de preservação e o Poder Público local; ausência do Poder Público no planejamento urbano e no conhecimento e zelo para com o patrimônio da cidade.

O espaço concebido propõe através destes programas de cunho preservacionista desenvolvidos principalmente pela iniciativa estatal estimular as atividades turísticas das cidades históricas com objetivo de reverter o quadro de estagnação econômica. Assim, o patrimônio cultural além de fazer referência a memória coletiva ganha, através destas ações, uma forte importância econômica. As ações em curso denunciam a intencionalidade de criação de um “espaço turístico” via ações de preservação patrimonial. Estas intencionalidades são traduzidas por meio dos objetivos dos programas de preservação patrimonial e pelo Plano Diretor Municipal.

Neste tópico, novas questões aparecem com força no espaço vivido tais como: a cultura e o patrimônio enquanto redutores, via turistificação, de uma cidade estagnada; os diferentes usos do espaço através das práticas sociais; as modificações no espaço urbano e na vida das pessoas a partir destas ações; o distanciamento entre políticas de preservação e demais políticas urbanas; a supremacia (ou não) das lógicas comandadas pelos espaços concebido sobre o vivido; a ocorrência de apropriações inesperadas e insurgências no “espaço turístico”. O patrimônio cultural entra no rol das discussões no que se refere aos desafios impostos ao planejamento e gestão das cidades históricas, em especial, entre as ideias e ações que são propostas por uma ordem distante (espaço concebido), e entre os usos e apreensões do espaço definidos pela ordem próxima (espaço vivido).

Entendemos que o tema aqui pesquisado adquire importância em ser executada. A primeira acadêmica quando por meio da pesquisa científica a universidade participa nos estudos sobre como as cidades são pensadas, planejadas e criadas, apontando os agentes que produzem os espaços, suas intencionalidades e as ações criadas por meio de suas ações. Os estudos acadêmicos têm sua importância ressaltada quando por meio da pesquisa revelam problemas que se apresentam por vezes de maneira óbvia, outras vezes camufladas, mas que estão presentes no cotidiano, ocupando assim um espaço também de responsabilidade em apontar e revelar questões sociais. A segunda importância é

social, pois o tema discute questões que diz respeito a um espaço empírico e que poderá, mediante sua leitura crítica, auxiliar na compreensão das ações sobre o patrimônio cultural no espaço urbano de Cachoeira.

Esperamos que mediante a conclusão desta pesquisa a mesma possa contribuir de alguma forma para o esclarecimento de questões referentes a temática da produção do espaço em cidades históricas. Os resultados extraídos da pesquisa constituem-se em um banco de informações e dados qualitativos que poderão embasar futuros processos de planejamento e gestão destes espaços. Desejamos que o trabalho possa elucidar algumas das questões relacionadas as políticas públicas de preservação patrimonial desde suas ações até a sua repercussão nos espaços vividos. Almeja-se também que de alguma maneira estimule novos estudos que possam dar conta da complexidade e desafios que envolve a temática do patrimônio cultural.

OBJETIVO GERAL:

Compreender o processo de produção do espaço na cidade de Cachoeira no contexto do patrimônio cultural a partir dos espaços concebidos, percebidos e vividos.

Objetivos específicos:

- ✓ Identificar quais as normatizações sobre o patrimônio cultural na cidade de Cachoeira analisando seus objetivos e sua aplicabilidade prática.
- ✓ Analisar onde, como e de que modo são lançados os programas, planos e projetos relacionadas ao patrimônio cultural no espaço estudado.
- ✓ Apontar os dilemas, conflitos e dificuldades na gestão do espaço patrimonial atrelado as questões urbanas.

1. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

1.1 A CIDADE HISTÓRICA E A GEOGRAFIA

A cidade enquanto construção coletiva se realiza de modo processual. Este espaço pode ser pensado a partir de múltiplas perspectivas de análise, pois é ao mesmo tempo espaço de lutas de classes, lócus da produção e da reprodução da força de trabalho, espaço das desigualdades sociais e econômicas, produto simbólico e cultural, lugar de afastamento e de encontro. O espaço urbano é onde o desenrolar da vida acontece, local onde as implicações de diferentes ordens ganham visibilidade.

As grandes cidades e as metrópoles, e mais atualmente as cidades médias e pequenas, são os espaços urbanos comumente estudados nas pesquisas acadêmicas e que trazem como foco de discussão o contexto da segurança pública, dos desafios da mobilidade, do trabalho, da luta pela moradia digna, da apropriação social do espaço público, entre outras. Estas são questões importantes que diz respeito aos direitos básicos dos indivíduos, mas que nos revelam as desigualdades e mostram o quanto é atual, e necessária, a discussão sobre o “direito à cidade” (Lefebvre, 2004) em busca de uma sociedade mais justa. Concordamos com Carlos (1994, p 18) ao afirmar que não se busca uma sociedade de consensos, mas:

[...] faz parte de nossas utopias uma sociedade mais justa, onde o homem possa se libertar das amarras impostas pela formação econômica e social capitalista, onde seu trabalho possa ser criativo, seu horário de lazer algo mais que repouso físico; sua habitação, algo mais que um teto; e onde os homens tenham assegurado, na prática, o direito à vida, à felicidade e à diferença (CARLOS, 1994, p 18).

Entendemos as cidades como um produto da produção capitalista e como condição para a reprodução do capital. O capitalismo proporciona o desenvolvimento da cidade, pois afinal visa seu o desenvolvimento e as melhores condições de acumulação. As cidades passam a representar a expressão espacial deste modo de produção.

O processo de urbanização possui uma intensa relação com o modo de produção atual, pois está submetido as leis da acumulação capitalista. E nesse sentido a cidade não pode ser entendida por ela mesma e nem entendida como organismo vivo independente. Para compreender este espaço urbano contemporâneo, rico em possibilidades de análise,

optamos por enxergá-lo através do processo de produção do espaço. A partir da teoria desenvolvida por Lefebvre (1974), buscaremos elucidar como se dá o processo de produção do espaço.

Como já mencionamos, nosso estudo está debruçado sobre um espaço urbano específico, a cidade de Cachoeira. Nas cidades históricas encontramos elementos que trazem à tona a questão sobre o patrimônio cultural e que merecem ser melhor debatidas. As cidades históricas são assim intituladas para denominar aqueles espaços que possuem acervo material e imaterial valorizado sob um determinado ponto de vista: arquitetônico, histórico ou cultural. Apesar das intensas modernizações das cidades brasileiras há ainda muitas cidades históricas remanescentes do período colonial, entre elas estão as cidades mineiras e as cidades da região nordeste do país. Estes conjuntos urbanos de significativo valor histórico e artístico representam parte da história do Brasil.

A sobrevivência destes centros urbanos até hoje, em alguns casos pode ser explicada em função de sua marginalização no processo de modernização das cidades brasileiras. Alguns desses espaços urbanos foram sendo “esquecidos” e por isso perderam aos poucos a dinâmica social, econômica e poder político que lhes conferiram prestígio. Vale ressaltar os esforços ao longo dos anos, sobretudo, da iniciativa estatal promovidos pelo IPHAN e de instituições estaduais e municipais, na preservação patrimonial por meio da sua legislação específica de proteção. Apesar dos poucos recursos para a sua manutenção e da reduzida atenção que a temática possui dentro das políticas públicas nacionais, as instituições de preservação patrimonial adquirem fundamental importância nesse contexto.

O que torna as cidades históricas tão especiais? As cidades históricas possuem encantamentos presente em suas formas que parecem resistir ao tempo. O que diferencia as cidades históricas das outras cidades é o fato de abrigarem um conjunto de objetos e tradições remanescentes de tempos mais antigos, por isso a denominação de “históricas”. Todas as cidades enquanto espaços historicamente construídos cria a todo tempo novas formas e funções assim como a permanência de formas antigas que podem, ou não, assumir novas funções. Nesse sentido, as rugosidades são formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção, logo com características sociais e culturais específicas. É neste contexto que Santos (1978, p 138) relata o papel das rugosidades, entendidas como formas pretéritas inseridas em um novo contexto social e espacial. O autor nos esclarece que:

[...] as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...) O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1978, p 138).

Percorrer as ruas das cidades centenárias nos revela a materialização do passado como marca histórica: monumentos, logradouros, equipamentos, edificações. Formas que possibilitam leituras das diferentes temporalidades e especificidades de seu espaço urbano. Todos estes elementos conformam o espaço que possui uma aura particular e que nos leva a acreditar que estamos voltando ao passado. Os centros antigos carregam uma densidade histórica que contribuiu para a criação de uma paisagem dotada de encantos que são registrados a todo tempo através das lentes fotográficas dos seus visitantes.

Seu conjunto de encantamentos fruto da cultura e da história construída ao longo do tempo nos sugere perceber, inicialmente, este espaço de modo romântico. Contudo, enxergamos os processos que ocorrem atualmente nas cidades históricas dentro do modo de produção capitalista. No nosso caso específico, Cachoeira não se explica por si só, abstraída da totalidade espacial, visto que ela pode ser entendida através da sua história local construída em vários séculos, das articulações regionais e pelos processos contraditórios de produção e reprodução espacial. Concordamos com Cruz (2012, p 101) ao afirmar que as cidades históricas não são mais nem menos cidades que as outras, são como qualquer cidade “locus indelével dos conflitos e das contradições que movem a reprodução da vida nos lugares”.

É a partir do estudo sobre o espaço destas cidades históricas que procuramos entender como este é produzido evidenciando os agentes responsáveis por sua produção, as formas de apropriação e o uso do patrimônio esclarecendo os conflitos e dilemas nestas cidades. A Geografia tem contribuições importantes nesse sentido, entretanto, durante muito tempo houve uma indefinição na ciência geográfica na busca por seu objeto de estudo. Esta imprecisão decorre da própria característica desta ciência e de sua capacidade de inter-relacionar vários temas que dialogam com outros campos do conhecimento científico. A Geografia tem a vantagem de percorrer temas de interesses múltiplos, por outro lado este mesmo fato dificultou sobremaneira o seu próprio aprofundamento teórico enquanto ciência.

Percorrer caminhos abordados por outras ciências lhe confere muitas vezes o título de ciência pouco precisa e apesar de sua importância vem perdendo espaço para outros profissionais. Estas questões dificultam o seu reconhecimento pela sociedade e reduzem as contribuições da ciência geográfica exclusivamente ao campo dos livros didáticos e da sala de aula. Sem aprofundarmos questões intrínsecas a história do pensamento geográfico, que fugiriam de nosso objetivo, partimos da premissa de que a Geografia tem como foco de análise o espaço geográfico e que aos poucos o espaço tornou-se uma categoria chave para esta ciência.

Santos (1996) nos ensina que o espaço que interessa a Geografia é o espaço social. Este espaço social e histórico não é dado pela natureza de modo puro e simples, mas sim produzido, mutável e dinâmico. O espaço não pode ser entendido somente como dádiva da natureza ou divina, mas sim como produto da história dos homens. Assim, o homem ao se apropriar do espaço, mediante o trabalho, transforma-o, ou seja “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (Santos, 1996, p.161). Desta maneira ao produzir a vida, a sociedade produz, ao mesmo tempo, o espaço geográfico.

Em cada momento da história humana teremos uma produção espacial diferente e esta será coerente ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais daquela época. Carlos (1994, p 26) esclarece ao afirmar que “em cada momento do processo produtivo, teremos um espaço determinado e específico, uma vez que ele será produzido em função das exigências e necessidades da sociedade”. Assim, o espaço produzido é produto da própria sociedade resultado do trabalho e da divisão do trabalho. Logo, não poderemos entender determinado espaço desvinculado da história e do seu tempo.

Ao produzir o espaço geográfico a sociedade não produz somente objetos materiais produz concomitantemente um modo de viver, de pensar, de agir. Assim, concordamos com Carlos (1994, p.24) ao afirmar que “pensar o urbano significa também pensar a dimensão do humano”. A sociedade e seu espaço constituem um todo indissociável, posto que ao criar a sociedade também cria-se um espaço que lhe é próprio. Logo, o processo de produção e reprodução da sociedade é ao mesmo tempo o processo de produção e reprodução do espaço geográfico. A mediação entre espaço e sociedade se dá por meio do trabalho, pois é pelo trabalho que os homens se relacionam, produzem seus meios de sobrevivência, um modo de vida, logo o próprio espaço geográfico (CARLOS, 1994). A evolução do conceito de espaço ao longo do tempo e de sua

importância enquanto objeto de estudo da Geografia recolocou as bases do pensamento geográfico, este fato é esclarecido por Carlos (2011, p.59) ao afirmar que:

Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização dos fenômenos, para aquele de “produção social” é um salto expressivo em direção à compressão do mundo através da Geografia, permitindo-nos pensar na passagem de uma concepção a outra, como momentos de transformação da realidade. É assim que da simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se a descoberta da “organização do espaço” pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço (CARLOS, 2011, P 59).

Dentro da discussão sobre o espaço geográfico nos interessa especialmente o espaço urbano, pois apresenta simultaneamente várias características que interessam ao geógrafo. Cidade e urbano possuem uma associação inevitável, mas é fundamental distingui-los. Enquanto que a cidade representa o concreto, a materialidade, o urbano é o abstrato, mas é o que de fato dá sentido à cidade. O espaço urbano pode ser submetido a diferentes análises e abordagens, pois é ricamente complexo tanto na sua forma como em seu conteúdo, está em constante transformação e possui uma dinâmica extremamente intensa. Os espaços urbanos são produzidos por múltiplos agentes sociais, composto por formas materiais e concretas, por simbolismos complexos, pelos diferentes usos e funções e regulado por normas e leis.

Segundo Corrêa (1995, p11) “o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaços”. A produção do espaço urbano sob o modo de produção capitalista logicamente vai atender aos interesses do capital por meio dos agentes sociais hegemônicos. Logo, a desigualdade constitui-se em uma das principais características do espaço urbano capitalista onde as necessidades mais básicas da sociedade em geral ficam em segundo plano em detrimento de outros interesses.

Uma das lógicas da produção capitalista é tornar toda a sua produção em mercadoria, assim o próprio espaço é tornado mercadoria sob a lógica do capital. Alinha-se a esta discussão as questões referentes a patrimonialização em cidades históricas, pois constatamos que atualmente as áreas de proteção patrimonial, dentre elas as cidades históricas, tornaram-se ambientes vinculados aos lucros capitalistas, haja vista que o patrimônio cultural (e as cidades possuidoras destes patrimônios) passou a ter uma forte

valorização econômica para o mercado capitalista. Nesse âmbito ainda vale mencionar que é preciso relativizar esta importância econômica do patrimônio, pois esta realidade não se aplica com a mesma força e intensidade em todas as cidades do mundo.

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA PERSPECTIVA TRIALÉTICA

Uma importante contribuição aos estudos urbanos e a visão sobre o espaço geográfico veio a partir dos escritos do sociólogo e filósofo francês Lefebvre principalmente quando apresentou a noção de produção do espaço. Esta teoria contribuiu para a consolidação do espaço enquanto uma categoria importante de análise da sociedade. O conceito de produção do espaço (Lefebvre, 1974) não diz respeito a uma escala específica de análise, mas Lefebvre dá muita ênfase aos espaços urbanos em suas múltiplas dimensões. Apesar de não ser específica da Geografia e seu idealizador não ser geógrafo, a teoria lefebvriana de produção do espaço vai de encontro as teorias até então desenvolvidas dentro da Geografia, pois compreende o espaço não como algo estático, agente passivo ou como mero palco das ações humanas. O espaço passa a ser entendido enquanto processo, produto e produtor de relações sociais. Esta noção de espaço contribuiu para uma reviravolta no entendimento sobre o espaço geográfico.

A teorização sobre o espaço expressa em sua obra não é fácil de ser resumida devido a sua complexidade e por abordar aspectos tão caros ao entendimento da sociedade contemporânea relacionados a cidade e ao urbano, ao capitalismo e a vida cotidiana. O que faz de sua vida e de sua obra uma verdadeira “aventura intelectual” (MARTINS, 1996, p 9). A importância dada a espacialidade é um marco fundamental em seus textos.

Schmid (2012) afirma que a teoria da produção do espaço na época do lançamento da obra, em 1970, se provocou pouca reação e interesse dos pesquisadores, hoje passa por um considerável ressurgimento contribuindo para uma “virada espacial”. Para Soja (1993, p 62), Lefebvre “se tornou o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e o defensor mais vigoroso da reafirmação do espaço na teoria social crítica”. Oseki (1996, p 109) ainda acrescenta que “Lefebvre talvez tenha sido o único dos grandes pensadores que anteviu a possibilidade de emancipação do homem através do espaço”. A concepção de produção do espaço, cunhada por Lefebvre, acaba com o dualismo entre o espaço e a prática humana, pois esta noção associa o espaço e a sociedade no nível do próprio

conceito. Esta perspectiva enxerga que não há espaço sem a presença da sociedade nem tampouco sociedade a-espacial.

Diferentemente de objetos e mercadorias, o espaço não se coloca como um produto comum, pois ele é produzido constantemente, assim ele não se configura como um “objeto ou soma de objetos, coisas ou coleções de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias” (Lefebvre, 2008, p 48). O espaço também entendido enquanto produto é movido por relações sociais. Para Oseki (1996, p 111) “o produto espaço não é um objeto, uma coisa, mas um conjunto de relações. Não é passivo nem vazio, não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias”. A produção do espaço se dá mediante as ações cotidianas dos agentes sociais, sejam eles hegemônicos ou hegemonzados.

A preocupação vai além de explicar as coisas no espaço, mas sim alcançar o conhecimento do espaço. Logo, o interesse não está nas coisas isoladas, mas sim da produção do espaço vinculado a reprodução das relações sociais de produção. E são estas relações sociais de produção que acabam por dar sentido ao espaço. Estas relações ao mesmo tempo que produzem o espaço também são produzidas por ele. Esta condição o configura como espaço social, posto que é produto e (re)produtor de relações sociais (LEFEBVRE, 1976, 2008).

Lefebvre (1974) afirma que o espaço deve ser entendido enquanto espaço social, pois afinal este é produzido pela própria sociedade. A concepção de espaço social marca profundamente a teoria lefebvriana de produção do espaço. Santos (1994, p 88) corrobora com este posicionamento ao afirmar que “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem, é produzir espaço”.

Devemos levar em conta que a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço também é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente. Nesse sentido na relação espaço-sociedade é implícito uma desigualdade que se materializa através da divisão territorial do trabalho. Essa desigualdade estrutura-se a partir da relação de dominação e subordinação centrada no processo de acumulação, na propriedade e no poder. Essa acumulação é um processo concentrado em alguns lugares, logo é um processo de aglomeração.

Nas cidades presenciamos muito fortemente o processo de produção e reprodução capitalista, seja através dos interesses do mercado imobiliário e da feroz especulação imobiliária do solo urbano, ou ainda através das atividades turísticas que transformam,

criam e recriam espaços. Estes são alguns dos interesses do capital que se materializam no espaço urbano de modo a viabilizar a sua produção e reprodução criando e transformando toda uma rede de formas espaciais, de infra estrutura, de circulação e de relações sociais.

Uma das contradições do processo de produção do espaço é que sua produção é realizada socialmente, mas sua apropriação é privada e esta contradição aparece no uso do solo. Seria ingênuo cogitar que todos os indivíduos participam da mesma maneira da produção do espaço, há evidentemente, agentes hegemônicos que participam de maneira mais intensa frente aos hegemonzados. Esta constatação está presente no espaço urbano contemporâneo onde o acesso aos lugares produzidos pela sociedade é dominado, por exemplo pelo mercado imobiliário mediante a criação de condomínios fechados.

O debate acerca da produção do espaço mostra-se atual mediante a expansão da propriedade privada do solo urbano. Nota-se que as cidades transformam-se em uma grande mercadoria a ser comercializada através das estratégias de acumulação do capital desenvolvidos por múltiplos agentes: Estado, instituições financeiras, indústria e pelo mercado imobiliário. Mostra-se também atual mediante a invasão da mercadoria na vida cotidiana pela indução ao consumo trazendo à tona as discussões sobre valor de uso e valor de troca.

Lefebvre inspirado, nas teorias de base marxista, define que a produção passa por duas definições gerais, pois se refere tanto a produção de objetos, mas também a produção do espaço enquanto condição da reprodução da vida social. A primeira refere-se a concepção de produção *stritu sensu*, ou seja, mais restrito vinculado a produção de coisas, objetos, produtos e mercadorias. A outra concepção é a *latu sensu* ligada a ideia de produção das relações sociais ao produzir ideologias, costumes, valores, ou seja, é uma produção mais ampla que se refere a produção da vida. Assim, a produção e reprodução do espaço cuja lógica atende aos interesses da acumulação do capital se realiza tanto ao produzir objetos e mercadorias quanto ao produzir e recriar modelos de comportamento que invadem o cotidiano, a cada dia mais regulado, que induzem ao consumo. Todas as coisas na sociedade são adquiridas, modificadas, transformadas, logo produzidas, ou seja, são frutos de uma intenção humana.

A produção do espaço significa a própria reprodução da vida, assim, viver é produzir espaço. Logo, ao produzir a vida, o homem produz o espaço geográfico. Assim o espaço passa a ser condição para a reprodução da vida social. Carlos (2011) afirma a relação intrínseca entre a sociedade e o espaço apontando para a ideia de que a sociedade,

ao produzir-se, o faz num determinado espaço, mas através desta ação ela também produz um espaço que lhe é próprio.

Nas palavras de Lefebvre (2008, p 55) “toda sociedade produz “seu” espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz “um” espaço”. Os homens ao produzirem seus bens materiais e sua vida, produzem o espaço geográfico, entretanto, dependendo do momento histórico o fazem de modo específico de acordo com o desenvolvimento vigente a época. Desta maneira, fica evidente que cada sociedade produzirá um espaço que lhe é específico, produzido a sua maneira. A construção da cidade histórica foi produzida dentro de um modo de produção específico a sua época algo diferente do modo de produção vigente responsável, por exemplo, pela produção de cidades em um curto período de tempo, como as cidades do agronegócio planejadas e construídas em 10 anos. Assim, fica estabelecido a relação entre o espaço e a sociedade que o produz.

Segundo Oseki (1996, p 113) “um modo de produção só se afirma quando engendra um espaço e um tempo social”. O capitalismo, enquanto modo de produção impõe um modo de organização social e de produção específico do atual momento histórico. Esse raciocínio sugere considerar a reprodução da sociedade, em sua totalidade, realizando-se através da produção/reprodução do espaço. Nesse contexto “a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Em outro texto Carlos (1994, p 22-23) afirma que há uma relação entre sociedade e espaço ao afirmar que:

[...] a produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidades as parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico). A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade, em que os homens se distinguem pelo ter, isto é, pela sua condição de proprietários de bens (CARLOS, 1994, P 22-23).

Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Carlos (2011) esclarece desse modo a imanência da produção do espaço na constituição da sociedade. Nesta intrínseca relação sociedade-espaço nos faz inferir sobre o que diferencia a espacialidade, sob o modo de produção vigente, o capitalismo, dos outros modos de produção já ocorridos?

Soja (1993) aponta as contribuições de Lefebvre no que se refere a importância conferida a espacialidade sob o modo de produção vigente. Para Soja (1993, p 65) uma das contribuições de Lefebvre foi a tentativa de explicar a sobrevivência do capitalismo que é “baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia”. Soja (1993, p 65) ainda afirma o que distingue o “véu espacial” do capitalismo das especialidades de outros modos de produção é a sua “produção e reprodução peculiares de um desenvolvimento geograficamente desigual, através de tendências simultâneas para a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização”.

A abordagem da produção do espaço proposta por Lefebvre, segundo Carlos, não deve contudo ser transformada em modelo de análise, mas como uma orientação teórica-metodológica. Estudar o espaço a partir da sua produção é enfrentar assim a limitação da disciplina enquanto “ciência parcelar”, mas que agora pode ser entendido como movimento de superação que propõe “analisar a totalidade do processo de reprodução social como constituição de uma espacialidade específica que lhe dá conteúdo” (Carlos, 2011, p 54). A busca pela totalidade ultrapassa a mera constatação das coisas no espaço, do óbvio e das descrições do espaço abrindo caminho para elucidar a dialética do mundo.

Segundo Carlos (2011) a noção de espaço adquire maior importância no momento em que Lefebvre se depara com a necessidade de esclarecer a reprodução continuada do capital, na segunda metade do século XX. Ao discutir o conceito de modo de produção apontando para o fato de que as forças produtivas, naquele momento, não se restringiriam à produção de coisas, no seu sentido clássico, mas a produção como reprodução de relações sociais, bem como à compreensão da reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção capitalista em sua fase de realização. O fato é que a noção de produção do espaço ganha importância para entender a sociedade sob o capitalismo. Assim, a análise sobre o espaço torna-se fundamental para o entendimento do mundo contemporâneo.

O espaço social é um produto da sociedade. Logo, não é produzido por obra do acaso ele é produzido por agentes sociais. Segundo Corrêa (2011), o espaço urbano capitalista é um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem estes espaços. Os agentes sociais de modo algum participam da mesma forma e com a mesma intensidade nos processos de produção do espaço. Entre os agentes estão: os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, os grupos sociais excluídos,

agentes privados e públicos, agentes hegemônicos e hegemonzados, agentes religiosos, agentes econômicos.

Segundo as contribuições de Corrêa (2011, p 43) a produção do espaço não é resultado da mão invisível do mercado, mas sim “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Segundo o autor as Ciências Sociais em geral, e a Geografia em específico, tem um papel importante em apontar e sistematizar a participação dos agentes sociais da produção do espaço.

O Estado tem um papel importante enquanto agente hegemônico na produção do espaço, por tentar regular as relações sociais e promover infraestrutura, por suas normas que regulam a vida pública e privada. Lefebvre (1974) aponta o papel do Estado enquanto importante agente na produção do espaço urbano cuja atuação se dá de diferentes maneiras, seja ao propor políticas públicas, seja ao facilitar a atuação de outros agentes sociais, seja mostrando-se totalmente ausente e ineficaz. Esta atuação do Estado muitas vezes acaba por assegurar a reprodução do capital cujos reflexos contribui em alguns casos para legitimar desigualdades sociais.

O espaço é produzido e transformado continuamente pelos indivíduos independentemente da classe social. A sociedade civil organizada seja na forma de associações de moradores de bairro, organizações não governamentais são importantes agentes produtores do espaço. A população em geral produz e transforma as cidades seja através de suas ações cotidianas ou através de manifestações, revoltas e movimentos sociais tornando evidente a afirmação de Corrêa (2011b, p 151) cujo espaço urbano é entendido também como “objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, a cidadania plena e igualdade para todos. O espaço urbano converte-se, assim, em campo de lutas”. A atuação dos movimentos sociais ganha contornos mais visíveis quando o Estado se mostra ausente ou quando são obrigados a agir na luta cotidiana por seus direitos básicos ou mesmo para reivindicarem contra ações que mostram claramente o privilégio de uns perante outros.

O estudo do espaço mostra-se cada vez mais importante uma vez que este se apresenta no período atual como uma condição de reprodução da sociedade capitalista. A reprodução do modo capitalista de produção, segundo Carlos (2011) ocorre na atualidade através da produção do espaço. O espaço deve ser considerado não como algo isolado, mas em sua totalidade, pois os acontecimentos ocorridos em um determinado espaço

possuem inter-relações com várias escalas geográficas. Assim, mesmo em lugares longínquos há imbricações nas questões que envolvem a política, a economia, a cultura presente em outras partes do mundo tornando evidente a intensa relação global-local. A noção de totalidade nos permite entender o movimento através da qual a realidade pode ser explicada. O espaço social não é a reunião de “coisas” no espaço. As transformações na produção do espaço nos obriga a pensar o espaço de maneira multiescalar, pois o espaço mundial a cada dia mais se encontra interligado.

Para o entendimento da produção do espaço social Lefebvre busca articular três níveis do real: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. O entendimento da produção do espaço a partir de uma visão em três dimensões demonstra que o espaço social não pode ser entendido a partir de uma condição dual, condição esta que contribuiria para uma redução da realidade. Esta realidade apresenta-se muito mais complexa, conforme o pensamento do autor, assim, ao invés de uma dialética propõe-se o estudo a partir de uma trialética espacial. Entre estas três dimensões nega-se o privilégio de uma perante a outra. A relação entre estes não se dá como mera oposição de pares contrários. Segundo Lefebvre (1974, p 42-43) estes espaços correspondem respectivamente: as representações do espaço (espaço concebido), espaços de representação (espaço percebido) e práticas espaciais (espaço vivido) e são definidas como:

[...] às relações de produção e à ordem que essas relações impõem, e conseqüentemente ao conhecimento, sinais, códigos, e relações frontais [...] espaços conceptualizados, o espaço de cientistas, planejadores, tecnocratas e engenheiros sociais (...) todos identificam o que é vivido e percebido com o que é concebido. (...) Este é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção). Concepções do espaço tendem (...) para um sistema de sinais verbais (e então intelectualmente trabalhados) (LEFEVBRE, 1974, p 42-43).

[...] incorporando simbolismos complexos, às vezes codificados, às vezes não, relacionados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também à arte (...) Espaço como diretamente vivido através de suas imagens associadas e símbolos, e conseqüentemente o espaço de “habitantes” e usuários, mas também de alguns artistas e talvez daqueles (...), que descrevem e não aspiram fazer mais do que descrever. Este é o espaço dominado (...) que a imaginação busca mudar e apropriar. Ele se sobrepõe ao espaço físico, na medida em que faz uso simbólico de seu objeto. Assim, pode ser dito que espaços de representação (...) tendem para sistemas de símbolos não-verbais e sinais mais ou menos coerentes (LEFEVBRE, 1974, p 42-43).

[...] que abrange tanto a produção como a reprodução, como também os locais particulares e conjuntos espaciais característicos de cada formação social. (...) A prática espacial de uma sociedade secreta o espaço da sociedade; o propõe e pressupõe, numa interação dialética; (...) Do ponto de vista analítico, a prática

espacial de uma sociedade é revelada pela decifração de seu espaço (LEFEVBRE, 1974, p 42-43).

As representações do espaço (espaço concebido) referem-se ao espaço das normas, da razão instrumental, à ordem imposta pelas relações de produção. Este espaço concebido, também definido como espaço abstrato, relaciona-se aos símbolos, signos, conhecimentos e códigos da representação dominante. É o espaço genuíno de atuação do capitalismo. As representações do espaço fruto de um saber técnico, serve a estratégias. Desta maneira o espaço concebido trata-se das concepções hegemônicas do Estado, governantes, planejadores, ou seja, aqueles que pensam e tentam normatizar os espaços e o cotidiano a partir das práticas econômicas e da política. Assim, o espaço concebido está relacionado ao espaço de dominação de uma sociedade, espaço de legitimação do poder e da ideologia, e sendo gestado dentro do modo de produção capitalista serve, principalmente, à acumulação.

Na contemporaneidade há uma tentativa constante do concebido prevalecer sobre os outros espaços principalmente devido à atuação dos meios de comunicação de massa enquanto importante divulgador de suas ideias. Muitas vezes, as representações do espaço podem ser hegemônicas, mas não em sua totalidade, pois outras interpretações, outros códigos e outras possibilidades surgem nas brechas do modo de produção capitalista, principalmente nos espaços vividos. Assim, para além da lógica que se apresenta como suprema e verdadeira, elaboradas por uma ordem distante existem várias outras lógicas que não podem deixar de ser consideradas. Partindo do pressuposto de que o espaço social é altamente complexo este não deve ser estudado por uma única dimensão da tríade, isso quer dizer, estudar a produção do espaço, por exemplo, somente a partir das representações do espaço seria uma forma reducionista de compreender os processos.

Como já foi dito, o que ocorre é um processo de simultaneidade entre as lógicas, além disso existem contradições no confronto entre a lógica regida pelo espaço concebido e a apropriação social regida pelo espaço vivido e a partir destas contradições emergem o espaço diferencial. Em outras palavras, a lógica regulada pelo espaço concebido tende a homogeneidade, tentando eliminar as diferenças, assim uma nova forma de produção do espaço surge a partir da acentuação e superação das diferenças. Segundo Lefebvre (1974) a possibilidade de transformação social se dá no conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção do espaço diferencial. Este surge como superação das oposições contidas no espaço abstrato.

Os espaços de representação (espaço percebido) que ocorrem no cotidiano podem ser traduzidas pelo espaço percebido. Este espaço percebido é um espaço de mediação entre o concebido e o vivido, pois o que é percebido é antes concebido e tende a se reproduzir no vivido. Seabra (1996, p 80) explica que entre o espaço vivido e o espaço concebido existe uma “zona de penumbra” na qual opera o percebido, envolto em representações, e ainda acrescenta que “o percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades...o percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações e, portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e vivido”.

As práticas espaciais (espaço vivido) é o espaço da prática cotidiana, entendido como espaço absoluto, é o espaço da vida social, das diferenças e outras possibilidades, sendo, portanto um espaço importante para entender a realidade urbana. Para Lefebvre (1974), a prática espacial de uma sociedade é responsável pela produção do seu espaço em uma constante interação dialética. Trata-se do espaço dominado do qual sobre exaustiva interferência do espaço concebido. No cotidiano trava-se de maneira constante um embate entre espaço vivido e espaço concebido.

A interação dialética desta tríade espacial conforma a produção do espaço. Entender como se dá a produção do espaço contemporâneo através da tríade lefebvriana pode relevar as contradições, disputas e conflitos dos agentes que produzem este espaço, podem ainda nos revelar as práticas espaciais, os usos e as apropriações do espaço em questão. A partir destes conceitos cria-se uma teoria unitária do espaço cuja relação se dá por meio da simultaneidade e entrecruzamento entre estas lógicas, que ao invés de se oporem, se articulam.

Para o autor estas dimensões espaciais não são vistas sob uma hierarquia fechada, nem tampouco busca-se a negação entre estas lógicas, ao contrário, busca-se uma superação de oposições. A riqueza do estudo da espacialidade se dá justamente no fato de que não há repostas prontas e fechadas, pois afinal são muitos os fluxos que atravessam o espaço, tornando-o rico em possibilidades. Como aponta Martins (1996) o espaço para Lefebvre também está aberto a múltiplas temporalidades que podem coexistir em um mesmo período, devido ao fato do autor trabalhar com o passado (a história, o passado), o presente (a realidade atual) e com o futuro (o possível).

O processo de produção do espaço somente pode ser apreendido a partir do entendimento das sucessivas aproximações entre a ordem próxima (constructo social) e a ordem distante (constructo mental). Para Lefebvre (1974) a ordem distante diz respeito a

uma ordem global, ordem estabelecida pelo Estado, a partir do saber dos especialistas e dos planejadores, enquanto que a ordem próxima diz respeito à prática cotidiana dos indivíduos presente em escala local. Entre estas duas ordens não há uma supervalorização de uma perante a outra, ou uma relação de hierarquia, elas não se excluem, se interpõem, se aproximam, gerando o espaço diferencial.

Neste contexto, a vida do homem e todas as suas relações, sociais e políticas, torna-se, a partir desta leitura, como parte fundamental do processo de produção do espaço. Em suma, ordem próxima e ordem distante estão em uma intensa relação de convergência e simultaneidade, estão muito mais no plano da coexistência do que em um plano de oposição entre coisas distintas. A partir do entendimento de como se dá a produção do espaço a partir da dialética espacial, Lefebvre evidencia o conflito entre apropriação e dominação, entre valores de uso e valores de troca, trazendo à tona que ao mesmo tempo que o espaço abstrato tenta se impor muitos resquícios do espaço absoluto perduram.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos se fundamentaram em duas etapas gerais. A primeira etapa a partir de um “trabalho de gabinete” por meio do estudo e análise documental, bibliográfica e cartográfica, além de um levantamento de dados quantitativos básicos da área de estudo. A segunda etapa baseada nos trabalhos de campo através da observação direta, indireta, entrevistas abertas, grupo focal e enquete desenvolvidos ao longo do ano.

Desde o momento inicial da dissertação foi sendo realizada pesquisa através de referências encontradas em livros, revistas, artigos, dissertações e teses que tratavam das questões relativas a temática abordada. Assim, aos poucos foi sendo acumulado um acervo que diz respeito aos temas e subtemas: patrimônio, turismo cultural, planejamento e gestão de espaços urbanos, espaço geográfico e produção do espaço.

O estudo da realidade, segundo Demo (1981), pressupõe que a metodologia também seja cuidadosamente repensada de modo processual. Logo se a realidade em questão muda com o tempo, a metodologia do mesmo modo deve estar aberta a novas formulações para dar conta das modificações que ocorrem na sociedade. Seguindo esta recomendação, o método e a metodologia proposta para a pesquisa foram construídos

pouco a pouco, sendo a todo tempo repensada e reformulada com objetivo de melhor entender o espaço urbano estudado.

A busca pelo referencial teórico e metodológico teve, grosso modo, uma base fundamental, não hierárquica, composta por uma tríade formada a partir das conversas no ambiente da universidade juntamente com as trocas feitas com os colegas do mestrado e outros professores; das contribuições teóricas relacionadas à Geografia e ao patrimônio, por meio da pesquisa documental e bibliográfica que foram paulatinamente lidas durante a execução das disciplinas; da aproximação da pesquisadora com a cidade de Cachoeira, através de trabalhos de campo que propiciaram o contato direto com os espaços e com as pessoas que usam a cidade.

Ao longo do processo de realização da dissertação muitas foram as contribuições acadêmicas através de sugestões de leitura, conceitos, críticas e orientações teóricas e metodológicas. O campo de pesquisa em Cachoeira também mostrou-se fundamental mediante a participação dos moradores através das respostas nas entrevistas e das muitas sugestões de mudança, novas possibilidades, reformulações e indicações de lugares e pessoas, e sobretudo, estiveram comigo no desafio de “pensar junto” a fim de contribuir com a pesquisa.

Assim, enquanto importantes agentes produtores do espaço, os moradores de Cachoeira foram essenciais na construção desta dissertação. Estes foram fundamentais no momento que facilitaram a presença de uma “pesquisadora forasteira” em sua cidade cuja contribuição se deu por meio da realização de conversas informais e entrevistas gravadas nas esquinas, praças, nos passeios ou mesmo nos sofás de suas casas, compartilhando comigo dúvidas e críticas presentes em seus espaços vividos. Os percalços da pesquisa de campo, a sensação de impotência diante de alguns problemas encontrados no local estudado, o contato com as pessoas e com os lugares que percorremos, os silêncios, o riso fácil e as indignações fervorosas foram os ingredientes encontrados no campo que também auxiliaram na elaboração do trabalho.

Esta pesquisa, de modo algum, pretende esgotar a riqueza e a complexidade da discussão deste tema. Nossa análise busca tratar da produção do espaço urbano a partir das ações sob o patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos. A temática do patrimônio em si já traz elementos necessários, a nosso ver, a serem discutidos nas pesquisas acadêmicas, e, sobretudo quando a mesma passa a ser analisada a partir do espaço urbano ganha contornos ainda mais complexos.

Reconhecemos que o caminho trilhado não foi uma tarefa das mais simples por conta das limitações pessoais e também pela inexperiência no processo da pesquisa científica, mas assume os riscos da escolha em trabalhar com a relação entre a Geografia e o campo do patrimônio cultural no espaço urbano. Esse espaço de pesquisa situa-se dentro de uma arena conflituosa de interesses e sempre permeada por contradições e conflitos. Logo, o método de análise teria que dar conta desta realidade. A utilização do método dialético, segundo Lefebvre (1983, p171) permite que os pesquisadores confrontem “as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e as contradições; e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”.

O método é o caminho de pesquisa que orienta o entendimento da realidade. Este método reflete a sua visão de mundo do pesquisador e repercute no modo como ele observa o mundo ao seu redor e como compreende o seu objeto de pesquisa. Para a pesquisa em questão a dialética é entendida como método capaz de nos oferecer subsídios para o entendimento das questões de pesquisa. Segundo Lefebvre (1995) a abordagem dialética permite penetrar sob as aparências, algo que marca profundamente o mundo atual, e explicar o seu conteúdo de maneira aprofundada em busca de sua essência, mas do que sua aparência.

Estas contradições e conflitos comuns a esta temática podem ser estudadas a partir de uma dimensão espacial, pois afinal elas repercutem no espaço geográfico, logo a importância do estudo a partir do espaço. A Geografia, enquanto ciência que tem como objeto o espaço, pode oferecer contribuições na discussão sobre o patrimônio cultural. As análises que foram traçadas nesta pesquisa tiveram como aporte teórico as discussões sobre a produção do espaço, principalmente baseado nas contribuições de Lefebvre (1974) e outros autores que trilham suas análises a partir do estudo sobre o espaço urbano.

Admitimos aqui a importância do espaço na ciência geográfica sendo esta a especificidade maior da Geografia perante as outras ciências. O estudo do espaço na Geografia foi abordado de diferentes maneiras ao longo do processo de desenvolvimento do pensamento geográfico, como explica Corrêa (1995). As contribuições de outros geógrafos como Harvey (2005) e Santos (1996) reafirmaram a importância do estudo do espaço ao longo dos anos. Assim, de mero suporte e/ou receptáculo das ações humanas o espaço geográfico passou a ser entendido como um espaço que é produzido constantemente cujo homem é visto como um agente fundamental na produção e transformação deste espaço.

Lefebvre (1974) nos ensina que o espaço deve ser entendido como um espaço social uma vez que é produzido pela própria sociedade. Logo, a concepção de espaço enquanto espaço social marca profundamente a teoria lefebvriana e dos pesquisadores que seguem sua teoria. Este espaço social está alicerçado por uma tríade através dos espaços concebidos, espaços percebidos e espaços vividos.

Não podemos entender o espaço por ele mesmo, pois o espaço é produzido e este processo de produção do espaço é realizado por agentes, entre eles estão: o Estado, a iniciativa privada, mercado imobiliário, os moradores e usuários. Compreender como se dá a produção do espaço contemporâneo nas cidades históricas tendo como foco o patrimônio cultural pode nos revelar as contradições, disputas e conflitos entre os agentes que produzem este espaço.

Os agentes que produzem o espaço de Cachoeira dentro da temática aqui abordada estão: o Estado (através dos órgãos de preservação patrimonial e as políticas públicas relacionadas a valorização do patrimônio cultural), a rede hoteleira, o mercado turístico local e os serviços voltados ao atendimento ao turista, além dos moradores da cidade. Assim, a partir do confronto entre os espaços concebidos, percebidos e vividos melhor compreenderemos o processo de produção do espaço, dentro de uma abordagem multiescalar, portanto, dentro de uma lógica global-local totalmente imbrincadas.

O estudo da produção do espaço, a partir da tríade lefebvriana, não pode de modo algum privilegiar somente uma das esferas da tríade, em outras palavras, uma vez utilizando a contribuição de Lefebvre torna-se necessário a análise das três esferas. Nas pesquisas que se utilizam desta teoria não deve haver privilégio de apenas um destes espaços, ao contrário, é necessário a análise dos três espaços de modo que se inter-relacionem, sem, contudo haver hierarquia entre os mesmos.

É a partir desta perspectiva de total interação entre os espaços que compõem a tríade que foi pensado a dissertação. A interpretação sobre a produção do espaço de modo algum pode ocorrer de maneira fragmentada. Entretanto para fins didáticos será apresentado no terceiro capítulo os indicadores e as questões correspondentes aos espaços concebidos, percebidos e vividos de maneira separada, mas de modo algum a interpretação ocorrerá de modo separado.

Com base no aporte teórico houve a necessidade de estabelecer o recorte espacial a ser adotado para a pesquisa, assim, mesmo o espaço urbano de Cachoeira sendo pouco expressivo em suas dimensões populacionais (16.387, segundo IBGE/2010) não havia tempo hábil para a elaboração de uma pesquisa de mestrado que pudesse abarcar toda a

cidade de Cachoeira. Logo, o primeiro passo foi estabelecer um recorte espacial dentro do espaço urbano. A opção pelo recorte espacial de pesquisa, dentro do espaço intraurbano de Cachoeira, teve como objetivo dar foco mais preciso ao nosso objeto empírico. Entendemos Cachoeira como espaço extremamente rico, logo não se explica por este único recorte espacial, pois afinal tanto a cidade quanto o município não devem ser vistos como homogêneos devido a multiplicidade das suas formações sociais.

Diante do tempo exíguo para a elaboração da pesquisa optamos por um recorte espacial mais específico a temática patrimonial. Uma vez sendo uma cidade integralmente tombada, não havia nenhuma poligonal de tombamento definida até então. Este fato foi somente constatado após a visita da pesquisadora, em 2012, ao Arquivo Central do IPHAN (Arquivo Noronha Santos), no Rio de Janeiro, cujo objetivo foi analisar o processo de tombamento da cidade de Cachoeira e após uma entrevista com a chefe do escritório técnico local do IPHAN⁵.

Como a delimitação da poligonal de tombamento de Cachoeira ainda vem sendo elaborada, escolhemos como nosso recorte espacial a delimitação proposta pela metodologia do INCEU (Inventário Nacional de Configurações de Espaços Urbanos), realizado em 2008, sob recomendação do IPHAN. É a partir desta metodologia que a poligonal de tombamento de Cachoeira vem sendo traçada. Esta poligonal de tombamento corresponde, grosso modo, a configuração espacial da cidade na época de seu tombamento, em 1971. A área situada dentro da poligonal corresponde ao centro mais antigo da cidade e as áreas que extrapolam a poligonal são consideradas como áreas de entorno⁶.

Nosso recorte espacial de pesquisa baseia-se nesta delimitação proposta (Figura 2). Embora esta poligonal do INCEU ainda não tenha sido posta em prática pelo IPHAN

⁵ A entrevista com a chefe do escritório local de Cachoeira (Karina Monteiro de Lira) teve como propósito coletar informações mais detalhadas pertinentes à nossa área de estudo e que normalmente não são disponibilizadas através do site da instituição. Além da entrevista concedida houve o fornecimento de mapas, documentos e outras informações pertinentes à temática solicitada através de ofício no setor de protocolo do IPHAN (Salvador). Com objetivo de compreender melhor algumas questões mais gerais sobre patrimônio cultural houve algumas tentativas de realização de entrevista, mediante solicitação via e-mail da instituição, com o Superintendente do IPHAN na Bahia (Carlos Antônio Pereira Amorim) e /ou com o seu substituto (Bruno César Sampaio Tavares), porém sem sucesso.

⁶ Devido aos fatores relacionados às características arquitetônicas, sociais e econômicas os espaços que compõem as áreas periféricas que apresentam tipologias mais recentes e encontram-se principalmente nas extremidades e/ou nas encostas dos morros da cidade (Recuada, Rua da Feira, Alto da Levada, Caquende, Ladeira da Cadeia, Pitanga). Essas áreas não foram foco de análise devido aos nossos objetivos propostos para esta pesquisa. Desta maneira, como nosso empenho maior foi discutir questões que se referem ao patrimônio cultural observamos que na porção mais antiga da cidade havia elementos mais densos a serem levantados nesta etapa e que correspondiam ao interesse maior da pesquisadora.

precisávamos estabelecer um recorte baseado em uma delimitação oficial. A escolha por este recorte espacial deve-se ao fato de que dentro desta poligonal do INCEU há grandes investimentos financeiros pelo governo federal que vem sendo responsável pelas maiores dinâmicas no espaço urbano de Cachoeira. Situadas em lados opostos da cidade selecionamos duas quadras para um estudo mais detalhado sobre as dinâmicas que ocorrem em seus arredores e que denominaremos de Quadra A e Quadra B (Figura 2).

Além de estarem situadas dentro da proposta de poligonal de tombamento do INCEU, logo regida pela mesma normatização patrimonial, outro critério importante para a escolha destas duas quadras são o lançamento de vultuosos recursos financeiros relacionados a preservação patrimonial e aos investimentos turísticos (Quadra A) e, de outro lado, investimentos relacionados a expansão do ensino superior (Quadra B). Embora próximas espacialmente estas duas quadras são concebidas, percebidas e vividas de maneira diferenciada.

A escolha da Quadra A justifica-se tanto pela concentração de investimentos financeiros ligados a uma finalidade turística quanto pela importância direcionada a este espaço enquanto imagem fortemente divulgada de Cachoeira (Praça da Aclamação). Por outro lado a Quadra B adquire importância atualmente diante das dinâmicas sociais e econômicas produzidas a partir da instalação da UFRB. Desta maneira as análises sobre a produção do espaço urbano em Cachoeira nesta pesquisa possuem como limite a poligonal do INCEU e de modo mais detalhado sob as Quadras A e Quadra B.

Algo importante a ser ressaltado é que a opção pelo recorte espacial que foi definido para a pesquisa deve-se a necessidade de focar em uma área específica, pois acreditamos que iria melhor atender aos objetivos propostos neste estudo. Além disso, uma vez a área de estudo sendo definida pela poligonal de tombamento não enxergamos como um espaço homogêneo, ao contrário, é um espaço que mesmo com possíveis similaridades, reconhecemos suas diferenças internas. Vale lembrar que a opção pelo recorte espacial não significa a fragmentação do espaço e nem da análise pretendida, mas sim a escolha foi por uma escala de análise que permitisse a compreensão da produção do espaço urbano. Uma vez trabalhando com a teoria da produção do espaço, independente do recorte espacial escolhido, os processos sociais deverão ser analisados entre as várias escalas.

O nosso tema de pesquisa exige que a análise seja feita por esta ótica, pois o tema que escolhemos para compreender sua participação na produção do espaço urbano (o patrimônio cultural) está presente nas discussões e políticas públicas que rondam cidades

de todo o mundo. As questões que se referem ao patrimônio e ações de valorização deste patrimônio nas cidades vão além dos aspectos morfológicos, a partir dos programas e projetos de reformas e restaurações, pois também alcançam os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais do espaço urbano.

Figura 2: Delimitação da área de estudo



Fonte: IPHAN, 2008. Conder, 2011.

Com o recorte espacial definido foi possível encontrar dados que pudessem revelar melhor a forma e o conteúdo da área estudada. Deste modo, buscamos, em paralelo ao trabalho de campo, identificar dados socioeconômicos e dados de infraestrutura do local. Em busca de conhecer o perfil socioeconômico da área coletamos dados dos setores censitários referente aos dados do Censo/IBGE 2010 para averiguar questões relacionadas a população total, sexo, faixa etária, escolaridade, emprego e renda.

Para a análise da infraestrutura do recorte definido foi necessário um trabalho de campo que exigiu a nossa presença de maneira contínua com intuito de observar, anotar

e fazer um levantamento fotográfico com objetivo de conhecer melhor a área de pesquisa bem como perceber suas formas e como são estabelecidos os usos destes espaços.

O trabalho de campo constitui-se como uma etapa fundamental para o processo de pesquisa, contudo, como alerta Lacoste (2006, p91), não pode constituir toda a formação do pesquisador. As contribuições teóricas devem estar atreladas a realidade encontrada no campo, afirmando que “o trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”.

A etapa do campo foi importante por que permitiu verificar *in loco*, para posterior catalogação e mapeamento (dos usos e das ações de patrimonialização), os monumentos, as ruínas, as edificações antigas e modernas segundo o seu conteúdo (uso residencial, comercial, entre outros), condição (ruína) e âmbito de proteção (tombado, registrado). Além deste levantamento quantitativo houve registro manual em “caderno de campo” sobre os aspectos qualitativos deste espaço sendo para isso necessário caminhar pela cidade para observar o cotidiano local, além de estabelecer relações com os moradores. O intuito geral era observar quem usa, como usa e como se dá a relação das pessoas com os espaços dentro do recorte estudado. Assim, aos poucos as informações foram sendo levantadas no que se refere a como as pessoas vivem dentro deste recorte de análise, os usos feitos cotidianamente, a relação dos moradores e demais usuários da cidade, como elas se relacionam com os diferentes espaços, suas relações com os bens culturais e como vivem em uma cidade histórica.

A busca por estas informações gerais permitiu o início de uma aproximação com o campo, pouco a pouco foi-se agregando informações quantitativas sobre a área de estudo e informações qualitativas mediante conversas informais nas ruas. A partir destas informações pode-se criar um perfil geral da área a partir do cruzamento entre dados socioeconômicos e dados de infraestrutura. A conclusão desta etapa foi importante para o estabelecimento dos critérios necessários para a realização de alguns outros procedimentos metodológicos desenvolvidos com os diferentes agentes sociais envolvidos na temática. Esta aproximação com o campo de pesquisa foi realizada de maneira concomitante a busca por informações teóricas. Desta maneira, teoria e empiria foram sendo complementadas no decorrer da pesquisa.

Como nosso fio condutor é a teoria da produção do espaço, adequamos os nossos procedimentos metodológicos a esta abordagem de modo complementar. Em outras

palavras, a tríade composta pelos espaços concebidos, percebidos e vividos necessitava de procedimentos metodológicos distintos para os diferentes agentes que atuam na produção do espaço.

Os indicadores para compreendermos o espaço concebido teve como base: os programas e planos relacionados a preservação do patrimônio cultural em Cachoeira, a análise sobre as normatizações sobre o espaço urbano tombado, o Plano Diretor e os programas relacionados ao turismo. Estes indicadores nos auxiliam a compreender como o espaço urbano de Cachoeira é concebido. Para a análise do espaço concebido foi necessário no primeiro momento o acesso à Internet em busca de informações gerais no site do IPHAN no que se refere aos tombamentos, registros, normas e portarias, planos de salvaguarda, projetos e programas de preservação com enfoque para Cachoeira desenvolvidos ao longo dos anos. Para complementar este procedimento houve a necessidade de realização de entrevista com a chefe do escritório técnico do IPHAN, em Cachoeira, com objetivo de esclarecer dúvidas gerais⁷.

Além disso, houve a necessidade de visita ao Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, em busca do processo de tombamento e do seu inventário. Foi realizada também uma busca no IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) acerca das políticas públicas em escala estadual e informações gerais sobre os patrimônios do Estado a partir do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Foi oportuno pesquisar sobre programas referentes ao estímulo as atividades turísticas coletadas no site das instituições relacionadas ao turismo no Estado como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) e o Programa de Ação do Turismo Ético Afro na Bahia.

Com objetivo de saber como o espaço de Cachoeira é concebido, fizemos a opção por um breve estudo sobre o Plano Diretor Municipal de Cachoeira, enquanto importante instrumento da política urbana local, com enfoque para os aspectos referentes a temática aqui trabalhada. Em complemento a estas informações, julgamos interessante a execução

⁷ Com objetivo de obter mais informações a respeito das ações relacionadas ao patrimônio optamos por realizar entrevista qualitativa, gravada em áudio, com o arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Júnior (professor da Faculdade de Arquitetura UFBA e ex presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-BA) e com a antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi (Técnica do setor de patrimônio imaterial do IPHAN-Salvador) ambos com experiência profissional no âmbito do IPHAN, além de uma entrevista com o museólogo Marcelo Cunha (Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, CEAO/UFBA). Optamos pela entrevista com estes profissionais, pois as mesmas discutem a temática do patrimônio entre áreas diferentes e também por serem conhecedores da realidade de Cachoeira.

de entrevistas⁸, gravadas em áudio, com alguns representantes do Poder Público local através do Prefeito, do antigo e do atual Secretário de Cultura e Turismo do município com objetivo de averiguar seus posicionamentos a respeito do patrimônio da cidade e propostas gerais para a gestão do espaço urbano.

Além do estudo sobre os espaços concebidos outro elemento fundamental era a busca pelo entendimento dos espaços percebidos. Os indicadores para compreendermos o espaço percebido teve como base: a análise de jornais da cidade, a realização de enquete e a reunião com moradores através de um grupo focal.

Optou-se por uma investigação através dos jornais da cidade por entendermos que a mídia é uma importante produtora de imagens e representações. Como o estudo sobre as distintas expressões midiáticas optou-se por reduzir apenas aos jornais locais. A primeira etapa foi composta por visitação e posterior análise na Biblioteca Pública de Cachoeira na busca por material referente ao patrimônio da cidade bem como ao Arquivo Público Regional de Cachoeira na busca por notícias veiculadas nos jornais impressos da cidade (principalmente os jornais: “A Cachoeira” e “O Guarany”), entre os anos de 1970 e 1990 nas matérias que fizessem menção ao patrimônio cultural com objetivo de analisar a percepção do patrimônio.

Ainda de modo a compreender como o espaço é percebido optou-se pela elaboração de um grupo focal com a participação de moradores da cidade. A seleção dos participantes do grupo focal teve como critério a escolha aleatória por moradores que residiam nas proximidades das Quadras A e Quadra B independente de faixa etária e classe social.

Para Gaskel (2007), o grupo focal seria, em resumo, uma reunião composta por alguns indivíduos que tem como proposta ser um debate aberto e acessível a todos onde os assuntos discutidos são de interesse comum. O intuito da formação de um grupo focal para esta pesquisa teve como proposta fundamental propiciar o encontro de pessoas com o objetivo de troca de pontos de vista, ideias e experiências. A atividade de formação do grupo focal teve como intuito analisar como as Quadras A e Quadra B são percebidas pelas pessoas. Para estimular a discussão entre os moradores que participaram do grupo focal foram apresentadas, via datashow, a ortofoto da cidade de Cachoeira e fotografias destes dois espaços da cidade.

⁸ Ver modelo de entrevista nos anexos.

O grupo focal foi dividido em 2 subgrupos, ficando reunido por cerca de 1 hora. As ideias de cada participante foram expostas e discutidas pelos outros integrantes do subgrupo. Questões como: O que vocês percebem na quadra? O que gosta e o que não gosta? O que mudaria? Estas questões foram colocadas propositalmente como estímulo à discussão. Além disso, a segunda atividade proposta neste grupo focal foi selecionar entre algumas fotos distribuídas qual destas imagens/lugares/espacos mereceriam uma maior discussão e atenção do Poder Público local. As questões levantadas durante a execução do grupo focal foram gravadas em áudio para posterior transcrição. Este grupo focal tornou-se um espaço de diálogo onde a temática do patrimônio foi tratada sob muitos vieses a partir das contribuições dos participantes.

Outro procedimento complementar foi a elaboração de uma enquete pela cidade. Esta enquete composta somente por uma questão tinha como proposta a busca pela resposta para a seguinte pergunta: “Para você qual o principal elemento que marca a cidade de Cachoeira?” Foram elencadas 40 imagens com a representação de bens culturais dos mais diversos presentes em Cachoeira. Durante 2 dias a pesquisadora esteve ao lado de um cavalete com um painel de fotos em pontos diferentes pela cidade coletando os votos de moradores antigos, estudantes, universitários e dos usuários da cidade. Esta atividade extrapolou os objetivos iniciais, pois ela também despertou a curiosidade dos que passavam nas proximidades estimulando muitas conversas durante a votação sobre estes e outros aspectos pertinentes ao tema estudado. Oportunidade de estabelecer vínculos, trocar informações, ouvir histórias, mas que sem dúvida contribuiu para ampliar o leque de saberes.

Ainda para compreender a produção do espaço torna-se necessário o estudo sobre o espaço vivido. Um dos importantes indicadores para a compreensão de como este espaço é vivido é através do uso do espaço, das práticas cotidianas e das intervenções que os indivíduos efetivamente fazem do espaço urbano em questão. Os usos destinados ao espaço indicam as articulações e/ou embates entre as representações do espaço, instituída pelo concebido, e as práticas espaciais estabelecida no cotidiano. A análise sobre o uso do espaço permite compreender de que modo as práticas espaciais colidem ou se relacionam ao espaço idealizado (concebido). São as práticas espaciais que permitirão, através do uso, compreender se as intencionalidades do espaço concebido são ou não atendidas. Um dos nossos objetivos é analisar a colisão ou a interação entre o espaço concebido e o espaço vivido. Logo, torna-se foco verificar até que ponto a concepção do

espaço patrimonial/turístico idealizada pelo espaço concebido está sendo praticada na cidade através de suas práticas cotidianas.

Julgamos oportuno, no primeiro momento, a realização da observação e dos registros fotográficos dentro do recorte espacial. O recurso da fotografia tornou-se nesta pesquisa um instrumento extremamente importante através do qual foi possível captar as diferentes formas da cidade e o registro sob os usos feitos pelos indivíduos nos espaços.

O estudo do espaço vivido requer explicações metodológicas mais detalhadas. Por entendermos que o espaço vivido é rico em possibilidades julgamos interessante optar por uma pesquisa baseada nos aspectos qualitativos. A finalidade real da pesquisa qualitativa, segundo Gaskel (2007, p. 68), “não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Deste modo, a pesquisa qualitativa tem como intuito apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista, as diferentes opiniões tomadas pelos membros do meio social.

Para compreender como o espaço é vivido optou-se pela realização de entrevistas. Estas seguiram um roteiro único com perguntas elaboradas previamente, mas a pesquisadora manteve-se livre para adicionar questões de modo a melhor compreender o seu objeto. A opção pela execução de entrevistas abertas como instrumento de pesquisa foi devido a possibilidade de obter respostas mais livres dos entrevistados e com uma certa profundidade.

Nestas entrevistas foram levantados relatos sob diferentes olhares do espaço urbano de Cachoeira e sobre os aspectos que se referem especificamente ao patrimônio da cidade. Optamos por uma metodologia que valorizasse os sujeitos, por isso julgamos necessário a realização de entrevistas qualitativas buscando compreender como este espaço é de fato vivido e percebido identificando e analisando as diferentes concepções, os dilemas, embates e as contradições presentes em seus espaços de vida com foco para a temática aqui tratada.

O estudo sobre o espaço vivido mostra-se fundamental, pois nas cidades históricas emergem interesses e ações promovidas pelo espaço concebido através das políticas de patrimonialização. Contudo mostra-se também importante analisar as repercussões destas ações nos espaços vividos abordando os usos que confirmam as normas estabelecidas, os conflitos gerados, as “insurgências” pelo uso (SEABRA, 1996) entendidas como usos que contrariam a lógica dominante. Desta maneira ao estudar a produção do espaço sob o contexto do patrimônio cultural torna-se inevitável abordar as tensões entre o espaço concebido e o espaço vivido e que pode nos revelar as contradições que permeiam as

ações de patrimonialização. Esta discussão permite uma reflexão sobre o desenrolar do planejamento e da gestão de cidades históricas. Diante da complexidade envolvida nesta temática há grande interesse dos pesquisadores em debaterem o assunto a fim de contribuírem para uma melhor compreensão dos processos que ocorrem nas cidades históricas.

A opção pelos procedimentos metodológicos baseados na realização de entrevistas qualitativas exigiu a nossa presença durante alguns meses em campo diante do tempo necessário a execução desta tarefa. Este fato contribui sobremaneira com a pesquisa na medida em que houve o estabelecimento de um vínculo maior com o lugar e com as pessoas, sendo a todo tempo observadora do espaço, mas também observada pelos indivíduos que vivem em tal espaço.

Gaskel (2007) define a entrevista como um processo de interação mediante a troca de ideias, sendo portanto um processo social, um verdadeiro intercâmbio em que as palavras são o meio principal de troca. A entrevista, segundo o autor, não é o processo de informação de mão única entre o entrevistado e o entrevistador, ao contrário, é uma troca de ideias e de significados em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Assim, tanto o entrevistado quanto o entrevistador (pesquisador) estão de maneiras diferentes envolvidos na produção do conhecimento. A opção pela realização de entrevistas abertas teve também como intuito deixar o entrevistado mais livre para apontar seu ponto de vista. Além disso pretendíamos evitar respostas rápidas e padronizadas por parte da parcela dos moradores a serem entrevistados em decorrência da circulação e da difusão do discurso oficial e midiático sobre o patrimônio da cidade.

Os critérios de seleção dos entrevistados nesta pesquisa estiveram baseados na “saturação das informações” (Gaskel, 2007), ou seja, definimos o momento de pôr fim às entrevistas mediante o nível de repetição das respostas. Como afirma Gaskel (2007) a partir das perguntas compostas no roteiro da entrevista o pesquisador apreende de seus entrevistados variadas respostas para a mesma pergunta. As primeiras respostas podem revelar muitas surpresas e novos olhares, outras respostas podem se revelar bastante diferentes da grande maioria. Contudo, respostas comuns podem aparecer de maneira semelhante, o que pode confirmar a compreensão do fenômeno estudado. A certa altura, o pesquisador percebe que poucas são as surpresas ou novas informações, ou seja, a saturação ocorre quando as respostas dos entrevistados começam a se repetir de tal maneira que informações novas praticamente não ocorrem.

Vale mencionar quais os critérios de escolha dos entrevistados. Ao longo da pesquisa de campo foram entrevistados 50 pessoas entre eles: 40 são moradores de Cachoeira (escolhidos aleatoriamente dentro do recorte espacial definido⁹), 6 representantes do Poder Público local e 4 entrevistados são profissionais que possuem relações com a temática do patrimônio cultural e/ou órgãos de preservação¹⁰.

Nestas entrevistas tivemos a oportunidade de conhecer pessoas de faixas etárias e de classes sociais muito diferenciadas, mas em sua maioria encontramos moradores interessados em contribuir com a pesquisa fornecendo informações necessárias ao esclarecimento do tema. As questões que fizeram parte da entrevista foram divididas em dois blocos. O primeiro com perguntas básicas sobre faixa etária, sexo, logradouro, tempo de moradia, escolaridade e renda. O segundo bloco composto por perguntas abertas todas gravadas em áudio, com a devida permissão do entrevistado, para posterior transcrição compondo um grande banco de dados e informações qualitativas.

Todas as entrevistas foram realizadas dentro do recorte espacial definido para a pesquisa. Muitas destas entrevistas foram obtidas nos momentos de caminhada pela cidade sendo, portanto realizadas nas praças, jardins, orla fluvial, nos passeios e até mesmo nas casas dos moradores. Esse procedimento foi interessante pois permitiu vivenciar minimamente o espaço estudado, por meio da incessante troca de ideias com os moradores. Pela especificidade de ser uma “cidade pequena”, cujas relações sociais são muito próximas e intensas, optamos por resguardar a identidade dos entrevistados¹¹.

Vale ressaltar que no primeiro momento houve dificuldades em conseguir informações através de conversas informais ou entrevistas com os usuários da cidade. Não raro foram as negativas por parte dos entrevistados em ceder alguns minutos de conversa. Não ser nativa ou residente da cidade contribuiu para uma dificuldade inicial, mas contornada com o passar do tempo com o estabelecimento de alguns laços e com o aumento da rede de contatos. Outra questão pertinente diz respeito a temática do patrimônio em si, onde foi constatado desde o início, e ratificado por meio de muitas

⁹ Alguns destes moradores entrevistados são indivíduos “comunicadores” dos quais muitos deles são representantes de grupos e/ou associações representativas da cidade.

¹⁰ Vale ressaltar que a ideia original era pela realização de entrevistas também com os turistas que visitam Cachoeira ao longo do ano. O objetivo era entrevistar os turistas que visitam a cidade fora do período dos grandes eventos do local (Festa de São João, em junho, Festa da Irmandade da Boa Morte, em agosto), pois entrevistá-los neste período poderia render respostas muito relacionadas aos eventos em questão. E este não era nosso objetivo. Devido à dificuldade em encontrar turistas fora do período das grandes festas não realizamos entrevistas com os turistas, mas que certamente forneceria informações importantes ao estudo.

¹¹ Os nomes dos entrevistados aparecerão em formato de sigla ao longo do texto de modo a resguardar sua identidade.

entrevistas, a relação por vezes tensa entre os moradores e o IPHAN. Diante desta constatação houve a necessidade de logo na apresentação deixar claro a ausência de vínculos profissionais com as instituições de preservação federal e/ou estadual ou mesmo com o Poder Público local.

Outro ponto importante na dificuldade em conseguir entrevistados é o fato de Cachoeira concentrar muitas pesquisas com objetivo de investigar sua realidade, sendo portanto um “laboratório vivo”, causando uma certa fadiga aos moradores. Muitos relataram as inúmeras contribuições feitas aos pesquisadores nos últimos anos sendo constantemente indagados sobre seu espaço de vivência. Estes relatos acabam servindo de base as pesquisas em geral, filmes, documentários e teses que por um lado lhes lisonjeiam, mas ao mesmo tempo cria um cansaço. Os moradores tecem críticas ao pouco comprometimento de alguns pesquisadores em apresentar os resultados de pesquisa e do pouco rebatimento, em termos práticos, destas pesquisas em seus espaços de vida.

Estes apontamentos refletem aquilo que Lacoste (2006) elucida sobre a responsabilidade do pesquisador perante aos indivíduos e ao espaço em que ele se propôs estudar. A multiplicação das pesquisas científicas de toda natureza recai sobre pessoas e lugares com intencionalidade diferenciadas. A execução de pesquisas e dos resultados alcançados com a mesma contribuem para o estudo mais aprofundado de um determinado espaço servindo inclusive para facilitar intervenções de toda ordem seja para o bem ou para o mal. A preocupação de Lacoste (2006, p 78) é relatar que o pesquisador tem responsabilidades sobre os resultados da sua pesquisa, “pois os resultados dela conferem poder a quem os detém” o que confirma que todo saber é também instrumento de poder.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.1 APRESENTANDO O CONCEITO CHAVE: PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio é bastante familiar no seio do pensamento moderno ocidental. Ela faz parte do nosso cotidiano e corriqueiramente faz referência ao patrimônio econômico e financeiro, imobiliário, ao patrimônio ecológico ou cultural pertencente a um indivíduo ou a um grupo coletivo, sendo assim, “parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra” (Gonçalves, 2009, p 25). Seja na Bahia ou em outras cidades brasileiras, tornou-se comum a exaltação do nosso patrimônio natural (simbolizado pela diversidade da flora e fauna) ou do patrimônio cultural (representado pela riqueza das diferentes culturas) na publicidade, na literatura ou na música enquanto bem coletivo que deve ser valorizado e preservado.

O conceito de patrimônio, em um primeiro instante, aparece como uma questão aparentemente simples a ser discutida. Entretanto esta aparente terminologia exige maiores aprofundamentos teóricos e análises empíricas mais cuidadosas, pois ganhou relevância e contornos inéditos nos últimos anos. Trabalhar com patrimônio permite ao pesquisador se debruçar a partir de muitas possibilidades de estudo, sendo portanto um tema “coringa”, pois os caminhos que se abrem variam desde as relações que podem ser estabelecidas entre patrimônio e memória até as relações entre patrimônio e planejamento urbano.

A permanência dos bens patrimoniais no espaço vai além das adversidades que o tempo, o esquecimento e a destruição intencional impõem aos mesmos. O campo do patrimônio é permeado por conflitos, uma vez que sua própria terminologia está inserida no campo dos valores, sendo portanto uma seleção do que deverá ser lembrado ao longo da história e do que deverá ser esquecido pelo tempo. No processo de patrimonialização¹², como afirma Paes-Luchiari (2005, p. 97), “a eleição de um patrimônio é sempre um

¹² O entendimento por patrimonialização no âmbito da literatura patrimonial refere-se a duas questões principais. Os processos de patrimonialização fazem referência a atribuição de um protocolo formal de classificação e de proteção a uma variedade de bens culturais, através de registros e tombamentos formais promovidos pelas instituições responsáveis pela preservação nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal. Por outro lado, os processos de patrimonialização estão também atrelados as operações (arquitetônica, paisagística, urbanística, política, cultural, comercial) cujos objetivos estão assentados na exacerbação do valor patrimonial principalmente para efeitos relacionados a promoção da imagem, do consumo cultural e/ou turístico vinculado ao mundo do entretenimento e do lazer.

processo socialmente seletivo”, logo depende do olhar ao valorizar, ou não, determinado bem ligado a materialidade e ou a imaterialidade. Esta seleção é realizada por quem detém algum poder e contribui para a criação de uma representação patrimonial.

Pelos múltiplos valores atribuídos a determinados bens culturais, estes passam a ser merecedores de proteção, sendo portanto considerados “patrimônios” a serem transmitidos as gerações futuras como referenciais de memória, de passado e identidade coletiva. Além de um poder simbólico, o patrimônio exige políticas de preservação para que as dimensões materiais sejam conservadas por mais tempo, através do tombamento; e as dimensões imateriais sejam transmitidas por longo período aos indivíduos, através do registro. A ampliação do seu conceito e sua importância adquirida ao longo do tempo foram traduzidas em políticas patrimoniais de repercussão mundial. Assim, pouco a pouco houve grande valorização dos bens culturais materiais de cidades históricas e áreas protegidas através dos programas, linhas de financiamento estatal e de projetos da iniciativa privada. Se antes somente os bens construídos eram alvo de patrimonialização, o alcance chegou na contemporaneidade ao reconhecimento da cultura imaterial colocando novos valores a serem ressaltados.

A noção de patrimônio mudou ao longo do tempo, desde a sua “invenção” até a contemporaneidade (Choay, 2006), desde a perspectiva que remete a noção de identidade nacional à sua transformação em políticas públicas, passando por seu uso como mais nova mercadoria a ser consumida. As ações de patrimonialização em larga escala por um lado atestam a importância do patrimônio para a sociedade mas, por outro lado, acabam tornando-o banal e por vezes cercado de outras intencionalidades devido à valorização mercantil adquirida pela cultura e pelo próprio patrimônio. Dentro desta discussão emergem as múltiplas funções e usos do patrimônio adquiridos com o passar do tempo, que variam desde seu papel enquanto referencial de memória de um povo até sua função de desenvolvimento econômico ou de suas funções enquanto construção coletiva até a sua apropriação privada, através do processo de gentrificação e segregação social e espacial.

Utilizado como trunfo na competição entre cidades, o patrimônio adquire importância principalmente para as cidades detentoras de patrimônios materiais, imateriais, naturais. Neste ínterim emergem as questões referentes a espetacularização das cidades por meio das ações que supervalorizam o patrimônio, que levam a uma homogeneização dos espaços e a “petrificação” das cidades (Jeudy, 2005). As cidades históricas e áreas protegidas passam a ser planejadas seguindo uma mesma lógica

aplicada em várias cidades, nas quais o conjunto patrimonial transmuta-se em mera cenografia a ser usufruído. Desta maneira, o patrimônio cultural tornou-se também álibi a turistificação dos espaços e em especial das cidades históricas.

Definiremos patrimônio cultural através da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2003) que se refere aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Um apontamento importante é que a noção de patrimônio cultural trabalhada na pesquisa refere-se a uma noção mais ampliada de patrimônio enquanto síntese das dimensões materiais e imateriais. Esta noção já se faz presente nas políticas adotadas pelos órgãos de preservação fruto dos avanços teóricos e metodológicos ao longo dos anos das políticas de preservação em todo o mundo.

Apesar das abordagens diferenciadas e das políticas sugerirem uma aparente dicotomia, entre material e imaterial, enxergamos o patrimônio enquanto forma-conteúdo sem possibilidade de ser dicotômico. Como nos sugere Sant’Anna (2011) as dimensões materiais e imateriais do patrimônio fazem parte de uma mesma ideia, onde os bens de natureza material possuirão sempre uma face imaterial e vice-versa. Assim, uma forma material não é mais do que uma mera forma se não houver um conteúdo que lhe anime, que lhe dê vida. É a partir desta ideia que enxergamos o patrimônio, que será aqui entendido enquanto patrimônio cultural¹³. Ainda vale dizer que reconhecemos que há uma multiplicidade de bens culturais para os diversos grupos sociais. O patrimônio é um campo altamente subjetivo, pois afinal cada grupo pode eleger inúmeros bens como seus “patrimônios” mesmo que estes não sejam reconhecidos enquanto tal perante outros grupos ou perante o Estado.

Reconhecemos a importância dos diferentes bens culturais dos mais variados grupos sociais independentemente de serem considerados ou não enquanto patrimônios, entretanto precisávamos delimitar o nosso estudo. Diante das muitas possibilidades, optamos nesta pesquisa em considerar aqui os bens culturais que são reconhecidos enquanto patrimônios pelos órgãos de preservação patrimonial no Brasil, entre eles o IPHAN e os órgãos de âmbito estadual e municipal, portanto situaremos nossa discussão dentro do terreno das ações normativas elaboradas pelos órgãos oficiais de preservação.

¹³ Ao longo do tempo muitas foram as definições estabelecidas ao patrimônio (natural, arquitetônico, histórico, artístico, industrial, arqueológico). Entendemos que todas estas definições feitas até aqui representam ao mesmo tempo os aspectos referentes ao patrimônio cultural, pois foram criados, transformados e valorizados pela sociedade.

O IPHAN, em âmbito federal e o IPAC, no âmbito estadual, regem a política de preservação patrimonial no espaço estudado. É a partir da patrimonialização instituída por estes órgãos que iremos nos debruçar.

A temática do patrimônio adquiriu uma dupla complexidade. Sob ponto de vista teórico a partir das novas bases de valorização não somente do histórico e artístico, mas também das manifestações populares e dos modos de fazer, criar e viver. Sob o ponto de vista prático a partir das ações de proteção e políticas públicas relacionadas a sua preservação e todas as repercussões e desdobramentos que estas ações ganham no espaço, em especial, no espaço urbano.

2.2 CONTEXTUALIZANDO O PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O patrimônio que trataremos aqui refere-se ao patrimônio cultural presente em cidades históricas. As discussões sobre o patrimônio no Brasil avançaram e isso demonstra um passo importante no intuito de compreender o desenvolvimento das políticas de preservação, dos instrumentos e dos desafios a serem superados, sobretudo, dentro do contexto urbano.

Optamos por tratar o patrimônio no contexto da produção do espaço, logo dentro do modo de produção capitalista, pois entendemos que esta discussão possui uma dimensão espacial importante a ser estudada. Fato constatado também por Cruz (2012, p 96) ao reconhecer a dimensão espacial do patrimônio e afirmar que “todo patrimônio cultural é gestado no processo conflituoso e contraditório de produção do espaço”. Contextualizar o patrimônio cultural na produção do espaço não é uma tarefa das mais fáceis devido ao emaranhado de temas envolvidos e das possíveis abordagens que a temática possibilita.

Patrimônio diz respeito a memória, enquanto direito fundamental de todo ser humano ao fazer referência aos aspectos sociais, históricos e espaciais. Para Fonseca (1997, p 49) “os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço” e talvez por esta capacidade de unir tempo e espaço que desperte a atenção de tantos pesquisadores. A concepção inicial de patrimônio fazia alusão à memória e contribuía para a perpetuação dos referenciais identitários de um grupo coletivo. Choay (2006) esclarece que a prática de selecionar um monumento como obra representativa de uma sociedade é também:

[...] uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (CHOAY, 2006, p 18).

Gonçalves (2009, p 26), esclarece que patrimônio é “uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”. A importância do patrimônio não se restringe às modernas sociedades ocidentais, pois, segundo o autor, esta categoria já existia há milênios, pois o ato de “colecionamento” é uma atividade que faz parte de muitos grupos sociais há séculos contudo a modernidade ocidental criou os contornos específicos no intuito de selecionar e normatizar os bens patrimoniais segundo critérios específicos.

Evidentemente que tudo que é produzido pelo homem não será preservado para as próximas gerações. Não poderemos preservar todos os espaços, casas, todos os monumentos, nem todas as criações humanas, pois afinal não será tudo “digno” de preservação. Assim, cultura e patrimônio dizem respeito ao campo dos valores e estes são comumente atribuídos aos grupos hegemônicos que ditam a seleção, a normatização e a preservação dos mesmos.

Entendemos que todo patrimônio seja ele material e/ou imaterial está ligado ao campo da cultura, assim não há patrimônio que não seja cultural. O estabelecimento do que é cultura e do que é patrimônio é definido no complexo jogo de forças no interior de uma sociedade. Compreender por que determinados bens culturais ou determinados aspectos da cultura merecem ser preservados renderia amplas discussões dos vários campos do conhecimento científico.

O patrimônio se relaciona com a atribuição de valores sejam eles: históricos, estéticos, afetivos. Logo, o patrimônio é um produto da construção social cuja base situa-se na atribuição de valores pelos diferentes grupos sociais. Sendo uma construção social todos “constroem” seus próprios “patrimônios” (um lugar, um espaço, um objeto) mesmo que não estejam situados no âmbito dos bens consagrados. Assim, os bens culturais são reconhecidos como “patrimônios oficiais” ao passarem por uma espécie de seleção. A patrimonialização está diretamente relacionada ao processo de seleção do que será ou não considerado patrimônio. Esta triagem é estabelecida para os “patrimônios individuais” na medida em que todos nós cotidianamente estamos selecionando objetos, lugares, práticas

para serem lembradas ou esquecidas a depender dos valores que nós atribuímos aos diferentes bens culturais.

Ao realizar esta seleção buscamos guardar, cuidar e até transmitir para outras pessoas ligando os bens culturais do passado ao presente, selecionando então o que será representativo, qual o legado desta geração atual para as gerações seguintes. Reconhecemos que todos podem construir seus próprios patrimônios, entretanto a denominação patrimônio é atribuído aqueles bens culturais selecionados pelo Estado, e assim, considerados oficiais. Será a partir destes patrimônios oficiais que nos deteremos.

A seleção sobre a patrimonialização acaba sendo uma atribuição do Estado que através de seus técnicos “pinçam” aqueles bens que representam um grupo maior. Esta postura quase que autocrática esteve presente durante muitos anos no âmbito dos órgãos de preservação patrimonial. Através deste reconhecimento existe um esforço para que estes aspectos culturais permaneçam por mais tempo e possam ser transmitidas para outras gerações através de políticas públicas.

Os patrimônios são assim reconhecidos diante do seu valor nacional fundamentado em um sentimento de pertencimento para um grupo coletivo. A criação da noção de patrimônio surge juntamente com a ideia de nação, durante a Revolução Francesa, no século XVIII, quando o Estado assumiu a proteção de determinados bens, em nome de um interesse público, por possuírem a capacidade de simbolizar a nação. Os principais valores atribuídos nesta época eram os valores históricos e artísticos. Assim, o dito “patrimônio histórico e artístico nacional” é utilizado para a construção de uma representação de nação, portanto a criação da construção da noção de patrimônio está atrelado a sua utilização como um instrumento ideológico de legitimação do poder estatal.

Logo, a sua seleção e proteção será regida pelo Estado por meio de uma legislação específica. No Brasil, o Decreto-lei nº 25-1937 regulamenta a proteção dos bens culturais brasileiros. Em um dos decretos deste documento esclarece que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional:

Art.1º. o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Tornar qualquer herança histórica, arquitetônica, artística em patrimônio é sempre fruto de um processo seletivo. Assim, a leitura do que seja, ou não, patrimônio é sempre marcada por visões particulares de um determinado grupo e de cada época específica. Logo, quando nos referimos a preservação do patrimônio “remetemo-nos a um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói” (LUCIARI, 2005, p 96).

Por este motivo que normalmente os bens culturais tombados como patrimônios representam, em sua maioria, os grupos hegemônicos de cada sociedade através de palácios, templos, castelos, igrejas e cidades com arquitetura colonial. No Brasil, houve o predomínio do caráter elitista nas políticas de preservação diante do privilégio na seleção de bens culturais relacionados diretamente a cultura luso-brasileira. Para Fonseca (1997) os bens patrimoniais, diferentes dos bens culturais em geral, são assim selecionados por uma instituição estatal baseado no valor simbólico que se refere fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado ou o município).

Castriota (2009) também elucida que, no campo do patrimônio, a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais levará a decisão de se conservar, ou não, um bem cultural. Desta maneira, para não cair em posturas dogmáticas ou ingênuas é importante perceber que os valores vão ser sempre um fator decisivo nas práticas do campo do patrimônio. O espaço concebido seleciona historicamente bens culturais, segundo seus próprios critérios, para tornar estes patrimônios oficiais. Desta maneira as políticas de preservação sempre trabalham com a dialética lembrar-esquecer, pois para que possamos criar uma memória privilegiamos certos aspectos da história em detrimento de outros.

A seleção dos bens culturais passíveis de se tornarem patrimônios é realizada normalmente por grupos hegemônicos que pretendem afirmar que estes bens são representantes legítimos da história, contudo a contradição se estabelece quando aqueles que criam/recriam e vivem cotidianamente nestes espaços geralmente não são consultados. Desta maneira fica instituída a denominação patrimonial, mas não necessariamente o que será visto e tratado pela população como tal¹⁴. A participação na

¹⁴ Nesta pesquisa trataremos dos “bens patrimoniais” (Fonseca, 1997), ou seja, aqueles bens culturais que foram considerados enquanto patrimônios pelos órgãos de preservação federal e estadual por fazer

escolha e na fiscalização da proteção de bens deve ser realizada por todos, não deixando a cargo somente os profissionais dos órgãos de preservação o papel de seleção e preservação dos bens representativos de uma sociedade. Por isso a participação da população local é fundamental, pois como argumenta Jeudy (2005, p 19) “para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura”.

Antes de serem criadas as ações de preservação do patrimônio de um bem cultural esteve relacionada à valorização social conferida ao mesmo. Assim, muitos bens culturais sobreviveram ao longo do tempo sem contudo necessitar de mecanismos maiores de proteção. Desta maneira pelas razões mais diversas entre elas a ação do tempo e o desprezo social, de algum modo contribuíram para mantê-los por um longo período. Assim, a permanência de alguns objetos é resultante de motivações sociais, culturais e simbólicas, econômicas e políticas (CAMARGO, 2002).

Com intuito de conferir maior valorização a determinados bens criou-se o que Cruz (2012) intitula de “patrimonialização do patrimônio” que se refere à “institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural” por meio de um conjunto normativo criado pelos órgãos preservacionistas visando à proteção e a preservação de bens materiais, através do tombamento, e de bens imateriais, através do registro. Estas ações visam sobretudo perpetuar a existência destes bens por um período mais extenso.

Como já foi esclarecido a patrimonialização é um movimento construído e datado historicamente (Revolução Francesa) cujo patrimônio era utilizado para designar o que pertencia à pátria (logo, a denominação patrimônio) instituindo a ideia de patrimônio nacional da qual possuía funções simbólicas e cívicas.

Vale dizer que nosso intuito nesta pesquisa não foi dar conta do estado da arte sob o campo patrimonial. Por ser uma temática muito extensa e considerando o conjunto de referências sobre sua formação, evolução e seus desdobramentos analisados pelos muitos campos disciplinares (antropologia, arquitetura, museologia) apontaremos apenas algumas questões da patrimonialização em âmbito internacional, mas principalmente no âmbito das políticas que envolvem o patrimônio no Brasil.

referência a uma identidade coletiva e por este motivo possuem normas e políticas específicas em prol da sua preservação.

Ao longo do século XIX iniciaram as primeiras ações em prol da preservação patrimonial na Europa, mas foi no decorrer do século XX que a dimensão patrimonial ganhou contornos mais expressivos. Nesta época são elaboradas as primeiras cartas patrimoniais e entre as mais conhecidas estão: a Carta de Atenas e a Carta de Veneza que são dois documentos internacionais importantes para o estudo do patrimônio.

As cartas patrimoniais são recomendações à preservação e conservação de bens culturais por meio de conceitos e normas firmados entre os membros de vários países. Para Camargo (2002) as cartas patrimoniais possuem importância fundamental como instância reguladora dos princípios conceituais da conservação e restauro dos bens patrimoniais. A Carta de Atenas (1931) foi o primeiro documento destinado a estabelecer um patamar comum em nível internacional para a prática da preservação de monumentos históricos. Este documento tornou-se importante devido ao estabelecimento dos princípios gerais para a restauração de monumentos e pela afirmação da primazia do interesse público, isto é, interesse coletivo, sobre a propriedade privada sendo esta uma das questões principais que ronda a discussão da proteção legal de um patrimônio.

Para Silva (2003, p 52) “a Carta de Atenas é um marco importante para a proteção dos bens culturais imóveis, em virtude de seu caráter universal, constituindo-se importante diretriz seguida pelos profissionais ligados às políticas urbanas”. A Carta cita a importância do patrimônio histórico afirmando que:

[...] os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos) [...] são testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, por que alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano (CARTA DE ATENAS, 1933, p 25).

A Carta de Veneza surge, em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Sua aprovação foi ainda mais importante diante da preocupação com a deterioração dos monumentos, principalmente aqueles que foram destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Choay (2006), após a Carta de Veneza houve uma mudança de mentalidade da sociedade em relação aos monumentos. Assim, a Carta de Veneza, diferente da Carta de Atenas, foi concebida para tratar exclusivamente da proteção dos bens imóveis com preocupações acerca da sua restauração e conservação. Além disso, houve uma mudança de pensamento ampliando a proteção não somente ao bem isolado, mas também ao ambiente no qual ele está inserido.

Em seu artigo 7^a aponta que “o monumento é inseparável da história de que é testemunho e inseparável do meio em que se situa” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Na literatura patrimonial há um grande destaque nas discussões sobre as críticas acerca das intencionalidades que rondam a valorização do patrimônio cultural. Para Choay (2006) estas ações em âmbito internacional são fortemente imbuídas de intencionalidades que não somente a pertença comum do patrimônio cultural que deve ser salvaguardada. Estas políticas refletem a forte tendência que transformaria os monumentos em uma grandiosa “indústria do patrimônio”. Choay (2006, p 223) acredita que “desde então, a reapropriação e a valorização da cidade antiga tornaram-se a ladainha do concerto patrimonial das nações”. A proteção do patrimônio ganha maior destaque a partir do momento que deixa de ser algo de responsabilidade dos países isoladamente e ganha dimensões internacionais.

A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão governamental ligado a Organização das Nações Unidas (ONU) é considerado um marco internacional em relação à proteção de bens patrimoniais. Criada em 1945, logo após a II Guerra Mundial, tem como um de seus objetivos zelar pela conservação e proteção do patrimônio universal e recomendar aos países as convenções internacionais necessárias. Segundo Scifoni (2010, 212) o surgimento da ideologia que o patrimônio deveria ser universal deve ser compreendido segundo o contexto histórico “como parte de um processo em curso de mundialização de valores ocidentais, que se disseminou no período do Pós-Segunda Guerra”.

Após a criação da UNESCO inúmeras foram os acordos internacionais direcionados a proteção do patrimônio. Entre os acordos, cartas e normas importantes desta época estão: a Norma de Quito (1967) que trata da conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Esta norma é importante principalmente para compreender a ligação da valorização do patrimônio aliada a lucratividade econômica assim,

[...] os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles” (NORMA DE QUITO, 1967).

Associa-se então a noção de preservação patrimonial com desenvolvimento econômico e social para as regiões detentoras de bens patrimoniais incentivando principalmente as atividades turísticas. Simão (2006) atesta que as atividades ligadas ao turismo nos núcleos urbanos preservados tem sido uma forte alternativa utilizada com objetivos de atrair renda tanto para a preservação quanto para aqueles que diretamente estão envolvidos com o patrimônio.

Segundo Silva (2003) a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, criada em 1972, reforça ainda mais a importância da proteção e salvaguarda do patrimônio, pois institui o conceito de Patrimônio Cultural da Humanidade¹⁵, onde a degradação ou o desaparecimento de um bem é um dano para todas as nações. Os bens protegidos por esta Convenção (monumentos, os conjuntos e os lugares notáveis) são inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e seguem os critérios de monumentalidade, excepcionalidade e autenticidade.

Costa (2009) e Scifoni (2010) nos adverte sobre a geografia desigual no que se refere a distribuição dos bens protegidos em todo o mundo ferindo inclusive o princípio da igualdade na distribuição dos bens protegidos por continente. Pode-se perceber através desta distribuição uma tendência à hegemonia dos países do hemisfério norte em relação aos países do sul que buscam através de seu patrimônio, tornado mercadoria a ser consumida, uma maior lucratividade, através das atividades ligadas ao turismo. Não seria nenhuma coincidência afirmar que os cinco países que estão no topo da Lista do Patrimônio Mundial são também recordistas em visitação turística internacional, são eles: Itália, Espanha, Alemanha, França e Reino Unido. Desta maneira, a intencionalidade de alguns países se configura para além da busca da preocupação com a proteção do patrimônio. A desigual distribuição, como afirma Costa (2009) nos faz questionar por que países cuja as civilizações são muito antigas, como, por exemplo, o Egito e Iraque, possuem poucos bens protegidos se comparado, por exemplo, aos Estados Unidos cuja a formação é relativamente recente.

Em muitos países há quase que uma “obsessão” pelo patrimônio e por sua recuperação como já nos esclarece Jeudy (2005), seria como uma espécie de consciência

¹⁵ No Brasil são 18 os bens inscritos até a presente data. Entre estes são considerados como “Patrimônio da Humanidade” alguns centros históricos brasileiros como os de: Olinda (1982), Salvador (1985), São Luís (1997), Diamantina (1999) e Centro histórico da cidade de Goiás (2001), além dos conjuntos arquitetônicos e urbanístico de Ouro Preto (1980), Brasília (1987). São também inscritos na Lista do Patrimônio Mundial bens naturais como o Parque Nacional do Iguazu (1986), Pantanal Motogrossense (2000), Parque Nacional do Jau (2000), entre outros.

coletiva que deseja resgatar a memória de modo a não perder as referências de identidade. Para o autor, o dever de memória, resultado das guerras, não permite que as pessoas possam simplesmente esquecer, impossibilitando viver simplesmente o presente. Em outras palavras Jeudy (2005) complementa que:

Pode-se interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de conjurar essa ameaça que pesa permanentemente sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. A conservação se torna uma “questão urgente” e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial prioritariamente percebido na perspectiva de sua perda [...] (JEUDY, 2005, p 21-22).

Podemos questionar se é somente o receio da perda de referenciais identitários que permeiam as atuais políticas de conservação patrimonial em todo o mundo, mas talvez por que estes mesmos bens agreguem valor de mercado, atraindo para as cidades detentoras destes bens uma série de vantagens, notadamente econômicas. Muitos países detentores de bens com títulos de “Patrimônio Cultural da Humanidade” são também destaque na rota turística internacional. Scifoni (2010, p 217) corrobora afirmando que “não se pode perder de vista, assim, quando se analisa a experiência internacional de proteção do patrimônio, tanto os fatores de ordem política e as relações de poder que comandam o processo, como também as motivações de ordem econômica que fomentam essas ações”.

Devido ao grande interesse deste título, pomposo e lucrativo, a cada ano a “Lista do Patrimônio” tende somente a crescer, pois constantemente os países membros enviam uma nova listagem de bens a serem avaliados, sendo, portanto objeto de grande disputa. Esta corrida é, sobretudo em busca de capital, investimentos, principalmente relacionada ao turismo, considerada uma das “indústrias” mais promissoras no mundo. Obter o título pela UNESCO, já é por si só um símbolo de prestígio, sendo explorado a todo o momento, garantindo atratividade e visibilidade aos seus bens e as cidades possuidoras.

Entre os estudiosos da temática do patrimônio cultural nota-se que há um certo consenso ao estabelecer que os interesses econômicos parecem dominar os interesses culturais. Choay (2006) aponta uma tendência mundial em transformar o patrimônio em produto econômico. Estes afirmam que o turismo é a grande mola propulsora das ações relacionadas ao patrimônio cultural. Uma avalanche de críticas é lançada sobre os programas e projetos que compõem o conjunto das estratégias públicas e privadas que

inevitavelmente enaltecem a cenarização, espetacularização e mercantilização sobretudo das cidades e dos centros históricos.

Parece haver uma certa relação entre turismo e patrimônio cultural amplamente estimulada pelo Estado, pelas agências de turismo, rede hoteleira e outros segmentos que enxergam lucratividade nesta associação. Os bens culturais patrimonializados tornam-se frequentemente objetos de consumo turístico. Assim, a patrimonialização gera uma espécie de valorização dupla, segundo Cruz (2012), pois a patrimonialização ao mesmo tempo em que reflete a valorização cultural atribuída por uma sociedade a determinados bens culturais ela mesma desdobra-se em uma nova valorização, pois os bens culturais considerados patrimônios estimulam o consumo turístico das cidades possuidoras destes bens. Este consumo é mediado pelo pagamento de taxas, ingressos para visitação a museus, igrejas, centros culturais. Assim, o consumo destes bens pelo turismo torna-se verdadeira fonte de renda. Tal pressuposto   esclarecido por Cruz (2012) que identifica esta rela o como contraditória ao afirmar que “entre as motiva es que levam   patrimonializa o de um dado objeto destaca-se o seu valor de uso, mas o que viabiliza a sua existência   o seu valor de troca”.

As cidades históricas conhecidas por seus bens culturais atraem milhares de turistas para que possam conhecer seus patrimônios, o que as vezes provoca uma perversa contradi o da qual “um bem patrimonializado e cooptado pelo turismo acaba depredado, degradado e destruído por usuários turistas” (CRUZ, 2012, p98). Salienta-se que não somos contrários   salvaguarda patrimonial, esta por sua vez   uma importante política que busca preservar aspectos culturais da sociedade. Contudo, estas mesmas políticas de preserva o vêm sendo cooptadas pelas estratégias políticas que tentam a todo custo aliar o patrimônio cultural a interesses econ micos. As políticas de preserva o são de grande valia e por vezes torna-se urgente e necessária em muitas cidades possuidoras de acervo cultural. As questões que merecem maiores discussões estão nos pontos: para quem se preserva, como e com quais intencionalidades estas a es são postas em prática.

2.3 AS A OES DE PATROMONIALIZA O NO BRASIL

Feitos estes esclarecimentos iniciais sobre o contexto patrimonial internacional torna-se importante compreender como as discussões do âmbito patrimonial repercutiram no Brasil. A atua o dos órgãos de preserva o no país foi influenciada pelo contexto

internacional. Na medida em que as concepções de patrimônio e políticas vinculadas aos bens patrimoniais eram discutidas, modificadas e transformadas, no Brasil isso se fazia repercutir nas diferentes fases de atuação do órgão federal de preservação patrimonial ao longo dos mais de 70 anos de sua fundação. O IPHAN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura da qual é responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Esta responsabilidade implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

No Brasil, a patrimonialização do patrimônio consolida-se como prática no início do século XX, a partir da criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1933) que dará origem ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. Foi dentro do movimento modernista brasileiro que se inicia as primeiras ações de preservação. A figura de Mário de Andrade destaca-se como o autor do primeiro projeto de lei para a proteção do patrimônio cultural em 1936, assim temos a criação da lei de tombamento como principal recurso pelo qual o Estado busca assegurar a proteção de bens culturais materiais ou tangíveis.

O estímulo as primeiras ações de preservação patrimonial estão no contexto histórico e político do século XX que ambientava um nacionalismo. Tanto na França, após a Revolução Francesa, quanto no Brasil, após a Revolução de 1930, havia a necessidade de reconhecimento de uma identidade nacional. Um dos direcionamentos dado pelo Estado Novo era o estabelecimento de uma identidade nacional, vinculada a eleição de parte da herança histórica como representante das raízes brasileiras. Assim, seguindo esta racionalidade hegemônica, foram eleitos inúmeros bens como símbolos de nacionalidade entre eles: conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos com predomínio da influência barroca, além de bens imóveis como igrejas, edifícios públicos, sobrados, casarões, Casas de Câmara e Cadeia. Desta maneira, objetos fixos foram sendo selecionados, segundo alguns critérios, e pouco a pouco aumentava o conjunto de objetos protegidos por um sistema normativo.

Além da preservação de bens individuais o IPHAN tem uma longa experiência na preservação de áreas urbanas, pois já em 1938 o IPHAN promoveu o tombamento de seis cidades mineiras¹⁶. Segundo Sant'Anna (1995, 2004) ao longo da trajetória do IPHAN percebemos modificações na postura do órgão federal na gestão das áreas urbanas

¹⁶ Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João del Rei.

protegidas no que se refere aos conceitos utilizados, nas operações de seleção, salvaguarda e conservação, nas intencionalidades mediante as políticas de patrimonialização. A autora ainda esclarece as diferentes práticas de preservação de áreas urbanas no Brasil em três momentos: na estruturação do primeiro aparelho de Estado entre 1937 e 1950; no período de modernização desse aparelho e de utilização do patrimônio como fator de desenvolvimento regional, na década de 70; e, nos anos 80, quando da sua apropriação como instrumento de política urbana.

Segundo Sant'Anna (1995) o período entre os anos de 1937 a 1967, a perspectiva trabalhada pelos órgãos de preservação encarava as cidades como “cidade monumento”. A cidade colonial era entendida como uma verdadeira obra de arte, única e homogênea, logo um grande monumento que não deveria ser tocado de modo a preservar sua estrutura. A seleção das áreas consideradas patrimônios pautava-se segundo os critérios artísticos e estéticos. Neste momento além das cidades mineiras foram tombados centenas de edifícios coloniais espalhados pelo país. O patrimônio constituído naquele momento se inscreveu em uma estratégia de valorização do barroco colonial como estilo nacional influenciado pela hegemonia alcançada pelos modernistas que fundaram o órgão federal. Este entendimento repercutiu anos mais tarde na configuração urbana das áreas protegidas sendo por isso alvo de críticas.

Neste momento, o IPHAN detinha toda a responsabilidade pela salvaguarda do patrimônio enquanto que os estados e municípios mantinham uma posição passiva no âmbito da preservação cumprindo apenas as normas e determinações do órgão federal. As cidades tombadas, neste momento, eram concebidas como um monumento artístico, uma obra de arte, que deveria ser preservada como tal. Sob esta área urbana concebida enquanto patrimônio foram criadas normas rígidas em prol da sua conservação. As operações mais recorrentes neste momento eram as restaurações a um estado original colonial, sendo banidos todos os elementos que fugiam deste estilo arquitetônico. Os componentes social e econômico foram relegados ao componente da estética urbana e são justamente estes dois componentes que repercutem nos usos e atividades do sítio urbano que poderiam definir as possibilidades reais de sua conservação.

Nestas primeiras ações de preservação torna-se claro a intenção de preservar o patrimônio de pedra e cal pertencentes à cultura de elite branca e católica, como presenciamos na preservação dos exemplares da arquitetura colonial, igrejas católicas, fortificações, casarões e sobrados e monumentos em geral. A nosso ver, forma-se assim uma das grandes contradições do campo patrimonial, pois os instrumentos de valorização

ao patrimônio são criados com intuito de ser garantido o direito à memória, afinal este patrimônio é criado cotidianamente pelos diferentes grupos da cultura do país nas figuras do branco, do índio e do negro. O que presenciamos ainda é a seletividade do que deve ser digno de preservação as gerações futuras haja vista a desigualdade de bens culturais preservados/valorizados entre as diversas culturas formadoras da sociedade brasileira (FONSECA, 2005).

Castro (1991) nos esclarece que existem inúmeras possibilidades de formas legais de preservação de bens culturais não estando restrita a uma única lei ou forma específica. Um das formas legais de preservação é o tombamento através do Decreto-lei 25 de 1937 de modo a manter a integridade do bem, impondo assim restrições de uso e limitações ao direito de propriedade. O ato de tombamento sempre foi, e ainda é permeado de polêmicas e conflitos entre os agentes envolvidos, não sendo incomum a prática de contrariar as normatizações impostas ao bem cultural tombado. O bem cultural uma vez inscrito em um dos quatro Livros do Tombo¹⁷ torna-se um bem tombado do qual não pode ser destruído, mutilado ou descaracterizado, sendo aplicada sobre bens materiais como imóveis públicos ou privados de relevante valor ou mesmo aplicado sobre fragmentos urbanos, centros históricos ou mesmo cidades inteiras. Este é o instrumento mais aplicado no Brasil com o intuito de preservar bens culturais, pois os bens materiais foram o principal alvo das preocupações dos órgãos preservacionistas durante longos anos.

Apesar das polêmicas acerca da aplicação do tombamento, este por muitas vezes tem servido como espécie de “último suspiro” no contexto da produção do espaço. Diante da alta velocidade na transformação dos espaços urbanos muito se perdeu da memória patrimonial do país, principalmente nas antigas capitais, focos das rápidas transformações fruto do crescimento econômico brasileiro. Por outro lado, cidades já estagnadas ou a margem do crescimento capitalista, de certa forma, conseguiram manter salvas parte do seu patrimônio, e aqui incluem as cidades de Ouro Preto, Olinda, Goiás Velho e São Cristóvão, além da cidade de Cachoeira, alvo de nosso estudo.

Os tombamentos servem também como proteção não somente contra a destruição e desgaste do tempo, mas, sobretudo contra a acelerada competição por espaços, em cidades cujos terrenos são cada vez mais escassos, onde domina a especulação

¹⁷ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular); Livro do Tombo Histórico (as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica); Livro do Tombo das Belas-Artes (as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira) e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras).

imobiliária. Estes tombamentos, sejam eles isolados ou de fragmentos de bairros, representam um constrangimento às ações mercantis interessadas em grandes mudanças devido à impossibilidade de destruição ou descaracterização do bem e de sua ambiência.

Nas grandes cidades os bens tombados isoladamente apresentam-se como verdadeiros “sobreviventes” na feroz competição pelo uso do espaço, porém espremidos entre edificações “modernas” e com formas exuberantes e de arquitetura arrojada que desviam o olhar dos passantes. Para Cruz (2012, p101) a aceleração contemporânea e a voraz competitividade pelo espaço dentro do modo de produção capitalista são elementos que não podem ser esquecidos, pois “induzem, cada vez mais, a suposta necessidade de se proteger de uma iminente destruição objetos considerados representativos de um tempo e de um espaço”.

Assim, a tentativa de mudança fruto do processo de produção do espaço promovidos por estes agentes nos revela a arena conflituosa e permeada por múltiplos interesses ao qual o patrimônio faz parte. Não raro são os duelos entre os órgãos de preservação, sociedade civil, construtoras, mercado imobiliário, e inclusive o Estado. A necessidade de circulação, do ir e vir, de um lado apresenta-se como uma necessidade fundamental dentro do contexto urbano, e caótico diante do reduzido estímulo ao transporte público e coletivo, por outro lado apresenta-se como mais uma ameaça à sobrevivência dos bens patrimoniais.

Esta discussão comprova que o direito a memória implícito nas ações de preservação patrimonial esbarra inevitavelmente com o direito a mudança e a transformação, enquanto direito fundamental de qualquer espaço. Dentro do espaço urbano esta discussão aparece de maneira mais evidente posto que nos contextos urbanos encontramos ainda parte dos remanescentes culturais materiais que fizeram (e fazem) parte da história do país.

O campo das políticas patrimoniais nos primeiros anos de atuação do IPHAN, sob liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscava criar, através da seleção de bens, a identidade brasileira, este posicionamento foi paulatinamente modificado ao longo dos anos. A primeira fase do IPHAN, conhecida como fase heróica, corresponde aos seus primeiros 30 anos de criação, e corresponde à fase que buscava a cultura genuinamente brasileira. Buscava-se a mais “autêntica” forma de expressão atribuindo os bens representativos do período colonial, sobretudo os de natureza material, conhecidos também como bens de pedra e cal. Assim, tornou-se autêntico a arquitetura barroca associada ao processo de colonização portuguesa como símbolo a qual se queria

perpetuar. A intenção desta fase era de criar a “verdadeira identidade nacional”, através de símbolos da colonização portuguesa. Sua atuação foi importante, porém representava o desejo de uma pequena parcela da sociedade, sendo, portanto elitista e centralizadora, já que o peso das decisões estava exclusivamente nas mãos do Estado e dos modernistas, e concentrava suas ações em regiões centrais do país.

Quadro 1: Quantitativo de bens tombados por Estado (1938 a 2009)¹⁸

ESTADO	NÚMERO DE BENS TOMBADOS (IPHAN)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM BENS TOMBADOS
Minas Gerais	204	49
São Paulo	77	38
Bahia	184	26
Rio de Janeiro	224	23
Rio Grande do Sul	38	21
Pernambuco	80	15
Ceará	21	11
Sergipe	25	9
Total	853	192

Fonte: IPHAN, 2010

A partir dos dados (Quadro 1) que, contêm os oito estados com maior número de bens inscritos no Livro do Tombo, podemos inferir que há ainda grande concentração das iniciativas de preservação no Brasil. Devido os núcleos mais antigos do Brasil situarem no litoral e por apresentarem bens representativo da arquitetura barroca típica dos centros históricos brasileiros as ações de preservação do IPHAN acabaram sendo concentradas principalmente na região sudeste e seguido pela região nordeste. Apesar dos esforços atuais de interiorização das ações de patrimonialização percebe-se que ainda há muita concentração.

Em complementação ao gráfico, o mapa a seguir representa as ações de patrimonialização no Brasil. Através deste mapa é possível visualizar a atual espacialização dos bens culturais patrimonializados pelo IPHAN, através dos tombamentos e registros entre os diferentes estados brasileiros. Os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, lideram o ranking de bens tombados pelo órgão de preservação federal. Vale ressaltar que não consideramos nesta listagem os bens patrimonializados pelos respectivos estados e municípios através dos seus órgãos estaduais e municipais de preservação. Através do mapa é possível verificar que ainda há

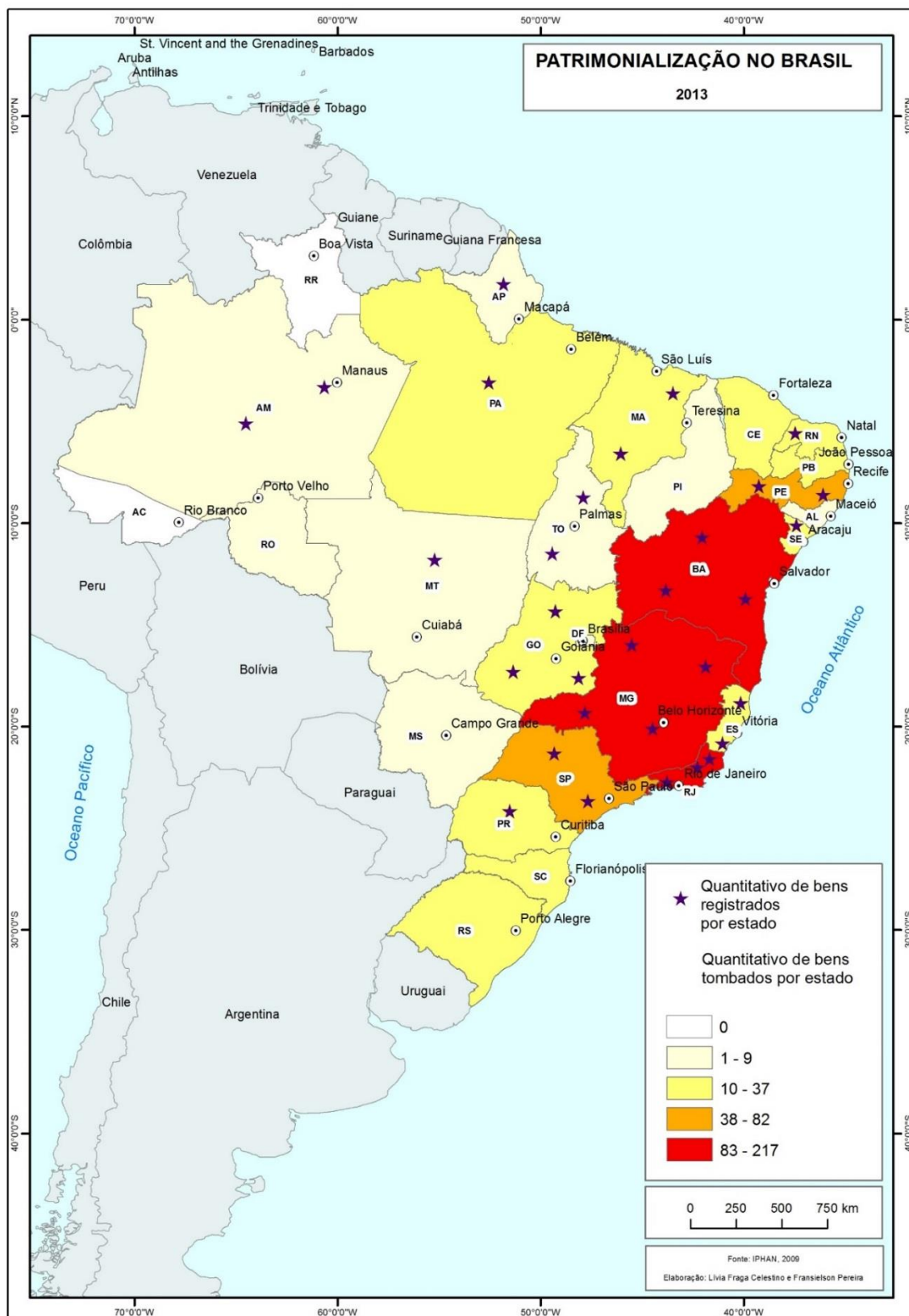
¹⁸ Em 2013, o IPHAN lançou uma nova listagem de bens patrimonializados (1938-2012), entretanto não houve tempo hábil para conferir os bens tombados acrescidos a antiga listagem.

forte centralização das ações de preservação nos mesmos espaços, onde inclusive é possível notar grande desigualdade entre estados que apresentam centenas de bens tombados e há estados que não há sequer um bem patrimonializado.

A partir do mapa também é possível notar que diante das atuais políticas que envolvem o patrimônio as ações de patrimonialização passaram a abranger também os bens relacionados aos aspectos imateriais da cultura, através dos registros. Entretanto, a política de reconhecimento do patrimônio, dito imaterial, ainda está nos seus primeiros passos, sendo ainda embrionária, no Brasil, se comparada às políticas de “pedra e cal”.

Reconhecer a dimensão intangível do patrimônio representa um passo importante para o entendimento dos outros possíveis significados de patrimônio e para o reconhecimento de bens culturais que foram durante muitos anos ocultados no rol da listagem dos bens consagrados por se tratar de cultura popular. Fonseca (2009) tece considerações importante no que tange a atual democratização e reconhecimento de uma maior diversidade de bens culturais a ser protegido, pois a política de patrimônio conduzida pelo Estado ainda está longe de refletir a diversidade da produção cultural brasileira mesmo com os atuais avanços no campo teórico e empírico.

Figura 3: Mapa das ações de patrimonialização no Brasil



Fonte: IPHAN, 2009.

Apesar da aparente dicotomia entre os aspectos materiais e imateriais do patrimônio que ainda persiste nos discursos cotidianos e midiáticos e no rol das políticas públicas relacionadas a sua valorização, compreendemos que estas dimensões são indissociáveis. A atual denominação de “patrimônio cultural” reforça este entendimento, pois a percepção sobre o patrimônio alarga-se.

A política de patrimonialização desenvolvida nos primeiros anos de atuação do IPHAN buscava proteger os bens culturais de maneira isolada. Com a mudança desta prática não somente os bens isolados, mas também todo um conjunto de bairros, centros históricos e cidades passaram a ser alvo de tombamentos. Considerar cidades inteiras como um patrimônio a ser preservado faz parte da ampliação do conceito patrimonial que passa de uma concepção de “patrimônio histórico e artístico” para o conceito de “patrimônio cultural”. Esta ampliação insere questões totalmente novas ao campo do patrimônio ao passar de uma concepção restrita para uma concepção que tenta abranger o espaço como um todo tornando mais complexo o campo da preservação do patrimônio ao inserir novas questões ao debate.

Nesse íterim, Sant’Anna (2011) aponta que esta denominação de patrimônio cultural refere-se a uma noção mais ampliada e dinâmica do patrimônio enquanto síntese das dimensões materiais e imateriais. Apesar das abordagens diferenciadas e das políticas de salvaguarda serem distintas para as dimensões materiais e imateriais do patrimônio, a autora compreende que estas dimensões fazem parte de uma mesma ideia. Assim, os bens de natureza material possuem sempre uma face imaterial e vice-versa, constituindo-se desta maneira como uma forma-conteúdo sem possibilidade de ser dicotômico.

Na atualidade nos deparamos com o patrimônio ocupando um papel importante nas discussões, sobretudo políticas e econômicas. O fato é que o campo patrimonial ampliou-se tanto em sua perspectiva teórica quanto em sua atuação prática. Nos termos de Choay (2006) houve uma ampliação do campo patrimonial nas esferas tipológica, cronológica e geográfica favorecendo que mais bens possam ser considerados dignos de preservação. Esta ampliação leva a complexificação dos processos, criando novos desafios aos órgãos preservacionistas.

A ampliação no campo do patrimônio proporciona não apenas uma maior agregação de bens culturais a serem protegidos, mas também uma ampliação do diálogo com outros campos disciplinares. Castriota (2009) esclarece que a temática do patrimônio deixa de ser exclusivamente de alguns profissionais que tradicionalmente se ocupam com ele, como a Arquitetura por exemplo, passando a exigir a composição de equipes

interdisciplinares amplas e a ativa participação da sociedade. E ainda acrescenta “[na] medida em que se amplia o próprio conceito de patrimônio, torna-se necessária a ampliação de instrumentos de conhecimento e análise, com a incorporação das perspectivas dos mais diversos profissionais e os da própria população, enquanto usuária e produtora do patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p 86-87).

Durante longos anos, apesar da ampliação do conceito de patrimônio, a atenção foi conferida aos bens de “pedra e cal”, fato este que vem sendo modificado aos poucos a partir da patrimonialização dos aspectos da cultura imaterial. Assim, considerar bens intangíveis como patrimônio cultural é muito recente. No Brasil, esses bens passaram a ser tutelados pelo Estado, com base na Constituição de 1988, com a aprovação do decreto 3.551/2000 que cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com a possibilidade de integrar segmentos sociais que se encontravam à margem da cultura dominante. Mas a mola propulsora de sua proteção é muito similar ao patrimônio material, pois tem como intuito valorizar e divulgar manifestações da cultura representativas para um determinado grupo social.

Este decreto foi sancionado com a finalidade de propiciar a implantação de uma política de preservação mais abrangente reconhecendo as expressões do saber, fazer e viver. O decreto propõe o registro dos bens culturais segundo sua natureza nos Livros de Registro¹⁹. Entre os 27 bens registrados como patrimônio cultural no Brasil estão: o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2004), ofício de Sineiro (Livro de Registro dos Saberes, em 2009), a Feira de Caruaru (Livro de Registro dos Lugares, em 2006), o Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe (Livro de Registro de Celebrações, em 2010).

O Brasil antecipou-se ao considerar como patrimônio aspectos da imaterialidade da cultura, estando à frente inclusive da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO, que entrou em vigor em 2006. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) entende o patrimônio imaterial como as:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem

¹⁹ Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

como parte integrante de seu patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito e a diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003).

Apesar do reconhecimento mediante o registro patrimonial, as manifestações não estão imunes a mudanças e transformações. Logo, as danças, a culinária, as procissões, a música enquanto importantes elementos culturais são constantemente recriados e transformados pelos indivíduos movidos seja pela ação do tempo, dos próprios costumes e da perda e acréscimo de novos elementos. O que torna válida a afirmação de que uma das características da cultura é abrigar a transformação, a mudança. Gonçalves (2009) relata que nem todas as sociedades humanas constituem patrimônio com o propósito de acumular e reter os bens reunidos. Assim muitas sociedades o propósito da constituição de um patrimônio não é a sua eterna permanência, mas sim tem como propósito sua redistribuição ou mesmo a sua simples destruição, pois o mais importante não é a permanência da sua materialidade ao longo do tempo.

Este exemplo nos mostra que o patrimônio possui significados diferentes entre os diferentes mundos sociais e culturais. Mesmo com estas diferenças “é possível transitar de uma a outra cultura como a categoria patrimônio, desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume e não naturalizemos nossas representações a seu respeito” (GOLÇALVES, 2009, p 27). Jeudy (2005) também contribuiu ao afirmar que nas sociedades orientais a perspectiva patrimonial é bastante diferenciada e aponta que a materialidade dos templos, monumentos não são os mais importantes, ao contrário, os rituais, as tradições vivas são amplamente valorizadas, por isso, não há necessidade de patrimonializar.

Mesmo diante da dificuldade de conceituar em poucas palavras o significado de cultura, devido a sua amplitude, Menezes (2002, p 89) afirma que cultura diz respeito a “produção, armazenamento, circulação, consumo, reciclagem, mobilização e descarte de sentidos, de significações” isso nos indica que a cultura tal qual o patrimônio se refaz a todo tempo no cotidiano das relações sociais. Registrar um bem cultural não significa necessariamente que este deva permanecer exatamente o mesmo, pois está implícito o entendimento que é próprio da cultura mudar com o tempo. Entendemos a mudança não como algo negativo, mas natural e até esperado de qualquer aspecto referente a cultura.

Castriota (2009, p87) esclarece que “não se pode também esquecer a dinâmica própria do patrimônio cultural, que não pode ser percebido como uma coleção de objetos afastados da vida, devendo ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida”.

O registro do patrimônio imaterial apesar da sua importância na valorização da cultura cria inevitavelmente algumas desconfiças em sua aplicabilidade prática entre alguns autores. Estas desconfiças e preocupações talvez tenham surgido devido ao pouco tempo das ações de patrimonialização do patrimônio imaterial, logo torna-se ainda precoce avaliar a profundidade dos possíveis desdobramentos que tal prática proporciona, pois afinal possuem pouco mais de uma década.

Cruz (2012, p 98) aponta que há contradições na patrimonialização do patrimônio imaterial ao tecer alguns questionamentos afirmando que é próprio da cultura abrigar a transformação, logo a espontaneidade destas manifestações estaria ameaçada pelos mecanismos “inventados” para protegê-los, e ainda questiona-se: “faz sentido proteger aspectos da cultura imaterial se é próprio da cultura mudar no tempo e no espaço?”. Para Cruz (2012) a patrimonialização de bens culturais imateriais implica exatamente no seu reverso, pois tais medidas operariam “como uma forma de estímulo à amputação daquilo que as manifestações culturais tem de mais legítimo, ou seja, sua natureza espontânea”. Assim, o registro de bens culturais de natureza imaterial, ou intangível, é entendido às vezes como possibilidade de “congelamento” das manifestações culturais fazendo uma analogia ao tombamento que ocorre com os bens de natureza material ao qual é vetado mudanças em sua forma física.

Em contraponto a este posicionamento Castriota (2009) esclarece que o congelamento não constitui a verdadeira intencionalidade do registro e reconhece que a cultura tem seu caráter dinâmico devendo ser encarada como um processo construído cotidianamente.

[o registro] que não pretende ‘congelar’ o bem cultural, mas simplesmente registrar bens de natureza processual e dinâmica, que, como a própria cultura, está sempre em processo de transformação. Com isso, reconhece-se também a necessidade de se estabelecerem políticas distintas, flexíveis o suficiente para ajudarem na preservação desses bens (CASTRIOTA, 2009, p 221).

Desta forma, para o autor, o registro do patrimônio imaterial não ilustra a reificação da cultura via patrimonialização, pois não se pretende congelar ou determinar

como as manifestações devem ocorrer. A proposta é ter como base o registro e a documentação das manifestações culturais sendo realizada uma avaliação periódica a cada no máximo dez anos para retificar ou ratificar o título conferido de patrimônio. Caso não seja concedido o título são mantidos apenas como referência cultural de seu tempo.

Cruz (2012) afirma que há contradições ao reconhecer determinado bem como patrimônio cultural. Para a autora a patrimonialização do patrimônio imaterial parece ser ainda mais contraditória do que a patrimonialização do patrimônio material. Para a autora a preocupação mais relevante é que ao jogar luz sobre determinadas práticas culturais os atos normativos contribuem de forma contraditória para a apropriação mercantil das manifestações culturais e ainda mais grave com a conseqüente destruição de sua essência, de sua razão de ser. Cruz (2012, p 99) ainda questiona-se: “não contribuiriam tais atos para a consumação do valor de troca dessas manifestações espontâneas da cultura popular em detrimento de seu valor de uso?”

Ao citar Alfredo (2001), Cruz (2012) esclarece esta questão ao relatar como exemplo uma determinada festa nordestina (dança da formiga). Se antes era realizada apenas em ocasiões especiais, por chamar atenção dos turistas passou a ser repetida de modo frenético todos os dias, ou seja, os moradores passaram a transformar sua realidade em cenário. Este exemplo nos esclarece que promovidos por agentes públicos e privados e por meio da publicidade algumas manifestações culturais imateriais e alguns espaços patrimonializados e cenarizados não são mais que sua própria representação e nesse sentido “exemplificam e alimentam, claramente, o jogo dialético entre representação do espaço e produção do espaço da representação, em que um e outro movimento se retroalimentam esquizofrenicamente” (CRUZ, 2012, p 102-103).

A realização de eventos culturais, repetidos exaustivamente pelos agentes sociais locais, e a exaltação de espaços cenarizados são estrategicamente elaborados na tentativa de “vender” uma imagem, uma marca cujos consumidores notadamente são turistas. Menezes (2002, p 98) propõe uma reflexão que se mostra adequada as nossas inquietações ao perguntar de que maneira podemos “evitar que o turismo crie alucinações culturais, zumbis que voltam ao mundo dos vivos apenas para atender a solicitações externas de consumo?” Uma das respostas não está situada em equações mirabolantes, segundo o autor, o tipo de turismo que propusermos e praticarmos “dependerá do tipo de relações que julgarmos aceitáveis e desejáveis entre os homens, isto é, do modelo de sociedade pelo qual optarmos” (MENEZES, 2002, p 99).

Voltando as questões atinentes a política de preservação. Na segunda fase do IPHAN, no início da década de 1970, percebe-se uma política pública de preservação mais diferenciada, tornando-se mais descentralizada, com apoio a criação de órgãos em âmbito estadual e municipal. O processo de industrialização, iniciado desde a década de 1950, favoreceu o crescimento mais acelerado das cidades colocando em risco o patrimônio presente nos centros urbanos. As mudanças no contexto econômico e social brasileiro já vinham provocando alterações na configuração espacial dos núcleos históricos, logo havia a necessidade de ampliar a proteção não somente dos bens isolados, mas também do entorno dos patrimônios. A partir destes fatores a política de preservação passou a considerar como dignos de preservação bairros inteiros, fragmentos de cidade, centros históricos e cidades inteiras. Esta situação provocou uma certa crise no modelo até então adotado na preservação das áreas urbanas. A seleção de conjuntos urbanos a serem protegidos estavam situados nas áreas centrais da cidade, mas ainda baseado nos critérios de valorização do momento anterior.

Na década de 1970 com o crescimento acelerado das cidades e com as pressões sobre o patrimônio exigiu a busca por novas alternativas de gestão de espaços protegidos. É neste período que o Brasil filia-se à UNESCO, incentivado pelas cartas patrimoniais, buscando integrar as políticas de preservação nacional as tendências internacionais. A partir do Compromisso de Brasília (1970) e do Compromisso Salvador (1971), realizado com os governadores dos estados brasileiros, a política passa a ser mais descentralizada, criando para isso órgãos de preservação estaduais e municipais de modo a compartilhar com o IPHAN a tarefa de preservação do patrimônio. É neste momento criado o IPAC, enquanto órgão de preservação do estado da Bahia. Além da descentralização este período foi também caracterizado por buscar a conservação mais permanente do patrimônio através de sua integração em políticas de desenvolvimento.

Estes Compromissos foram importantes, pois reforçou o papel do Estado em proteger os bens patrimoniais percebidos a partir de então como possibilidade para o desenvolvimento econômico. Uma das recomendações previstas nestes compromissos realizados na década de 1970 previa a utilização dos bens culturais e naturais pelos órgãos de preservação e pelos órgãos relacionados ao planejamento do turismo. Entre as medidas recomendadas está a criação de estudos que facilitem a implementação de pousadas preferencialmente em imóveis tombados. A responsabilidade sobre as cidades tombadas e áreas protegidas cada vez mais passa também a ser responsabilidade dos estados e das

municipalidades dividindo as responsabilidades que até então destinava-se exclusivamente ao órgão de preservação federal.

As ações lançadas a partir deste momento estavam em consonância com as políticas internacionais e com a recomendação da Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967) que previa estratégias de preservação patrimonial das cidades históricas aliada ao aproveitamento do valor econômico do patrimônio cultural. A partir de então percebe-se o entrelaçamento dos valores culturais aos valores econômicos. Os programas de preservação lançados a partir deste momento apresentam, através de seus objetivos gerais, esta vinculação cujo foco era normalmente sobre cidades estagnadas economicamente, mas com um rico patrimônio cultural (embora normalmente esquecido e pouco valorizado) onde as atividades vinculadas a este patrimônio, principalmente através das atividades turísticas, tinha como propósito a sua proteção atrelado as práticas de desenvolvimento da cidade.

Um dos programas governamentais brasileiros neste contexto foi o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), criado em 1973, num quadro político de modernização do Estado em meio ao “milagre econômico” que propunha políticas desenvolvimentistas. Este programa tinha como intenção a recuperação de prédios históricos atribuindo alguma atividade econômica como forma de dinamizar a economia. Oliveira (2010, p 186) nos esclarece que o PCH deixou claro a intenção de se criar “uma dimensão mercadológica do patrimônio ao transformar os bens culturais em bens rentáveis e, desta maneira, tentar dinamizar a falta de investimento de capital nesses bens”. E ainda acrescenta que essa postura fez prevalecer o consumo de massa mediante a integração da política de cultura à política do turismo.

O PCH cuja implantação iniciou nas cidades nordestinas expandiu-se por outros estados brasileiros. Sua atuação foi importante ao financiar 193 projetos, 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. Entretanto, como afirma Sant’Anna (1995) apenas 20% dos monumentos restaurados geraram recursos a sua própria conservação, além disso, entre os planos diretores financiados pelo PCH, poucos foram implementados.

A terceira fase do IPHAN, a partir de 1980, muitas modificações em sua estrutura foram feitas, bem como criação de leis que modificaram a postura de selecionar e conservar as áreas urbanas. Esta fase caracteriza-se pelos poucos investimentos, mas de grandes discussões conceituais, sobre o caráter das intervenções, e sobre quais os investimentos deveriam ser realizados em favor da gestão do patrimônio. Para Sant’Anna

(1995) o valor estético e monumental deixou de ser o mais importante nesta fase, para dar lugar a avaliação da capacidade de determinado objeto urbano concentrar em si informações históricas relevantes sobre os processos sociais e culturais. Deste modo os espaços urbanos deixam de ser vistos como obras de arte para serem vistos como “cidade documento” (Sant’Anna, 1995).

A partir da década de 1970 passou haver uma preocupação com estas questões que levou ao processo de ampliação do conceito de patrimônio. Se antes a noção de patrimônio estava relacionada ao patrimônio histórico e artístico, com a ampliação criou-se a noção de patrimônio cultural, fato este impulsionado pelo surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975 coordenado por Aloísio Magalhães cuja preocupação era valorizar a cultura popular. Neste momento foi criado a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória) que tinha como finalidade contribuir para o inventário, classificação, conservação, proteção, restauração e revitalização dos bens de valor cultural existentes no país, enquanto que o IPHAN coordenava e dirigia as atividades de preservação dos bens culturais. É nesta terceira fase que foi criado o Ministério da Cultura (MinC), em 1985, e a criação da Secretaria do Patrimônio, no Governo Sarney.

Segundo Sant’Anna (2004) a quarta fase do IPHAN, a partir dos anos de 1990, sinaliza muitas mudanças nas propostas de intervenção nos espaços urbanos. As primeiras transformações foram sentidas mediante as intervenções executadas nas áreas centrais das cidades nordestinas, como as intervenções realizadas no Pelourinho, em Salvador; na rua do Bom Jesus, no Recife; e a Praia de Iracema, em Fortaleza. As ações promovidas nestas cidades resultaram em espaços muito semelhantes destinados ao mundo do consumo (turismo e lazer) cujo financiamento estava vinculado aos governos estaduais ou municipais servindo como peças publicitárias com finalidade eleitoreira. A autora ainda acrescenta que em outros centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte foram realizados intervenções ligadas a valorização do patrimônio mediante a requalificação de espaços públicos e reabilitação de imóveis. Entre os programas de destaque nesta época foi o Programa Monumenta (Ministério da Cultura) que interviu nos centros históricos urbanos brasileiros com recursos da União e financiamento do BID.

Estimulados por estas intervenções e diante do crescimento vinculado ao desenvolvimento do turismo surgiram na esfera federal programas com linhas de financiamento para projetos nos espaços protegidos. Neste momento Estado foi o principal promotor e financiador das intervenções (através de agências financeiras como

a Caixa Econômica), além disso também participaram organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e a participação do setor privado. Os centros históricos eram entendidos como espaços privilegiados de recuperação do patrimônio. O patrimônio cultural passou a ser utilizado como forte instrumento de visibilidade e atração de múltiplas atividades e investimentos (turísticos, comércio e serviços, investimentos privados regionais, nacionais e internacionais). No final do século XX, o patrimônio ressurgiu como um importante recurso econômico, instrumento promocional e de atração, logo as cidades patrimoniais tornaram-se “cidade atração” (SANT’ANNA, 2004).

Estas ações foram executadas de maneira distinta em cada espaço cujos sentidos, resultados e fragilidades também mostraram-se diferenciados. As intervenções executadas nas cidades buscavam sobretudo intensificar o uso das áreas centrais, especialmente através da dinamização econômica, a valorização imobiliária e o controle da presença popular. Nas diferentes áreas onde as intervenções foram realizadas tiveram como intuito a dinamização do turismo e do comércio do centro histórico; o reforço as atividades culturais e de lazer; melhoramento da qualidade urbana; incentivo ao investimento privado e a produção imobiliária; requalificação de espaços públicos; preservação de monumentos e implantação de equipamentos culturais. Estas intervenções tinham como objetivo central a atração de atividades e usuários capazes de dinamizar economicamente promovendo a valorização do mercado imobiliário. Entretanto como nos adverte Sant’Anna (2004) todas estas intervenções de melhoramento da qualidade urbana foram conjugadas a medidas de controle de acesso e do uso do espaço através de eliminação do ou ordenamento do comércio informal, barreiras para controlar o trânsito, segurança pública ou privada, deslocamento de moradores (especialmente os mais pobres), além da realização de eventos culturais nas áreas requalificadas.

2.4 AS NOVAS LÓGICAS NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: INTERVENÇÕES NOS ESPAÇOS URBANOS

O campo das políticas patrimoniais internacionais e nacionais, expostas até aqui, nos permite compreender as novas concepções que cercam o patrimônio cultural. Tornou-se quase que modismo o discurso da preservação de cidades, especial as que possuem acervo patrimonial e, em especial, as cidades tombadas. Passou a ser comum o discurso

da educação patrimonial, da conscientização de que devemos preservar cidades que possuem vestígios do passado. Contudo esta preservação em nome de um “bem comum” pode também esconder outras intencionalidades que acaba beneficiando poucos grupos.

A partir da década de 1990 as tendências neoliberais passam a dar o tom ao contexto das políticas de preservação patrimonial. Os governos a partir de então passaram a estimular a participação dos interesses privados no âmbito dos projetos e programas relacionados ao patrimônio. Nesse sentido as revitalizações urbanas entraram nas vitrines dos grandes projetos das cidades tombadas e centros históricos trazendo à tona a temática da mercantilização do patrimônio cultural urbano.

Desta maneira os centros das cidades antigas tornam-se espaços importantes ao estudo do patrimônio edificado, pois abrigaram as primeiras formas e funções urbanas. Estes centros foram perdendo importância ao longo do tempo, devido principalmente ao processo de descentralização da indústria contribuindo para a decadência econômica. Este fato influenciou sobremaneira para que estes núcleos antigos tivessem mantido suas formas pretéritas conservadas.

Paes (2010) aponta inúmeras teorias que podem explicar por que estes velhos centros voltaram a chamar atenção do poder público, da iniciativa privada e do mercado imobiliário, entre elas estão: as estratégias locacionais relacionada às vantagens competitivas da promoção imobiliária; a força das estratégias individuais, sobretudo as vinculadas a uma nova classe de serviços; ascensão de uma nova sociedade de consumo pós-industrial ou pós-fordista; ao contexto de um novo regime de acumulação, onde as cidades passam a oferecer serviços e tecnologias, incorporando aos núcleos antigos atividades culturais, artísticas, turísticas, de lazer e recuperação do patrimônio histórico como uma espécie de produção estratégica voltada ao consumo.

Os discursos “preservacionistas” ligados ao patrimônio edificado estão presentes em planos, projetos, ações, na mídia e até mesmo vem sendo utilizado pelo senso comum. Abreu (2011, p19) afirma que “[...] atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado [...]”. Jeudy (2005) acredita que a atenção voltada novamente aos centros históricos de quase todas as cidades do mundo deve-se a busca por identidade. Desta maneira o medo pela perda da identidade cultural, aliado a falsa ideia de que a imagem pública da cidade depende de um centro patrimonializado incentiva as estratégias de intervenções urbanas.

A crítica aos atuais processos de intervenção nas cidades deve-se ao fato de muitas destas intervenções realizadas estarem atreladas ao discurso de levar “nova vida” ao centro abandonado. Estes processos na verdade contribuem para a “museificação urbana”, transformando centros antes abandonados e/ou arruinados em verdadeiros museus a céu aberto, limpos, vigiados ao atendimento de um público consumidor ligado ao mercado de entretenimento e lazer.

Para Jeudy (2005) as recentes intervenções realizadas em centros históricos deprimidos e estagnados contribuem para a morte destes centros, pois os mesmos são transformados em meros pólos de turistas, sendo muitas vezes necessária a remoção dos seus antigos moradores, transformando antigos centros vivos em cidades “petrificadas”. Contraditoriamente o resultado destas intervenções são cidades homogêneas e pouco interessantes.

As atuais políticas de intervenção em centros urbanos patrimonializados possuem em seu vocabulário certa dose de eufemismo para mascarar outras intencionalidades e para tal utilizam terminologias como: “revitalização”, “requalificação”, “renovação”, “regeneração”, “revalorização”, para referirem-se as ações ligadas ao patrimônio urbano. Estas terminologias são alvo de críticas, especialmente a de “revitalização”, já que supõe dar nova vida aos espaços o que constitui uma interpretação equivocada, pois afinal estas áreas normalmente são ocupadas, logo, possuem vida. Notadamente a intencionalidade presente nos programas e projetos é estimular o desenvolvimento econômico imposto “de cima para baixo”, em benefícios de alguns grupos, promovendo a substituição de pessoas em sua maior parte constituída por uma população de baixa renda. Nota-se que a maioria destas ações têm objetivos similares, como exemplo: reverter o quadro de degradação das áreas históricas, dinamizar a economia, conscientizar a população local e, principalmente, tentam conciliar lazer, da cultura e do turismo.

Para Paes (2010, p 15) todas estas intervenções promovidas representam o atual processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural e nesse sentido esta refuncionalização constitui-se em uma “atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos”. Presenciamos a tendência atual de recuperação, especialmente nos centros históricos e cidades tombadas, para finalidade turística em várias partes do mundo numa tentativa de inserir estes espaços no mercado global. Cabe aos pesquisadores, neste campo polêmico e de disputa, a compreensão desta nova produção do espaço urbano e assim, segundo Paes (2010, p 15), “[...] torna-se fundamental desvendar as novas lógicas sócio

espaciais destes processos de refuncionalização nos centros históricos urbanos com fins turísticos – lógicas muitas vezes escamoteadas ou fetichizadas por estéticas, estilos, discursos, interesses e preferências de consumo [...]”.

Ao estudar a refuncionalização do patrimônio cultural nas cidades mineiras Costa (2008) afirma que este panorama representa a nova racionalidade na organização social e espacial de cidades que possuem acervo patrimonial. Esta nova racionalidade refere-se à fase em que o patrimônio cultural torna-se mercadoria principalmente após a junção do Estado com agentes privados, assim produzindo e organizando espaços, pensados agora para atender a um novo público, dentro da racionalidade de inserção de cidades históricas no mercado globalizado.

Para Paes-Luchiari (2006, p 43) a refuncionalização corresponde a uma das mais novas expressões da segregação socioespacial no espaço urbano especialmente nos centros históricos das cidades atrativas turisticamente. Entre as políticas de refuncionalização mais impactantes no Brasil estão as intervenções nos centros históricos do Nordeste do país que desapropriou moradores, notadamente os mais pobres. Um dos casos mais polêmicos, foi o do centro histórico de Salvador onde através da sua “reabilitação”, em busca de dinamização do turismo e do comércio, criou-se um grande centro cultural com restaurantes, hotéis, cafés, lojas de souvenirs acessível para turistas e para as classes mais abastadas que faziam uso destes espaços em nome do lazer e da cultura.

Segundo Carlos (2001, p 64) “constata-se, hoje, a tendência segundo a qual, cada vez mais, os espaços urbanos são destinados à troca”. Ao referir-se ao contexto das grandes cidades esclarece que o processo de reprodução espacial é influenciado hoje pelo desenvolvimento de uma nova atividade produtiva: o turismo e o lazer. Estas atividades vinculam-se a tendência de transformação do espaço em mercadoria trazendo profundas mudanças, pois é uma atividade que redefine singularidades e reorienta usos com novos modos de acesso. O que confirma o pressuposto de Cruz (2012, p 102) ao afirmar que este fato ocorre sobretudo nas cidades históricas, sejam elas capitais ou cidades do interior, pois estas “são rendidas às novas lógicas de produção dos espaços urbanos, segundo as quais a cidade se transforma, ela mesma em mercadoria”.

Estas intervenções também são responsáveis direta ou indiretamente pela “expulsão” da população local para áreas mais afastadas. As ações que contribuem para o deslocamento da população local destes centros “revalorizados” são, entre outros, a valorização do solo urbano, a elevação dos preços dos produtos comercializados, a

especulação imobiliária, fortalecendo assim a prática de segregação socioespacial. Nota-se que algumas práticas de intervenção urbana possuem como finalidade a substituição da população local, geralmente pobre, dos centros históricos por classes mais abastadas com objetivo centrado na dinamização econômica através de práticas do consumo cultural. Esta perversa intervenção urbana denomina-se gentrificação e/ou enobrecimento urbano.

O patrimônio cultural ganha novos contornos frente à sua atual mercantilização. Como afirma Fernandes (2006, p 52) nas últimas décadas a mercantilização da cidade enquanto objeto cultural está vinculado ao processo de acumulação capitalista, onde é a partir dos anos 1990 que “[...] de forma genérica e indiferenciada, tudo vira objeto ou expressão de cultura [...]”. No campo do patrimônio edificado isso pode ser traduzido nas mais diversas ações do poder público, e mais recentemente da junção entre o poder público e organizações privadas. Para Paes-Luchiari (2006, p 46) este exemplo representa “[...] um divisor de águas entre o planejamento urbano e regional tradicional, concebido pela racionalidade territorial sob controle do Estado, e o planejamento estratégico – concepção que toma a cidade aos fragmentos, comandada pela lógica empresarial neoliberal [...]”.

Como afirma Harvey (1996, p 49) “[...] parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico [...]”. Neste novo modelo de política urbana a cidade é tratada como uma verdadeira empresa buscando inseri-la de modo competitivo nos circuitos globais da economia. Segundo Vainer (2002, p 78) nesta nova concepção a cidade é encarada como:

[...] uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades [...] (VAINER, 2002, p 78).

Este modelo de planejamento que transforma a cidade através de suas ações em “cidade-empresa”, “cidade-mercadoria” tem como lema ser uma cidade: planejada, previsível, produtiva, ágil, competitiva, eficiente e sempre subordinada às lógicas do mercado. Em busca da atração de investimentos, de capital, de empresas, de turistas, as cidades passam a atuar de modo competitivo entre si. Este modelo de gestão de cidades compreende este espaço como um mero produto a ser vendido. Muitas características do

planejamento estratégico influenciam nos planos diretores de cidades brasileiras e no modo com que os governos locais lidam com a questão urbana.

O planejamento estratégico está imbuído em muitas políticas para a preservação patrimonial buscando, sobretudo, a promoção da imagem da cidade para finalidades turísticas e comerciais. Uma das características deste planejamento é a utilização do marketing urbano “vendendo” atributos da cidade que são valorizados internacionalmente e como afirma Arantes (2002, p 16-17) o “[...] planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento da comunicação e da promoção [...]”. A analogia entre a cidade e uma empresa está presente no discurso constante deste tipo de planejamento, onde estão em evidência as palavras: qualidade, competitividade, produção, objetivos, metas, projetos que são típicas do vocabulário empresarial.

Segundo Arantes (2002) a cidade de Barcelona inspirada pelas ideias da “cidade-empresa-cultura” captou os recursos que foram atraídos pelos Jogos Olímpicos de 1992 na renovação urbana da sua área portuária abandonada, transformando-a em um cenário para novas formas de consumo da cultura. Entre as estratégias para que este modelo fosse um sucesso foi o marketing e a exploração dos bens culturais, assim colocando a cultura como propulsora de seu desenvolvimento, “[...] por isso, nesse momento, a cultura se torna mercadoria e moeda de troca que impregna os objetos, os bens culturais e a própria paisagem urbana [...]” (PAES-LUCHIARI, 2006, p 47). Percebe-se o quanto o valor de troca entra em cena em detrimento do valor de uso e isto favorece a mercantilização dos lugares, e também do patrimônio. Neste contexto Jeudy (2005, p 20) esclarece:

[...] esse é um dilema da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não dispõe de um estatuto “à parte”, se ele se torna uma mercadoria como as outras (os bens culturais), perderá seu valor simbólico. É necessário que, de alguma maneira, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico (JEUDY, 2005, p, 20).

O modo de pensar o patrimônio urbano, seguindo as tendências do urbanismo contemporâneo e do planejamento estratégico vem transformando as cidades de todo o mundo através dos processos de “homogeneização”, “cênarização”, “museificação”, fazendo todos parte da espetacularização das cidades, onde o elo com a mercantilização e turistificação torna-se evidente. Esta tendência a patrimonialização possibilita a inserção destas na rede de competição global de cidades culturais e consequentemente

turísticas. As principais estratégias de preservação buscam sempre conciliar a cidade a uma marca, um símbolo e são através das imagens do lugar e de seus equipamentos culturais e do patrimônio edificado que as cidades são marcadas no mundo. Assim, os aspectos simbólicos, culturais e, principalmente, a identidade local tornaram-se importantes instrumentos. Como afirma Jacques (2004, p 24):

Nesse novo processo urbano do mundo globalizado a cultura vem se destacando como estratégia principal da revitalização urbana, pois estes particularismos culturais geram slogans que podem marcar um lugar singular no competitivo mercado internacional, onde cidades do mundo todo disputam turistas e investimentos estrangeiros (JACQUES, 2004, p 24).

Esta espécie de “guerra dos lugares” (Santos, 1997) em busca de investimentos, em busca de turistas e em busca do lucro através das suas formas pretéritas vem ganhando destaque. Porém, as tendências “preservacionistas” ao invés de utilizar as singularidades locais – que as diferenciam de outros lugares – na verdade tornam-se bastante homogêneas corroborando com o conceito de “museificação” (Jeudy, 2005) em escala global. Deste modo por mais que sejam visitados diferentes lugares a impressão é que tudo já foi visto, criando uma verdadeira fadiga ao turista por sempre testemunhar paisagens urbanas muito semelhantes. Para Jeudy (2005) a gestão patrimonial nas cidades históricas segue na maioria das vezes diretrizes de intervenção formuladas a partir dos padrões internacionais não levando em consideração as especificidades de cada lugar.

A “estetização” dos espaços aliado as animações culturais são algumas das novas ações aplicadas em busca de uma tentativa de fuga dos espaços homogêneos. Estas estratégias, através de efeitos estéticos, transformam monumentos em verdadeiros espetáculos. Jacques (2004) afirma que o processo de espetacularização das cidades é indissociável das estratégias de marketing e da mídia, pois é através da imagem e/ou de uma marca que uma cidade patrimonial garante seu lugar no panorama mundial, assim a “midiatização” auxilia na visibilidade do lugar e das suas manifestações. O exibicionismo cultural como forma de atrair atenções com festivais de músicas, artistas da cultura regional, animações diversas, festas, auxilia na imagem de uma cultura viva do centro, entretanto faz parte de uma vida artística artificializada.

Este exibicionismo se torna ainda mais exacerbado através da “cenarização” ou encenação pública de acontecimentos memoráveis, que segundo Fernandes (2006, p 58)

é complementar a patrimonialização, onde “[...] o patrimônio é transformado em cenário apropriado para garantir o moto-contínuo do fluxo turístico, inclusive revivendo – ou recriando – personagens do passado que possam dar mais “realidade” à experiência urbana [...]”. Esta prática de encenação como tentativa de resgate da memória é também citada por Henrique (2009b, p 4) onde o autor descreve que “[...] em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, a cada 15 minutos é possível assistir a epopeia italiana, uma saga que conta a história e os costumes (cultura?) das famílias italianas que migram para o Brasil [...]”, este exemplo para o autor seria como espécie de “tombamento dos conteúdos”, do cotidiano e da vivência.

A conservação de centros antigos é justificada pela proteção das memórias coletivas, no entanto nota-se que estas intervenções estão baseadas em uma proposta de “lifting urbano” ao retirar a “força do patrimônio” do lugar com seus dilemas, ruídos visuais. Estas propostas, cujo caso emblemático tornou-se o Pelourinho (em Salvador), levaram a expulsão de seus moradores e com elas as memórias, a vida, a espontaneidade. A presença de moradores nestes espaços, notadamente de renda inferior, é considerada como verdadeiros “ruídos visuais”, logo incompatível com as propostas de intervenções que buscam atender uma demanda de uma classe social específica que pode viajar, pagar caros restaurantes e acesso a lugares onde o custo separa as pessoas. Com a saída dos “ruídos visuais” o que permanece é a autocaricatura do lugar, onde a “diferença cultural” torna-se folclorizada, objeto, fetiche. Logo, a produção de simulacros desta dita “diferença” em atendimento a demandas específicas passa a existir com frequência em espaços patrimoniais onde o patrimônio edificado torna-se cenário colorido e bem reformado. Neste âmbito os indivíduos que compõem este mesmo espaço parecem que não vivem, mas sim encenam suas próprias vidas como uma espécie de cotidiano programado para ser contemplado e em nome dita tradição e da identidade “os corpos estão destinados a serem estátuas” (Jeudy, 2005, p 93).

Vale mencionar algo importante. A importação de modelos de intervenções aplicadas em outros países mostra-se muitas vezes desastrosa. As “fórmulas” de intervenções em cidades tombadas e áreas protegidas certamente não darão certo em todos os lugares, pois afinal cada lugar possui especificidades e estas devem ser consideradas. A uniformização destes modelos torna-se um dos grandes equívocos na gestão destes espaços diante da possibilidade real de que os resultados esperados não sejam alcançados e com o risco de provocar outros efeitos no contexto social e econômico de tal espaço. Levar equipamentos culturais, centros de cultura e arte, shows musicais e

coreográficos, museus (assinados por arquitetos renomados) é o modismo dos nossos tempos que acaba seduzindo pessoas a desfrutarem destes espaços. Por que ao invés de pensar somente no uso turístico (com sazonalidade e altos riscos) não se pensa em um uso mais seguro e efetivo para estes espaços? Torna-se urgente encarar estes espaços como zonas vivas e estimular a moradia, a inserção de universidades, ao uso do patrimônio, ao uso dos espaços públicos, as áreas de comércio. O uso do espaço parece fundamental para que haja vida.

As intervenções patrimonialistas aplicadas nos países europeus e, em alguns centros brasileiros, buscam uniformizar os espaços em grandes museus com auxílio tanto do governo quanto da iniciativa privada. Tratar as áreas de centros históricos como parque temático, asséptico, vigiado, colorido e programado rapidamente mostrará seus limites de intervenção. O processo de espetacularização e gentrificação, como já vem sendo amplamente estudado, muitas vezes acaba descrevendo a maneira como os processos ocorrem nos países centrais. No Brasil, estas intervenções que tomam como exemplo as intervenções realizadas em outros países, apesar da forte tentativa não conseguem produzir os mesmos efeitos. Existe na realidade a tentativa, mas que acaba ficando no meio do caminho, pois tenta espetacularizar e gentrificar os espaços, mas não consegue afastar os usos e apropriações compreendidas como desviantes dos projetos. O modelo hegemônico parece dominar, pois as intervenções aqui realizadas não conseguem encontrar um modelo de gestão próprio, adequado as suas especificidades.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CACHOEIRA NO CONTEXTO DOS ESPAÇOS CONCEBIDOS, PERCEBIDOS E VIVIDOS

3.1 ESPAÇO URBANO DE CACHOEIRA: PROSPERIDADE, ESTAGNAÇÃO E AS NOVAS POSSIBILIDADES

As cidades do Recôncavo Baiano²⁰ tiveram origem a partir do processo de ocupação do território brasileiro. Os fatores históricos, culturais, econômicos, políticos e sociológicos foram responsáveis pela posição de destaque que a região do Recôncavo alcançou durante séculos. A vasta área territorial e uma orla de quase 200km composta por dezenas de municípios e ilhas não pode estar dissociada da imensa lâmina d'água representada pela Baía de Todos os Santos a qual permite uma integração socioambiental. O plantio açucareiro, a escravidão africana e um sistema de embarcações a vela permitiu a espacialização duradoura de um conjunto de relações socioculturais que conformaram a identidade da Bahia, como capital colonial e província imperial (Falcón, 2012). Para Costa Pinto (1958) este grande anfiteatro possui contrastes nos aspectos econômicos e culturais, a saber: zona da pesca e do saveiro, zona do açúcar, zona do fumo, zona da agricultura de subsistência, zona do petróleo e zona urbana de Salvador.

O município de Cachoeira faz parte da micro região do Recôncavo Baiano que por sua vez é uma unidade estrutural e geomorfológica que corresponde ao conjunto das terras baixas que envolve a Baía de Todos os Santos. A cidade de Cachoeira, situada no ponto extremo de navegação do Rio Paraguaçu, maior rio que deságua na Baía de Todos os Santos, teve sua ocupação no final do século XVI cujo conjunto urbano foi construído pelo ciclo açucareiro que se desenvolveu nesta região durante o período colonial.

A cidade de Cachoeira possui uma paisagem marcante que se dá pela união da construção humana junto aos elementos da natureza. Localizado em um fundo de vale, a malha urbana de Cachoeira desenvolveu-se em meio a uma topografia irregular, espremida de um lado pelos morros e do outro pelo Rio Paraguaçu. A topografia definiu a sua ocupação socioespacial, portanto determinante a conformação do seu espaço urbano.

²⁰ O Recôncavo é conceituado como a região banhada pela Baía de Todos os Santos. Existem inúmeras propostas de regionalização para o Recôncavo, mas sempre cercadas por muitas discussões teóricas diante dos limites e objetivos propostos a tal regionalização. A denominação Recôncavo baiano refere-se sobretudo a dimensão cultural. Anteriormente se destacou a denominação Recôncavo Sul que se refere aos aspectos socioeconômicos enquanto regionalização oficialmente adotada pelo governo do estado da Bahia. Recentemente o governo do Estado lançou a mais atual proposta de regionalização dividindo o estado em 26 territórios de identidade, entre eles o Território de Identidade do Recôncavo ao qual Cachoeira pertence.

Cachoeira juntamente com a cidade de São Félix, no seu lado oposto, parecem formar um único conjunto urbano. Como um grande espelho, o Rio Paraguaçu, reflete em seu curso as paisagens destas velhas cidades que se unem através da centenária Ponte D. Pedro II. As relações que a cidade tem com as águas é muito significativa a começar pelo próprio nome da cidade que faz menção as águas. Segundo a memória oral, a denominação de Cachoeira para este espaço deve-se a sua localização cercada de águas por todos os lados desde o Paraguaçu que margeia a cidade até aos córregos e riachos que desciam dos morros que circundam a cidade. E foi a partir do Rio Paraguaçu que Cachoeira cresceu e se expandiu. Cachoeira possuía seus limites físicos a partir dos riachos Caquende e Pitanga, correspondendo aos limites originais.

O contexto histórico de Cachoeira, situado dentro da zona do açúcar nas terras do massapê, faz referência aos acontecimentos que contam a história da Bahia e do Brasil. Cachoeira torna-se um bom exemplo desta história posto que teve sua origem no entorno de engenhos de açúcar e uma capela pertencente à família Adorno, descendentes de Diogo Álvares Correia (Caramuru). A história da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje Capela D'Ajuda) se confunde com a própria história da cidade haja vista que foi a primeira construção erguida no local (em 1595) e em sua volta iniciaram o primeiro núcleo de ocupação.

No local onde hoje é a capela D'Ajuda foi erguida uma ermida a Nossa Senhora do Rosário (padroeira de Cachoeira). A localização desta capela, numa pequena elevação, demonstra a preocupação defensiva, aliado ao receio perante as cheias do Paraguaçu. A demarcação do espaço com cruces era o modo encontrado para marcar território que passava ao domínio português, estabelecendo definitivamente o poder dos brancos portugueses nesta região, que prometia riquezas a ser explorada. Antes da chegada dos Adornos todo este espaço era ocupado por indígenas que foram aos poucos cruelmente dizimados, desde o início da ocupação em 1595. O século XVII foi fundamental para a consolidação dos colonizadores na ocupação deste espaço.

Os primeiros engenhos de açúcar foram criados nas redondezas desta pequena capela juntamente com as habitações dos colonizadores. Em 1674 o povoado se tornou Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Em 1698 a então Freguesia foi elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, que neste momento aumentava o seu contingente populacional (uma vez que era o último ponto, por via fluvial, que dava acesso ao sertão) e enriquecia-se rapidamente (por conta da crescente economia do açúcar no Vale do Paraguaçu e Iguape) tornando-se

a segunda vila da Província da Bahia²¹. Somente em 1837 a então vila foi elevada à condição de cidade. As intensas relações entre as pequenas aglomerações citadinas do Recôncavo, através dos caminhos, trilhas e pelo Paraguaçu, ganhavam corpo ao longo do tempo, baseado sobretudo nas trocas econômicas. Do porto fluvial de Cachoeira as mercadorias europeias vindas de Salvador seguiam para São Félix, enquanto importante “porto terrestre” de onde nasciam as rotas que conduziam ao sertão levando as mercadorias em tropas de animais.

Além do transporte fluvial partiam de Cachoeira muitas estradas para as regiões de criação de gado e das minas, configurando a cidade como um grande cruzamento. A junção destas condições garantiu favoravelmente o seu desenvolvimento enquanto importante cidade do Recôncavo “pois de todas as minas e sertões se vinha à Cachoeira” (BAHIA, 1979, p 20). A posição geográfica, na fronteira entre duas regiões importantes, o Recôncavo e o Sertão, aliado à sua posição que coincidia com o de ponto de transbordo de carga entre as vias fluvial e terrestre favoreceu sobremaneira o seu rápido crescimento urbano (BAHIA, 1976).

Para Santos (1959, p 7) Recôncavo é mais um conceito histórico do que uma unidade fisiográfica, mas é “por excelência, a região de cidades da Bahia”, devido as inúmeras atividades econômicas produzidas. Santos (1959) fala do Recôncavo açucareiro, fumageiro, mandioqueiro e da cerâmica, pesqueiro e litorâneo e um Recôncavo ao norte que servia lenha e carvão vegetal. Os intensos fluxos propiciaram a formação de diversos núcleos adensados, formando o que Santos (1959) considera ser a “rede urbana mais antiga do Brasil”. Dentre os núcleos de destaque dentre as cidades e vilas na orla da baía estão Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, Nazaré, São Félix que desempenharam papel importante devido às atividades econômicas produzidas.

As cidades do Recôncavo destacaram-se no cenário brasileiro durante o período colonial e do império devido às produções agrícolas provenientes da cana-de-açúcar e do fumo, destinada à exportação, desenvolvidos nos seus muitos engenhos de exploração da mão de obra escrava. Em certa medida a história de Cachoeira se confunde com a história do Brasil. Cachoeira foi um centro nevrálgico do Recôncavo Baiano por conta sua

²¹ O município de Cachoeira era um dos mais extensos territorialmente na Bahia e dele de desmembraram diversos outros como Feira de Santana, Santa Teresinha, Castro Alves, São Gonçalo dos Campos, São Félix, Santo Estevão e Conceição de Feira. Mesmo com os desmembramentos ao longo do tempo que redefiniram seus limites políticos administrativos ainda continua com grandes dimensões territoriais, aproximadamente 400km².

importante história e pela presença de povos pertencentes a diferentes etnias que construíram a cidade que conhecemos hoje.

Baseada na economia açucareira e fumageira, Cachoeira foi construída secularmente através das muitas riquezas geradas, mas principalmente de muita exploração a partir da dominação de um grupo sob outro, baseado na opressão do homem branco sob os índios e negros que foram escravizados. Não há como não ressaltar que como muitos municípios do Recôncavo, Cachoeira sofreu influência da cultura africana (principalmente os jêjes, bantus, nagôs) recrutada ao trabalho escravo nas lavouras.

Assim, foram muitas as contribuições do índio, do negro e do branco da qual propiciou a formação de uma grande herança étnico cultural que de certa maneira se faz ainda presente no seu espaço físico quanto nas suas tradições. A divisão territorial de Cachoeira é um dos elementos mais marcantes da cidade e revela a pluriethnicidade deste espaço. A memória oficialmente preservada pelos monumentos e em todo o sítio urbano acaba por não contemplar a totalidade dos grupos que viviam ali, desde os indígenas e africanos (que trabalharam sob o regime escravo e dizimados pela cultura do colonizador), além dos brancos portugueses (que estabeleceram seus engenhos e comércios, além de impor sua cultura perante outras), alemãs (que em Cachoeira instalaram as fábricas de fumo), e os ingleses (que ali construíram a ferrovia e a Ponte D. Pedro II).

A configuração urbana construída a partir da multiplicidade de povos que ergueram a cidade ainda persiste ao tempo, pois muitos destes antigos traços ainda estão presentes em sua paisagem. As extremidades da cidade conhecidas como Tororó e Caquende foram redutos indígenas. O espaço da vila foi formado pelos brancos colonizadores e conforma a porção antiga da cidade e nas margens do Paraguaçu da qual ainda se encontra a presença dos sobrados e de igrejas católicas, a Casa de Câmara e Cadeia, antiga alfândega, porto fluvial e largo de um pelourinho (hoje Praça Teixeira de Freitas). A densidade e imponência de casarões no centro da cidade revela a riqueza dos seus proprietários muitos possuidores de engenhos localizados na espaço rural como a atual região da Bacia do Iguape. A paisagem urbana de Cachoeira ainda guarda parte destas edificações representando a opulência dos bons tempos econômicos de outrora.

A atual zona de expansão urbana (Recuada e Bitedô) foi originalmente ocupada por africanos e por seus descendentes que ainda hoje ocupam esta área e cujas práticas se relacionam as tradições da cultura negra como os terreiros de candomblé. Esta área de

expansão situa-se em uma zona elevada cujo local proporcionava uma ampla visão do espaço com a presença de edificações mais simplórias se comparada as da área do centro.

Os terreiros situavam-se sempre nos limites ou fora da cidade, seja por conta da proibição às práticas da cultura africana ou pela necessidade de estarem próximos a natureza (indispensável ao culto das divindades africanas), e por esta razão muitos se instalaram na zona rural como nas roças em Terra Vermelha, região alta situada nos morros que circundam a cidade. Na cidade há ainda a presença negra nas áreas do Alto do Rosarinho (área de grande adensamento populacional) e outros pontos extremos, como no Alto da Levada (após o Caquende). A presença negra ainda se faz presente na cidade quanto nas comunidades remanescentes de quilombos como: Cabolé, Dendê, Caonge, Engenho da Ponte, Imbiara e Tombo.

Figura 4: Representação de Cachoeira (sem data) Figura 5: Navegação a vapor sob o Rio Paraguaçu



Fonte: autor desconhecido (Acervo pessoal Jomar Lima) Fonte: Acervo pessoal Jomar Lima

Sem dúvida o transporte fluviomarítimo, através dos vapores e saveiros, e do transporte ferroviário que tinha em Cachoeira um entroncamento importante aumentou seu raio de influência perante outras cidades. A navegação a vapor, incluindo o conhecido Vapor de Cachoeira²², além de barcos a vela e saveiros faziam a ligação das cidades de menor porte, localizadas no interior, com a capital do Estado, através da “Rota do Paraguaçu”, em uma época que a distância de Cachoeira a Salvador durava longas horas.

²² A navegação a vapor inicia-se nesta rota no início do século XIX, além do Vapor de Cachoeira estão os vapores: Catarina Paraguaçu, Dois de Julho, João das Botas, Cachoeira, Conselheiros Dantas que percorriam este trecho transportando mercadorias e pessoas. Em 1819 surgiram os primeiros vapores que foram os meios de transporte para a capital do estado até 1967, data da última viagem.

Para Santos (1959) a região do Recôncavo foi a primeira constituição de rede urbana brasileira formada por pequenas aglomerações com intensos fluxos de relações sociais e de produções econômicas ao longo do Paraguaçu. Foi através do seu porto, no baixo curso do Paraguaçu, que a cidade adquiriu importância regional ao fazer a intermediação entre produtos associados ao comércio colonial (escravos, fumo, açúcar) e consumo de subsistência (farinha, especiarias diversas) das cidades do interior e do sertão com o litoral. Para Corrêa (2011, p 93) uma rede urbana constitui-se pelo conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, sendo portanto “um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução”.

Os produtos manufaturados seguiam de outras cidades até Cachoeira e de lá seguiam para o interior em tropas de burros e mais tarde pelo transporte ferroviário. Na rota inversa seguia para Salvador transportando toda a sorte de produtos dos engenhos (algodão, fumo, açúcar). Seu destaque regional garantiu o crescimento da população e desenvolvimento das atividades comerciais que levou ao enriquecimento dos comerciantes e das elites locais. Este período foi caracterizado como de forte prosperidade, sobretudo nos séculos XVIII e XIX.

Durante o século XIX e até meados do século XX Cachoeira manteve e até aumentou a sua pujança econômica, mas com o fumo enquanto nova prioridade nas atividades do porto. O seu porto fluvial transformou-se no maior centro de exportação do fumo do país, escoando a produção fumageira dos tabuleiros de Cruz das Almas (BAHIA, 1976). Neste momento Cachoeira e São Félix passam a abrigar as fábricas de charutos, como a Dannemann (a mais antiga em atividade - 1837), Suerdieck, Leite e Alves cuja mão de obra predominante era constituída por mulheres que trabalhavam manualmente as folhas de tabaco.

Mas não foi somente no campo econômico que Cachoeira destacou-se. Já consolidada enquanto vila de grande importância na região, projetou-se na política. Sua importância no contexto político extrapolou os limites do Recôncavo ao participar intensamente nas batalhas pela Independência da Bahia e Brasil em 1822. A participação dos cachoeiranos nestas lutas conferiram o título de “Cidade Heróica”²³. Logo, tanto as

²³ Por ter sido sede do Governo da Província da Bahia em 1822 (Independência) e em 1837 (Sabinada) e pela intensa participação dos cachoeiranos nas lutas pela Independência do Brasil, Cachoeira, uma vez ao ano, é sede do Governo do Estado da Bahia. Desde 2008, no dia 25 de junho, segundo a Lei nº 10.695/2007,

questões econômicas quanto políticas favoreceram a sua consolidação enquanto importante cidade da região do Recôncavo baiano. A “Heróica”, como Cachoeira passou a ser carinhosamente chamada, ganhou destaque e fama extrapolando os limites da Baía de Todos os Santos.

Com o passar dos séculos o espaço de Cachoeira foi sendo aos poucos produzido por diversos agentes que compunha aquele espaço. Os bens culturais, hoje reconhecidos como patrimônios, foram sendo aos poucos construídos dentro deste contexto. As edificações relevantes do seu acervo, sob o ponto de vista arquitetônico, como as igrejas e os monumentos datam, principalmente, do século XVIII.

As riquezas acumuladas ao longo dos séculos estão ainda expressas principalmente na arquitetura barroca de seus casarões, sobrados e igrejas fruto da arquitetura produzida na época colonial. Estas construções, muitas delas presentes até hoje, refletem a prosperidade que tal espaço almejou com os lucros provenientes da monocultura e da exploração da mão de obra escrava cujo suor e sangue contribuiu para aumentar os ganhos dos senhores de engenho e dos ricos comerciantes. Foi a partir deste recôncavo açucareiro e escravista que se constituiu o seu patrimônio cultural tão rico, diverso e repleto de belezas, embora dentro de um contexto de exploração e sofrimento.

Os aspectos políticos e econômicos que garantiram a centralidade de Cachoeira não resistiram às transformações ocorridas no século XX, contribuindo para o acentuado quadro de estagnação econômica. Segundo Pedrão (2007) não há como compreender o contexto do Recôncavo a partir somente da escala local e regional, pois os contornos são ainda maiores. Segundo o autor, a questão fundamental da história econômica da Bahia definiu-se entre os anos de 1890 a 1914 no contexto da abolição da escravatura redefinindo as relações na produção açucareira e os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a produção fumageira.

Assim, um conjunto de fatores influenciou para que as líderes regionais, Cachoeira e Santo Amaro, mergulhassem em uma profunda crise. Em alguma medida as constantes enchentes do Paraguaçu resultavam em grandes prejuízos aos comerciantes. Aliado a tal fato, o fim do ciclo do açúcar e os problemas da indústria fumageira influenciou o fechamento das fábricas de charuto responsável por grande geração de renda ao empregar considerável número de trabalhadores da cidade. Mas nada se compara

a capital do Estado da Bahia é transferida para Cachoeira, sendo, portanto sede do governo estadual por um dia em reconhecimento a fundamental participação nas questões políticas de repercussão nacional.

a decadência das estradas de ferro e, sobretudo, a criação de um novo sistema de transportes no Brasil que privilegiava a indústria automobilística ao abrir novas vias de ligação.

Deste modo, as mudanças na estrutura econômica e no papel de Cachoeira na rede urbana regional estão fortemente atreladas à substituição do modal de transporte marítimo/fluvial para o rodoviário. Este fato redefiniu a hierarquia da rede urbana do Recôncavo. Assim, Cachoeira foi perdendo o status de grande líder regional mergulhando em uma profunda crise. Para Henrique et al (2009, p 517) por conta da junção destes fatores Cachoeira “assiste a um processo de estagnação econômica, esvaziamento populacional e ruralização, tanto da economia quanto do cotidiano”.

A criação das rodovias que passaram a ligar o litoral ao interior através das BR 324 e BR 101 tem sua malha viária distante da cidade de Cachoeira. Assim, a substituição do modal fluviomarítimo para o rodoviário significou, para algumas cidades do Recôncavo, principalmente para Cachoeira e São Félix, um grande isolamento que levou ao esvaziamento populacional e a consequente prostração econômica, devido à perda da função de entreposto comercial do Estado (HENRIQUE, 2009). Os novos meios de transporte reduziram a influência das cidades menores ao passo que aumentava o poder metropolizador da capital. Este fato é constatado por Brandão (1998, p 40) ao afirmar que:

[...] a expansão da rede rodoviária nacional e a integração do mercado interno terminariam por marginalizar os velhos centros de produção regional e por deprimir a imponente rede urbana que envolve a Baía de todos os Santos. A política nacional de abrir estradas fecharia mais tarde as ferrovias, deixando parado no mar o “vapor de Cachoeira” (BRANDÃO, 1998, p. 40).

Se o modal de transportes fluvial e marítimo beneficiou durante séculos algumas cidades cuja localização beirava os cursos hídricos a mudança no contexto político e econômico privilegiou a abertura de estradas visando o desenvolvimento de outras regiões econômicas. As viagens pelo Paraguaçu foram esquecidas em detrimento de outros meios de transportes e, da mesma maneira, as estradas de ferro sofreram com tal mudança tornando obsoleto o sistema ferroviário que em Cachoeira encontrava uma via importante, através da sua estação ferroviária usada por trens que percorriam os trilhos da Ponte D. Pedro II, construída no século XVIII²⁴. Apesar de esquecidos os vapores sob

²⁴ Feita de ferro a Ponte D. Pedro II é fruto de avançada tecnologia inglesa, sendo inaugurada em 1885, ligando Cachoeira a cidade São Félix (365 metros) sob o Rio Paraguaçu.

o Paraguaçu e os trens sob os trilhos das estradas de ferro ainda permanecem presentes na memória popular²⁵.

Com a mudança na matriz do transporte, outras cidades que até então desempenhavam papel pouco expressivo, passaram a exercer funções centrais na economia do Recôncavo como, por exemplo, as cidades de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, devido ao desenvolvimento do forte comércio e a proximidade das rodovias. Desta forma há uma redefinição na hierarquia da rede urbana do Recôncavo (Henrique et al, 2009). De maneira concomitante ao declínio dos centros urbanos tradicionais do Recôncavo ocorria também a consolidação de cidades como Feira de Santana, que passou a desempenhar um papel importante para as cidades do interior, atrás apenas de Salvador, revelando-se o mais novo entreposto comercial do Estado.

O processo de estagnação também foi impulsionado pela descoberta do petróleo, no século XX, nos municípios mais próximos a Salvador, como Madre de Deus, Candeias e São Francisco do Conde. O desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo trouxe profundas mudanças na articulação do sistema urbano, pois toda uma rede infra estrutural foi criada para atender as exigências da indústria petrolífera, isolando ainda mais as áreas tradicionais (HENRIQUE, 2009). Desta maneira os processos de urbanização (em Salvador) e industrialização, em meados do século XX, que atingiram a Bahia (com a criação dos distritos industriais de Aratu e Subaé e a criação do complexo petroquímico de Camaçari) não beneficiaram as antigas vilas do Recôncavo, ao contrário, contribuiu para o esvaziamento populacional. Brandão (2007, p 54-55) relata bem este panorama que atingiu seriamente as cidades históricas do Recôncavo:

[...] com seus campos de pesquisa e lavra, a Petrobras esvaziou matas, roças e fazendas e cortou o Recôncavo com estradas que ignoraram seus velhos caminhos. Criou uma riqueza inquestionável, elevou a renda pública de alguns municípios, mas não revitalizou a região no seu conjunto. Atingindo profundamente a estrutura social das áreas impactadas, atraiu migrantes de outras regiões elevou o custo de vida e contribuiu para desorganizar e reduzir o padrão de vida dos mais pobres. As cidades históricas de São Félix, Maragogipe, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Jaguaribe, bem como o circuito de casarões e templos rurais, continuaram a morrer (BRANDÃO, 2007, p 54-55).

As muitas mudanças que ocorriam no contexto regional subtraíram de Cachoeira o seu status na rede urbana e seu contingente populacional, pois a depressão econômica

²⁵ Como expressa o trecho da música em quadrilhas juninas: “o vapor de Cachoeira não navega mais no mar/o vapor de cachoeira não navega mais no mar/arriba o pano, toca o búzio/ nós queremos navegar”.

conduziu ao grande êxodo populacional que migrava forçosamente para outras cidades próximas em busca de trabalho e melhores oportunidades. Cachoeira passou a sofrer com a emigração gradativa, principalmente da mão de obra masculina ativa em busca de trabalho permanecendo em Cachoeira grande parte dos idosos e mulheres.

O processo de urbanização e industrialização de Salvador atraiu grandes contingentes populacionais de outros estados e principalmente das pequenas cidades do Recôncavo como é o caso de Cachoeira. Se o rico solo massapê do Recôncavo foi responsável por toda a riqueza acumulada de muitas cidades, inclusive Cachoeira, através dos ciclos econômicos, foi neste mesmo solo, aliás, no subsolo do Recôncavo, através da descoberta do petróleo que também auxiliou para o esquecimento de Cachoeira frente a outras cidades que enriqueciam e se modernizavam com os lucros do petróleo. Desta maneira, a tão vantajosa produção o “açúcar branco” nos solos do massapê foi substituído pelo “ouro negro” do subsolo do Recôncavo (Falcón, 2012).

Ao citar um trecho do livro de Monteiro Lobato intitulado “Cidades Mortas” Henrique (2009) nos sugere refletir sobre as temáticas que cercam o contexto histórico de algumas cidades patrimonializadas. No trecho “ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito” é possível fazer uma analogia ao período de prosperidade responsável pela criação da densidade arquitetônica e o intenso processo de estagnação econômica que abateu Cachoeira no início do século XX. A decadência se faz tão marcada na cidade tem seus reflexos nas suas formas envelhecidas pelo tempo, mas que ainda permanecem na paisagem enquanto rugosidades.

A população original da cidade emigrou-se para os novos centros econômicos no momento que Cachoeira perdia definitivamente sua posição de polo econômico. Os sobrados ficaram como herança para uma população de baixa renda que permaneceu na cidade. Assim, a situação arquitetônica se manteve, enquanto que o quadro econômico e social modificava-se. As famílias não possuíam recursos para manter e conservar as formas, assim a reduzida condição social e o desgaste do tempo minavam as construções antigas. Gradativamente várias edificações foram desgastando-se em função de disputas entre herdeiros. Diversos casarões permaneciam fechados, entrando em acentuado quadro de arruinamento (BAHIA, 1974). O quadro de decadência produziu forte melancolia e saudosismo presente nos jornais da época e na história oral dos seus moradores que sempre se referem ao passado, restando apenas a “lembrança do que lá havia, numa cidade que, sem renovar-se, mergulhou numa deterioração lenta e progressiva” (BAHIA, 1974, p 4). Os reflexos desta estagnação podem ser sentidos até hoje, diante das poucas

oportunidades de emprego que é um dos itens mais citados nas entrevistas que se refere as desvantagens de morar na cidade.

O período obscuro que se abateu sobre o Recôncavo Fumageiro e Canavieiro, a partir do século XX contribui em certa medida para a preservação das formas construídas da cidade de Cachoeira. Apesar das muitas enchentes²⁶ que destruíam edificações e provocam grandes tragédias foi, principalmente o esquecimento desta região em detrimento de outras, que possibilitou a permanência da grande maioria de seus bens patrimoniais. Permanecer à margem dos processos de modernização que ocorriam em grandes centros, como em Salvador, se por um lado contribuiu para a estagnação econômica desta cidade, por outro lado, favoreceu em certa medida para que seu conjunto urbano não fosse substituído pela modernidade.

Por mais contraditório que pareça a decadência econômica de Cachoeira foi responsável ao mesmo tempo pelo acentuado quadro de deterioração arquitetônica de seu casario e também pela preservação de seus estilos arquitetônicos. A decadência não possibilitou que a cidade se renovasse contribuindo para manter certa integridade arquitetônica, logo a arquitetura da cidade permanecia em pé por sua própria estagnação.

Sobre este aspecto ainda vale mencionar que a partir do século XX a partir das primeiras ações de patrimonialização em bens individuais contribuiu decisivamente para a preservação do acervo arquitetônico de Cachoeira. Os tombamentos individuais aplicados sobre as igrejas, sobrados e monumentos geravam por tabela uma proteção do seu entorno, desta maneira, os conjuntos próximos a estes monumentos ficavam também sob regime de proteção. Apesar do tombamento do conjunto urbano ter sido realizado somente na década de 1970 a listagem de bens tombados a nível federal já era relativamente extensa se comparada a outras cidades da Bahia. Além disso o aspecto estético da cidade se manteve sem que houvesse grandes mudanças devido aos poucos recursos dos proprietários em realizar modificações diante do quadro de estagnação econômica.

²⁶ As enchentes do Paraguaçu assolaram Cachoeira e São Félix, até o século XX, desgastando bens patrimoniais e sendo responsável pela proliferação de doenças como febre amarela e cólera que levou a centenas de mortes. O problema das enchentes seria resolvido com a construção da Barragem de Pedra do Cavalo, em 1983. As cheias de 1822, 1865, 1905, 1921, 1960, 1964, 1980 e 1989 (última enchente registrada mesmo após a construção da barragem) marcaram negativamente a história da cidade e trazem até hoje nas paredes de muitas edificações o sinal das águas. As enchentes prejudicavam o comércio e destruíam as residências do núcleo antigo da cidade. A barragem sanou o problema das enchentes na cidade, mas culminou com a geração de sérios impactos sobre ecossistema do rio. Aliado a construção da barragem o lançamento de efluentes domésticos sobre o curso do rio contribuiu para a grave situação atual de poluição, assoreamento, sendo impróprio para banho e pesca.

Algumas mudanças foram feitas na cidade ao longo do tempo, onde em muitas ruas estilos mais contemporâneos parecem esconder os do período colonial. É nesse sentido que a vizinha Santo Amaro é sempre lembrada pelos cachoeiranos, como seu avesso, devido à perda significativa de seus bens patrimoniais por conta da elevação do padrão de vida de algumas famílias que trabalham nas áreas petrolíferas, fato que contribuiu para trazer para a cidade novos hábitos, entre eles a modificação das estruturas das edificações percebidas como mais modernas. A cidade de São Félix também citada como espaço que perdeu muito das suas feições arquitetônicas ao longo do tempo, mas talvez diferente de Santo Amaro, este quadro possa ser atribuído ao tombamento tardio do seu espaço urbano²⁷.

Diante desta densidade patrimonial Cachoeira tem seus primeiros bens tombados a nível federal em reconhecimento aos valores arquitetônicos e históricos de suas construções. Em 1971, a cidade de Cachoeira foi tombada pelo IPHAN recebendo o título de “Monumento Nacional”. A partir deste instante o patrimônio passa a ter uma forte importância diante do reconhecimento nacional mediante o tombamento e todas as ações geradas a posteriori.

Henrique (2009) relata que para superar o processo de estagnação socioeconômica em Cachoeira muitas ações financiadas pelo Estado passaram a ser desenvolvidas nas últimas décadas. Estas ações lançadas sobre a cidade envolvem a esfera do turismo, da educação e da cultura promovendo mudanças e transformações nas formas e nos conteúdos da cidade. A instalação da UFRB aparece como uma das recentes ações vinculadas ao planejamento urbano e regional para a cidade de Cachoeira. Além da instalação da universidade ações vinculadas a preservação patrimonial promoveram mudanças na estrutura urbana por meio da recuperação de monumentos e de logradouros públicos, através de programas como o PCH, Programa Monumenta e o recente PAC das Cidades Históricas. Os programas de estímulo ao turismo, como o Programa de Turismo Étnico, que possui uma associação direta com o patrimônio cultural complementa o quadro de ações desenvolvidas pelo Estado. Em Cachoeira, o encontro de diferentes culturas promovidas pela ocupação do Recôncavo, séculos atrás, contribuiu para a criação de uma grande diversidade material e imaterial que hoje ela própria transformou-se em uma nova riqueza capaz de gerar lucros ao mundo do turismo e do consumo.

²⁷ O Conjunto Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Félix, foi tombado em 2010, pelo IPHAN (Processo nº1.286-T-89).

Todas estas ações são colocadas em prática na tentativa de redinamizar a economia local posto que trazem novos fluxos de capital, pessoas, mercadorias e estes novos fluxos acabam inserindo uma dinâmica na cidade, conectando-a, novamente, com os espaços da economia internacionalizada. Assim, apesar de ser uma cidade pequena, Cachoeira apresenta algumas funções e conexões de uma cidade média mediante estas mudanças que ocorreram nas últimas décadas que contribuíram para o início de uma reestruturação urbana (Henrique et al, 2009). Além de Cachoeira, outras cidades do Recôncavo como Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cruz das Almas são também alvos de intervenções ligadas as ações do Estado, com repercussões na escala intraurbana e interurbana. Estes municípios, se antes eram ligados as atividades tradicionais com abrangência local e ou regional, agora se articulam a escala estadual e nacional por meio das atividades vinculados a cultura e turismo, as atividades de comércio e serviços e através da instalação de universidades, já esclarecidos pelas pesquisa de Henrique et al (2009) e Santana (2012).

Dentro de um contexto mais amplo, Brandão (2007), ao apontar quais os possíveis destinos para a região do Recôncavo, alerta sobre os novos “riscos” sob esta região e a Baía de Todos os Santos que não podem ser ignorados entre eles: a descoberta da região como destino turístico e suas implicações sobre a vida social, na mercantilização da cultura e o mercado imobiliário; a questão do biodiesel por conta da imensa área agrícola e o seu histórico de produção de cana de açúcar; a presença da Petrobrás e os impactos positivos e negativos em termos econômicos, sociais e ambientais. Vale ressaltar os atuais projetos ligados ao estaleiro de Maragogipe (Estaleiro Enseada do Paraguaçu), além da proposta do Governo do Estado para a construção da ponte que ligará Salvador – Ilha de Itaparica. A autora reconhece que recompor a velha paisagem do Recôncavo será impossível, entretanto faz um alerta sob a necessidade de construção de uma nova concepção de desenvolvimento e organização territorial diante dos novos “riscos” lançados que diz respeito diretamente aos interesses capitalistas. Acrescenta a possibilidade da chegada de uma universidade federal ao alavancar uma ampla discussão sobre o desenvolvimento socioeconômico a partir de um diálogo com ampla participação social. Assim, do mundo escravista ao mundo capitalista, a produção do espaço desta região envolve diferentes interesses e agentes sociais.

No contexto de Cachoeira, as ações que movem a produção do espaço alteram significativamente a estrutura urbana e a morfologia da cidade e correspondem as tentativas de alguns agentes sociais (como o Estado ou a iniciativa privada) de dinamizar

e transformar as economias locais e regionais. Contudo, novos objetos, funções, novos moradores (estudantes, professores, turistas) trazem novos hábitos, relacionados a urbanidade, que acabam modificando o cotidiano local que ainda traz marcas da ruralidade. Estas ações podem ser entendidas como verticalidades (Santos, 1997), pois as mesmas são impostas sobre a estrutura urbana e social da cidade e normalmente atendem aos interesses de agentes externos haja vista que a população comumente não participa de tais ações, nem a própria cidade está preparada em sua estrutura.

Vale ressaltar que não nos colocamos contrários a estas ações, mas apontamos para a necessidade de uma visão crítica do processo diante das repercussões que tais ações criam no espaço urbano. Santos (2003, p 189), questiona o papel que os objetos geográficos desempenham a partir da inserção de novas formas no espaço e o efeito de transformação proporcionado afirmando que “não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos”. E, como contribui Henrique, et. al. (2009):

[...] é necessário que se levem em consideração as implicações quando da inserção de formas novas ou renovadas em um determinado espaço. As características da estrutura urbana e da morfologia das cidades não podem ser esquecidas, bem como os anseios, necessidades e esperanças de suas populações, nas atividades que aí desenvolvem (HENRIQUE, ET. AL, 2009, p 520).

Portanto, estas ações estão sendo encaradas como novas possibilidades dentro do espaço urbano de Cachoeira dinamizando a oferta de serviços, aquecendo o comércio, criando oportunidades para aumento da renda. Estas são novas perspectivas que se abrem, apontadas como mudanças positivas segundo os entrevistados, como uma espécie de luz no fim do túnel para uma cidade que se encontrava em tamanha decadência. Apesar do novo fôlego que a cidade ganha e o aparente entusiasmo gerado, o reflexo da aplicação destas ações ainda encontra-se em seus passos iniciais²⁸ não sendo ainda capaz de modificar substancialmente a realidade social de Cachoeira posto que a cidade ainda encontra-se em uma situação crítica.

Os problemas sociais e econômicos se agravaram com o passar dos séculos principalmente mediante ao processo de decadência econômica em que a cidade se viu mergulhada. No transcurso do tempo Cachoeira passou de rica e opulenta cidade da rede

²⁸ Analisar os impactos da expansão do ensino superior na Bahia possibilita uma agenda de pesquisa que já vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa CiTePlan desde 2008.

urbana do Recôncavo ao quadro de pobreza e estagnação como comprova os dados dos institutos oficiais de pesquisa. O atual Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é 0,647, segundo o PNUD/2010, que leva em consideração o IDH renda (0,615), IDH longevidade (0,762) e IDH educação (0,577) colocando o município na posição 3172º entre os 5565 municípios do Brasil. Entre os municípios do Recôncavo nesta mesma classificação destacam-se Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus confirmando sua importância na rede urbana do Recôncavo atualmente. Contudo se levarmos em consideração o contexto geral a situação da maioria dos municípios no Recôncavo é ainda muito precária, especialmente no quesito renda e educação, apresentando índices alarmantes para os municípios de Aratuípe e Cabaceiras do Paraguaçu.

O município de Cachoeira conta com uma população de 32.026 habitantes, segundo o IBGE, em 2010, distribuídos em uma área total de 395,2Km². Sua população urbana equivale a 51,2% (16.387 habitantes) do total do município o que configura uma cidade de pequeno porte, contudo, como já explicitado, algumas mudanças recentes vêm garantindo funções e conexões de uma cidade média²⁹.

O processo de ocupação deste espaço deixou marcas na cidade, como os patrimônios, mas também na questão racial e na tradição religiosa. Em Cachoeira, 87,5% da população equivale a pardos e pretos, confirmando que se trata de uma cidade com fortes traços afrodescendentes. No quesito religião a maior proporção são de católicos apostólicos com 35%, evangélicos que corresponde a 17,8%, contudo, mesmo em Cachoeira, a religião do candomblé e umbanda corresponde apenas 3,7%.

Em relação aos serviços básicos, notamos que dos 5.429 domicílios urbanos, 82,9% possuíam abastecimento de água encanada; 68,4% possuíam 1 banheiro exclusivo; 63,7% possuíam coleta de lixo; 73,8% desses domicílios possuíam esgotamento sanitário e 98,9% possuíam rede de energia elétrica em seus domicílios. Segundo o que mostra estes dados do IBGE³⁰ os índices de serviços básicos para a cidade mostram-se razoáveis,

²⁹ A classificação de cidade média, não é algo simples e vem sendo alvo de estudos na Geografia, contudo leva em consideração a dimensão populacional, mas principalmente o contexto territorial e as diferentes realidades socioespaciais em que a cidade está inserida (Henrique et al 2009).

³⁰ Houve intenção no início da pesquisa de realizar a busca de dados do IBGE a nível de setor censitário, pois possibilitaria um detalhamento mais preciso entre as diferentes áreas da cidade. Contudo, houve uma modificação na metodologia de disponibilização de dados da amostra do IBGE, em 2013, da qual somente os setores que constavam com mais de 400 domicílios em cada setor poderiam ter dados disponibilizados a nível de setor censitário por conta das possíveis imprecisões nas estimativas da amostra, assim somente os municípios com mais de 190 mil habitantes poderão exibir dados a nível de setor censitário. Os dados aqui apresentados se referem as informações da sede do município de Cachoeira.

entretanto em loco percebe-se que em determinadas áreas da cidade ainda há sérios problemas de acesso a estes serviços.

Do ponto de vista social a cidade de Cachoeira configura-se com uma população predominantemente jovem e adulta sendo que 73,8% da população está na classe entre 1 a 44 anos e 26,2% encontra-se na faixa etária entre 45 a 94 anos, ou seja, não é uma população muito envelhecida. O índice correspondente ao nível de instrução mostra-se preocupante, pois 60,2% dos moradores da cidade de Cachoeira têm até o nível fundamental incompleto e apenas 2,4% possuem o nível superior completo. Este dado alarmante evidencia que o quesito educação merece atenção entre as políticas públicas.

O baixo nível da escolaridade dos cachoeiranos irá refletir também nos níveis de desemprego e renda. Em Cachoeira 14% da sua população urbana está desempregada. O desemprego é uma das queixas recorrentes, segundo as entrevistas, fato este que obriga a migração para outras cidades em busca de melhores oportunidades. O desemprego é preocupante entre a faixa etária mais jovem da cidade, pois na faixa etária entre 18 a 29 anos a taxa de desemprego equivale a 49,2%. Entre aqueles que são empregados na cidade 40,9% possuem carteira de trabalho assinada e 26,4% trabalham sem carteira assinada, além desses 25,2% trabalham de maneira autônoma.

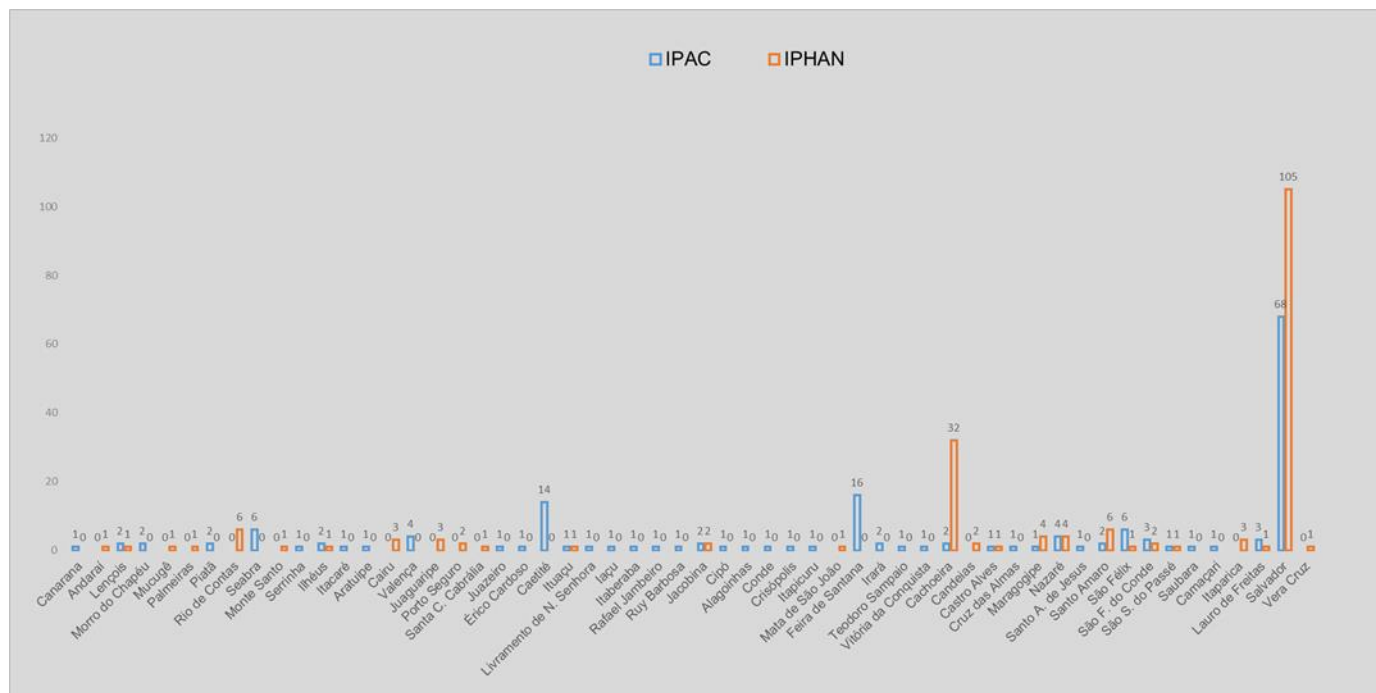
Os setores de atividade econômica que mais empregam na área urbana estão situados dos ramos da agricultura, pecuária, o ramo comercial seguido pela construção civil, estes três ramos conjuntamente empregam 53,4% da população. Em 2010, o PIB (Produto Interno Bruto) do município de Cachoeira foi de R\$ 219,2 milhões de reais, equivalente ao PIB per capita de R\$ 6.841. Em Cachoeira 68% da população recebe até 1 salário mínimo. Por conta do baixo poder aquisitivo, 12,4% da população é beneficiada pelos programas federais de aumento na renda correspondentes a Bolsa-Família ou PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Sendo que as pessoas que tem rendimento bruto de até 1 salário mínimo, 24,2% recebem estes auxílios governamentais. No que se refere aos domicílios entre os mais de cinco mil domicílios urbanos, 80,5% são imóveis próprios e quitados cuja média de moradores equivale a 3,3 moradores por domicílio. Em 76,4% dos domicílios o rendimento domiciliar per capita é equivalente a até 1 salário mínimo.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: ENTRE TOMBAMENTOS E NORMATIZAÇÕES

3.2.1 As primeiras ações de preservação patrimonial: tombamentos individuais e do espaço urbano

Em Cachoeira, as ações em reconhecimento aos valores de seus bens culturais iniciam no início do século XX diante de um quadro desolador onde imperava a pobreza social e econômica e o acentuado arruinamento de suas edificações. As más condições de preservação do patrimônio material neste momento estavam associadas a múltiplos fatores promovidos pelas constantes enchentes ao longo dos séculos, pelo desgaste do tempo e pelos poucos recursos da população em conservar os grandes sobrados. Além disso, manter as formas do passado não correspondia ao pensamento dentro do contexto da época que lançava olhar mais para o futuro do que para ao passado. Este quadro seria revertido após a intervenção do IPHAN. Na Bahia, são muitos os bens inscritos no Livro do Tombo, inclusive Salvador e Cachoeira são os municípios que lideram esta listagem com, respectivamente, 105 e 32 bens tombados pelo IPHAN.

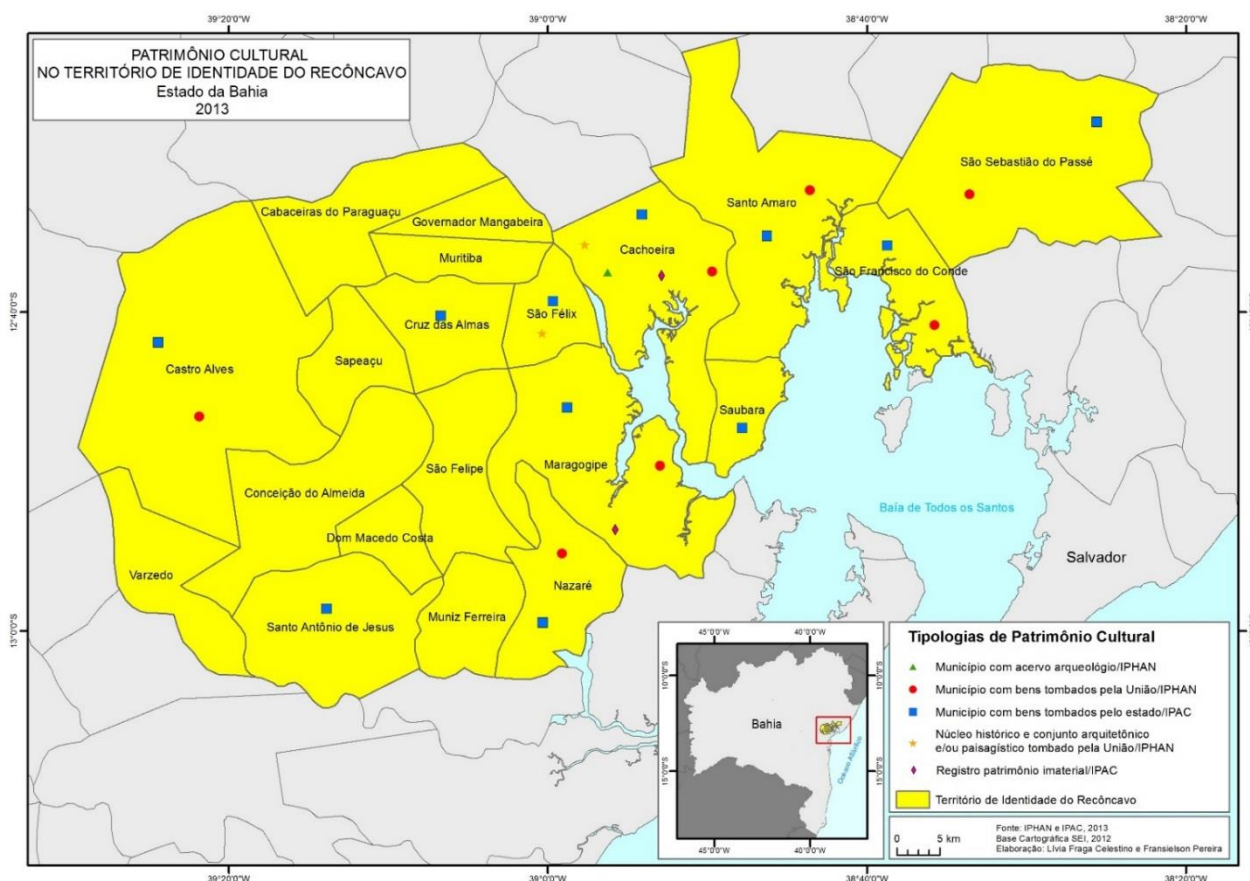
Gráfico 1: Quantitativo de bens tombados, pelo IPHAN e IPAC, entre as cidades da Bahia



Fonte: IPHAN, IPAC, 2013

No gráfico 1 percebe-se que há um destaque de bens patrimonializados entre os municípios baianos que compõe o Recôncavo. A figura 6 revela o destaque que as cidades do Recôncavo e, principalmente Cachoeira, possui dentro do Território de Identidade fazendo parte do seu acervo bens tombados e registrados pelo estado da Bahia, através do IPAC, e bens tombados pela União, através do IPHAN. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (BAHIA, 1982) demonstra a densidade patrimonial de Cachoeira com bens datados, em sua maioria, do século XVIII e XIX, tombados em sua maioria pelos valores históricos e das belas artes.

Figura 6: Patrimonialização no Recôncavo



Fonte: IPHAN, IPAC, 2013

Em reconhecimento ao valor do conjunto urbano de Cachoeira e ao quadro preocupante de desgaste e destruição, no início do século XX inicia-se as primeiras ações de preservação do patrimônio em Cachoeira. É a partir destas primeiras ações que os bens culturais em Cachoeira, antes arruinados e destruídos, passam a ser reconhecidos enquanto patrimônios mediante as ações de tombamento individual ou do conjunto.

Vale ressaltar que para o nosso foco de estudo não iremos nos debruçar sobre os tombamentos individuais e aos registros (enquanto prática recente). Estes são instrumentos importantes que os órgãos de proteção patrimonial conferem aos bens patrimoniais, informando sobre os valores atribuídos ao patrimônio em um determinado momento da história. Mas o estudo sobre os tombamentos e registros, enquanto indicadores do espaço concebido, apesar de importantes não nos revelam como estes bens são apropriados e geridos depois da sua proteção. Desta maneira, focaremos nos indicadores que se relacionam as normas de preservação da cidade, enquanto cidade tombada, e nos programas, projetos e planos de preservação e de salvaguarda, além do Plano Diretor. Entendemos que estes são importantes indicadores do espaço concebido relacionados ao patrimônio cultural e apontam a maneira como ocorre a produção da cidade de Cachoeira contemporaneamente.

Reconhecemos aqui a importância dos órgãos de preservação na elaboração de medidas protetivas e de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural e dos órgãos governamentais responsáveis pelas cidades históricas como o governo do Estado e a prefeitura através da elaboração das políticas urbanas e culturais. Apesar dos muitos percalços e fragilidades em suas ações contribuíram para que parte do patrimônio cultural continue preservado e possa ser usufruído por outras gerações.

A prática inicial do IPHAN nos seus primeiros anos de atuação era proteger os bens de maneira isolada e em Cachoeira esta prática não foi diferente, por isso, antes mesmo do tombamento de todo o seu sítio histórico, foram inscritos no Livro do Tombo bens isolados, em sua maioria, bens de origem barroca e religiosa e bens de significativo valor histórico e político local, como fica explícito no quadro 2.

Este quadro nos revela que os bens tombados em Cachoeira foram regidos segundo a ideologia de conservação do patrimônio de “pedra e cal”. Estes bens foram tombados em sua maioria nas décadas de 1930 e 1940 sob os valores que privilegiavam as questões históricas e das belas artes. Na escala nacional até hoje não é diferente, pois a grande maioria dos bens tombados pelo IPHAN continuam a valorar estes mesmos segmentos.³¹ Esta política de preservação de bens patrimoniais mostra-se muitas vezes desigual, pois ainda não abarca a diversidade étnica e cultural brasileira.

³¹ O quantitativo de bens no Livro do Tombo do IPHAN (2013) são: 119 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, 557 no Livro Histórico, 682 no Livro das Belas Artes e 4 no Livro das Artes Aplicadas.

Quadro 2: Listagem de bens tombados e registrados em Cachoeira

BENS CULTURAIS TOMBADOS E REGISTRADOS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA						
BEM CULTURAL	LOCALIZAÇÃO	ÂMBITO DE PROTEÇÃO	LEGISLAÇÃO	ANO	LIVRO	USO ATUAL
Igreja do Seminário de Belém	Belém da Cachoeira (distrito)	Federal	Processo nº122-T-38	1938	Belas Artes	religioso
Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo	Sede	Federal	Processo nº181-T-38	1938	Histórico/Belas Artes	religioso (antigo museu arte sacra)
Convento de Nossa Senhora do Carmo	Sede	Federal	Processo nº182-T-38	1938	Belas Artes/Histórico	pousada/ restaurante
Igreja do Ordem Terceira do Carmo	Sede	Federal	Processo nº181-T-38	1938	Belas Artes/Histórico	religioso
Igreja de Nossa Senhora do Carmo	Sede	Federal	Processo nº182-T-38	1938	Belas Artes/Histórico	religioso/centro de convenções
Capela de Nossa Senhora da Ajuda	Sede	Federal	Processo nº198-T-39	1939	Belas Artes/Histórico	religioso
Chafariz da Praça Dr Aristides Milton	Sede	Federal	Processo nº0199-T-39	1939	Belas Artes	antigo chafariz (abastecimento de água) sem uso
Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	Sede	Federal	Processo nº198-T-39	1939	Histórico/Belas Artes	culto religioso
Duas Jarras de Louça da Fábrica de Santo Antônio do Porto	Sede	Federal	Processo nº199-T-39	1939	Artes Aplicadas	exposição
Três Jarras de Louça da Fábrica de Santo Antônio do Porto	Sede	Federal	Processo nº199-T-39	1939	Artes Aplicadas	exposição
Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia)	Sede	Federal	Processo nº199-T-39	1939	Histórico	câmara de vereadores/museu
Jardim do Hospital São João de Deus (Igreja da Misericórdia)	Sede	Federal	Processo nº202-T-39	1940	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	jardim (sem uso)
Prédio à Praça da Aclamação nº4	Sede	Federal	Processo nº204-T-39	1941	Histórico	museu regional e Escritório técnico do IPHAN
Casa à Praça Dr Aristides Milton,25-A	Sede	Federal	Processo nº200-T-39	1941	Histórico	residencial
Antigo Convento de Santo Antônio do Paraguassu: igreja e ruínas	Santiago do Iguape (distrito)	Federal	Processo nº280-T-41	1941	Histórico/Belas Artes	culto religioso/reuniões/visitação - em ruínas
Prédio à Rua Ana Nery nº1	Sede	Federal	Processo nº203-T-39	1941	Belas Artes	Obra de Assistência Patrocinial (OAPC) (obra embargada)
Prédio à Rua Ana Nery nº7 - (Casa Natal de Ana Nery)	Sede	Federal	Processo nº205-T-39	1941	Histórico	IBGE/centro de informações turísticas/comando geral polícia militar
Prédio à Rua Sete de Setembro nº34 - Casa Natal de Teixeira de Freitas	Sede	Federal	Processo nº201-T-39	1941	Histórico	arquivo público
Capela do Hospital de São João de Deus (Igreja da Misericórdia)	Sede	Federal	Processo nº248-T	1943	Belas Artes	religioso
Capela de Nossa Senhora da Pena e ruínas do sobrado anexo	Santiago do Iguape (distrito)	Federal	Processo nº231-T-41	1943	Belas Artes/Histórico	religioso
Casa à rua Ana Nery nº4	Sede	Federal	Processo nº246-T	1943	Belas Artes/Histórico	biblioteca municipal (Ernesto Simões Filho)
Casa à rua Benjamin Constant nº1	Sede	Federal	Processo nº243-T	1943	Belas Artes	loja maçônica/escritório de contabilidade
Casa à rua Benjamin Constant nº2	Sede	Federal	Processo nº249-T	1943	Belas Artes	casa dos velhos/centro espirita
Casa à rua Benjamin Constant nº17	Sede	Federal	Processo nº244-T	1943	Belas Artes	antigo arquivo público/casa dos técnicos do IPHAN (sem uso)
Prédio à Rua 13 de Maio, nº13	Sede	Federal	Processo nº268-T-41	1943	Belas Artes	fundação Hansen Bahia (Museu)
Engenho Vitória: sobrado, capela, crucifixo, senzala e banheiro	Zona rural	Federal	Processo nº284-T-41	1943	Histórico/Belas Artes	Ruína
Sobrado à Rua Ana Nery nº2	Sede	Federal	Processo nº245-T	1943	Histórico/Belas Artes	secretaria de cultura e turismo/secretaria de educação
Sobrado à Rua Ana Nery nº25	Sede	Federal	Processo nº247-T	1943	Belas Artes	setor administrativo/UFRB
Sobrado do Antigo Engenho Embiara	Zona rural	Federal	Processo nº269-T-41	1943	Belas Artes	ruína
Igreja Matriz de Santiago	Santiago do Iguape (distrito)	Federal	Processo nº575-T-58	1960	Belas Artes	religioso
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Cachoeira	Sede	Federal	Processo nº843-T-71	1971	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	cidade de Cachoeira
Lavabo do Convento de Santo Antônio do Paraguaçu	Santiago do Iguape (distrito)	Federal	Processo nº895-T-74	1974	Belas Artes	exposição
Casa do Maestro Tranquillo e Acervo Musical	Sede	Federal	Notificação nº001/83	1989	Bens Imóveis	residencial
Ponte Dom Pedro II	Sede (Cachoeira/São Félix)	Estadual	Decreto nº8.357/02	2002		ligação entre as cidades
Terreiro Rumpaine Ayono Rumôlogi (Gaitaku Luitza)	Sede	Estadual	Decreto nº10.147/06	2007	Bens Imóveis	religioso
Festa da Irmandade da Boa Morte	Sede	Estadual	Decreto nº12.227/10	2010	Registro Especial - Eventos e Celebrações	festa
Terreiro Zogbodo Male Bogum Seja Unde (Roxa do Ventura)	Sede	Federal	Tombamento provisório	2011		religioso

Em 13 de janeiro de 1971, através do processo nº 843-T-71, é regulamentado o tombamento integral do perímetro urbano de Cachoeira, através do IPHAN. A partir de então o Conjunto Histórico e Paisagístico de Cachoeira foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, através do Decreto 68.045 que passa a considerar a cidade de Cachoeira como “Monumento Nacional”³².

O ato do tombamento da cidade foi também impulsionado devido à decadência econômica iniciada no século XX que contribuiu bastante para a perda de muitos bens, além disso, pouca era a participação dos órgãos estaduais e municipais nas políticas de preservação. Como também já foi elucidado anteriormente a decadência econômica acabou em certa medida contribuindo para que seu patrimônio não fosse totalmente destruído e/ou substituído pela modernização de novas construções e pelos efeitos da industrialização como aconteceu em muitas cidades brasileiras.

O “Programa de Desenvolvimento Integrado da Cidade Monumento de Cachoeira”, realizado através de um convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal da Bahia, em 1976, revela a necessidade de intervenção do poder público no âmbito da preservação patrimonial, em Cachoeira, diante do acentuado quadro de estagnação econômico e social que impedia a preservação de suas edificações.

A cidade de Cachoeira, todavia, desde fins do século passado [século XIX] entrou no rol dos centros urbanos em decadência sem condições, portanto de ordem econômica e financeira, para preservar o acervo cultural, que as gerações dos bons dias haviam legado à posteridade. As igrejas, algumas abandonadas, foram transformadas em ruínas. Os sobrados, em grande parte, ficaram vazios e ganharam a fama de “casas mal assombradas”, a proporção que crescia o êxodo dos seus moradores, quase sem meios de vida a fim de permanecerem na terra berço. Tentativas de soluções, esforços de alguns, como era de prever, não se tornaram suficientes para o reerguimento da região do seu declínio econômico, e em consequência, não surgiram as possibilidades de se proporcionar a velha cidade do Recôncavo Baiano os recursos próprios e indispensáveis à preservação do seu acervo artístico e histórico, por todos reconhecido e proclamado como um dos mais ricos do Brasil. Tornou-se assim, necessária a intervenção do poder público para defender o patrimônio arquitetônico da velha cidade (BAHIA, 1976, p 6).

As cidades históricas são tombadas devido ao seu valor como bem coletivo, logo deve ser aplicada políticas de preservação no intuito de garantir a sua permanência e o direito de que as pessoas possam usufruir deste patrimônio. Cachoeira adquiriu grande

³² Antes do título de “Monumento Nacional” em 1971, Cachoeira já possuía o título de “Monumento Estadual” pela Constituição Baiana de 1967. Outro título importante para a cidade foi o de “Cidade Heróica” desde 1837 por conta do heroísmo dos cachoeiranos nas lutas pelo Independência do Brasil.

importância no contexto patrimonial nacional diante dos seus inúmeros valores agregados. A sua história plurissecular, os seus valores arquitetônicos e sua cultura pluriétnica aliado ao grande arruinamento e estagnação contribuiu decisivamente para o tombamento da cidade. Por conta da situação de abandono diante da forte crise econômica que acometia muitas cidades históricas, entre elas Cachoeira, o instrumento do tombamento serviu não somente para proteger os bens culturais, mas tinha como propósito impulsionar estas cidades de modo a superar a crescente decadência instaurada.

Nesse contexto vale uma ressalva. Mesmo antes da criação do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, a cidade de Ouro Preto, em 1933, foi considerada Monumento Nacional, inaugurando o processo de proteção de núcleos urbanos mesmo antes da criação do próprio IPHAN. Além de Ouro Preto, considerada o maior conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII no país, outras seis cidades mineiras, passaram a ter atenção do Estado em 1938, pois entendiam que estes núcleos urbanos como verdadeiras obras de arte. Desta maneira estas cidades históricas não eram consideradas como dinâmicas, complexas e mutáveis, mas sim como obras de arte que não sofreriam mudanças haja vista o grande estado de abandono e deterioração que certamente seria irreversível.

Diferente da cidade de Ouro Preto, tombada aproximadamente quarenta anos antes, o contexto histórico e político nacional da época do tombamento de Cachoeira era bem distinto, pois o Brasil, ainda em 1971, vivia anos de ditadura militar, comandado por Emilio Garrastazu Médici, portanto não se admitia uma participação ativa da sociedade nos rumos do país. Sobre o tombamento de Cachoeira ainda vale mencionar algo importante. O tombamento de Cachoeira mostrou-se diferente do contexto dos tombamentos de outras cidades históricas. Comumente a iniciativa de tombamento de bens patrimoniais e/ou centros históricos era dos órgãos de preservação. Em Cachoeira o procedimento mostrou-se diferenciado porque fez parte também da política de afirmação nacional do governo militar que tinha como pretensão evidenciar os signos da história oficial brasileira principalmente ligada as lutas pela independência do país. Deste modo o tombamento de Cachoeira realizado durante o período de ditadura militar foi também impulsionado devido a sua importância na história política nacional. Assim para além do interesse pela proteção dos bens patrimoniais havia o interesse em ligar o tombamento a história do país.

O contexto do IPHAN ainda nesta época, apesar dos avanços ao longo do tempo, ainda não tinha em sua política de preservação o diálogo intenso com os moradores das

idades históricas. Assim, quando identificado a importância de tal bem, o IPHAN encaminhava os procedimentos técnicos e legais e os interessados eram somente notificados, tendo um prazo para recurso para aqueles que não concordassem. Em Cachoeira esta prática não foi diferente. O processo de requerer o tombamento de um bem, seja ele, individual ou do conjunto de uma cidade, sem o aval da população ou dos interessados diretamente pelo bem foi uma prática recorrente nos primeiros anos de atuação do IPHAN.

Em consonância ao quadro geral das políticas de preservação nesta época o ato de tombamento de Cachoeira não foi algo amplamente discutido com a população diretamente envolvida. O ato de tombar a cidade estava entre as discussões de alguns representantes da sociedade civil cachoeirana que enxergavam no tombamento uma possibilidade de salvar a cidade que se encontrava desolada. Assim, engajados com as discussões culturais e políticas os membros de algumas organizações levaram esta proposta a alguns políticos de atuação estadual e personalidades da área cultural baiana de modo a facilitar a tramitação com os órgãos de preservação nacional.

O processo de tombamento de Cachoeira é reduzido a poucas páginas sem grande detalhamento sobre as justificativas de tal ação ou sobre seus objetivos gerais. A prática anterior de tombamento no Brasil era realizada sem qualquer consulta popular, ou discussão sobre os critérios de avaliação e os seus objetivos, assim a partir da avaliação dos técnicos que compunha os órgãos de preservação era anunciado o “tombe-se”. O processo de tombamento³³ de Cachoeira permite entender melhor este contexto. Segundo este documento a aplicação do tombamento era necessário devido ao fato de ser “um assunto de toda a conveniência por se tratar de conjunto urbano do maior valor arquitetônico e paisagístico”.

Ainda segundo o documento, Cachoeira, a partir de então, seria convertida em Monumento Nacional, pois em certa medida ainda apresentava alguma integridade física e estilística original, mas de todo modo era considerando a necessidade urgente de ser assegurada a proteção especial do seu acervo arquitetônico e natural. Segundo o processo de tombamento nos seus Artigos 1º e 2º, respectivamente:

³³ Depois de algumas tentativas, sem sucesso, de encontrar o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira no escritório do IPHAN de Salvador e de Cachoeira, a análise sobre o processo de tombamento de Cachoeira foi consultado mediante visita ao Arquivo Central do IPHAN - seção Rio de Janeiro, em outubro de 2012.

Art.1º Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes serão inscritos no Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art.2º Na área do Monumento Nacional de Cachoeira aplicar-se-á regime especial de proteção nos termos do tombamento determinado no artigo 1º deste decreto.

Antes os processos de tombamento eram quase que arbitrários revelando uma postura autocrática desta instituição, mas para Karina Monteiro de Lira, arquiteta chefe do escritório do IPHAN,³⁴ esta postura tem uma explicação plausível, pois seria quase impossível detalhar com longas justificativas os processos de tombamento e consultar a população sobre tal fato, ainda que necessários, exigiriam um longo tempo. A demora neste caso poderia ser fatal, pois certamente não daria para salvar as cidades históricas diante do quadro de arruinamento e das pressões pela modernização que passavam muitas cidades, além das questões internas que envolvem os órgãos de preservação que sofre com reduzido corpo técnico para dar conta de todo o território brasileiro e do problema crônico de falta de recursos. E acrescenta que atualmente tudo é muito diferente, pois os processos de tombamento realizados no país são muito mais detalhados e exigem um maior rigor técnico, sendo então muito diferente dos primeiros anos de atuação do IPHAN cujos processos de tombamento eram extremamente sucintos.

Para o arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Júnior³⁵, reafirma a importância dos tombamentos como instrumento de proteção legal, contudo aponta que o tombamento se tornou um instrumento tão forte no país que acabou se tornando o único no Brasil. Apesar da importância do tombamento afirma a necessidade de criação de novos instrumentos e formas mais sutis de preservação, pois em sua opinião apesar da importância nem tudo precisa ser tombado. E ainda acrescenta a importância do estabelecimento de diferentes graus de tombamento a depender da especificidade de cada bem. Segundo o arquiteto Nivaldo de Andrade, o Decreto-lei nº25 ao estabelecer o tombamento coloca todos os bens enquadrados sob o mesmo critério.

³⁴ Karina Monteiro de Lira (chefe do escritório técnico do IPHAN em Cachoeira). Entrevista realizada em 08/07/2013 na sede do IPHAN em Salvador.

³⁵ Nivaldo Vieira de Andrade Júnior (professor da Faculdade de Arquitetura UFBA). Entrevista realizada em 19/08/2013 na Faculdade de Arquitetura da UFBA.

No que se refere ao tombamento da cidade de Cachoeira, M.G.J (64 anos, professor/membro da Fundação Casa Paulo Dias Adorno), relata que participou das primeiras discussões sobre o tombamento de Cachoeira junto com um pequeno grupo da sociedade civil cachoeirana e com alguns representantes da câmara de vereadores do município. Além da participação deste grupo de moradores, aponta a participação do antropólogo Roberto Costa Pinho (coordenou projetos na Fundação Pró Memória) como uma figura importante para o desenrolar do tombamento de Cachoeira. Este grupo solicitou o tombamento da cidade para Edvaldo Brandão Correia provedor da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, e na época, Deputado Estadual, levando a Assembléia Legislativa tal pedido. E acrescenta que na época foi inclusive cogitado a possibilidade do tombamento municipal, mas que acabou restringido para o perímetro urbano. Segundo o professor M.G.J (64 anos), o pedido de tombamento surgiu diante do receio de que tudo fosse destruído, tanto pelo desgaste do tempo quanto pela descaracterização realizada pelos próprios moradores e atesta que a maior parte dos cachoeiranos não desejavam o tombamento. Para José Luís Bernardo³⁶, atual secretário de Cultura e Turismo, o diferencial de Cachoeira é exatamente a sua condição de ser tombada confirmando a importância da atuação do IPHAN principalmente ao coibir as ações que levariam a depreciação e descaracterização do espaço urbano.

A cidade de Santo Amaro, vizinha a Cachoeira, é sempre citada como exemplo da ausência do instrumento do tombamento ao apontar sua descaracterização, pois alguns moradores quando ascenderam socialmente devido aos empregos na Petrobras fizeram mudanças nas edificações comprometendo a arquitetura. O panorama geral das cidades do Recôncavo (Santo Amaro, São Félix, Nazaré) é de forte descaracterização do seu acervo devido as crises econômicas que abateram estas cidades (tal qual Cachoeira) pela pobreza e pela ausência de políticas de preservação patrimonial.

Segundo Luiz Fernando de Almeida, naquele momento presidente do IPHAN, em um discurso em 2009, Cachoeira chegou a ser considerada “o maior centro histórico brasileiro em área urbana com pior estado de conservação” no início do governo Lula, em 2003³⁷, desta maneira confirmando a importância atribuída ao órgão federal em busca de reverter esta grave situação.

³⁶ Entrevista realizada em 03/05/2013 no prédio da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Cachoeira.

³⁷ Informação divulgada no site do IPAC baseado no discurso proferido por Luiz Fernando de Almeida (naquele momento presidente do IPHAN) durante cerimônia de inauguração da UFRB, em Cachoeira, com

O tombamento é considerado um bom instrumento de preservação de bens patrimoniais podendo ser utilizado como uma ferramenta de gestão e de planejamento urbano. Contudo, somente o tombamento por si só não será capaz de garantir a preservação por um longo período nem tampouco será capaz de resolver as questões urbanas dos núcleos históricos. Nesse ínterim, além da importância das políticas de preservação patrimonial torna-se necessário e, sobretudo, importante, a participação daqueles que se relacionam com os bens patrimoniais.

Após o título de cidade tombada houve a tentativa de esclarecer algumas questões, somente em 1982, houve durante alguns dias em Cachoeira, o Seminário “Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural”. A proposta de criação deste seminário fazia parte da política dos anos de 1980, sob o comando de Aloísio Magalhães, que tinha como propósito uma maior aproximação dos órgãos de preservação com a população envolvida com os patrimônios. A participação social na gestão das políticas de preservação era entendida como imprescindível a partir deste momento em contraposição à política de distanciamento dos primeiros anos de atuação do órgão federal. O entendimento dos órgãos de preservação neste momento era de que a apropriação dos patrimônios culturais pelas comunidades envolvidas era um meio importante de garantir a preservação patrimonial (RODRIGUES, 2010).

Segundo Karina Monteiro de Lira, arquiteta e chefe do escritório do IPHAN em Cachoeira, na década de 1970 quando Cachoeira foi tombada a mesma ainda era um núcleo urbano pequeno, em comparação a outras cidades, deste modo cabia o tombamento de toda a cidade, pois compunha um conjunto digno de ser preservado em sua totalidade. Apesar da orientação desde a época de seu tombamento para que fosse delimitada uma poligonal de tombamento claramente definida até a presente data não foi estabelecida nenhuma delimitação oficial de tombamento.

Em 1972, foi sugerida pelo GRAU (Grupo de Renovação Arquitetônica e Urbanística) da Faculdade de Arquitetura da UFBA, uma delimitação de perímetro do centro histórico, com definição de áreas e graus de preservação. Tais estudos serviram, em 1976, como base para posteriores análises pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Posteriormente, foi realizada pelo IPHAN, em conjunto com o IPAC, Governo do Estado, uma demarcação mais atualizada. Embora, sirvam de referência, as análises feitas pelo IPHAN não foram concluídas e as delimitações não foram

a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Governador Jaques Wagner, em 25 de maio de 2009.

oficialmente demarcadas. Sant'Anna (1995) explicita que sempre foi de interesse dos órgãos de preservação delimitar a área selecionada como patrimônio, contudo, a obrigatoriedade de delimitação oficial somente foi instituída na década de 1980. A ausência de uma delimitação gera muitos conflitos e esta questão é abordada pela autora ao esclarecer que:

[...] a existência ou não de uma poligonal delimitando a área tombada é, basicamente, o que distingue a cidade do centro histórico. Ou seja, a cidade tombada é, em geral, um centro histórico que não foi delimitado. Este aparente detalhe gera, entretanto, muitos problemas práticos. Se, por um lado, a falta de delimitação pode proporcionar uma preservação mais integral da cidade, por outro lado dificulta bastante o discernimento sobre o conteúdo da proteção e aumenta o risco de que seja arbitrária (SANT'ANNA, 1995, p 227).

A ausência na definição desta poligonal insere muitas dúvidas e dilemas nos espaços vividos, além da dificuldade na gestão do espaço tombado. Já houve tentativas de criar poligonais de tombamento, mas todas sem sucesso. Existe atualmente um estudo de nova elaboração de poligonal de tombamento e de entorno³⁸ baseado na proposta do Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU) que traçou uma poligonal de proteção. Esta delimitação teve como base fundamental a configuração urbana de Cachoeira no momento do seu tombamento, na década de 1970, e toda a área em volta desta poligonal passa a ser considerada como área de entorno.

O INCEU³⁹ visa complementar o banco de dados atualmente utilizado pelo IPHAN nos procedimentos que subsidiam as ações voltadas à preservação de sítios urbanos. Trata-se, especificamente, de abordar aspectos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Neste sentido, o INCEU adiciona dados e procedimentos com objetivo de aprimorar a ação inventarial nas áreas urbanas protegidas, estabelecendo uma metodologia para recolhimento de dados de configuração urbana para sítios tombados a partir do reconhecimento do valor deste patrimônio cultural pelas instâncias envolvidas nas decisões de preservação.

³⁸ Segundo Karina Monteiro de Lira, arquiteta do escritório do IPHAN, até o final de 2013 este estudo de poligonal de tombamento será finalizado necessitando apenas de ser concluído o parecer que se transformaria em portaria e levado ao Conselho em Brasília, assim que for julgado a portaria será publicada.

³⁹ Obtivemos o documento do INCEU através da arquiteta Karina Monteiro de Lira, chefe do escritório do IPHAN em Cachoeira em 21/08/2013.

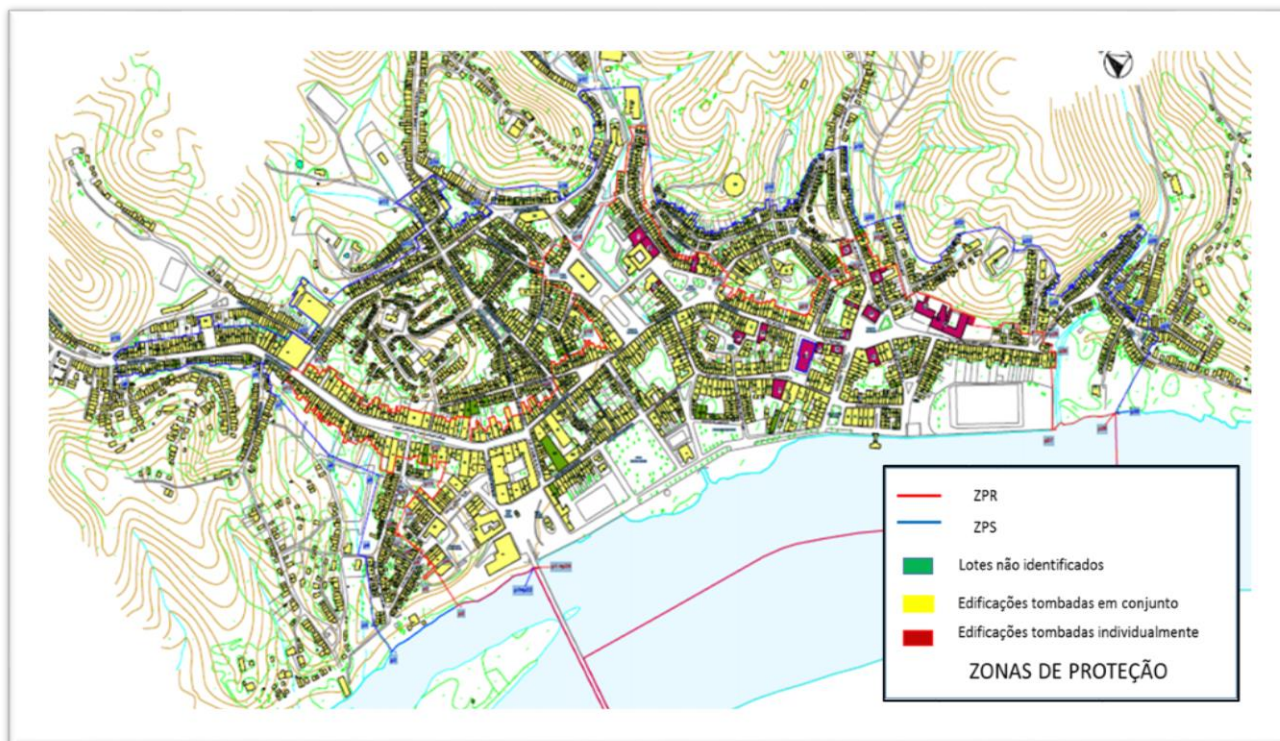
O artigo 2º da Minuta de “Instrução normativa para a regulamentação de intervenções em bens imóveis” do INCEU, em 2008, delimita o Conjunto Arquitetônico de Cachoeira em quatro zonas de preservação denominadas de: Zona de preservação rigorosa (ZPR), Zona de preservação simples (ZPS), Zona de preservação paisagística (ZPP) e Zona de expansão urbana (ZEU). A Zona de Preservação Rigorosa aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da cidade, com predominância da arquitetura tradicional, que pelo valor histórico, artístico e arqueológico será preservada e tomada como referência principal para toda e qualquer intervenção física da área. A Zona de Preservação Simples aquela que compreende a área urbana de consolidação do entorno do núcleo histórico da Zona de Preservação Rigorosa. A Zona de Preservação Paisagística aquela que abrangerá regiões cuja preservação se justifique por razões históricas, paisagísticas e ambientais. A Zona de Expansão Urbana aquela que compreende toda a área restante, não contida nas outras zonas.

Segundo a Minuta de Bens imóveis do INCEU a elaboração de normas e critérios de intervenção nos sítios urbanos busca como objetivo principal a preservação destes espaços. A necessidade de regulamentar o espaço protegido busca atender as principais questões que se colocam na preservação de cidades históricas, entre elas: promover a necessária unidade de critérios na análise e aprovação de intervenções, evitando resoluções pontuais e avaliações subjetivas decorrentes do detalhamento dos tombamentos federais e que podem prejudicar os conjuntos arquitetônicos como um todo; reverter o processo de descaracterização que vem ocorrendo nas áreas protegidas pela proliferação de intervenções inadequadas; orientar as ações de intervenção nas áreas em causa, levando em consideração o seu desenvolvimento nos próximos anos e as pressões do mercado imobiliário; promover a melhoria da qualidade da produção arquitetônica relativa às edificações assim como aos espaços públicos; atender adequadamente à demanda do Ministério Público e população que habita as cidades históricas sob especial proteção federal.

O atual estudo para a elaboração da poligonal de tombamento de Cachoeira baseia-se nesta proposta do INCEU. Enquanto ainda não há uma delimitação oficial da poligonal de tombamento o que existe hoje é o tombamento da cidade de maneira integral. Diante disso, segundo Karina Monteiro de Lira, arquiteta e chefe do escritório do IPHAN, defende que há uma atenção para toda a cidade sem distinção e ainda acrescenta que diante da ausência de uma poligonal definida oficialmente, até este momento, toda a cidade incluindo o centro histórico e as áreas de expansão são tratadas sob o critério da

isonomia. Desta forma, a normatização sobre o patrimônio incide tanto nas áreas mais antigas quanto nas áreas de construção mais recentes consideradas como áreas de expansão.

Figura 7: Proposta de delimitação de zonas de preservação do INCEU



Fonte: INCEU, 2008.

3.2.2 Planejamento urbano em cidades históricas

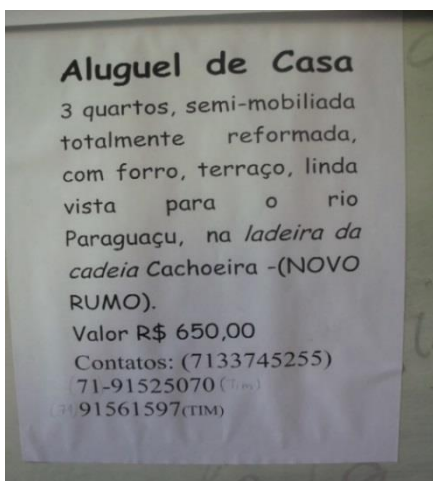
As cidades históricas, como qualquer cidade, enfrentam sérios problemas urbanos relacionados a expansão da cidade (são consideradas áreas de expansão em Cachoeira, por exemplo, a Rua Benjamin Constant, Ladeira da Cadeia e o distrito de Capoeiruçu nas margens da BR 101), uso e ordenamento do solo, infraestrutura, além das questões que envolvem a proteção do seu acervo. Logo, exige um planejamento urbano que seja condizente com suas reais necessidades. Em Cachoeira, a condição de ser tombada, as difíceis condições econômicas, as condições de topografia, a escassez do solo urbano, a atual valorização dos imóveis e a ausência de políticas públicas de habitação de qualidade contribuíram para a expansão da cidade de modo desenfreado e sem qualquer

planejamento. Percebe-se que Cachoeira vem passando por um grande processo inflacionário devido a atual valorização dos imóveis impulsionado pela necessidade de moradia dos estudantes da UFRB posto que a maioria destes estudantes são de outros municípios e Estados do Brasil. Além disso, os empréstimos concedidos pelo Programa Monumenta para a realização de reformas dentro da linha de imóveis privados possibilitou que alguns proprietários fizessem melhorias estruturais nas edificações servindo posteriormente para aluguel a estudantes.

Ao percorrer a cidade facilmente se encontra cartazes anunciando aluguel de casas e quitinetes, entretanto com altos valores e comumente nas áreas mais distantes do centro. Esta valorização vem possibilitando a elevação de preços das edificações mesmo para as áreas de expansão da cidade. As figuras 8 e 9, exemplificam esta situação, pois o imóvel está localizado em uma das mais novas áreas da cidade (Novo Rumo) servindo de aluguel cujo valor (R\$ 650,00) mostra-se elevado para as condições da edificação e diante da estrutura da área.

Figura 8: Cartaz de aluguel de casa

Figura 9: Casa nº13 correspondente ao anúncio do cartaz



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

O distrito de Capoeiruçu (próximo à sede no limite da BR 101) aparece com destaque como uma área de expansão importante muito influenciado pela instalação da Faculdade Adventista/IAENE (Instituto Adventista de Ensino do Nordeste) e está situado fora da área de tombamento da cidade, distante apenas 3km da sede. Por não possuir normatização patrimonial sua configuração morfológica é completamente diferente da

sede do município que, ao invés, de sobrados e igrejas barrocas caracteriza-se pelos seus prédios altos e condomínios de classe média como o “Pelourinho”⁴⁰.

As áreas que crescem e tomam conta das encostas da cidade e as áreas que margeiam o Paraguaçu configuram-se também como áreas de expansão urbana. Nestas áreas onde antes havia morros com adensada floresta deu espaço a criação de construções recentes e simples, normalmente de alvenaria sem reboco, onde também se pode constatar a presença inclusive de casas de taipa configurando um espaço de favelização. A visão do conjunto urbano de Cachoeira e São Félix é revelado em sua vista panorâmica através da margem direita, subindo a ladeira que liga a cidade de São Félix a Muritiba, apresentando seu esplendor colonial e todas as mazelas do presente. A favelização de Cachoeira acontece por conta da ausência de uma política pública que conciliasse os aspectos urbanos e patrimoniais. Este fato acabou impactando justamente no item que impulsionou o seu tombamento: o seu Conjunto Arquitetônico e Paisagístico.

Figura 10: Vista da cidade a partir do Morumbi



Figura 11: Ocupação no Caquende



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Preocupados com a estética da paisagem urbana alguns moradores apontam que estas áreas deveriam estar “escondidas” por detrás de árvores de modo a encobrir esta favelização. Sabe-se que medidas simples como estas não solucionaria as questões sociais daqueles que vivem nestes espaços sendo necessário políticas públicas de planejamento

⁴⁰ O condomínio residencial do Pelourinho foi assim intitulado devido as fachadas multicoloridas dos seus prédios lembrando os sobrados coloridos da área do Pelourinho em Salvador.

e de habitação. Sabe-se que é a necessidade de moradia que impulsiona a criação destes espaços, além disso ninguém mora nestes lugares por que desejam. A tipologia das edificações e a reduzida infraestrutura denunciam que estas áreas são ocupadas por moradores com poucos recursos financeiros. Estas novas áreas da cidade fogem ao controle dos órgãos públicos que parecem fechar os olhos para estas áreas da cidade que crescem rapidamente e sem qualquer planejamento. Urge a necessidade de criação de políticas públicas que possam dar condições sociais a estas pessoas. Para o professor aposentado G.F (61 anos), morador e conhecedor da realidade de Cachoeira “a cidade está favelada, está se degradando para fora dessas manchas, favelada nos termos urbanos e sociológicos (...) algo que segue seu curso normal fora de qualquer normatização patrimonial”.

As cidades preservadas, além dos problemas no âmbito da preservação enfrentam os mesmos problemas de outras cidades: saneamento básico inadequado, reduzida infraestrutura de serviços, economia em processo de estagnação, mão de obra desqualificada, crescimento urbano acelerado, poucas alternativas de lazer. As políticas de “revitalização” para estes núcleos deveriam ser, na maioria das vezes, voltadas a melhoria de todos estes aspectos e não somente ao patrimônio edificado como tão alardeado. A cidade deve ser atraente e adequada para seus visitantes, mas sobretudo deve ser apropriada para seus moradores, pois são estes que vivenciam o dia a dia da cidade.

É preciso enxergar estes núcleos urbanos tombados em sua totalidade não valorizando apenas os aspectos patrimoniais. Os bens patrimoniais são importantes, pois revelam parte da história, mas é preciso também considerar as condições sociais daqueles que vivem e se relacionam com estes patrimônios. A melhoria da qualidade de vida das pessoas perpassa a moradia, as condições mais básicas relacionadas a estrutura urbana, ao esgotamento sanitário, ao tratamento da água e distribuição de luz, a qualidade ambiental, ao lazer, a educação, ao emprego. Estas questões precisam também ser tratadas com seriedade nas cidades tombadas. Qual o sentido um bem tombado cuja estrutura interna é banhada a ouro revestidos por valores históricos e artísticos da qual se investe milhões em sua recuperação se ao lado desde mesmo bem tombado há um esgoto a céu aberto?

Uma ordem de fatores como: uma visão equivocada do planejamento urbano, precárias condições socioeconômicas, ausência de políticas urbanas efetivas contribuíram para uma cidade fragmentada espacialmente dividida entre um centro histórico melhor estruturado e uma periferia precarizada. Urge um planejamento urbano que trate melhor

a cidade e as pessoas de maneira digna. Esta não é uma realidade somente de Cachoeira, segundo Castriota (2009), a partir dos anos de 1960, muitas cidades históricas passaram a sofrer com a crescente descaracterização do seu conjunto original devido à expansão das cidades que cresciam sem qualquer planejamento urbano.

As políticas patrimoniais desenvolvidas até então mostraram-se incompatíveis, pois promoviam ações somente pontuais. Para o autor, é essencial a atuação da sociedade em conjunto com o Poder Público e órgãos de preservação no sentido de pensar em um planejamento compatível às suas reais necessidades abrangendo as áreas consideradas “históricas” quanto aquelas com padrão mais recente. Para Castriota (2009, p 151) “ao tratar a cidade como um objeto estético e idealizado, as políticas preservacionistas tradicionais, desarticuladas das políticas públicas mais amplas, terminam se mostrando incompatíveis com a dinâmica da cidade real e reforçando a falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento”. O autor sugere a aplicação do conceito de “patrimônio ambiental urbano” enquanto uma possibilidade de pensar a preservação relacionada a todo o conjunto da cidade considerando as imbricações entre o patrimônio cultural conjugado aos aspectos que compõe a paisagem e a sua dinâmica.

Figura 12: Visão panorâmica da cidade de Cachoeira (à esquerda) e São Félix



Fonte: Plano Diretor Municipal de Cachoeira, 2006.

Sobre as ações em prol da preservação de núcleos urbanos, Simão (2006), aponta algumas ações importantes destacando-se entre elas: pensar que os núcleos urbanos preservados são cidades como todas as outras complexas, dinâmicas, simbólicas, assim reduzir as cidades a “obras de arte” constitui um equívoco que pode acabar por matar os valores a serem preservados; as cidades preservadas possuem um todo maior que a soma

de suas partes. Nas intervenções urbanas e patrimoniais há que se considerar o tecido urbano como uma rede, refletindo sobre a sua historicidade e dinâmica atual; não há porque sob a desculpa de preservar o patrimônio deixar de cuidar do patrimônio natural; devem ser pensadas alternativas para estas cidades adequadas às suas especificidades para solucionar problemas como saneamento básico, infraestrutura de serviços, circulação, economia estagnada, crescimento urbano; além da busca de alternativas sociopolíticas e econômicas para que estas cidades alcancem o patamar da viabilidade. Nesse sentido, o Plano Diretor emerge como um importante instrumento evitando as disparidades e privilégios de alguns destes segmentos.

Cabe aqui mencionar que se as primeiras tentativas de preservação patrimonial realizados pelos órgãos de preservação estavam fundamentadas em uma perspectiva de cidades como obras de arte estáveis e imutáveis com foco para intervenções pontuais (que pouco dialogavam com seu entorno) esta perspectiva teve que ser modificada. Com o crescimento urbano e com o advento das pressões colocadas pela modernização dos centros urbanos provocou assim uma mudança de olhar redirecionando as políticas de preservação de núcleos urbanos protegidos. Muitos estudos passaram a ser desenvolvidos de modo a avaliar o crescimento das cidades históricas.

Seguindo as recomendações do artigo 3º do decreto de tombamento a “adoção de plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos de Cachoeira”. Em 1971, o IPHAN firmou um convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para a elaboração de pesquisas sobre o desenvolvimento da cidade. Coube a Faculdade de Arquitetura, através do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia (CEAB), a produção do Plano Urbanístico de Cachoeira com as publicações “Introdução ao Estudo da Evolução Urbana”, em 1976, e “Evolução Urbana de Cachoeira – séculos XIX e XX, em 1979. Estes estudos foram importantes de modo a contextualizar os principais processos históricos atinentes ao espaço urbano de Cachoeira, entretanto sem grande repercussão no espaço em questão (RODRIGUES, 2010).

Azevedo e Andrade Junior (2011) citam algumas recomendações pertinentes aos espaços urbanos discutidas no Seminário Arquivemória entre elas: a questão do patrimônio deve ser tratada dentro de sua dimensão urbana e/ou territorial e usando instrumentos do planejamento; a requalificação do patrimônio é indissociável da recuperação de qualidade de vida de seus ocupantes; é urgente a regulamentação dos novos instrumentos de preservação previstos na Constituição de 1988 e a complementação da legislação vigente, especialmente no que se refere aos conjuntos

urbanos; as políticas de preservação devem integrar os três níveis de poder, a sociedade civil organizada e o setor privado; e as decisões relativas a grandes intervenções em monumentos ou sítios urbanos devem ser compartilhadas com a comunidade.

Em Cachoeira, o fato do centro histórico abrigar construções mais antigas contribuiu para que exista no senso comum um entendimento de que o que é tombado refere-se somente ao centro histórico⁴¹ da cidade. Diante da ausência de um limite de poligonal proclamado oficialmente os moradores associam o que é ou não tombado mediante aos aspectos morfológicos. Assim, os espaços da cidade que apresentam as construções mais antigas, setecentistas ou oitocentista são identificadas como a área que contém “patrimônio,” logo a área tombada. Este fato comprova as confusões no entendimento dos moradores ao que se refere ser realmente a área de atuação e fiscalização do IPHAN. Além disso, não raro são os relatos de indivíduos que desconhecem o tombamento da cidade ou sobre o próprio significado do tombamento. Estes desentendimentos são reflexos da pouca clareza e do significado de tal ação para uma cidade histórica.

A revelia das políticas e atuações do Estado o que aconteceu nas cidades tombadas foi o crescimento urbano sem qualquer planejamento, pois de um lado o poder público local em nada interferiu no processo de expansão das cidades e os órgãos de preservação patrimonial pouco interveio nas questões urbanas. O resultado deste panorama são cidades que conseguiram em parte preservar alguns patrimônios, mas em um contexto de muitos desentendimentos e pouco diálogo entre as partes envolvidas, forte descaracterização do patrimônio e com sérios problemas urbanos e sociais. Desarticulação entre políticas de preservação e políticas urbanas contribuíram para a própria descaracterização dos núcleos urbanos tombados e este parece também ser o caso de Cachoeira. As políticas de preservação ao fazerem uma leitura fragmentada da cidade mediante ações pontuais em monumentos e em edificações isoladas independentes do todo, não resultou na preservação esperada uma vez que o espaço urbano não foi considerado em sua totalidade.

O Poder Público Municipal que deveria agir conjuntamente à União reage com atitudes contrárias ao que determina a lei motivados tanto pelo desconhecimento sobre a

⁴¹ Não há delimitação oficial de centro histórico na cidade até a presente data, contudo as conversas cotidianas e algumas placas de sinalização espalhadas pela cidade apontam para as áreas mais antigas da cidade caracterizada pela forte presença de construções antigas e foco de grande parte do contingente de visitação turística.

legislação, falta de articulação e diálogo com os órgãos de preservação, pelo pouco zelo para com o patrimônio ou por interesses políticos. Em cidades tombadas é comum que as prefeituras promovam intervenções em flagrante desrespeito às leis de preservação do IPHAN aumentando a carga de trabalho dos órgãos de preservação e convertendo-se em um “mau exemplo” a população. As prefeituras municipais muitas vezes acabam criando situações de conflito com os órgãos de preservação ao invés de andarem de mãos dadas em prol da preservação do núcleo tombado.

3.2.3 As normativas da cidade tombada

As cidades que estão sob especial proteção patrimonial do Poder Público Federal, entre elas a cidade de Cachoeira, baseiam-se nas determinações do Decreto-lei nº25. Apesar da importância deste documento e suas determinações as cidades históricas ao longo do tempo não avançaram em estabelecer regulamentações mais específicas para além das disposições genéricas da lei do tombamento. Em Cachoeira, isso não é diferente, pois há uma tentativa de seguir as determinações da legislação federal e das portarias do IPHAN, além disso houve a recente proposição no estabelecimento de cinco notas técnicas específicas. As portarias são aplicadas a todas as cidades tombadas nacionalmente (entre as mais importantes estão: portaria nº187/2010⁴² e portaria nº420/2010⁴³) e as notas técnicas específicas a cada superintendência estadual fornecendo orientações mais detalhadas.

⁴² Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

⁴³ Dispõe sobre os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

Quadro 3: Notas técnicas IPHAN-BA

ESPECIFICAÇÕES DAS NOTAS TÉCNICAS EXPEDIDAS PELO IPHAN NA BAHIA			
NOTA TÉCNICA	ANO	EMENTA	QUESTÕES GERAIS
01	2009	Orientação quanto a elaboração de estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental e avaliação dos impactos culturais trazidos pelos empreendimentos ao patrimônio cultural	Trata de questões referentes a realização de EIA -RIMA referente aos impactos sobre o patrimônio cultural trazido as áreas de influência do empreendimento a ser implantado.
02	2010	Fornecer orientações quanto a eventos e instalações autorais em bens e conjuntos tombados e em sua vizinhança	Orientações para a realização de eventos em geral (shows, palcos) não interfiram na visibilidade da coisa tombada
03	2010	Orientações quanto a elaboração de projetos de intervenções físicas sobre o patrimônio azulejar	Fornecer orientações dos procedimentos técnicos nas intervenções de restaurações no acervo azulejar considerado como obra de arte
04	2011	Esclarecimento quanto ao fornecimento de análises de orientação prévia e informações básicas pela Superintendência do IPHAN na	Fornecimento de orientação prévia ou de informações básicas acerca dos critérios de intervenção para determinada área ou
05	2013	Critérios para a veiculação de publicidade para os centros históricos sob tutela do IPHAN-BA	Trata de questões referentes a padronização dos engenhos publicitários nos centros históricos que estão sob proteção especial

Fonte: Escritório do IPHAN em Cachoeira, 2013.

Segundo Karina Monteiro de Lira, arquiteta e chefe do IPHAN em Cachoeira, as normas que são descumpridas em Cachoeira estão previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº25⁴⁴. Nos bens tombados isoladamente modificações internas e externas não são permitidas sem que haja autorização do IPHAN, nestes imóveis existe um rigor muito maior, portanto é notável que a fiscalização pelos técnicos dos órgãos de preservação seja mais rígida nestes imóveis.

Como a cidade é integralmente tombada mesmo as edificações que não são tombadas isoladamente são alvos de fiscalização, portanto devem obedecer a legislação. Existe um parâmetro utilizado pelo IPHAN para os imóveis que não são tombados isoladamente e que abarca a maioria das edificações de Cachoeira. A realização de construções novas e reformas nos imóveis são permitidas, desde que com prévia autorização do IPHAN, mas devem ter uma integração volumétrica e um diálogo com as outras edificações próximas. O parâmetro usado normalmente é que as edificações não devem destacar-se perante outras, portanto devem estar em harmonia.

Seguindo as determinações baseadas na legislação federal de patrimônio as intervenções físicas não devem nunca prejudicar a visibilidade do bem tombado nem tampouco comprometer a visão do conjunto. Deste modo não é aceitável que uma

⁴⁴ Art. 17 As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Art. 18 Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncio ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

intervenção prejudique a visão do patrimônio individual ou altere a ambiência na qual se vê implantada a obra protegida que integre o patrimônio como um todo. As construções do século XXI são também permitidas, pois parte-se do princípio de que o tombamento não significa engessamento, entretanto estas novas edificações devem também seguir os critérios de volumetria e de visibilidade do entorno. Diante desta situação o INCEU forneceu informações referentes a padronização dos engenhos publicitários na cidade de modo a diminuir a poluição visual e em atendimento a melhoria dos aspectos paisagísticos. A proposta elaborada pelo INCEU busca, em linhas gerais, padronizar os estabelecimentos de modo a “limpar” visualmente o espaço.

Figura 13: Instrução normativa proposta pelo INCEU para engenhos publicitários na área comercial da cidade



Fonte: INCEU, 2008

Além das propostas de intervenções para os engenhos publicitários o INCEU também lança proposta para os bens imóveis devido a condição da cidade ser tombada em seu conjunto arquitetônico e paisagístico. Para melhorar os aspectos visuais existe a proposta de retirada de postes de iluminação, aparelhos telefônicos, fiação elétrica, padronização de portões, cores de fachada, antenas, grades, entre outros elementos que interfiram à visibilidade. Enquanto órgão que normatiza o patrimônio, o IPHAN busca utilizar em suas fiscalizações os: autos de infração, termos de embargo e as notificações,

não sendo raro multas⁴⁵ e processos para aqueles que descumprem as normas estabelecidas⁴⁶. Nos casos mais graves é solicitado o auxílio da Polícia Militar e até da Polícia Federal para que se faça cumprir a legislação. Para evitar o embate direto com os moradores são expedidas notificações por correio. Apesar do técnico ter poder de polícia, os técnicos dos órgãos de preservação preferem o auxílio policial por questões de segurança.

Figura 14: Instrução normativa proposta pelo INCEU para bens imóveis



Fonte: INCEU, 2008.

A arquiteta do IPHAN⁴⁷ revela que em Cachoeira outros técnicos, inclusive a mesma, já sofreram ameaças e tentativas de agressões físicas. Este quadro explicita a relação nem sempre amistosa entre o IPHAN e os moradores de cidades tombadas. No desenvolvimento da pesquisa constatamos este fato na prática, pois fomos confundidos como integrantes do órgão patrimonial (pelo uso de pranchetas ao fazer anotações ou do uso de câmera fotográfica) dificultando assim uma aproximação inicial que logo era

⁴⁵ Apesar da presença da aplicação de multas no Decreto-lei nº25 esta prática não era aplicada com vigor. Entretanto, este quadro foi modificado a partir de 2010, segundo o estabelecimento da Portaria nº187/2010 do IPHAN. Esta portaria regulamenta os procedimentos para apuração de infrações cometidas contra o patrimônio cultural. Assim, quem danificar um bem com tombamento nacional poderá ser notificado e multado.

⁴⁶ O desenrolar desta situação não fica somente a cargo do técnico do escritório local. Inicia-se com a fiscalização no local e posteriormente é encaminhado à superintendência regional ficando a cargo do conselho decidir sobre o desfecho de cada situação específica.

⁴⁷ Entrevista realizada em 08/07/2013 na sede do IPHAN em Salvador.

desfeito a partir de esclarecimentos sobre nossos objetivos. Em algumas situações pontuais houve questionamentos de alguns moradores a respeito da realização de filmagem e fotografia de seus imóveis revelando o receio de multas e brigas judiciais.

Figura 15: Imóvel embargado pelo IPHAN Figura 16: Edificação embargada no centro da cidade



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Mas este não parece ser o quadro geral, ainda segundo a arquiteta, os moradores da cidade de Rio de Contas, na Bahia, possuem uma relação estreita com a instituição. Alguns fatores contribuíram para tal fato: uma maior consciência e apropriação do patrimônio pelos moradores, um trabalho de educação patrimonial mais intenso e o fato da chefe do escritório IPHAN ser natural e moradora da cidade. A arquiteta do IPHAN reconhece que em Cachoeira, este quadro é bastante delicado, pois o IPHAN parece ser odiado por natureza fruto de uma relação difícil construída ao longo do tempo. Segundo a arquiteta “o IPHAN aqui é visto por atrapalhar o crescimento da cidade”. Para a mesma, o tombamento de modo algum atrapalha o crescimento e desenvolvimento da cidade e se refere ao caso de São Félix cujo tombamento não foi determinante para os problemas sociais e econômicos da cidade, uma vez que o tombamento somente foi realizado em 2010.

3.2.4 Articulação entre os órgãos de preservação e Prefeitura Municipal de Cachoeira (PMC)

Por ser uma cidade tombada em nível federal a maior responsabilidade por sua preservação é atribuída quase que exclusivamente ao IPHAN. Os técnicos do IPHAN atuam na fiscalização e controle de obras e intervenções, análise de projetos e ações a serem desenvolvidas, além do atendimento aos moradores. Contudo existe a grave questão das muitas atribuições de funções e ao limitado corpo técnico para dar conta de todas as demandas de uma cidade tombada. Todas estas demandas vêm sendo resolvidas pelos técnicos dos órgãos de preservação a partir de um esforço sobre humano.

Além do reduzido corpo técnico a estrutura burocrática acaba por agravar a situação, pois todos os pareceres do Estado, expedidos pelos escritórios locais, precisam passar pela superintendência do IPHAN em Salvador que também possui um corpo técnico resumido (conta com um único coordenador e um superintendente estadual) para dar conta de todos os municípios da Bahia (haja vista que o estado da Bahia é o terceiro em número de bens tombados no Brasil) contribuindo para prolongar por meses os pedidos de vistoria, resultado de pareceres técnicos, análises de projetos e outras questões⁴⁸.

Esta talvez seja uma das mais graves questões em Cachoeira. O grande acúmulo de trabalho, por conta dos poucos técnicos, atrelado a burocracia prolonga enormemente a resolução de questões. Comumente os moradores entram com pedidos para a realização de vistorias e análises de projetos de seus imóveis que precisam da autorização do IPHAN para ser realizados, pois do contrário a obra é embargada. O tempo legal para a análise do pedido é de no máximo 6 meses, contudo, segundo os entrevistados, este tempo costuma ser muito maior. Esta longa demora contribui para que os moradores não se sintam estimulados a procurarem o IPHAN muitas vezes realizando por conta própria as intervenções sem autorização do órgão federal. Outra constatação é que a reprovação sucessiva de projetos levados pelos moradores ao IPHAN, além de criar uma antipatia geral, desestimula uma aproximação dos moradores com o órgão.

Vale ressaltar uma questão importante. Dentro do campo de atuação dos órgãos de preservação os critérios de aprovação de projetos e o lançamento de multas e embargos

⁴⁸ Fomos testemunha deste fato na realização desta pesquisa, pois o tempo de espera para a resposta ao atendimento da solicitação de entrevista com a responsável pelo escritório técnico durou 3 meses após a entrada mediante ofício no setor de protocolo no IPHAN em Salvador. Pelas inúmeras tarefas e compromissos em agenda não conseguimos realizar entrevista com o superintendente e/ou com o seu substituto.

são sempre mencionados o que revela que esta temática gera polêmica nos espaços vividos. Entre as questões apontadas estão: a autorização de construções que fogem completamente do parâmetro, a atuação em um limitado espaço, e principalmente uma atuação que é interpretada como de “dois pesos e duas medidas” (ao aprovar determinados projetos para alguns e reprovando projetos para outros). As dúvidas sobre os critérios de aprovação e reprovação de projetos, os parâmetros utilizados para multas, embargos e processos abre brechas para alguns embates e desentendimentos contribuindo assim para a percepção de que os órgãos operam de maneira contraditória e seletiva, sendo então mais um fator de afastamento entre os moradores e os órgãos de preservação.

Apesar da interpretação sobre a maneira como atuam os órgãos de preservação e ao que parece não atende ao critério da isonomia acreditamos que o ponto central está na subjetividade das normatizações (que permitem muitas interpretações) aliado a alta rotatividade dos técnicos no escritório local. Para o arquiteto Nivaldo Andrade esta situação depõe contra a prática de qualquer instituição considerando tal situação como absurda. As normas não são suficientemente claras do que pode ou não pode ser realizado, logo fica de acordo com a interpretação do técnico responsável no momento, por exemplo: a construção em falso histórico, a garagem camuflada, as portas de blindex, platibanda. Em outras palavras, as vezes a permissão é autorizada por um técnico a um determinado morador, entretanto outro técnico (de acordo com sua experiência, linha teórica, rigidez e/ou flexibilidade) nega ao morador vizinho o mesmo projeto. Esta é uma das questões problemáticas que contribuiu para que as pessoas interpretem como atuação com “dois pesos e duas medidas”. Esta questão poderia ser solucionada mediante a clareza na legislação patrimonial e com a diminuição da rotatividade dos técnicos.

A aprovação pelo IPHAN para a criação de uma espécie de condomínio (da qual houve a necessidade de demolição de duas ruínas) no centro da cidade, na orla fluvial, portanto, uma construção com características modernas despertou muita indignação entre os moradores. Neste mesmo contexto outra aprovação bastante contestada refere-se a uma casa (em forma octogonal) construída no alto de um morro e apelidada de “disco voador” de características modernas e com cores vibrantes também alvo de muita indignação⁴⁹.

A pouca clareza sobre os critérios para a aprovação destes dois projetos parece muito distante dos parâmetros adotados para a maioria dos moradores abrindo brechas a

⁴⁹ Tanto a construção do novo condomínio quanto a edificação apelidada de “disco voador” estão habitadas. Em ambas há rumores de possíveis notificações e embargos expedidos pelo IPHAN, entretanto não conseguimos averiguar a veracidade destas informações junto aos órgãos patrimoniais.

muitas especulações e desconfianças sobre a atuação e sobre os critérios estabelecidos na fiscalização e normatização na cidade. Os critérios de aprovação e reprovação deveriam ser mais claros de modo a evitar desentendimentos.

Um dos pontos mais graves no contexto das normatizações patrimoniais no espaço em questão é a postura da Prefeitura Municipal de Cachoeira. Há no espaço urbano inúmeras intervenções ilegais promovidas pela PMC em desconformidade as normas do IPHAN. Este fato evidencia a reduzida articulação entre as partes. Entre as principais irregularidades estão: a construção de quadra poliesportiva na vizinhança imediata da Igreja do Antigo Seminário de Belém de Cachoeira, afetando agudamente a ambiência do monumento individualmente protegido; a destruição de canteiros de Praça localizada próxima à Avenida Beira Rio, requalificada recentemente com recursos do Governo Federal; a construção de cobertura metálica em quadra poliesportiva em imóvel situado à rua Martins Gomes; a instalação de equipamentos de iluminação do estádio de futebol e posto de saúde com construção moderna no Caquende; substituição de calçamento antigo (cabeça de nêgo) na Rua da Feira e na Ladeira da Cadeia por asfalto; a pintura de monumentos e de pedras nas cores da bandeira municipal.

Diante da postura da PMC, o IPHAN, emitiu diversos termos de embargos e autos de infração determinando a paralisação destas ações. Por conta dos riscos iminentes ao patrimônio nacional e do não atendimento as determinações o IPHAN produziu, em outubro de 2011, uma ação emergencial, em conjunto com a Polícia Federal, com objetivo de interromper estas intervenções de modo a estancar os danos causados. Segundo a nota pública⁵⁰, publicada no site do IPHAN, “a Prefeitura Municipal tem adotado uma conduta irresponsável e desidiosa, se configurando como uma das principais ameaças à preservação do Patrimônio Cultural de Cachoeira”.

No escritório técnico de Cachoeira, somente existe uma profissional para ser responsável por todas as demandas não somente desta cidade, mas de dezenas de outras pelo Recôncavo. Por ser também responsável por várias outras cidades é muito comum que o profissional se desloque afim de cumprir suas obrigações, contudo, é recorrente que Cachoeira permaneça dias, semanas e até meses sem a presença de um técnico do IPHAN⁵¹. Vale ressaltar que a alta rotatividade e os trabalhos em outros municípios não

⁵⁰<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16250&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>

⁵¹ Na ausência do técnico na cidade cabe aos moradores aguardar, pois não há um substituto, contudo há um funcionário que se responsabiliza somente por protocolar qualquer documentação que chegue ao escritório técnico local. A junção de acúmulo de trabalho, burocracias, muitas cobranças, “rejeição social”

permitem que os técnicos fixem residência em Cachoeira contribuindo para a reduzida criação de laços com os moradores cultivando um sentimento de estranhamento. Um dos projetistas mais requisitados de Cachoeira nos revela as dificuldades encontradas. Para C.C.N (54 anos, projetista) a ausência de técnicos que possam aprovar os projetos aumenta a morosidade, atrasa as reformas, aumenta os custos finais, cria desgastes, dificulta seu trabalho. Enquanto profissional relata que devido as condições de escassez do solo urbano é contratado normalmente para a realização de projetos cujos objetivos são os acréscimos de andar nas edificações.

Acreditamos que a atuação dos órgãos de preservação deve ir muito além das ações de fiscalização, mas sim com o papel de ser um parceiro importante que pudesse fiscalizar, acompanhar e dialogar com todos os outros envolvidos com o patrimônio. Mas por conta das dificuldades internas do órgão sua atuação em Cachoeira restringe as fiscalizações, sobretudo no centro histórico, e análises de projeto. Urge, em Cachoeira a necessidade de uma equipe interdisciplinar que envolvesse as várias áreas do conhecimento que possam tratar das questões que envolvem o patrimônio cultural. Não há como tratar das questões que envolvem o patrimônio sem a participação dos moradores e da Prefeitura de modo a pensar conjuntamente sobre os aspectos pertinentes ao tema.

A junção de fatores, como: pouco diálogo, o reduzido corpo técnico e a utilização de instrumentos como multas, embargos, notificações (com 48 horas de prazo para serem realizados as mudanças), processos federais, atuação da polícia, nos casos mais graves, contribuiu para que a percepção geral dos órgãos de preservação esteja focado em sua postura legalista e autoritária.

Os órgãos de preservação, especialmente o IPHAN, tiveram uma postura rígida cuja forma de tratamento com os moradores sempre foi alvo de profunda magoa marcando até hoje as conversas cotidianas. Esta postura vem sendo modificada aos poucos. O IPHAN muitas vezes é encarado como o “personagem chato”. Sua atuação é interpretada por criar um mal-estar quando na verdade poderia ser visto como mais um parceiro fundamental na defesa da preservação do patrimônio da cidade. Assim, por conta do histórico de sua atuação acaba despertando a ojeriza dos moradores.

Historicamente os processos de patrimonialização e a forma de atuação dos órgãos de preservação criam dilemas nos espaços vividos e abrem brechas aos processos de

e os baixos salários contribui para a alta rotatividade de técnicos do IPHAN em Cachoeira permanecendo no escritório normalmente entre 1 e 2 anos.

rejeição social. Dissolver este entendimento a partir do estabelecimento de práticas de aproximação em prol da preservação patrimonial é um dos desafios colocados. Entretanto, devemos relativizar a atuação do IPHAN em Cachoeira, uma vez que muitos avanços vêm sendo feitos ao longo das décadas em prol da preservação, da participação e da democratização do patrimônio cultural.

Um trabalho pautado na reflexão sobre o patrimônio e no diálogo constante com as pessoas que se relacionam diretamente com os bens patrimoniais poderia ser um caminho para a prática da preservação. Para tanto torna-se fundamental o estreitamento na relação entre os órgãos de preservação patrimonial, Poder Público e os moradores de tal espaço. Esta poderia ser principal função dos órgãos de preservação na cidade, para além da simples ação policial da regulamentação do uso do espaço. Esta situação acomete Cachoeira e outras tantas cidades do país revelando as dificuldades da estrutura dos órgãos de preservação patrimonial.

Em Cachoeira são três níveis de governo que atuam na preservação da cidade tombada, o federal, através do IPHAN, o estadual, através do IPAC e o municipal por meio da Prefeitura Municipal de Cachoeira. O IPHAN é o órgão federal responsável pelo tombamento da cidade e dos bens isolados, além de alguns registros do patrimônio imaterial, com destaque para o samba de roda, que se faz presente em Cachoeira. A responsabilidade do órgão federal incide sobre a manutenção e conservação dos monumentos tombados individualmente e das políticas de salvaguarda. Devido a efetivação do tombamento de Cachoeira em nível federal contribuiu para que a responsabilidade maior fosse direcionada ao IPHAN que vem sendo o grande responsável pelo trabalho de preservação de Cachoeira que em algumas etapas celebrou convênios com o IPAC e em algumas oportunidades contou com o apoio da Prefeitura do Município.

O IPAC, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, é o órgão estadual responsável por alguns tombamentos individuais⁵² e colabora conjuntamente com o IPHAN em algumas ações de intervenção e programas de preservação, além de cumprir o papel de intermediário entre o órgão federal e o Poder Público Municipal. Apesar de sua importância não vem apresentando, em Cachoeira, atualmente ações de grande relevo.

⁵² Em Cachoeira, o IPAC é responsável pelo tombamento de alguns terreiros de candomblé como o Terreiro Rumpame Ayono Runtólogi (Decreto 10.147/06) além de outros 11 terreiros que ainda estão em processo de análise para serem futuramente tombados. Além desses, é responsável pelo tombamento da Ponte Dom Pedro II (Decreto 8.357/02). Além das ações de tombamento estadual, o IPAC coordenou as obras do Programa Monumenta na cidade, além de cursos de educação patrimonial, oficinas de conservação, exposições com temáticas de bens culturais, e lançou livro e DVD-documentário sobre a Festa da Boa Morte que já é protegida com registro do Estado via IPAC.

Sua atuação é mais restrita, entretanto nas décadas de 1970 e 1980 teve sua participação mais ativa quando esteve na coordenação do PCH em Cachoeira e recentemente esteve na coordenação do Programa Monumenta na cidade. O seu Escritório Regional em Cachoeira tem como finalidade, além de auxiliar o IPHAN, servir pra exposições fotográficas e reuniões técnicas.

A Prefeitura é a responsável pela administração da cidade e pelo controle do uso do solo urbano através das legislações municipais como o Plano Diretor Urbano. Em Cachoeira, o Poder Municipal pouco lança iniciativas em prol da preservação patrimonial, tornando o quadro ainda mais crítico. Por sua densidade histórica e cultural, em Cachoeira, existe a necessidade de criação de uma legislação municipal de preservação do patrimônio, inclusive com a proposta de tombamentos municipais, como acontece em outras cidades do país. As ações de tombamento das diferentes instâncias federal, estadual e municipal devem ser complementares. Existem situações em que o imóvel ou manifestação cultural não tem relevância para ser tombado e/ou registrado pelo Estado ou União, mas tem grande importância municipal.

Em Cachoeira, apesar da atuação das três instâncias de governo elas nem sempre colaboram entre si contribuindo para aumentar ainda mais a problemática da gestão de espaços protegidos, pois nas três esferas encontramos questões não muito fáceis de serem resolvidas em curto prazo. Esta é uma das fragilidades para o desenvolvimento de uma gestão integrada. Em cidades históricas, como Cachoeira, se faz urgente a necessidade de um organismo que possa unir as três instâncias (federal, estadual, municipal) de modo a compartilhar ideias, dilemas, problemas, propostas de solução.

Os três entes federados devem se articular no sentido de compartilhar responsabilidades, pensar conjuntamente alternativas em prol da cidade, e propor uma política pública de proteção ao patrimônio cultural cachoeirano. Não há possibilidades de pensar a preservação patrimonial sem que seja um somatório de forças. Assim, os órgãos patrimoniais, embora importantes, não podem ser os únicos responsáveis pela preservação patrimonial, pois estes não podem garantir unicamente a preservação patrimonial, sendo necessário a cooperação conjunta. Mas, sem dúvida, o principal agente da preservação são os cidadãos que convivem diretamente com este patrimônio cultural.

Não há como pensar em preservação patrimonial, sem a participação daqueles que mais se relacionam com o patrimônio e são responsáveis por sua criação, recriação e transformação. A sociedade civil cachoeirana, enquanto agente da produção do espaço, deve participar das decisões políticas da cidade, na elaboração de projetos, na luta por

uma melhor qualidade de vida, nas reivindicações em prol do atendimento as demandas sociais. Com exceção de algumas representações e associações, além de alguns moradores mais comprometidos com as questões sociais de Cachoeira, não percebemos uma incisiva mobilização dos cachoeiranos nas questões referentes a proteção e valorização do patrimônio cultural.

O IPHAN apesar dos muitos investimentos realizados na cidade tem sérios problemas financeiros, além do reduzido corpo técnico para dar conta de toda a demanda. O IPAC não criou em Cachoeira uma legislação estadual efetiva e enquanto órgão de preservação estadual padece dos mesmos problemas do órgão federal cuja função acaba sendo de mera auxiliar oferecendo um escritório em Cachoeira sem muitas funções práticas. A Prefeitura Municipal de Cachoeira historicamente pouco contribuiu para a preservação da cidade delegando ao IPHAN a responsabilidade pela preservação, alegando ser o tombamento a nível federal e não municipal. Os gestores que estiveram à frente da cidade foram muitas vezes omissos e atuaram em contraposição clara aos órgãos de preservação tornando o trabalho destes órgãos ainda mais difícil.

Em Cachoeira, tornou-se comum os conflitos entre os níveis de poder municipal e os órgãos de preservação. Além dos escassos recursos para a preservação patrimonial historicamente os gestores de Cachoeira demonstraram despreparo na gestão de uma cidade histórica. Este fato pode ser constatado através da reduzida articulação com os órgãos de preservação, na ausência de criação de uma legislação municipal de patrimônio, na omissão de suas responsabilidades em não fiscalizar e orientar os moradores e na ausência de uma política cultural.

As cidades que convivem com muitas instâncias de poder atuando sobre o uso do solo de maneira desarticulada gera conflitos no entendimento dos papéis a serem atuados por cada um deles e uma dificuldade maior para o entendimento da população sobre o que cada um destes realiza. O papel das prefeituras é extremamente relevante, enquanto coadjuvante dos órgãos de preservação, pois convive diretamente com as pessoas e com o patrimônio local, logo sua atuação deve estar pautada nas ações de preservação e sua postura deve servir de estímulo aos moradores.

Não é novidade que a atuação conjunta dos órgãos de preservação com a gestão pública local é imprescindível para uma maior fluidez das ações e para um melhor planejamento das cidades históricas. Contudo, em Cachoeira, este diálogo mostrou-se durante muito tempo conflituoso. O pouco entendimento do significado do tombamento para uma cidade, o desconhecimento sobre a legislação patrimonial e o reduzido espaço

de diálogo entre os responsáveis pela preservação contribuíram para diversas ações do Poder Público em desconformidade com as normas patrimoniais.

O Conselho de Cultura Municipal de Cachoeira poderia auxiliar na preservação do patrimônio, contudo devido a questões de organização interna ainda não se faz atuante em Cachoeira. O papel deste conselho poderia servir enquanto intermediador entre os órgãos de preservação e os moradores debatendo amplamente as principais questões que envolve o campo patrimonial em Cachoeira. Poderia ser um trabalho conjunto, pois envolve membros de vários campos da cultura do município, gestores municipais. A proposta de criação da “Casa de Patrimônio”⁵³, em Cachoeira, sob coordenação do IPHAN, como acontece em outras cidades do país, seria um espaço importante (voltado para os artistas da cidade, apresentações culturais, para oficinas de capacitação e outras demandas) e serviria como intermediador das relações entre os envolvidos com o patrimônio cultural na cidade. Em Cachoeira a criação deste espaço ainda não possui data definitiva para a sua implantação.

O IPHAN durante longos anos respondeu sozinho pela preservação do patrimônio cultural e, em Cachoeira, não foi diferente. A prática de realizar intervenções favoreceu para a criação de uma relação de dependência entre a União e a população local e também de dependência entre as prefeituras das cidades tombadas com o órgão federal. O fato de ser tombada federalmente, erroneamente, induz a percepção de que somente o governo federal é responsável por sua preservação. Para Karina Monteiro de Lira, arquiteta e chefe do IPHAN em Cachoeira, a política de sempre realizar intervenções, tanto nos monumentos quanto em imóveis privados criou um entendimento equivocado que o órgão é assistencialista, pois todos ficam aguardando a criação do próximo projeto ou programa para que seja realizada as intervenções necessárias nos imóveis privados. É corrente o entendimento de que a exclusiva responsabilidade pela preservação do patrimônio é daquele órgão de preservação que decretou o tombamento. A responsabilidade perante os monumentos públicos deve ser daquele órgão que efetuou o tombamento no que concerne à sua proteção. Entretanto, nas demais edificações, cuja propriedade é privada, a responsabilidade é do proprietário do imóvel.

⁵³ As Casas do Patrimônio, realizadas pelo IPHAN, buscam realizar ações educativas, promoção e fomento do patrimônio cultural; buscam estimular a participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural; promoção permanente de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área. As cidades de Olinda (PE), Ouro Preto (MG), João Pessoa (PB) já possuem Casas do Patrimônio.

Nesta perspectiva, constatamos nos depoimentos uma certa confusão sobre a responsabilidade da preservação da fachada dos imóveis privados, pois muitos proprietários atribuem esta responsabilidade ao IPHAN. Os moradores atribuem unicamente ao Estado o papel da preservação, mas isto é reflexo da própria postura do órgão haja vista que após o tombamento da cidade houve programas de reformas, mas não houve esclarecimentos de modo a dividir com as pessoas o papel de coparticipantes neste desafio. A responsabilidade pela conservação das fachadas do imóvel pertence ao proprietário, contudo este entendimento não está presente no cotidiano, pois como a cidade é tombada os moradores rapidamente atribuem a responsabilidade pela conservação das fachadas aos órgãos de preservação, algo que seria impossível na prática diante de todas as dificuldades que o órgão enfrenta⁵⁴.

O papel da prefeitura na maioria das vezes é responder pelas questões gerais da cidade, entretanto, a preservação do patrimônio é direcionada ao IPHAN. De fato, poucos são os administradores municipais que assumiram realmente o papel de gestor do patrimônio cultural de suas cidades tombadas. Os prefeitos que foram chefes do executivo local nestes mais de 40 anos de tombamento de Cachoeira mostraram despreparo em lidar com a gestão do patrimônio. Além disso, a morosidade na avaliação dos projetos pelo IPHAN, desestimulava qualquer aproximação dos gestores municipais junto aos órgãos de preservação. Segundo Carlos Pereira, atual prefeito de Cachoeira⁵⁵, existe o desejo de estreitar os laços junto aos órgãos de preservação patrimonial quebrando assim o histórico de pouca participação da Prefeitura.

A criação, em 2013, do Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização (ESELF-Cachoeira)⁵⁶ caminha para esta aproximação. Este escritório, que ainda não está funcionando na prática, cuja sede será no prédio do IPHAN, terá a participação de membros tanto da prefeitura quanto dos órgãos de preservação atuando de maneira conjunta nas decisões sobre análise de projetos e intervenções, licenças e liberação de

⁵⁴ No que se refere a responsabilidade da fachada vale ressaltar o artigo 19 do Decreto-lei nº25 que aponta que “o proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder as obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual IPHAN] a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. §1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [atual IPHAN] mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa”.

⁵⁵ Entrevista realizada em 05/08/2013 no prédio da Prefeitura de Cachoeira.

⁵⁶ A criação do ESELF em Cachoeira repete a experiência de escritório que já existe em Salvador desde 1983. O ESELF é uma parceria das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) com objetivo de controlar e avaliar intervenções nas áreas de interesse histórico.

alvarás de reformas, ampliações, novas construção e intervenções de qualquer natureza que acabe por interferir nos bens tombados e na paisagem da cidade como um todo. Sendo colocado em prática será um passo importante, pois dará uma maior celeridade aos processos. Para a arquiteta Karina Monteiro de Lira a criação do ETELF-Cachoeira é um passo muito importante em prol da preservação patrimonial e complementará as ações realizadas pelo IPHAN.

Uma das vantagens deste escritório técnico é que todas as decisões serão tomadas conjuntamente. A partir da criação do ETELF quando um morador solicitar a liberação de licença para realizar uma intervenção no seu imóvel (uma nova construção, uma reforma no imóvel antigo, ou qualquer intervenção física nos imóveis tombados ou sem tombamento individual) deverá encaminhar o pedido ao escritório técnico que expedirá a liberação. Este método evitará a atual situação de desconforto gerado pela desconexão entre prefeitura e órgãos de preservação, pois às vezes a prefeitura liberava o alvará e logo, em seguida, o IPHAN embargava a obra por não estar em conformidade com a legislação patrimonial. Neste impasse os moradores sentem-se prejudicados por não saberem a quem recorrer primeiro.

Vale mencionar que Prefeitura da cidade de Ouro Preto ganha destaque no que se refere a articulação entre órgãos de preservação e Poder Público local⁵⁷. A atuação conjunta da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento urbano tenta conciliar normas de preservação do patrimônio com as melhorias relacionadas ao desenvolvimento urbano promovendo ações relacionadas a acessibilidade, segurança, além de atividades ligadas a educação patrimonial, registros e tombamentos municipais legislação e regulações urbanas, zoneamento, carta geológica e geotécnica. Ainda vale mencionar que esta articulação proporcionou a criação conjunta de uma portaria normativa do IPHAN (portaria nº312/2010) para uso do espaço urbano de modo a instituir medidas gerais de preservação, regulamentar a ocupação urbana, as construções arquitetônicas e transformações de qualquer natureza promovidas no sítio tombado.

As ruínas de Cachoeira constituem um importante ponto de intersecção entre o Poder Público local e os órgãos de preservação na tentativa de solucionar conjuntamente este grave problema representado pela grande quantidade de imóveis arruinados ou em estado de pré arruinamento, principalmente na área central da cidade. Com o advento da

⁵⁷ Devido ao seu modelo de gestão do patrimônio cultural em espaços urbanos, a Prefeitura de Ouro Preto recebeu do IPHAN, em 2011, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (24ª edição) na categoria “Preservação de Bens Imóveis”.

crise econômica e com o esvaziamento da cidade impulsionado pela busca por melhores condições de vida, muitos imóveis ficaram como herança. A decadência econômica de Cachoeira exterioriza-se também no abandono dos sobrados e no descuido para com os monumentos. Lamentavelmente dezenas de imóveis seculares permanecem isolados, com sérios problemas estruturais, sem uso definido, arruinando-se com o passar do tempo.

Entre os entrevistados o apontamento sobre a situação de destruição de muitas edificações é sempre relatada com bastante indignação. A maioria das ruínas é constituída por grandes imóveis particulares cujos herdeiros não se sentem estimulados a lançar mão de reformas por inúmeras razões, entre elas: o alto custo das reformas, as condições financeiras dos herdeiros, questões relacionadas a documentação, escritura do imóvel e dívidas acumuladas, além disso, alguns destes imóveis pertencem a múltiplos herdeiros (muitos não são residentes de Cachoeira) elevando os custos do inventário, além dos desentendimentos familiares por conta da herança adquirida, pois às vezes alguns herdeiros querem reformar, entretanto outros não desejam diante dos altos custos e do baixo retorno financeiro na partilha do bem. Estes fatos contribuem para o agravamento das questões que comumente acabam nos tribunais de justiça⁵⁸.

Algumas destas ruínas diante do acelerado processo de desgaste que corrói suas estruturas somente apresentam suas fachadas, pois todo o restante já desmoronou. A Figura 17 explicita bem esta situação de arruinamento de alguns imóveis em Cachoeira, sendo inclusive alvo de protesto do proprietário do imóvel ao lado que declara em uma faixa “Socorro: o prédio ao lado está pra desabar”. Existe o desejo explícito entre os entrevistados para que estes imóveis sejam urgentemente recuperados, através de investimentos públicos e/ou privados. As ruínas são percebidas como uma “doença urbana” que compromete as edificações do seu entorno, pois representam uma ameaça para seus vizinhos que convivem com a instabilidade física, com as infiltrações e com o risco de desabamento iminente. A maioria das ruínas localizam-se nas proximidades de áreas residenciais e/ou de fluxo comercial o que já se configura como uma questão

⁵⁸ Além da burocracia comum de lentidão do sistema judicial brasileiro, este fato se agrava em Cachoeira diante da ausência de um juiz na vara civil (sua presença facilitaria os trâmites legais) que já perdura há alguns anos na cidade prolongando ainda mais a resolução deste caso haja vista que muitos inventários seguem rolando durante anos diante das dificuldades em solucionar o problema. Vale ressaltar que além das ruínas que pertencem aos proprietários privados, existem muitas ruínas na cidade que pertencem, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira instituição esta que não provem de recursos para realizar os reparos necessários. Outros pertenciam a antiga Companhia de Navegação Baiana, como as edificações próximas ao antigo porto fluvial.

urgente, apesar de muitas já estarem escoradas continuam representando perigo. Além disso, a presença destas edificações arruinadas compromete fortemente a paisagem urbana, segundo G.F (61 anos, aposentado):

[...] o patrimônio arquitetônico está numa situação melhor, mas é ainda lamentável, você passear a pé pela cidade pra ver um conjunto bastante significativo de prédios abandonados que estão ameaçando cair sob a cabeça dos transeuntes, isso numa cidade histórica chega a ser uma agressão, é de uma violência, aliás, é uma coisa tão criminosa eu não sei como não ressalta os olhos das autoridades uma coisa dessas sabe (...) é como ter uma biblioteca em casa com as traças comendo os seus livros (...) é uma coisa que afasta ao invés de atrair, impõe uma certa temeridade a quem visita ao contrário de estimular o interesse pela cultura brasileira [...].

Figura 17: Edificações em estado de pré arruinamento ou em ruínas no centro da cidade



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Para além das questões estéticas, consideradas como prédios que “enfeiam a cidade” muitas destas ruínas apesar das péssimas condições em sua estrutura física não deixaram de ser usadas. Durante a noite são utilizadas para outros fins tanto servindo de “banheiro”, uso de drogas, além da sua utilização de maneira improvisada para abrigar oficinas mecânicas, serralherias, bares e até mesmo para uso de uma galeria de arte. A estrutura rústica de uma ruína, localizada na Rua 13 de Maio, aliado à elevação dos preços dos aluguéis na cidade influenciou o artista plástico (U.O.C, 47 anos) a instalar em uma ruína o seu ateliê de arte cedida por um amigo dono da edificação. Apesar da estrutura do imóvel (sequer não há teto), o artista, não demonstra preocupações devido as grossas

paredes, construídas séculos atrás, e aponta que, apesar disso, Cachoeira oferece tranquilidade para o desenvolvimento de sua arte.

Outra questão importante neste aspecto é que muitas edificações arruinadas vêm servindo para a especulação imobiliária diante da atual visibilidade que Cachoeira adquiriu, aliado aos programas de preservação (que concedem empréstimos aos imóveis privados) e a escassez do solo urbano. Especula-se que os valores cobrados na venda de muitas ruínas ultrapassam os milhões de reais a depender de sua localização e das suas dimensões em metros quadrados. Dezenas de prédios em estado de pré arruinamento, em ruínas e algumas edificações em estado razoável apresentam placas de vende-se.⁵⁹

A ruína do “Hotel Colombo”, nas proximidades do antigo porto fluvial, tornou-se um caso emblemático diante do tempo que já permanece sem uso e em estado adiantado de arruinamento. Ao lado desta, outras edificações, formam um conjunto de imóveis arruinados cuja localização está no centro da cidade (a poucos metros da Praça da Aclamação). Diante dos altos valores não são todos que possuem recursos para comprar estes imóveis, arruinados ou não, mas constatou-se que um pequeno grupo de empresários do local está comprando imóveis e ruínas da cidade de modo a aumentar seu mercado consumidor, uma vez que este grupo representa uma importante família de comerciantes do local que acaba se favorecendo do pouco interesse da iniciativa privada em investir em Cachoeira, aliado à pouca concorrência e aos reduzidos recursos da população.

As ruínas são percebidas tanto como um reflexo do descaso e do esquecimento que Cachoeira sofreu durante décadas quanto pela atual ausência do Poder Público em solucionar esta questão. Nas entrevistas constatamos que os moradores delegam a responsabilidade da presença de edificações arruinadas ao fato da cidade ser tombada e aos poucos recursos dos órgãos de preservação. Além dos problemas econômicos para manter a preservação das edificações, a presença de ruínas na cidade também configura-se como um problema político.

A percepção geral é que o poder público local mostra-se omissivo diante da presença de edificações que estão em processo de arruinamento há décadas sem que qualquer alternativa seja proposta. Segundo relatos não há empenho do poder público local em comprar esta briga com os donos de imóveis arruinados diante dos interesses eleitoreiros. A articulação entre órgãos de preservação e o poder público local na proposição de alternativas poderia reverter a situação destes imóveis arruinados. Urge a necessidade de

⁵⁹ Não conseguimos averiguar os valores destas edificações. Esta informação seria útil para constataremos os valores financeiros em jogo no campo do mercado imobiliário na cidade.

produzir um uso definitivo a estas edificações servindo como moradia, ou para demandas importantes como a criação de espaços culturais ou mesmo para expansão da UFRB. Atribuir um uso definitivo a estes imóveis seria primordial. Entre as alternativas propostas nas entrevistas surge de maneira recorrente: a ideia da desapropriação destes imóveis de modo a dar uma finalidade pública e a aplicação de medidas mais rígidas como a utilização do IPTU progressivo para estimular o uso destes imóveis.

3.3 OS PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS

Em Cachoeira, na década de 1970, foram realizadas restaurações e reformas em antigos sobrados e casarões localizados no centro histórico. Sob coordenação do IPAC e supervisão do IPHAN estas ações foram desenvolvidas através do financiamento obtido pelo Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH)⁶⁰. Este programa tinha como principal foco de atuação as cidades tombadas do Nordeste, entre elas a Bahia e Pernambuco. A concepção geral do programa esteve pautado nas recomendações das Normas de Quito (1967), no modelo de desenvolvimento dentro do regime militar (com foco para as questões econômicas da região Nordeste), além do atendimento as proposições do Compromisso de Brasília que previa a participação conjunta das diferentes instâncias (federal, estadual e municipal) responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A criação e o desenvolvimento do PCH influenciou diretamente à criação de órgãos de preservação estaduais que passaram a atuar como os executores das ações no âmbito da preservação patrimonial. Sua criação foi importante de modo a estimular a participação dos estados contribuindo para descentralizar as ações e dividir as responsabilidades, até então desenvolvidas exclusivamente pelo órgão de preservação federal. Neste momento a responsabilidade do IPHAN, no contexto do desenvolvimento deste programa, estava direcionado as atividades de fiscalização e controle dos recursos, enquanto que o IPAC atuava como protagonista ao executar as ações diretas nas cidades envolvidas. Na Bahia, além de Salvador, as cidades de Cachoeira e Porto Seguro foram contempladas para a execução das intervenções nas áreas urbanas. Os critérios de seleção das cidades levavam em consideração a viabilidade para a implantação do turismo local, as potencialidades culturais e risco de deterioração dos monumentos.

Os custos gerais eram provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados e contrapartidas repassadas a fundo perdido pelos governos estaduais e municipais envolvidos no programa. O PCH previa entre seus objetivos gerais a partir de

⁶⁰ O PCH era composto por um grupo interministerial composto por representantes do IPHAN, EMBRATUR, SUDENE, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Inicialmente o programa foi administrado pela SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Presidência da República) e transferido para o IPHAN, em 1979.

sua intervenção nas cidades contempladas: estimular a prática da atividade turística cujo foco central recaia sob o patrimônio cultural das cidades enquanto importantes fontes de receita para o município, a implantação de uma melhor estrutura da cidade, a restauração e reformas dos principais monumentos históricos. Entretanto, foram relegados a segundo plano, o desenvolvimento de cursos técnicos de especialização de mão de obra, e a realização de projetos e de planejamento de desenvolvimento urbano, com exceção de algumas cidades do Nordeste como Laranjeiras, São Cristóvão, em Sergipe, e para a área do Pelourinho, em Salvador (RODRIGUES, 2010).

Em Cachoeira, as ações do PCH foram pontuais, não abarcando a totalidade do espaço urbano. Sua atuação, embora importante, principalmente diante do acentuado quadro de degradação dos monumentos, esteve voltado a recomposição do estilo barroco colonial de algumas fachadas dos sobrados localizados no entorno dos principais monumentos. O desenvolvimento de suas ações tinha também como objetivo melhorar o conteúdo estético do espaço, a partir da recuperação dos sobrados coloniais de modo a criar uma ambiência mais confortável visualmente. As intencionalidades do desenvolvimento do programa possuíam como foco a potencialização do fluxo turístico em Cachoeira, a partir das intervenções físicas nos monumentos e em seu entorno.

A espacialização das intervenções do PCH em Cachoeira esteve focado principalmente na Praça da Aclamação, enquanto espaço importante da cidade ao abrigar monumentos de grande valor em uma pequena área, nas proximidades da Casa de Câmara e Cadeia, e nas Igrejas (como o Igreja Matriz, Igreja do Carmo), além do prédio do IPAC e o sobrado do IPHAN. Alguns sobrados vizinhos, inclusive de posse particular, no entorno da Praça da Aclamação, na Rua 25 de Junho e na Rua Ana Nery também foram alvos das ações. A intervenção nos bens patrimoniais tentava aliar a sua recuperação com o desenvolvimento econômico da cidade, sobretudo através do turismo. Em Cachoeira, houve a transformação do Convento do Carmo na Pousada do Convento (em 1983), administrado por um grupo privado da cidade⁶¹, aliado à criação de um grande restaurante e espaço de eventos.

Os objetivos deste programa tornava claro a intencionalidade do governo em potencializar o fluxo turístico como tentativa de reverter à estagnação econômica, inclusive incentivando a refuncionalização de casarões para que os mesmos oferecessem serviços básicos (como alimentação e hospedagem para os turistas), pois Cachoeira era

⁶¹ A Pousada do Convento é administrada por uma família de comerciantes do local. O uso permanente do prédio é repassado mediante a algumas contribuições financeiras a Ordem Carmelita.

considerada um importante município na Zona Turística da Baía de Todos os Santos. Apesar da sua importância o PCH realizava intervenções de maneira isolada elegendo monumentos pontuais que acreditavam ser representativos das cidades.

O rico patrimônio cultural de Cachoeira estimulou as investidas do governo do Estado em potencializar o fluxo turístico da cidade. Além das ações providas pelo PCH diversas foram as ações promovidas pela Bahiaturisa (Empresa de Turismo da Bahia). O Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), em 1971, destinava bastante atenção a Cachoeira. O desenvolvimento das atividades turísticas foi uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico adotado no governo de Antônio Carlos Magalhães no Estado da Bahia. Além de Salvador, as cidades do Recôncavo Baiano foram foco de estratégias políticas e econômicas para o desenvolvimento do turismo cultural ao utilizar marcas sedutoras da cultura e imagens dos espaços da cidade como álibi. Assim, Cachoeira ganhou destaque entre as cidades devido a sua relevância histórica, ricas manifestações populares e acervo arquitetônico. Desta forma outras ações que envolvesse as dimensões patrimoniais precisavam ser colocadas em prática de modo a promover o desenvolvimento da cidade.

Neste momento, os festejos juninos entram em cena, enquanto importante manifestação da cultura popular nordestina, passando a ocupar um lugar de destaque entre as ações governamentais. Conforme Castro (2009), a Bahiaturisa, em 1972, deu início ao processo de espetacularização do São João e ao processo de ressignificação da tradicional Feira do Porto de Cachoeira. Ainda segundo o autor, Cachoeira foi a pioneira na promoção de festas juninas espetacularizadas no espaço urbano, em função dos incentivos privados e ação da Bahiaturisa, contribuindo para a turistificação do evento, considerado “o mais tradicional da Bahia” (slogan sempre utilizado nas campanhas publicitárias). Diferente de outras cidades, a combinação de manifestações como o samba de roda aliado a paisagem composta por casarões seculares contribuiu para o diferencial da cidade perante outras cidades do Recôncavo também famosas pelos folguedos juninos, como Amargosa e Cruz das Almas. O patrimônio cultural em Cachoeira tornou-se um importante álibi a turistificação. Como bem relata Castro (2009):

A cidade de Cachoeira, além de ser uma das pioneiras na promoção de festas juninas concentradas no espaço urbano no Brasil, apresenta um São João urbano com peculiaridades estéticas e culturais, que os gestores públicos procuram associar ao patrimônio edificado, à história cultural, ao simbolismo da Feira do Porto e às potencialidades paisagísticas e ambientais (CASTRO, 2009, p 17).

A aliança da Bahiatursa, Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura e Turismo, e patrocinadores (como a Petrobras) contribuiu fortemente para destacar os festejos juninos de Cachoeira nos megaeventos do Estado, atraindo centenas de turistas para a cidade que se divertem com as atrações musicais. A espetacularização do São João, como demonstrado por Castro (2009) cria uma infraestrutura festiva (palco, camarotes) e uma reconfiguração funcional das formas que se adequam em atendimento aos visitantes com funções de hospedagem, alimentação. Pode-se afirmar que estas ações produziram o efeito desejado, pois garantiu Cachoeira nas rotas turísticas no mês de junho, e favoreceu ao aumento do fluxo turístico neste período. Vale ressaltar que apesar da continuidade destes festejos em Cachoeira, sua repercussão maior foi durante a década de 1970 e 1980, sendo que atualmente concorre com municípios vizinhos que ganham maior expressividade midiática e fortes patrocínios. Apesar do título de “o mais tradicional” pelo estilo musical típico neste período as atrações musicais convidadas em Cachoeira pertencem ao estilo axé music, apelidando o evento de “carnação” por alguns moradores.

Além da busca por um destaque regional através das festividades juninas, as ações do Estado também desejam potencializar o turismo internacional na Região do Recôncavo através dos incentivos a secular Festa da Irmandade da Boa Morte. Segundo Rodrigues (2010) a partir da década de 1970 auxílios financeiros, divulgação publicitária e fotográfica, publicações e documentários passaram a ser realizados em prol da Irmandade que se encontrava neste momento em uma situação preocupante. A reestruturação física da sua sede, no Largo D’Ajuda, faz parte de uma destas ações estimuladas inclusive por um clamor de artistas famosos, como Jorge Amado e Gilberto Gil, e por estrangeiros que já realizavam doações para a festa.

O apoio governamental para a festividade está também atrelado a tentativa de turistificação da festa a partir da longa exposição da imagem nos meios publicitários, ao incentivo de agregar a festa outras apresentações culturais, grupos musicais de modo a estimular a expansão da parte festiva com objetivo de atrair um maior contingente nos dias em que ocorre a festa no mês de agosto. Nos dias da festividade da Boa Morte (dividida entre a parte religiosa e festiva) percebe-se o grande contingente de turistas que lotam as ruas, e os hotéis da cidade, disputando espaço em busca de uma melhor foto, alongando as filas em busca dos quitutes e se divertindo nos quiosques montados para a venda de bebidas e alimentos. Muitos são os grupos de visitantes de municípios vizinhos

que chegam em grandes excursões com camisetas coloridas estampando o “evento” a ser apreciado (“Cachoeira Fest” e “Festa da Boa Morte 2013” são alguns exemplos).

Segundo o entrevistado L.C.N (59 anos, professor) a turistificação promovida pela força midiática vem interferindo na realização da festividade ao longo dos anos tornando-a quase folclórica. Para o entrevistado alguns elementos fundamentais a ritualidade foram quebrados por conta da intensa presença da mídia e de visitantes afoitos pela participação em cada etapa nos dias em que ocorre a festa. Ainda segundo o entrevistado a presença da grande quantidade de fotógrafos, equipes de televisão, pesquisadores e turistas em geral que acompanham todo o ritual o mesmo tempo em que confirma a valorização desta importante manifestação cultural por outro lado esta mesma valorização contribui inversamente para a perda de alguns referenciais das manifestações.

Figura 18: Diferentes momentos da Festa da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2011 e 2013.

A turistificação já deflagrada, desde a década de 1970, se torna ainda mais evidente nos últimos anos. A criação do Programa de Ação do Turismo Étnico Afro na Bahia, em 2007, contribuiu para a divulgação publicitária da cidade amplamente divulgada pela mídia atraindo para a cidade centenas de visitantes (fotógrafos estrangeiros, turistas brasileiros), muitos deles negros norte-americanos que enxergam nestas manifestações culturais um contato direto com os antepassados. O turismo étnico é definido como:

[...] atividades turísticas decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar das suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em torno de seus antepassados (BAHIA, 2009, p 17).

Para Henrique (2009) as ações relacionadas ao turismo vinculados ao patrimônio cultural (casario colonial, festas e manifestações) tem ocasionado modificações na estrutura urbana de vários municípios do Recôncavo, inclusive Cachoeira, como mais uma ação na tentativa de redinamização das economias locais e regionais. O aumento do fluxo de turistas impulsiona a refuncionalização de áreas residenciais para a criação de pousadas e outros serviços relacionados ao atendimento de visitantes. Vale ressaltar que as ações relacionadas ao turismo na cidade têm como intuito atrair o turista estrangeiro, especialmente, os negros norte-americanos. Em resposta a isto presenciamos placas espalhadas pela cidade, folders e pequenas cartilhas, além de propaganda de roteiros especializados (bilíngues) com visitas a terreiros de candomblé, degustação de pratos típicos e contemplação as festividades populares (samba, capoeira), muitas vezes, encarados como “espetáculos” a serem fotografados.

A Festa da Boa Morte aliado a existência de remanescentes de quilombolas no município de Cachoeira são utilizados como “peças chaves” no novo ramo do turismo étnico no estado da Bahia. Neste ramo do turismo étnico ganha destaque em Cachoeira os roteiros turísticos programados como a “Rota da Liberdade” formado por representantes das comunidades remanescentes de quilombolas no entorno da Baía do Iguape. Os encartes publicitários (bilíngues) desta iniciativa, com apoio da Petrobras e Instituto Votorantim, apresentam diferentes roteiros, com valores diferenciados, definidos como: dia-a-dia, histórico e trilha griô caravana dos orixás. Estes roteiros possibilitam uma aproximação dos turistas com a comunidade com objetivo de conhecer igrejas, manguezais, o modo de fazer farinha e do azeite de dendê, além do contato com rezadeiras, griôs e apresentações culturais como samba de roda, dança quilombola e visita a terreiros de candomblé.

Figura 19: Encarte publicitário sobre o turismo étnico em Cachoeira



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira

Velame (2010) relata o processo que vem se apresentando de forma marcante na Bahia. A mercantilização da cultura, em especial a cultura negra, alimenta o desenvolvimento da indústria do turismo e entretenimento através da nova roupagem, o turismo étnico, encarada como peça publicitária. Segundo o autor, em Cachoeira, esta nova modalidade de entretenimento do mercado de lazer está pautado no agenciamento do povo de santo negro com a intencionalidade de construir a imagem de Cachoeira como a “meca afro americana” mediante a transformação dos corpos negros em fetiches cujo cenário são as arquiteturas e o centro antigo da cidade.

Os atuais apoios governamentais às manifestações ligadas a cultura negra, outrora intensamente combatida pelo próprio Estado, a atual patrimonialização de espaços sagrados ao culto de divindades africanas, como os terreiros de candomblé e valorização das manifestações pertencentes a cultura afro-brasileira (como o samba de roda e o presente de Iemanjá na Pedra da Baleia), além dos incentivos à Festa da Boa Morte fazem parte da atual valorização de espaços e tradições que acabam por reforçar a construção da imagem de cidade “terra da macumba” ou “cidade do feitiço”. A valorização de manifestações da cultura de tradição africana, enquanto importante patrimônio cultural brasileiro, vem também servindo as estratégias de turistificação em muitas cidades utilizadas como diferencial. Velame (2010) colabora ao afirmar que:

O Turismo Étnico vem paulatinamente agenciando nas últimas décadas na Bahia grupos étnicos diversos, outrora perseguidos pelo Estado, num processo de agenciamento-folclorização-espacularização de suas manifestações culturais, no que tange suas festas e arquiteturas, para a sua reprodução e, notadamente, desempenhando um papel central na construção das imagens nacionais e internacionais das cidades onde estão inseridas, realimentando e potencializando todo o processo de mercantilização. O Turismo Étnico torna-

se uma potente ferramenta da indústria cultural para a edificação de uma identidade das cidades na competitividade global (VELAME, 2010, p 2).

A cultura pode servir para aqueles que se relacionam diretamente com ele enquanto possibilidade de renda (apresentações culturais, shows, pinturas). Contudo, uma das questões centrais é a tentativa de espetacularizar e cenarizar o patrimônio cultural com objetivos estritamente econômicos com foco a atrair um público específico que se deslumbra perante ao “espetáculo” programado. Os processos de espetacularização, turistificação enquanto elementos da atual mercantilização da cultura acaba colocando em risco a própria existência dos bens culturais ao passo que podem atrapalhar, poluir, destruir os recursos naturais, os bens arquitetônicos e as manifestações culturais.

O patrimônio cultural é tratado como um dos grandes atrativos de Cachoeira. Ao mesmo tempo que a patrimonialização reconhece os valores nele agregados também estimula a sua comercialização enquanto produto no atual mercado de consumo cultural que transforma tudo em moeda de troca. A patrimonialização das dimensões materiais e imateriais são importantes reconhecimentos. Entretanto, este mesmo reconhecimento passa a ser utilizado para outros fins, inclusive para a divulgação da cidade detentora destes bens culturais patrimonializados.

Segundo Rodrigues (2010), na década de 1970, o governo do Estado lançou investimentos na recuperação do patrimônio edificado haja vista que este é um dos atributos do ramo do “turismo histórico e cultural”, além de alguns incentivos a permanência de festividades locais em vias de desaparecimento (Festa D’Ajuda). Houve incentivo, através da iniciativa privada para a recuperação de suas formas físicas de modo a adaptá-las as funções turísticas por meio da refuncionalização de casarões que passaram a oferecer serviços relacionados ao atendimento turístico como hospedarias, restaurantes, como exemplos estão a Pousada do Guerreiro, Rua 13 de Maio, e a Pousada do Pai Thomaz, na Rua 25 de Junho.

Figura 20: Encartes publicitários de eventos culturais em Cachoeira



De um modo geral as ações do PCH nas cidades do nordeste estavam focados na recuperação de pequenos conjuntos arquitetônicos e de monumentos isolados cuja finalidade era em atendimento as demandas turísticas e culturais e para tanto auxiliou na promoção de hotéis, centros culturais, museus e uso público das edificações reformadas. Entretanto, outras questões também necessárias acabaram em segundo plano, entre elas: questões referentes a preparação dos moradores para viverem em espaços protegidos e a perspectiva de trabalhar não somente bens culturais isolados, mas a cidade como um todo.

Vultuosos investimentos em prol da preservação patrimonial foram destinados a Cachoeira de modo a acelerar o desenvolvimento econômico local, através das atividades turísticas. Apesar das ações do PCH, na década de 1970, terem sido positivas a criação de novas práticas de preservação que incluam o planejamento urbano de conjuntos tombados não foram implementados. Assim, as ações sobre os espaços protegidos, como as cidades históricas, continuaram a interpretar os espaços urbanos tombados através de uma perspectiva museificante e assim desconsiderando o caráter mutável e dinâmico.

O lançamento dos recursos federais através deste programa de preservação não conseguiu naquele momento alavancar o desenvolvimento das atividades turísticas capazes de gerar recursos para a conservação dos patrimônios e daqueles que se

relacionam com os bens culturais. Ao longo dos anos a ausência de novos programas e intervenções contribuiu para novo quadro de deterioração do patrimônio edificado e novo declínio da pequena atividade turística que ainda dava seus passos iniciais. Os jornais da cidade demonstravam grande expectativa em prol do desenvolvimento do turismo do Recôncavo e principalmente de Cachoeira. O destaque desta perante outras cidades estava pautado na rica associação entre belezas naturais, cultura popular, densidade histórica e imponente acervo arquitetônico. A grande potencialidade turística pela junção destes fatores foi a estratégia mais viável encontrada de modo a reverter a estagnação de Cachoeira. As matérias jornalísticas deste momento revelam as expectativas criadas a partir do turismo como uma atividade entendida como capaz de reativar a economia da cidade de modo a ser uma “nova esperança de renascimento”.

Cachoeira liderava o ranking em termos de potencialidade turística entre os municípios da Zona Turística da Baía de Todos os Santos, pois possuía atrativos e um mínimo suporte em atendimento as demandas turísticas, após Salvador. Logo, os investimentos estaduais continuaram a dar suporte a divulgação e promoção com intuito de estimular cada vez mais a sua visitação. O Estado ao incentivar e patrocinar a turistificação do espaço reafirma-se como um agente importante da produção do espaço.

Em 2004, a partir da implantação do PRODETUR NE II (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil) a partir de um convênio entre o Governo do Estado e a Banco do Nordeste, Cachoeira, e outros municípios do Recôncavo, novamente volta a receber recursos em prol do desenvolvimento de uma estrutura turística. Vale ressaltar que o PRODETUR NE foi financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e executado pelo Banco do Nordeste cujo objetivo central está pautado em auxiliar financeiramente os municípios selecionados a expandirem as atividades turísticas⁶².

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) foi um dos requisitos para o estabelecimento deste convênio e aponta questões básicas sobre a capacidade institucional do município, ao patrimônio histórico, o turismo histórico cultural. O PDITS das diferentes zonas foram elaboradas por empresas contratadas, sendo que o PDITS do Pólo Salvador e entorno, correspondem as zonas turísticas da Baía de

⁶² Este programa é uma continuação do PRODETUR I, iniciado em 1991, que privilegiou a cidade de Salvador através das ações para: a recuperação da Igreja do Bonfim, recuperação do Centro Histórico (6º etapa), ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador. Entre os anos de 1991 a 2001 foram investidos 994.413 (US\$ mil) na Zona Turística da Baía de Todos os Santos aplicados principalmente no setor de: saneamento, patrimônio, urbanização e aeroportos (BAHIA, 2004).

Todos os Santos⁶³ e a Costa dos Coqueiros. Entre os municípios que compõem a Zona da Baía de Todos os Santos os municípios de Salvador, Itaparica, Nazaré e Cachoeira são identificados como municípios âncoras, sendo Cachoeira classificado como município com forte potencial para “circuito histórico cultural e náutico”.

As estratégias do presente plano possuem como foco midiaticização do patrimônio arquitetônico, das manifestações culturais e o enaltecimento da cultura baiana como um vetor importante de desenvolvimento econômico através das atividades turísticas. Em uma sociedade em que se valoriza cada vez mais o lazer e o entretenimento, o Recôncavo, enquanto região rica nos aspectos culturais e de belezas naturais, é percebida como um espaço com potencialidade turística. A cultura popular, o patrimônio arquitetônico, a gastronomia, a musicalidade, o sincretismo religioso são elementos apontados nos planos e programas do Estado como formadores da cultura baiana e da mesma maneira “embalados” como produtos a serem consumidos turisticamente.

Segundo Serpa (2007) o consumo cultural passa a ser o novo paradigma do desenvolvimento urbano, através das requalificações e revitalizações urbanas da qual a cidade busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares espetáculos. Neste ínterim, entre as estratégias de desenvolvimento propostas estão o aumento da competitividade entre os municípios desta zona através da valorização de seus principais diferenciais.⁶⁴ Em Cachoeira, entre os pontos positivos apontados pelo plano estão as suas imensas potencialidades turísticas, traduzidas principalmente na sua arquitetura colonial, na riqueza de suas igrejas, nas festas populares e no seu artesanato. Entre os atrativos apontados destacam-se na categoria histórico cultural: o Conjunto do Carmo (especialmente a Ordem 3), a Fundação Hansen Bahia, as igrejas e a Ponte D. Pedro II. No ranking geral dos municípios que compõem a Zona da Baía de Todos os Santos aparecem com destaque enquanto importantes atrativos turísticos o Conjunto do Carmo e a Festa da Boa Morte. Em Cachoeira, as festividades de São João e Festa D’Ajuda, além do artesanato local também se sobressaem entre os principais atrativos.

⁶³ Cachoeira situa-se entre os municípios que compõem os municípios da Zona Turística da Baía de Todos os Santos, sendo composta pelos municípios: Salvador, Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz.

⁶⁴ Entre os elementos sugeridos a serem valorizados estão o enaltecimento enquanto: Berço da colonização brasileira; fatos relevantes da história (passado próspero pelos ciclos de cana de açúcar e fumo); conjunto arquitetônico raro e significativo (engenhos, casas, igrejas e conventos); sincretismo religioso e cultural (religião, valores, tradições, acervo rico); expressões folclóricas (vivas, vibrantes e autênticas); artesanato típico variado e autêntico (tanto na simbologia quanto na técnica) e a Baía (condições extremamente propícias para o desenvolvimento do turismo náutico (BAHIA, 2004).

Em muitos aspectos apontados como positivos Cachoeira muitas vezes somente fica atrás de Salvador.

Apesar da sua potencialidade a atividade turística em Cachoeira é avaliada como de curta duração reflexo da pouca distância com a capital do Estado. Constituem também outras fragilidades da atividade turística em Cachoeira: a reduzida estrutura turística local, escassez de recursos lançados ao patrimônio, reduzida preocupação da gestão local com o patrimônio cultural, dependência da municipalidade nos repasses governamentais, ameaças ao conjunto arquitetônico por razões sociais, econômicas e ambientais que acabam limitando o seu uso e pode provocar arruinamento, ausência de pesquisas que possam planejar as atividades turísticas.

Figura 21: Visitantes e turistas em Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Muitas ações foram propostas para Cachoeira de modo a melhorar a sua estrutura turística, entre elas estão: construção de um terminal rodoviário municipal, recuperação da malha ferroviária Salvador/Cachoeira, recuperação e revitalização do cais do porto de Cachoeira, quarteirão cultural de Cachoeira e estabilização de imóveis isolados, recuperação da Igreja de Belém, Igreja de Santiago do Iguape, Igreja do Rosarinho e cemitério, recuperação da Ponte D. Pedro II, recuperação do Engenho Vitória, urbanização da praça de Belém e da praça de Santiago do Iguape, resgate e valorização das manifestações culturais do município. Além disso: estimular a formação da cadeia

produtiva local do turismo, aumentando a contribuição desta atividade para o PIB regional e baiano através da implantação de parque alimentício para dinamizar a economia local, fomentar atividades que fortaleçam o reconhecimento do turismo como atividade geradora de benefícios socioeconômicos, como trabalho e renda com foco para a inserção da educação para o turismo nas escolas de 2º grau. Embora estas ações tenham sido propostas muitas delas não foram executadas.

3.3.1 O Programa Monumenta e o atual PAC das Cidades Históricas

As ações do PCH em Cachoeira não conseguiram reverter o estado de degradação patrimonial em que a cidade se encontrava posto a limitação espacial desta política e os limites de recursos econômicos aplicados. Nos anos 1990 Cachoeira continuou com o quadro de empobrecimento econômico e de desgaste das suas estruturas físicas. As atenções para com o patrimônio edificado em Cachoeira somente voltaram a partir da criação do Programa Monumenta. Este programa teve como foco a recuperação do patrimônio edificado como estratégia de desenvolvimento econômico e social a partir de reformas, restauros de monumentos tombados e de imóveis privados.

A atuação do Programa Monumenta se estendeu em Cachoeira entre os anos de 2002 a 2012. Vale mencionar que os investimentos ao patrimônio imaterial não foram foco deste programa, pois previa que os investimentos estivessem lançados somente em cidades protegidas por legislação patrimonial e sobre os bens edificados. Inspirado no modelo do Programa de Reabilitação de Quito, no Equador, o governo Federal brasileiro através do MinC, com financiamento do BID e apoio técnico da UNESCO foi criado, em 1995, o Programa Monumenta, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Monumenta tem como um de seus objetivos reverter os quadros de degradação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional que se encontram em sua maioria localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica. Segundo o Regulamento do Programa seu conceito é inovador entre as ações de preservação já realizadas no Brasil, pois procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio com desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2006). As ações do Programa buscaram promover obras de restauração e recuperação dos bens tombados, além de monumentos, igrejas, fortificações, palacetes, logradouros e edificações privadas. Estabelece também novos usos para os imóveis e monumentos recuperados, aumentando a utilização

econômica, cultural e social das áreas do programa, bem como atividades que auxiliem esta preservação.

Assim, o Programa Monumenta é resultante do contrato de empréstimo entre um órgão internacional e a União, onde o banco é o agente financiador e normatizador das regras a serem cumpridas. Cabe a UNESCO controlar e supervisionar as ações, o MinC executa as ações do Monumenta através da Unidade Central de Gerenciamento (UGC) e tem suas ações descentralizadas pelos Estados através das Unidades Executoras de Projetos (UEP), ao IPHAN cabe as orientações técnicas dos projetos e a Caixa Econômica Federal (CEF) cabe a responsabilidade pela liberação dos financiamentos. O contrato de empréstimo foi orçado em US\$ 125 milhões, entre o BID e o Brasil, sendo que o BID arcaria com 50% do total e os valores restantes de contrapartida federal, estadual e municipal. O programa somente é implementado a partir da assinatura de convênios firmados entre o MinC, prefeituras e/ou Estados estabelecendo atribuições a cada uma das partes, valores a serem repassados e prazos de execução de obras. Assim, foram escolhidas 26 cidades brasileiras⁶⁵, todas tombadas pelo IPHAN, onde algumas delas também estão na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Segundo Costa (2009) a seleção destas cidades não foi feita sob qualquer critério, não sendo coincidência que os Estados da Bahia e Minas Gerais são os que mais possuem cidades contempladas e de grande fluxo turístico. Para o autor esta seleção torna claro a faceta mercadológica em consonância com a ideologia neoliberal na qual o patrimônio torna-se mercadoria. O conceito trabalhado pelo Monumenta é o de recuperação sustentável do seu patrimônio, através do qual executam-se obras de conservação e restauro juntamente com medidas econômicas, institucionais e educativas que estimulem o uso social dos imóveis recuperados, para que, através da sua funcionalidade socioeconômica e cultural, possa-se alcançar a conservação permanente sem a necessidade de novos empréstimos.

O conceito de sustentabilidade, proposto pelo Monumenta, somente poderá ser alcançado por meio do aumento de visitantes na área do projeto e na intensificação dos usos dos imóveis. Segundo o Regulamento Operativo, o Programa alcançará seus fins quando: as áreas incluídas ou não incluídas no projeto possam ser recuperadas sem a

⁶⁵ Natividade (TO), Goiás (GO), Oeiras (PI), Serro (MG), Congonhas (MG), Lençóis (BA), Diamantina (MG), Alcântara (MA), Icó (CE), Laranjeiras (SE), São Cristóvão (SE), Penedo (AL), Olinda (PE), Corumbá (MS), Mariana (MG), São Francisco do Sul (SC), Manaus (AM), Belém (PA), Pelotas (RS), Recife (PE), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Ouro Preto (MG), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Cachoeira (BA).

necessidade de novos financiamentos federais ou internacionais; quando também for observado um aumento no grau de conhecimento público em relação à preservação, além disso, o propósito do Programa será alcançado quando o número de visitantes aumentar; as taxas de ocupação dos edifícios, as atividades econômicas e o emprego nas áreas de projeto aumentarem (BRASIL, 2006).

Para que se pudessem alcançar os objetivos foram estruturados cinco componentes, entre eles: investimentos integrados (compreende o financiamento de obras e serviços de preservação de monumentos e de sítios tombados pelo IPHAN), fortalecimento institucional (atividades de capacitação, assessorias e estudos para o setor do patrimônio, inclusive no auxílio a elaboração de Planos Diretores), promoção de atividades econômicas (promoção de eventos para intensificar a economia local), capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo (capacitação de profissionais que trabalharão diretamente na conservação de monumentos), e programas educativos sobre o patrimônio histórico (visa o maior envolvimento da população da compreensão da importância da proteção do patrimônio). A maior parte dos recursos são destinados aos investimentos integrados que compreende a conservação de monumentos, requalificação de espaços públicos, melhorias de ruas e calçadas, iluminação, paisagismo, entre outras. Percebe-se assim que a recuperação das formas urbanas é o componente mais privilegiado do Programa, em detrimento inclusive do componente que diz respeito aos programas educativos.

A Área de Projeto⁶⁶ da cidade de Cachoeira abarca todo o chamado “centro histórico” da cidade, onde se concentra a maior parte dos seus monumentos, promovendo também a reforma dos espaços públicos de maior fluxo turístico como à Rua do Cais (Avenida Virgílio Reis) e a Praça da Aclamação. Apesar da sua atuação ser mais ampla, se comparado ao PCH na década de 1970, compreendemos que a perspectiva espacial continuou concentrada não abarcando uma área maior da cidade. Em Cachoeira, as principais obras executadas pelo Monumenta são: Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Ana Nery, Capela Nossa Senhora D’Ajuda, Ordem Primeira do Conjunto do Carmo, Ordem Terceira do Conjunto do Carmo, Igreja do Rosarinho e cemitério, Quarteirão Leite Alves

⁶⁶ Segundo o Sr. Eduardo Fucs (engenheiro da UEP/ Cachoeira), em 2004, houve uma revisão para a ampliação do Perfil do Projeto da área de atuação na cidade, pois, caso contrário às intervenções seriam isoladas e não provocariam mudanças significativas. Assim, houve expansão das ações para outros monumentos, como a sede da Fundação Hansen Bahia e outros imóveis tombados isoladamente, além do financiamento de imóveis privados. Nesta nova fase houve a inclusão para a recuperação de não somente bens federais, mas também estaduais e municipais.

(para abrigar a UFRB), Igreja da Conceição do Monte, Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Imóvel Rua Benjamin Constant nº17, Imóvel Rua Sete de Setembro nº34 e outros imóveis como o Cine Teatro.

Figura 22: Imóveis públicos reformados pelo Programa Monumenta em Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Além das reformas em espaços públicos e monumentos tombados, o Monumenta possui uma linha de financiamento para a recuperação de imóveis privados, a juros zero e com possibilidade de pagamento em até 20 anos. O objetivo desta linha é recuperar as características históricas e artísticas dos imóveis dando apoio para as obras como: recuperação de fachadas e coberturas, estabilização ou consolidação estrutural da edificação, embutimento da fiação elétrica. Para os proprietários que possuem renda familiar mensal de até 3 salários mínimos ainda poderão ser financiados: reforma interna do imóvel, para atender à legislação sanitária quanto à iluminação natural e ventilação, além da reforma e adequação do imóvel para fins de geração de renda. Apesar do grande aporte de recursos destinados a esta linha de financiamento, somente 35 imóveis em toda a cidade foram contemplados, entre estes estão os imóveis privados destacados (que passaram a exercer funções comerciais) e imóveis privados comuns (que continuam com suas funções residenciais e outros foram refuncionalizados passando a exercer função residencial/comercial). Entre os imóveis privados estão o imóvel a Praça da Aclamação nº 2, antiga ruína transformada em hotel e restaurante, e o imóvel na Praça Maciel nº 13, que também estava arruinado, mas transformou-se em hotel e delicatessen.

Figura 23: Imóveis privados contemplados pelo Programa Monumenta em Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Nas entrevistas realizadas com moradores contemplados pelo financiamento para imóveis privados foi constatado problemas relacionados principalmente: a longa demora em todo o processo (cercado de muitas etapas); ao pouco esclarecimento sobre as condições para o empréstimo muitas vezes gerando equívocos; as documentações necessárias; reduzido esclarecimento das regras do edital; aos custos para contratação de arquitetos e/ou projetistas para elaboração de projeto; linguagem demasiadamente técnica utilizada e principalmente a excessiva burocracia da Caixa Econômica Federal (responsável pela liberação da verba aos contemplados).

J.C.S (56 anos, comerciante) acredita que os programas de preservação são importantes ao beneficiar as pessoas com empréstimos, sendo inclusive um dos contemplados pelo Monumenta em Cachoeira dentro da linha de financiamento de imóveis privados conseguindo empréstimo de 27 mil para reforma de um pequeno sobrado no centro da cidade do qual passou a ter uso misto. Contudo revela as muitas dificuldades na burocracia para conseguir o empréstimo e as muitas idas ao IPHAN para aprovação do projeto.

C.C.N (54 anos, projetista) afirma ter conhecido de perto os principais trâmites do Programa apontando a questão da alta burocracia por conta da documentação necessária a liberação da verba como um dos grandes entraves. E ainda complementa afirmando que as obras no cronograma eram para durar alguns meses e demoravam meses ou anos, pois

os recursos eram liberados após a conclusão de cada etapa do cronograma, ou seja, as pessoas realizavam as obras e após revista do IPHAN a verba era liberada para ressarcir os custos. Neste meio tempo todos os custos (material, mão de obra) elevam-se. O empréstimo que custava 20 mil passava a 40 mil no final das obras, representando assim, um grande desgaste para aqueles que buscaram o empréstimo. Para C.C.N (54 anos, projetista) “um programa que era pra facilitar só fez complicar”.

Além das intervenções físicas nos bens edificados urge a necessidade de orientar as pessoas de modo a conservar por mais tempo os bens reformados/restaurados. Existe a demanda para que além das intervenções devem existir um aparato que possa continuar com a sua conservação, como a segurança dos bens edificados, com a orientação para aqueles que usam o bem patrimonial (gestores, turistas, moradores e usuários de modo geral). Gasta-se muito com a recuperação, mas deve-se sobretudo preparar as pessoas para lidar com o bem que foi recuperado de modo a conservar por mais tempo o dinheiro público gasto nas obras. Vale ressaltar que os investimentos com a educação patrimonial foram restritos a elaboração de cartilhas educativas⁶⁷.

Existe a necessidade de preparar as pessoas para lidar com a cidade protegida, pois sem este preparo serão gastos milhões a fundo perdido de tempos em tempos. Determinadas ações propostas inicialmente no rol dos objetivos dos programas (como as ações de educação patrimonial e cursos de qualificação profissional) ficaram no meio do caminho, restringindo as intervenções em reformas e restauros (que são também urgentes!) mas outras questões acabam ficando para os próximos programas cumprirem.

M.G.J. (64 anos, professor) relata a importância dos programas na preservação da história de Cachoeira, e afirma que mesmo com todas as falhas na atuação e no desenvolvimento dos programas mudanças importantes na cidade foram feitas. Segundo ele, o impacto causado pelo Monumenta foi muito positivo, a cidade adquiriu outra aparência e complementa que mesmo com a presença de edificações arruinadas os investimentos feitos garantiu de certa forma que outros imóveis não tivessem o mesmo destino. Os programas são sempre citados como importantes para Cachoeira e seus moradores na medida em que empresta recursos aos moradores de modo a reformarem os imóveis privados. Entretanto não raro são os depoimentos de que a atuação dos programas de preservação favorece aos bens isolados (no caso dos monumentos tombados) e a um número limitado de pessoas (referindo-se aos poucos proprietários contemplados). Este

⁶⁷ Em 2007, houve a publicação através do IPHAN através de verbas do Programa Monumenta para a elaboração da cartilha intitulada “Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural”.

fato pode ser comprovado, pois dos 148 imóveis que participaram da seleção em 2005, 54 deles desistiram ou foram reprovados e até a presente data somente 35 imóveis tiveram o financiamento liberado (entre obras concluídas e em andamento).

Entre os valores liberados para as reformas verifica-se uma grande variação, onde o menor valor liberado corresponde a R\$ 5.500 e o maior valor R\$ 763.592,91. Para alguns entrevistados deveria haver um limite de financiamento para cada proprietário de modo a atingir maior número de pessoas, pois alguns contemplados conseguiram um alto financiamento comprometendo a divisão financeira para outros interessados. Não se pode deixar de mencionar que alguns dos maiores valores emprestados para reformas pertencem a uma mesma família de forte tradição política local. Este fato gera rumores no cotidiano a respeito dos critérios de seleção dos contemplados.

Outra evidência importante é que os maiores valores destinados às reformas de imóveis privados transformaram antigas ruínas em hotéis. Outros imóveis contemplados transformaram suas propriedades em pequenos estabelecimentos comerciais e/ou de uso misto, como galerias, lojas de variedades, entre outros. Os programas de preservação patrimonial com a linha de financiamento para a recuperação de imóveis privados é percebida como uma grande vantagem, principalmente em cidades estagnadas economicamente. Em Cachoeira, devido a situação de empobrecimento dos moradores, a possibilidade de empréstimos através dos programas passa a ser vistos como de grande importância. Segundo o Programa, os investimentos em imóveis privados servem para ampliar a atuação do Monumenta, na medida em que os recursos aplicados nestes imóveis reverterão, obrigatoriamente, ao Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNPATRI).⁶⁸

Reconhece-se a importância da atuação do Programa na cidade de Cachoeira no que concerne aos altos investimentos lançados em prol da recuperação do patrimônio edificado. Muitos foram os percalços e dificuldades na gestão de um programa tão amplo como o Monumenta, contudo não se pode omitir os avanços na política de sua execução, pois houve uma maior tentativa de descentralizar as atribuições com a preservação articulando os órgãos de preservação, iniciativa privada e sociedade.

⁶⁸ A ideia deste fundo é a garantia de continuidade na conservação e manutenção dos imóveis recuperados, através da reaplicação dos valores pagos pelo empréstimo em novas reformas sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos, cumprindo a ideia de auto sustentabilidade. As verbas do FUNPATRI em Cachoeira não começaram a ser utilizadas, além disso há rumores da alta inadimplência entre os proprietários contemplados, fato este que não pudemos averiguar.

Vale dizer que os objetivos gerais dos programas de preservação patrimonial não escapam também de críticas, entre eles: a atenção a alguns componentes específicos ligados ao desenvolvimento, a limitação espacial de área de atuação, o uso rentável do patrimônio material, a indução a refuncionalização em prol do atendimento as lógicas do mercado. Estas ações podem contribuir para tornar todas as áreas, alvos do programa, em áreas extremamente homogêneas posto que entre os objetivos centrais estão focados na promoção do turismo.

Vale dizer que no mundo contemporâneo os patrimônios passaram a ser produtos de mercado e de marketing das cidades detentores de tais bens culturais, logo a presença do patrimônio cultural hoje no mundo configura-se como uma possibilidade turística. Mesmo quando a intencionalidade refere-se a sua recuperação e valorização através das intervenções nas cidades tombadas, não existem programas de renovação/recuperação que não insiram estes patrimônios nos roteiros turísticos mundiais (HENRIQUE, 2009). Para Jeudy (2005) este é um dos dilemas da gestão dos patrimônios da contemporaneidade da qual o patrimônio é entendido como uma mercadoria, perdendo seu valor simbólico tornando claro a inversão do valor de uso com o valor de troca.

A formação de “enclaves turísticos” é um dos riscos desta homogeneização nas cidades históricas. Outro risco iminente está na associação direta entre geração de renda através de usos culturais e turísticos haja vista que nem todas as cidades serão capazes de conseguir melhorias econômicas através destes usos. O uso turístico não é uma garantia e não pode ser encarado como única possibilidade de geração de renda para as cidades tombadas. Para além dos investimentos públicos e privados em prol da preservação patrimonial é necessário criar um planejamento coerente com cada realidade específica e que abarque a totalidade espacial e não somente pontos isolados, além da participação social daqueles envolvidos com o patrimônio cultural. O viés econômico do patrimônio foi uma das principais características do Programa Monumenta.

Ao tratar da preservação de áreas urbanas reconhecidas por seu patrimônio e protegidas pelos órgãos de preservação faz-se necessário a criação de políticas de proteção das cidades tombadas atrelado as políticas urbanas. Um dos aspectos positivos do Programa Monumenta em Cachoeira situa-se no fato de ter conseguido manter a população moradora de modo a não correr o risco de esvaziar os centros históricos como já ocorreu em outras cidades históricas.

O estímulo as atividades turísticas alvos de intervenções como o Monumenta pode acarretar, ainda mais em cidades empobrecidas como em Cachoeira, em um processo de

valorização imobiliária após as intervenções estimulando os altos investimentos por grupos privados externo ao local, contribuindo para processos altamente segregadores. Vale dizer que em Cachoeira, após as intervenções dos programas de preservação os imóveis, principalmente os do centro da cidade, sofreram grande inflação motivados também pela atual visibilidade da cidade, pela recente instalação da UFRB e pela própria escassez do solo urbano. Pode-se afirmar que já se nota um “comércio de ruínas” na cidade, pois ao percorrer as ruas constatamos placas de vende-se/aluga-se em ruínas, edificações privadas (alvos do Programa Monumenta) e próximas ao campus da UFRB.

Figura 24: Imóveis arruinados à venda no centro de Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Entre as cidades brasileiras onde atuou o Programa Monumenta, a cidade de Cachoeira foi a que mais recebeu recursos, com valor inicial de R\$ 24 milhões (ao fim dos seus trabalhos, em 2012, superou o valor de R\$ 40 milhões) para a recuperação de monumentos, logradouros e imóveis privados. Um dos objetivos do Programa além de sua recuperação de monumentos públicos e imóveis privados é o estímulo ao uso social ou econômico dos bens recuperados, inclusive com a refuncionalização de bens patrimoniais. Atribuir um uso ao patrimônio é uma das alternativas para fugir da

patrimonialização museificante e surge como uma alternativa positiva contra o engessamento do espaço patrimonial.

Quadro 4: Programa Monumenta: ações realizadas em bens públicos e imóveis privados em Cachoeira

EDIFICAÇÕES	VALOR (R\$)	CONCLUSÃO
Capela de Nossa Senhora da D'Ajuda	135.901,97	nov/02
Paço (Casa de Câmara e Cadeia)	400.551,92	jul/04
Casa Natal de Ana Nery-Rua Ana Nery, nº 07	183.251,67	jul/04
Conjunto do Carmo-Ordem Primeira	1.918.787,71	ago/06
Conjunto do Carmo-Ordem III e Casa de Oração	2.521.566,85	ago/06
Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos	436.188,22	ago/06
Imóvel à Rua Benjamin Constant, nº 17	258.178,68	dez/06
Imóvel à Rua Sete de Setembro, nº 34	278.504,91	dez/06
Igreja Matriz do Rosário	1.553.745,40	fev/07
Imóvel à Rua Ana Nery, nº 02	367.651,66	ago/07
Quarteirão Leite Alves (1ª Fase)	3.479.640,51	mai/07
Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte	1.127.856,56	ago/08
Requalificação Urbana de logradouros (1ª Etapa)	2.228.201,47	ago/08
Imóvel à Rua Manoel Vitorino, nº 12	1.198.512,09	dez/08
Imóvel à Rua 13 de Maio, nº 13	1.011.381,20	dez/08
Quarteirão Leite Alves (2ª Fase - Conclusão)	4.481.946,54	mai/09
Requalificação Urbana da Orla de São Félix	2.515.139,69	jun/10
Igreja Matriz do Rosário - Bens Integrados	1.195.722,49	dez/10
Cine Teatro	4.318.430,32	out/11*
Rua Ana Nery nº 25	1.542.823,75	set/11*
Valor total (bens públicos)	31.153.983,61	-----
Imóveis Privados (total 35 imóveis até 2011)	2.830.473,81	-----

* previsão de conclusão

Fonte: Unidade Executora de Projeto (UEP - Programa Monumenta), 2011.

Os programas além da possibilidade de preservação de patrimônios devem também possibilitar outras ações que não sejam voltadas exclusivamente as reformas, mas sim ações que atendam demandas da cidade e que ao mesmo tempo possam auxiliar na preservação. Os programas devem estar conjugados com outras ações.

G.F (61 anos, aposentado) relata que houve grandes investimentos nas edificações da cidade, mas alerta a necessidade de ações que não foquem somente nas intervenções físicas, mas também possibilite um retorno econômico. É necessário criar uma política que possa sustentar as edificações que após reformadas possam continuar sendo

sustentáveis que possa ativar a economia da cidade. As intervenções não seriam o ponto final, seria o ponta pé inicial para a criação de outras ações.

Apesar da boa aceitação do Programa na cidade muitas das suas ações revelam-se problemáticas e geram polêmicas, demonstrando inclusive outras intencionalidades. Como afirma Castro (2009) à requalificação da orla de Cachoeira, iniciada em 2007, beneficiará diretamente o espaço da Rua do Cais, local onde acontece os festejos juninos, assim pretende-se angariar mais elementos para a competitividade dos festejos de São João que se tornaram ao longo dos anos espetacularizados, principalmente no Recôncavo.

Entre os reflexos positivos da atuação do Monumenta está na refuncionalização de alguns imóveis como: o imóvel da Praça Manoel Vitorino nº 12, que antes abrigava um depósito e mais atualmente abriga um espaço pertencente a Fundação Hansen Bahia cumprindo então função cultural e que também serve como pavilhão de aulas da universidade. Outro exemplo positivo é a atual reforma no Cine Teatro Cachoeirano (antigo Cine Teatro Glória) que estava desativado há mais de 20 anos, mas que foi comprado pelo IPHAN, em 2009, e que passou por reformas, onde será incorporado a UFRB, como uma unidade do curso de cinema⁶⁹. Assim, será proveitoso para os estudantes, para os moradores e visitantes. Outros imóveis da cidade como a Casa Natal de Ana Nery e do imóvel a Rua Ana Nery nº 2 após as reformas abrigam uso institucional (IBGE, Centro de Informações turísticas, Comando Geral Polícia militar, além da Secretaria de Cultura e Turismo e de Educação e Biblioteca Pública Municipal Ernesto Simões Filho).

⁶⁹ Apesar de reformado e inaugurado, em 2012, o uso deste imóvel ainda não foi efetivado devido ao imbróglgio entre o IPHAN (responsável pela compra do imóvel), UFRB (que deveria ter comprado os equipamentos internos) e a Prefeitura Municipal (que deseja gerenciar o espaço). Por conta destas questões o imóvel permanece fechado.

Figura 25 – Prédio do Cine Teatro Cachoeirano antes e após a reforma pelo Programa Monumenta



Fonte: Trabalho de campo, entre 2010 e 2013.

Contudo, nem todos os bens públicos, após as reformas do Monumenta, estão sendo aproveitados ou cumprindo uma função social. Uma queixa constante entre os moradores é o longo período destinado às obras de restauros e após isto muitas das edificações, como exemplos de algumas igrejas, permanecem fechadas durante boa parte da semana. A exemplo disso temos a Capela D'Ajuda e a Igreja do Rosarinho que só abrem a visitação esporadicamente, além disso, a Igreja Matriz constantemente passa por reformas.

Além destas questões constatamos em campo que o aumento da violência vem contribuindo para que alguns monumentos como as igrejas permaneçam fechadas diminuindo assim o seu uso público⁷⁰. Situação mais crítica é a de imóveis que mesmo após as reformas permanecem subutilizados ou apresentam sinais de falta de manutenção, inclusive já relatados pelo Jornal A Tarde (20/04/2008). Exemplo desta situação é o imóvel da Rua Benjamin Constant nº 17, onde abrigava o Arquivo Público Municipal, porém está fechado mesmo após sua reforma. Este imóvel que custou em reformas valor superior a R\$ 258 mil pelo Programa Monumenta, com 407m², poderia servir para diversos fins (como sede do Samba de Roda ou espaço destinado a UFRB).

⁷⁰ Os dados de boletim de ocorrência policial, em Cachoeira, registram somente 04 assaltos as igrejas localizadas na sede municipal e distritos entre os anos de 2011 a 2013. A Igreja Matriz registra 02 ocorrências para arrombamentos e roubos de imagens sacras.

O atual imóvel que abriga o Arquivo Público Municipal situado na Casa Natal de Teixeira de Freitas, encontra-se em situação ainda mais delicada, devido a sua localização à beira do Paraguaçu sofrendo com os problemas gerados pela umidade, assim constitui-se em um risco aos documentos do acervo. Por este motivo, aliado à pouca acessibilidade devido às escadarias, o imóvel encontrava-se fechado à pesquisa, fato este revertido após algumas reformas. Notamos que, após as reformas e restauros realizados em diversos bens, muitos destes já se encontram novamente com vestígios de desgastes provocados pela ação do tempo, sendo visíveis principalmente na pintura das fachadas, desta maneira cria-se um problema, pois a verba destinada às reformas não prevê manutenções. Os programas de preservação pintam/restauram/reformam os bens edificados, entretanto o tempo acaba por se “vingar” destruindo a beleza e exigindo novas intervenções.

A política de preservação privilegiou durante muitos anos os bens de natureza material e, em Cachoeira, este contexto não foi diferente. Diante disso, em Cachoeira podemos afirmar que os bens de natureza material sempre foram os alvos principais das políticas governamentais em prol de sua preservação, principalmente aqueles tombados individualmente pelo órgão federal. Para estes imóveis sempre houve um grande lançamento de recursos financeiros posto que preservar bens materiais sempre foi muito custoso diante do número do quantitativo de edificações, dos custos materiais, da contratação de equipes de profissionais qualificados, além da necessidade de refazer todo o processo de tempos em tempos. A recuperação de uma edificação exige o desembolso de quantias significativas na ordem de milhões em apenas uma edificação, por exemplo, os monumentos religiosos.

Em Cachoeira, muitos avanços ocorreram no intuito de preservar o seu patrimônio edificado, principalmente a partir dos grandes programas de preservação lançados sobre as cidades históricas. Entretanto, as dimensões relacionadas a imaterialidade carecem de mais atenção. Apesar das atuais políticas de divulgação, reconhecimento e fomento das dimensões imateriais do patrimônio, ainda há um predomínio das ações em prol da preservação do patrimônio edificado. Os aspectos relacionados a desatenção do Poder Público com as manifestações culturais, grupos populares e os espaços que abrigam a imaterialidade são apontados frequentemente nas entrevistas. Apesar da cultura riquíssima ainda são escassos os recursos lançados a manutenção dos espaços e apoio as manifestações.

Existe o desejo de que estas manifestações culturais (samba de roda, capoeira, filarmônicas, festas populares, trança fitas) tenham mais atenção do Poder Público no

sentido de apoiar, orientar e financiar. A.G.S (59 anos, professor), relata a pouca importância ao patrimônio imaterial e afirma que os poucos espaços que existem em Cachoeira, como a Casa de Samba de D. Dalva, é fruto de uma iniciativa dos próprios grupos populares, através de longo sacrifício dos membros envolvidos, doações e arrecadações, do que por auxílio do Poder Público.

Durante a Conferência de Cultura entre as questões debatidas estavam o pedido de mais verbas à Prefeitura Municipal aos grupos populares de modo a auxiliá-los, além do apoio a estas manifestações durante as principais festividades da cidade. Neste contexto existe uma grande indignação ao apoio por parte da Prefeitura Municipal de Cachoeira aos grupos da sede municipal (em detrimento de grupos dos distritos e zona rural) e o convite para a participação de bandas (de grande repercussão midiática, especial do Axé Music) em detrimento de grupos locais, por exemplo, samba de roda e reggae. A criação de uma Casa de Cultura e uma Casa de Samba de Roda de Cachoeira estão entre as sugestões apontadas entre os entrevistados e percebidas como necessidades urgentes. A desapropriação e reforma de uma das ruínas da cidade poderia servir como espaço de modo a suprir esta necessidade. A criação destes espaços serviria para suas apresentações e ensaios, quanto serviria de espaço de diálogo em prol da cultura, além de espaço para visitação turística.

A riqueza das manifestações que compõe o patrimônio cultural cachoeirano se contrapõem as necessidades econômicas de muitos dos seus membros. Não são raros os depoimentos de entrevistados que confessam que as dificuldades de apoio financeiro, jurídico, de estrutura física. Uma das possibilidades de angariar recursos é através de inscrições de projetos através de editais de cultura. Em Cachoeira, algumas instituições concorrem e recebem recursos frequentemente dentro desta política de editais, entre elas: Casa de Samba de D. Dalva, a Fundação Hansen Bahia e a Casa de Barro. Ao receber recursos estas instituições realizam oficinas, exposições, ações educativas ligadas ao patrimônio cultural. Entretanto, nem todos os grupos da cidade conseguem, principalmente por dificuldade na elaboração de projetos e pelo pouco contato com os trâmites necessários que envolve burocracias e manuseio com a Internet. Logo, sugestões de criação de um grupo de trabalho dentro da Prefeitura, ou Conselho de Cultura de modo a facilitar os trâmites e que possa auxiliar os grupos de modo a conseguir estes recursos aparecem com frequência entre os depoimentos.

Vale uma ressalva no contexto das dimensões imateriais do patrimônio. A patrimonialização é importante, portanto é necessário também criar meios para que as

pessoas vinculadas ao patrimônio possa dar continuidade ao patrimônio cultural. Segundo L.M.N (32 anos, comunicação social), o desafio é pensar conjuntamente em meios para que o patrimônio seja sustentável, para que as pessoas ligadas as manifestações culturais, a partir da patrimonialização, possam seguir sem depender dos órgãos de preservação. A patrimonialização torna-se não como um ponto final (para o samba de roda, capoeira, festa da Boa Morte), mas como um ponto de partida para que o patrimônio possa se fortalecer e também se auto sustentar. Nesse ínterim, as políticas de salvaguarda são imprescindíveis. Nesse sentido o patrimônio pode ser utilizado para o desenvolvimento econômico de Cachoeira, mas de uma forma que seus benefícios sejam revertidos em prol de toda a população que herdou, mas que também vive, cria e recria seu patrimônio não beneficiando exclusivamente grupos hegemônicos.

A maioria dos entrevistados mostram-se favoráveis a atuação dos programas de preservação. O Programa Monumenta⁷¹ é o mais citado por ter sido o mais recente ao gerar grandes reformas e pelos impactos gerados após a sua conclusão. Segundo U.O.C (47 anos, artista plástico) a cidade estava esquecida, mas a vinda dos programas de preservação patrimonial contribuiu para dar uma nova aparência a cidade aliado também a chegada da UFRB. E acrescenta que “eu tenho um sonho de ver isso aqui todo restaurado”. Cachoeira recebeu muitos recursos do governo federal, contudo ainda há muito pra ser feito, logo existe o desejo de que a cidade passe por novas intervenções.

Depois de passar 15 anos longe de Cachoeira, G.S (53 anos, enfermeiro), confirma que percebeu muitas modificações na estrutura urbana. Para P.E.S (61 anos, membro da associação de moradores) acrescenta que a última década foi importante para Cachoeira no contexto das questões urbanas, políticas e sociais. Segundo o mesmo, estas mudanças contribuíram para a elevação da autoestima dos moradores que há muito não percebiam novidades em sua cidade. Para E.C.R (65 anos, aposentado) a situação do patrimônio em Cachoeira melhorou bastante desde a chegada do Monumenta, mas confessa que se entristece com a demora na entrega das reformas e restaurações que acabam atrapalhando determinadas manifestações e procissões. A festa da Irmandade da Boa Morte, em 2013, foi transferida para a Igreja Matriz por conta das reformas realizadas pelo IPAC.

A área de projeto do Monumenta em Cachoeira abarca quase todo o espaço urbano, porém verificamos em campo que os bens públicos e imóveis privados

⁷¹ Notamos que muitas vezes nas entrevistas o Programa Monumenta, vinculado ao IPHAN, é entendido como um “órgão” independente do IPHAN. Desta maneira, o IPHAN acaba perdendo o bônus de ter realizado intervenções compreendidas como positivas.

selecionados para receberem financiamento do programa estão localizados, em grande maioria, na área central da cidade (Figura 28). Esta ação confirma que há uma certa seletividade espacial em pontos específicos da malha urbana, muitas vezes privilegiando as áreas centrais e deixando de lado outros bens importantes como a Igreja dos Remédios (localizada atrás do Mercado Municipal). Nesse contexto, a Igreja do Rosarinho e a Cemitério dos Pretos (localizados distante do centro) somente foram incluídas no Programa Monumenta após reivindicações da comunidade negra que atribui grande simbolismo a estes locais.

Esta questão é especialmente abordada por L.C.N (59 anos, professor) ao relatar que o fato da patrimonialização incidir sobre a maior parte dos monumentos do colonizador acaba contribuindo também para que os programas de preservação incidam sob os mesmos espaços. Para ele, os espaços dos descendentes de africanos também devem ser preservados e acrescenta que o patrimônio que representa a ancestralidade africana não se restringe as contribuições atinentes ao patrimônio imaterial, mas também a herança física e a paisagem urbana.

Os programas de preservação não conseguiram reverter totalmente a situação de preservação em Cachoeira uma vez que estas ações são extremamente custosas sendo também difícil agir na totalidade espacial. Segundo Karina Monteiro de Lira⁷², arquiteta e chefe do escritório do IPHAN, para evitar novos e vultuosos lançamentos de recursos, enquanto prática antiga, torna-se mais viável aplicar em investimentos que se propaguem em cadeia. Ainda segundo a arquiteta um bom exemplo é a linha de financiamento de imóveis privados do Monumenta uma vez que a devolução dos empréstimos cedidos aos proprietários contemplados é repassado a um fundo e novamente volta à cidade formado assim um ciclo vicioso trazendo benefícios para a cidade e para seus moradores.

Ao avaliarmos a política de preservação do patrimônio no Brasil percebemos que a reabilitação dos espaços protegidos ainda é muito dependente dos investimentos públicos através do desenvolvimento de planos e programas de preservação que muitas vezes repetem as experiências anteriores. Para que de fato os espaços protegidos sejam autossustentáveis, permanentes e sem a necessidade de novos maciços investimentos as políticas de preservação patrimonial, enquanto políticas públicas, devem estar inseridas nas questões econômicas e culturais das populações.

⁷² Entrevista realizada em 08/07/2013 na sede do IPHAN em Salvador.

Nesse ínterim, ao avaliar o histórico dos programas de preservação o arquiteto Nivaldo Andrade⁷³ nos revela que o que faltou na concepção dos programas e na gestão do espaço patrimonial foi o entendimento do patrimônio como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Em sua opinião o Programa Monumenta iniciou este entendimento que parece estar mais bem estruturado nas propostas do atual PAC das Cidades Históricas. Ainda segundo o arquiteto, não é mais viável insistir na prática de reformas sucessivas na mesma edificação (que continua sem uso definido), pois mais importante do que a reforma em si é atribuir um uso definido para determinados bens com repercussões na esfera econômica e social. Em Cachoeira, cita a possibilidade de construção de terminal de passageiros, escolas técnicas, instalação de universidades nos espaços onde hoje estão os imóveis arruinados. Desta maneira as intervenções estariam mais atreladas a dinâmica urbana com permanente uso social fugindo então da perspectiva do patrimônio em uma redoma de vidro.

Figura 26: Edificações sem uso definitivo (Estação Ferroviária e imóvel do IPHAN na Ladeira da Cadeia)



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Mas importante quanto a contemplação do patrimônio pelo turista (encarada como única possibilidade em muitas cidades) são os benefícios que se desdobram a partir das intervenções que serão utilizadas pela população local. Pensar em alternativas que partam da sua condição de cidade histórica e que atenda às suas reais necessidades é um dos desafios colocados. Nesse sentido as conclusões de um dos estudos realizado pela

⁷³ Entrevista realizada em 19/08/2013 na Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Arquitetura sob a responsabilidade do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, em 1979, sobre a “Evolução Urbana de Cachoeira indagar-se: (século XIX e XX)” já demonstrava preocupações com o futuro de Cachoeira ao indagar-se:

Haverá um futuro para Cachoeira? E a resposta será sim, na medida em que os responsáveis diretos por seu destino e a comunidade cachoeirana, tenham plena consciência de suas responsabilidades, não só na necessidade de proteger os valiosos bens culturais e naturais recebidos das gerações que fizeram da Heróica uma das cidades mais importantes do Brasil, como também, da obrigação de alcançarem meios que possibilitem o seu desenvolvimento em termos modernos, de sorte a ensejar condições de respeito ao passado glorioso e de progresso real e verdadeiro no futuro, a fim de que as próximas gerações possam continuar a expressiva obra pretérita (BAHIA, 1979, p.177)

Entre todas as ações realizadas pelo Monumenta em Cachoeira torna-se destaque a reforma realizada pelo Programa Monumenta do Quarteirão Leite Alves onde, desde 2009, abriga a UFRB com 8 cursos de graduação para os mais de 2000 discentes, além de professores e funcionários. A UFRB possui uma constituição multicampi onde em Cachoeira está instalado o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) que oferece os cursos de Jornalismo, História, Museologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Cinema, Gestão Pública e Artes Visuais, além da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Por ser uma cidade tombada, talvez seja esta a justificativa para a definição dos respectivos cursos de graduação em Cachoeira.

Os anos que antecederam a instalação da universidade foram de muitas dúvidas e de grandes expectativas entre os moradores diante das possíveis transformações na sua estrutura urbana, econômica e social. Apesar dos muitos questionamentos sobre os reais impactos da instalação de uma universidade federal em uma cidade pequena uma parcela da sociedade civil cachoeirana defendia sua instalação comprovado através do “abraço” simbólico, em 2005, feito por cerca de 300 moradores no quarteirão onde seria instalada a universidade anos mais tarde. Em reportagem do Jornal A Tarde, em 30/04/2005, expõe este acontecimento demonstrando a defesa da implantação do campus e acrescenta:

A universidade será criada com o compromisso de promover o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico da região (...) Para a comunidade a implantação do campus de Cachoeira é um verdadeiro presente para a cidade histórica e sua população, que, com a restauração, do antigo prédio da fábrica de charutos, terá também preservada

parte do seu centro histórico e artístico representado por prédios, ruas e monumentos de valores incalculáveis e que hoje ajudam a compor a beleza da cidade.

A instalação da UFRB na cidade, segundo Henrique (2009a) provocou modificações principalmente no comércio e nos serviços, impulsionando o surgimento de novos estabelecimentos como copiadoras, livrarias, cybercafés, delicatessen, galerias, apart hotéis, mercados, restaurantes, criados para atender a estes novos moradores. A presença da UFRB, em Cachoeira, vem sendo responsável por grandes modificações e que talvez, a longo prazo, possa incentivar a transformação do quadro de estagnação econômica. Além disso, poderá propiciar uma maior dinamização social, incentivo de melhorias educacionais, transformação do setor de comércio e serviços criando mais oportunidades e gerando renda, além de ser porta de acesso ao nível superior (SANTANA, 2012).

A instalação de uma universidade pode trazer diversos benefícios para uma cidade através das transformações sociais, econômicas e culturais vinculadas à educação superior, mas deve-se questionar se Cachoeira estava preparada para receber estes novos projetos e ações governamentais. Ainda vale mencionar que muitas das ações planejadas por “agentes externos” não são dialogadas com a participação das comunidades locais. No CAHL, a grande maioria das vagas oferecidas, ainda, é preenchida por estudantes de outros municípios, inclusive de outros Estados, o que evidencia que a cidade ainda demanda por melhorias em sua educação básica haja vista que pouco são os cachoeiranos que frequentam a UFRB.

Portanto, estes novos moradores da cidade composta em sua maioria por estudantes, professores e outros funcionários, geralmente possuidora de renda mais elevada, demandam por novos serviços, comércio, moradia, lazer, entre outros. Segundo Santana (2012, p 58), apesar da maioria dos professores não possuírem residência fixa em Cachoeira, os cerca de 100 docentes do CAHL, com mestrado e doutorado, recebem salários que variam de R\$ 4 mil a R\$ 7.333,66 (professor Adjunto). Isso significa, segundo o autor, que “cada vez mais as cidades sedes de um campus universitário, além de produzirem conhecimento científico, tornam-se cada vez mais espaços de moradia de um segmento com maior poder aquisitivo”. Vale mencionar que, segundo o IBGE em 2010, 68% da população cachoeirana recebe até 1 salário mínimo.

A chegada da universidade vem causando uma grande dinamização e entusiasmos nos moradores que enxergam a UFRB como o limiar de mudanças, tanto no que se refere à possibilidade do acesso ao nível superior quanto pela dinamização econômica. Para Falcón (2012, p 36) o pouco retorno adquirido com o estímulo as atividades turísticas em Cachoeira passa a ser relativizado com os atuais investimentos ligados a universidade e confirma que “em municípios que estavam em total lassidão, como é o caso de Cachoeira e São Felix esse tipo de equipamento cultural representou para a educação e as artes o que a Petrobras representou, em termos econômicos, para a Bahia na década de 1950”.

Enquanto discente do curso de artes visuais da UFRB, V.J (52 anos, fotógrafo), acredita que a universidade tornou-se uma oportunidade para que as pessoas voltem a estudar na cidade inclusive na sua própria cidade, pois até então aqueles que desejam o ensino superior precisavam se deslocar para outras cidades. Por sua grande importância no contexto político e social a universidade vem sendo chamada a posicionar-se nas discussões sobre a cidade. O aposentado O.P.S (60 anos) vê com otimismo a presença da universidade, entretanto confessa que apesar de quase uma década de sua instalação a UFRB ainda não está totalmente imersa na cidade o que contribui para a compreensão de que a mesma seja uma “ilha” sendo assim necessário sair dos seus próprios muros.

Figura 27: Instalações da UFRB durante (2008) e após a reforma do Quarteirão Leite e Alves



Fonte: Trabalho de campo, entre os anos de 2008 e 2013.

Com a UFRB nota-se um aquecimento do mercado local principalmente relacionado ao ramo comercial o que tem favorecido ao aumento nos preços de certos produtos, como o alimentício. Uma questão importante é que devido a atual visibilidade que Cachoeira adquiriu contribuiu para uma maior valorização imobiliária. A impossibilidade de criação de novos espaços, por conta do tombamento, constitui-se um

problema diante da pouca oferta por moradia principalmente para os estudantes universitários. A ausência de espaços de moradia contribuiu para que muitos cachoeiranos aluguem suas casas ou quartos para os estudantes convertendo em uma renda extra. Segundo D.S (28 anos, gerente de hotel) os hotéis de Cachoeira estão sobrevivendo do público de professores da UFRB que podem pagar por melhores acomodações alugando os quartos de hotel durante os dias na semana.

A universidade demanda por novos espaços para salas de aula, laboratórios, repúblicas, restaurantes universitários, creches, mas a sua expansão pela malha urbana da cidade esbarra na ausência de espaços disponíveis. Entre os espaços na cidade de Cachoeira utilizados em atendimento a UFRB estão: o prédio localizado no Quarteirão Leite e Alves (salas de aula), a Fundação Hansen Bahia (aulas, seminários), sobrado tombado à Rua Ana Nery nº25 (Centro administrativo do CAHL), Nudoc (Núcleo de memória e documentação), Cine Teatro Cachoeirano (reformado, mas ainda sem uso), além das duas residências universitárias e o Projaca (laboratório de cinema) localizadas em São Félix por ausência de espaços disponíveis em Cachoeira.

A UFRB tem trazido maior dinamismo para a cidade, inclusive vem sendo responsável por inúmeros eventos científicos e culturais gerando uma grande movimentação e clima de efervescência cultural, além de estimular o crescimento turístico da cidade. A presença da universidade em Cachoeira, além do ensino superior, traz consigo mostras culturais, exposições, cursos e palestras. Não só no plano das formas que se percebem modificações, mas, sobretudo no plano dos conteúdos. Segundo Henrique (2009a) estas dinâmicas na cidade podem desencadear modificações na estrutura urbana e no cotidiano através da introdução de novos tempos e temporalidades, principalmente com a chegada dos novos moradores, inclusive podendo levar ao rompimento de atividades até então tradicionais.

Como afirma Henrique (2009a, p.97) “[...] a partir da chegada dos novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas novas “necessidades”, novos desejos e novos consumos (...) acabam por levar a uma desestruturação do cotidiano anteriormente produzido e vivido [...]”. Os novos moradores que foram atraídos pela instalação da universidade são considerados “culpados”, segundo relatos de moradores, pelas negativas dinâmicas produzidas, como por exemplo: aumento dos aluguéis, aumento no preço dos produtos, da violência, barulho nos finais de semana e pelo suposto aumento do consumo de drogas.

Voltando novamente as questões atinentes aos programas de preservação patrimonial. Antes mesmo da conclusão das intervenções do Programa Monumenta em Cachoeira, em 2009, houve o lançamento nacional do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas. A tentativa de recuperação do patrimônio cultural atrelado ao desenvolvimento econômico, principalmente em cidades estagnadas, também está presente neste mais atual programa. O PAC Cidades Históricas se beneficia das experiências anteriores (PCH e Programa Monumenta) mas se coloca como proposta diferente e avançada em relação aos programas anteriores. O programa está aberto a todas as cidades que possuam patrimônio protegido (e não exclusivamente as cidades tombadas) e que formulem planos de ação para enfrentar os problemas estruturais que afetam as áreas históricas, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade.

A meta de investimentos federais iniciais é de cerca de R\$ 250 milhões por ano, sendo que um dos princípios deste programa é integrar as ações de preservação às demais políticas públicas no campo do turismo, da educação e do desenvolvimento socioeconômico. Em 2013, foi divulgado no site da instituição que 44 municípios, em 20 estados brasileiros, serão beneficiados com verbas de R\$1,6 bilhão. Entre ações estratégicas estão: a requalificação urbanística nos sítios históricos, investimento na estrutura social e urbana, ampliação do financiamento para a recuperação de imóveis privados e monumentos, fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas locais, promoção do patrimônio cultural.

Na Bahia, o PAC atuará em alguns municípios entre eles, Cachoeira⁷⁴ e Salvador. Nesta primeira fase do PAC foram contempladas as cidades de Salvador, Itaparica, Maragogipe e Santo Amaro onde serão executadas 40 ações totalizando aproximadamente R\$ 202 milhões. Entre os objetivos desta nova ação de preservação do patrimônio estão: reverter o sub aproveitamento do potencial econômico e simbólico do patrimônio urbano para a geração de renda, de novos empregos, de agregação social e de afirmação de identidades; posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, e com o objetivo de contribuir para o ordenamento e o planejamento do

⁷⁴ Durante a escrita da dissertação houve rumores de que Cachoeira não mais participaria das ações do PAC Cidades Históricas. Segundo informação passada por email, a arquiteta e chefe do escritório do IPHAN em Cachoeira, as ações do PAC estão divididas em três etapas. Nesta primeira fase do PAC foram privilegiadas as cidades que não receberam o Programa Monumenta por isso Cachoeira não foi contemplada. Ainda segundo a arquiteta, Cachoeira passará a receber recursos do PAC entre 2015-2016.

crescimento urbano; além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados; também viabilizará ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural. E assim, intervir nos processos de esvaziamento populacional e funcional de centros históricos, contribuindo para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e da infraestrutura urbana instalada (BRASIL, 2009).

A proposta do PAC busca não somente conservar os imóveis tombados, mas sobretudo busca a recuperação de edificações destinadas a atividades que favoreçam a vitalidade dos sítios históricos. Entre as 425 obras, desta primeira fase de atuação do PAC no país, 115 serão em imóveis que abrigam equipamentos culturais, como teatros, cinemas e bibliotecas. Além disso, será disponibilizada uma linha especial de crédito no valor de R\$ 300 milhões para financiar obras em imóveis particulares localizados em áreas tombadas pelo IPHAN.

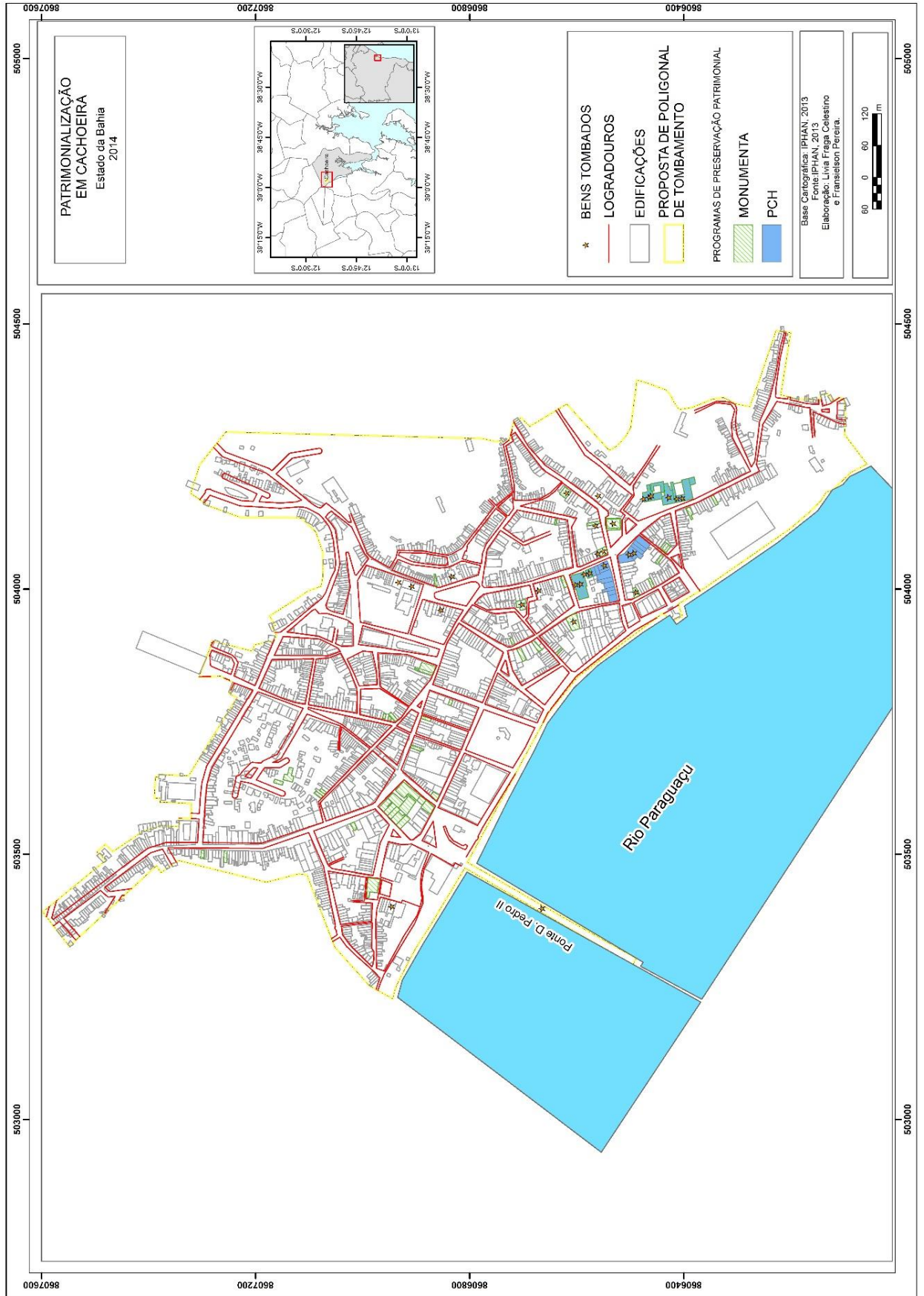
Segundo Lourival Trindade⁷⁵, ex secretário de Cultura e Turismo de Cachoeira, o PAC em Cachoeira prevê 31 ações para a cidade entre as principais: a implantação de um Terminal Hidroviário e Turístico, Circuito Turístico do Recôncavo, embutimento da fiação elétrica do centro histórico, requalificação das ruínas de São Francisco do Paraguaçu para a implantação de um hotel, requalificação de ruínas para a implantação de restaurante universitário, revisão do Plano Diretor, restauração da Igreja dos Remédios, criação de consórcio intermunicipal para a preservação do patrimônio cultural, implantação do terminal pesqueiro, entre outros. Muitas das propostas do PAC, em Cachoeira, busca definir um uso as edificações e melhoria das estruturas. Percebe-se que o foco direciona-se as grandes reformas e restaurações de monumentos públicos e melhor estruturação de espaços de modo a definir utilidade aos mesmos, por exemplo, as ruínas passam a ter funções de hotéis, residências universitárias. Diferente do Monumenta, o PAC, tem a proposta de estender a atuação não somente a sede municipal, mas aos distritos cachoeiranos com proposta voltada ao desenvolvimento econômico e social. O total de investimento para Cachoeira é orçado em R\$ 105 milhões. As intervenções em Cachoeira ainda estão em processo inicial, logo não poderemos estender nesta pesquisa a análise de maneira mais intensa.

⁷⁵ Entrevista realizada em 18/07/2013 em Cachoeira.

Esta mais nova política já vem atuando na cidade na recuperação dos azulejos da Igreja Matriz (1.300.000), e a restauração do Cemitério do Rosarinho e Capela e dos seus bens móveis e integrados (600.000). O PAC das Cidades Históricas tem como objetivo dar continuidade as ações do Programa Monumenta interiorizando as ações de preservação em 173 municípios de todos os Estado do Brasil e com objetivo de ampliar a participação da sociedade. Porém, diferentemente do Monumenta, as ações do PAC, além de serem realizadas em todos os Estados envolverá diferentes instituições governamentais, mas não irá recorrer a empréstimos internacionais como o BID (organismo financiador do Programa Monumenta). Entre os organismos que apoiam o PAC estão: BNDES, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Petrobras, Eletrobrás, além do IPHAN e os ministérios da Educação, Turismo, Cultura.

Entre os resultados esperados estão: maior integração das ações, programas e investimentos do Governo Federal para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro; intercâmbio das experiências de gestão e resultados obtidos pelo Programa Monumenta; ampliação dos recursos investidos com o envolvimento e contrapartida dos gestores municipais, estaduais, sociedade civil, empresas estatais e iniciativa privada; reposicionamento do Brasil no cenário internacional, com destaque para a Copa do Mundo, em 2014, e para as Olimpíadas, em 2016; capacitação de gestores, técnicos e agentes para o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio cultural; maior interlocução com a sociedade, por meio de ações educativas e de promoção e divulgação do patrimônio.

Figura 28 – Patrimonialização em Cachoeira



3.4 O PLANEJAMENTO URBANO ATRELADO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM CACHOEIRA

Em Cachoeira ações e programas executados nos últimos anos proporcionaram dinâmicas na estrutura urbana. O planejamento urbano torna-se de grande valia principalmente devido a sua condição de tombamento que exige a vinculação de políticas urbanas atreladas as de preservação patrimonial. Nesse ínterim a criação do Estatuto da Cidade (10.257) tornou-se peça fundamental no tocante ao planejamento urbano ao passo que regulamenta as diretrizes da política urbana instituindo também a criação do Plano Diretor para as Regiões Metropolitanas, cidades com mais de 20 mil habitantes, além dos sítios urbanos com acervo patrimonial.

O Plano diretor, com abrangência municipal, é considerado um importante instrumento da política urbana com intuito de criar estratégias para o desenvolvimento compatível com a realidade de cada lugar, respeitando suas singularidades, onde toda a sociedade deve participar auxiliando no enfrentamento dos problemas e propondo melhorias. Desta maneira, o Plano Diretor pode auxiliar no enfrentamento de algumas dinâmicas urbanas como especulação imobiliária e inclusive coibindo os processos de gentrificação. Especificamente para as cidades históricas tombadas existem ferramentas apropriadas que servem de estímulo à preservação como: isenção de impostos (IPTU, ISS), transferência do potencial construtivo, direito de preempção, dentre outros benefícios que podem auxiliar na conservação do patrimônio edificado.

O Plano Diretor de Cachoeira, concluído em 2006, por uma empresa de consultoria contratada pelo Governo do Estado é polêmico, pois apresenta muitos problemas e por este motivo foi objeto de revisão diante das queixas de um pequeno grupo da sociedade civil. Por conta disso foi criada a Comissão Pró-Revisão do Plano de Cachoeira, liderado pelo IPHAN, que propôs alterações, em 2006, diante dos equívocos e das intencionalidades embutidas que se levadas em termos práticos colocaria o patrimônio cultural e o espaço urbano cachoeirano em risco. Durante dois meses, houve intensas discussões entre um pequeno grupo de moradores da cidade, juntamente com técnicos do IPHAN⁷⁶. Vale dizer que apesar da realização do Comissão de revisão, o que

⁷⁶ Representado pelos técnicos do IPHAN Nivaldo Vieira de Andrade Junior (doutor em arquitetura/UFBA) e Maria Paula Adinolfi (historiadora e doutora em Antropologia/USP).

vem prevalecendo em Cachoeira é a versão da Lei nº730-2006, aprovada em 2006, pelos Poderes Legislativo e Executivo municipal. Embora, sancionado, o PDU não foi plenamente implementado.

Além das ações em âmbito estadual através de planos e programas com objetivo de induzir a utilização da cultura como instrumento de promoção da cidade e estímulo as atividades turísticas, nota-se que na esfera municipal esta intencionalidade é ainda mais evidente. A partir de 2006, com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo do município e com o desenvolvimento do Plano Diretor Municipal percebe-se que, em consonância as estratégias estaduais, as ações municipais passaram a estar pautadas no estímulo ao turismo amparado principalmente em seu patrimônio cultural e natural.

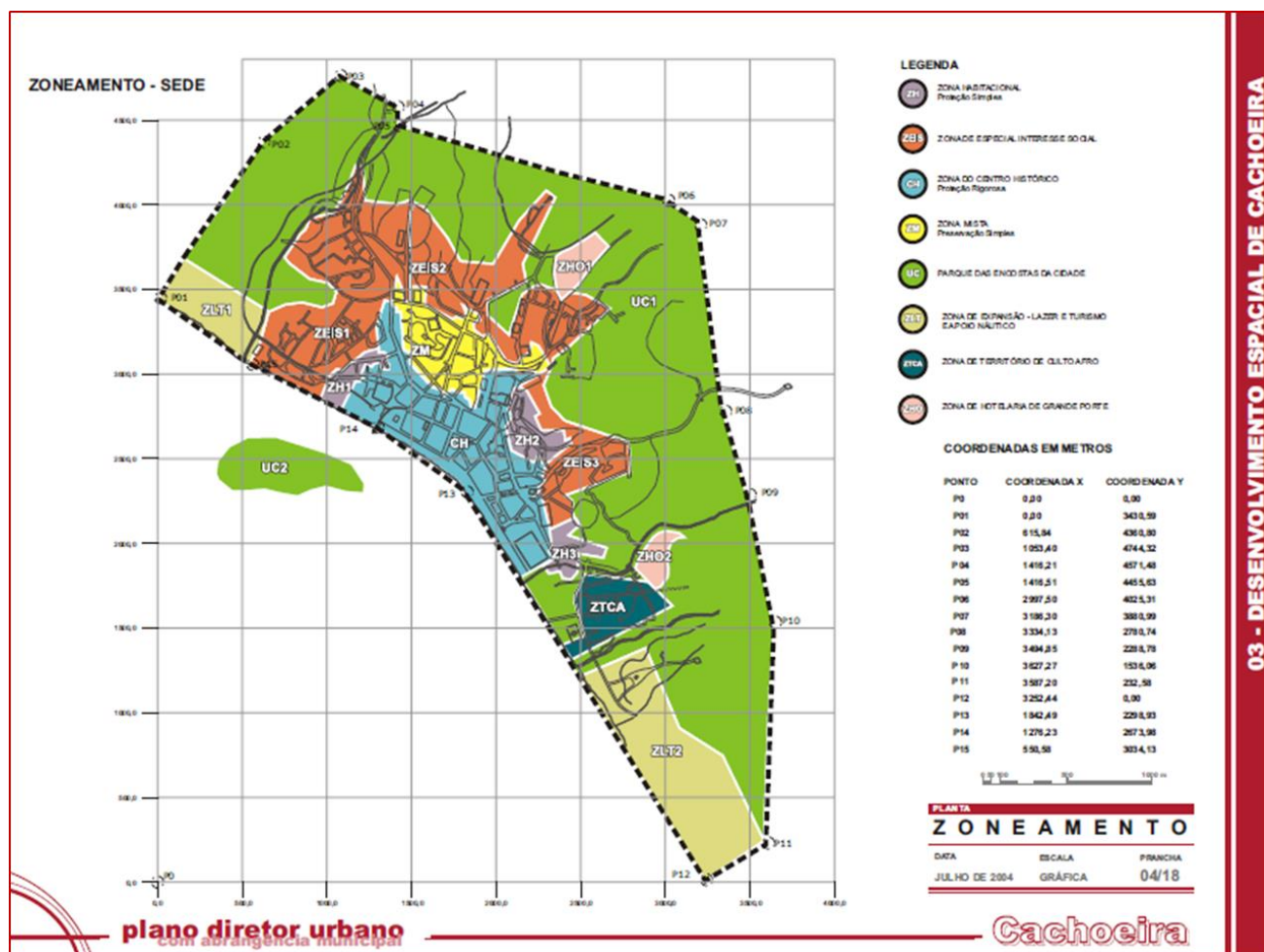
Segundo a informação técnica (nº0093/07-7SR/IPHAN)⁷⁷, publicada em 20/09/2007⁷⁸, aponta questões relevantes sobre o Plano Diretor de Cachoeira ao relatar questões discutidas pela Comissão de Revisão do Plano Diretor. Segundo este documento, a 1ª Minuta da Lei do PDU, apresentava diversas falhas, seja na leitura da cidade e dos seus distritos, seja nas diretrizes apresentadas. O PDU de Cachoeira devido as suas inconsistências teóricas, falhas e pela maneira de conceber a cidade mostra-se como um plano genérico que poderia ser aplicável a qualquer cidade (inclusive troca o nome de Cachoeira pela cidade de Rio de Contas) e que não dava conta das especificidades de Cachoeira. O que prova que foi certamente um resultado da elaboração em massa de planos diretores pelo Governo do Estado e pela própria empresa contratada.

Questões importantes aparecem na proposta de zoneamento do espaço urbano de Cachoeira. No que concerne ao entendimento da cidade ser tombada o próprio plano estabelece zonas específicas de preservação desconhecidas pelo IPHAN como a “Zona do Centro Histórico” (preservação rigorosa) e uma pequena porção do centro da cidade intitulada “Zona Mista” (preservação simples). Embora, desde 2004, o IPHAN tenha dado início a uma série de estudos e levantamentos em Cachoeira por meio do INCEU com objetivo de criar zonas com diferentes graus de proteção (e poligonal de tombamento), contudo os estudos ainda não foram concluídos. Na ausência de delimitações, a sede municipal inteira encontra-se protegida em nível federal pelo IPHAN.

⁷⁷ Nota técnica produzida por Nivaldo Vieira de Andrade Junior exercendo, em 2007, a função de Técnico em Arquitetura e Urbanismo da 7ª.S.R/IPHAN com atuação no escritório do IPHAN em Cachoeira.

⁷⁸ Nota técnica cedida em entrevista pelo arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior e publicada no blog: <http://cacaunascimento.blogspot.com.br/2009/10/ao-superintendente-interino-da-7-s.html?zx=8bb0b82e71aa6ce6>

Figura 29: Proposta de zoneamento do espaço urbano de Cachoeira



Fonte: Plano Diretor de Cachoeira, 2006.

Para a “Zona do Centro Histórico” os índices de coeficientes de aproveitamento, índices de ocupação, taxas de permeabilização, alturas máximas, dimensões mínimas e máximas de lote, áreas verdes mínimas e frentes mínimas não são estabelecidos o que constitui um grande equívoco, pois afinal nesta área seria primordial o estabelecimento de parâmetros de modo a preservar o seu conjunto arquitetônico e paisagístico.

No que concerne as três “Zonas de Especial de Interesse Social” localizadas já em áreas de padrão subnormal (igualmente tombada pelo IPHAN) existem o estabelecimento de parâmetros que poderiam concorrer para a favelização do espaço, colocando em risco a paisagem urbana e submetendo as pessoas a níveis críticos de habitabilidade, pois os estabelece índice de ocupação de 100% (cem por cento) sem exigência de taxa de

permeabilização, o que permitiria que se construísse na totalidade dos terrenos localizados nestas zonas, e lote mínimo de 40 m² (quarenta metros quadrados).

Outras ameaças aos espaços urbanos, à qualidade ambiental urbana e à preservação do sítio tombado foram encontradas na 1^a minuta da Lei do PDU, ainda segundo a informação técnica (nº 0093/07). Em atendimento a concepção de tentativa de transformar Cachoeira em um celeiro turístico, o zoneamento do espaço urbano apresenta duas “Zonas de Hotelaria de Grande Porte” localizadas justamente nos espaços verdes nas encostas dos morros, proposta esta que produziria grande impacto ambiental e mudanças radicais na paisagem urbana da cidade posto que a paisagem verde (ainda que já degradada pela ausência de um planejamento) faz parte da leitura do espaço e contribuiu para o tombamento do seu “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico”.

Ainda vale dizer que o uso hoteleiro poderia ser estimulado em outras áreas de modo a dar finalidade as muitas ruínas no centro da cidade, entretanto esta proposta não aparece para a “Zona do Centro Histórico”. A criação de hotéis, espaços universitários, espaços de habitação poderia ao mesmo tempo dirimir o processo de degradação do patrimônio edificado, já acentuado em alguns trechos da cidade, e ao mesmo tempo contribuir para uma maior dinâmica em espaços que permanecem esquecidos. Não se torna viável a criação de zonas especiais de interesse social ou de grandes hotéis se no centro da cidade há dezenas de imóveis vazios ou em estado de arruinamento que poderiam ser recuperados e oferecidos para um uso definitivo.

Nas questões relacionadas ao zoneamento, algo ainda mais grave se apresenta. O espaço localizado como Alto da Levada identificado como “Zona de Território de Culto Afro” faz parte da tentativa de “tematizar” este espaço urbano historicamente atrelado as manifestações afro brasileiras, encarados, sobretudo, como elementos de atração turística. Além disso, os parâmetros urbanísticos estabelecidos para estes espaços, com forte presença de terreiros de candomblé, acabariam por descaracterizá-las ao propor: índice de ocupação de 50%, taxa de permeabilização de 20%, área verde mínima de 15%, lote mínimo de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e máximo de 1.000 m² e altura máxima de sete metros (equivalente a dois pavimentos).

De modo a proteger outras áreas também com a presença de terreiros de candomblé, onde a necessidade da presença da natureza e a necessidade de maiores espaços se faz presente, foi estabelecida pela Comissão de Revisão e pelos técnicos do IPHAN uma “Zona de Especial Interesse Cultural”, com parâmetros bem distintos, nesta

área específica e em outra zona da cidade, na periferia de Cachoeira, denominada de Recuada ou Bitedô de tradição ao culto afro-brasileiro.

A criação desta zona de interesse cultural se faz necessário diante da grande especulação imobiliária que vem ocorrendo em Cachoeira, fato que poderia provocar muitos danos aos espaços ligados a ancestralidade africana. Os novos parâmetros propostos em atendimento a preservação destes espaços priorizam grandes lotes de terra, grandes áreas verdes e construções térreas de reduzidas dimensões, como pequenas chácaras suburbanas, através dos parâmetros que obedecem: índice de ocupação de 20%, taxa de permeabilização de 80%, área verde mínima de 70%, lote mínimo de 1.000 m² e máximo de 5.000 m², portanto bem diferenciados aos parâmetros colocados pelo PDU.

As propostas apresentadas pela 1º Minuta do PDU em Cachoeira acabam demonstrando as fragilidades do corpo técnico que elaborou tal estudo e as intencionalidades em atendimento a pequenos grupos. Vale ressaltar que parece imperar no Plano o desconhecimento do valor cultural de tal espaço e sobre os impactos que estas propostas poderiam acarretar no espaço urbano, caso fossem coladas em práticas.

O Plano Diretor de Cachoeira tem como um dos seus principais pontos a utilização da cultura enquanto possibilidade de desenvolvimento ao propor a criação de um cluster com foco nas atividades turísticas e culturais. O turismo é colocado como principal atividade onde todas as demais atividades devem a ele serem subordinadas. Entendemos que a atividade turística é colocada aqui como uma alternativa para a cidade de Cachoeira, porém esta não deveria ser a única alternativa tratada pelos gestores públicos em busca do desenvolvimento de Cachoeira.

No caso de Cachoeira as intervenções projetadas de modo geral relacionam-se a qualificação de espaços públicos sendo este a essência do plano estratégico. Desde modo os projetos de intervenção pautam-se na modelagem espacial e nas estratégias estabelecidas para o desenvolvimento municipal. Para tal, são identificados alguns lugares estratégicos (a maioria deles localizados na orla flúvio-marítima) para a dotação de empreendimentos urbanos voltados à dinamização econômica e social, visando à atração e a reprodução de capitais.

Neste contexto, os empreendimentos a serem fomentados pelo poder público, de acordo com o Plano Diretor, devem ser preferencialmente expressivos e capazes de atrair capitais e polarizar mais empreendimentos em seu entorno. Contata-se que o Plano Diretor aponta a supremacia da atividade econômica turística em detrimento de outros usos e na exacerbação da cidade como imagem e cenário. O atendimento as necessidades

dos moradores e a leitura do espaço urbano com suas especificidades foram colocados em segundo plano. A Praça da Aclamação é colocada com um espaço privilegiado de ações, encarada como o principal “centro de animação noturno” devido à presença de bares e restaurantes com a proposta de uniformização de mesas e sombreiros, iluminação cênica, bloqueio de acesso a veículos nas principais ruas. Ainda segundo o Plano Diretor (CACHOEIRA, 2006):

Do ponto de vista histórico e turístico a Praça da Aclamação constitui o principal núcleo onde as edificações se encontram em melhor estado de conservação tendo sido criado o polo glamoroso da cidade. Nele concentram-se as atividades comerciais e de serviço direcionadas ao turismo, e alguns edifícios institucionais. A Praça 25 de Junho é um importante elemento de ligação e constituição do principal conjunto turístico de Cachoeira. Esta praça estabelece o principal contato com a da Praça da Aclamação com a orla do Rio Paraguaçu, reunindo núcleos de contemplação do patrimônio histórico e ambiental e de alimentação e animação noturna (CACHOEIRA, 2006, 6.8).

Figura 30: Propostas de intervenção na Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho



Fonte: Plano Diretor de Cachoeira, 2006.

A ideologia composta no plano está assentada na estratégia de promoção de Cachoeira através do marketing urbano. Percebe-se uma proposta de cidade transformada em cenário com forte exacerbação de seus símbolos culturais, onde a atividade turística é posta como viés principal (Bittencourt e Celestino, 2010). O Plano Diretor de Cachoeira autodenomina a cidade como “Capital do Recôncavo” baseado em seu patrimônio material e imaterial e ainda complementa que:

[...] é na capitalização desta riqueza cultural que deve estar o fulcro de seu posicionamento enquanto “Capital do Recôncavo”. É a partir de sua associação com o conflito difuso de baianidade, com a ideia de berço da colonização do país, de terra do sincretismo religioso, dos engenhos de cana e produção fumageira, enfim, com todos os elementos nos quais está envolta a ideia de Bahia, da qual o município e o Recôncavo são filhos diretos, que deve orientar-se o posicionamento estratégico no município enquanto competidor da indústria turística (CACHOEIRA, 2006. s.p).

A rica tradição construída durante séculos em Cachoeira demonstra a densidade cultural erguida por uma coletividade. Esta mesma riqueza vem sendo cooptada por interesses que beneficiam a poucos grupos como demonstra as intencionalidades presentes no Plano Diretor que utiliza suas riquezas culturais como meio de captar recursos econômicos associando a cultura as práticas de lazer e turismo. O patrimônio cultural tornou-se então mais um produto exposto nas grandes vitrines das cidades, especialmente as cidades históricas. O Plano concebe a cidade como uma “centralidade cultural” e utiliza as intensas festividades aliado ao seu patrimônio edificado como trunfo. Os gestores públicos de Cachoeira passaram a abraçar as suas potencialidades como principal tentativa de reverter a situação econômica do município.

As intervenções propostas no Plano Diretor se colocadas em prática poderão repercutir drasticamente nos espaços da cidade. Muitos projetos no que concerne as estratégias de desenvolvimento urbano buscam alterar a paisagem e dar novos usos ao patrimônio cultural. Os projetos urbanísticos e equipamentos projetados apontam para uma cidade transformada em cenário para turista ver. Algo extremamente delicado, para não dizer polêmico, se refere ao tocante ao turismo étnico, mediante a proposição da criação de um equipamento intitulado “Cabana da Roda”, considerado um “equipamento básico de expressão cultural” (Figura 31). Este equipamento tem como intencionalidade as apresentações das manifestações afro-brasileiras localizadas na orla fluviomarítimo da sede municipal e no distrito de Belém da Cachoeira.

Figura 31: Proposta de intervenção para orla fluvial

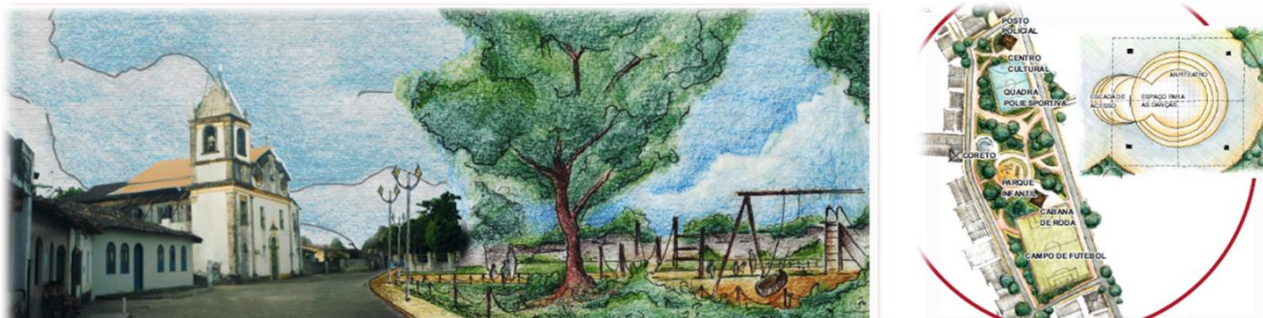


Fonte: Plano Diretor de Cachoeira, 2006.

A intencionalidade desta intervenção urbana é de atrair turistas da qual o patrimônio cultural é colocado como peça folclórica a ser apreciado. Segundo Bittencourt (2011) o planejamento colocado para Cachoeira busca sobretudo enaltecer e promover a imagem do espaço urbano a partir de estratégias pautadas na estetização e cenarização do espaço. A racionalidade dominante busca exacerbar seus símbolos culturais ao utilizar o patrimônio cultural enquanto mercadoria.

Para o espaço urbano de Belém da Cachoeira, distrito de Cachoeira, muitas mudanças no que tange a sua urbanização e requalificação foram projetadas no Plano Diretor. Em frente à Igreja de Nossa Senhora de Belém, antigo Seminário de Belém (tombado pelo IPHAN em 1938 - Livro do Tombo das Belas Artes) cuja característica está na ausência total de quaisquer elementos verticais é proposto pelo Plano Diretor uma radical transformação através de equipamentos considerados “necessários”. O objetivo geral desta intervenção é de um modo geral potencializar a sua vocação turística ao propor a implantação de: coreto, posto policial, centro cultural, parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol e a “Cabana da Roda” (que busca atender as manifestações culturais com enfoque para apresentações de samba de roda, capoeira com capacidade para até 90 pessoas).

Figura 32: Proposta de intervenção em Belém



Fonte: Plano Diretor de Cachoeira, 2006.

Outra questão importante, porém deixada de lado pelo Plano Diretor, em Cachoeira, refere-se a proposta do Anel Ferroviário de Cachoeira e São Félix (Orçada inicialmente em R\$ 115 milhões), que possui grande interferência no espaço urbano ao envolver pilares, pontes e cortes nas encostas. A proposta da criação do anel ferroviário (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e do Ministério dos Transportes) é oportuna (devido aos riscos colocados por este transporte ao percorrer as ruas e para desafogar o trânsito na Ponte D. Pedro II) contudo, deve ser projetado juntamente aos outros órgãos frente ao forte impacto causado (principalmente em uma cidade tombada). Devem ser levados em consideração os impactos ambientais, visuais, e na infraestrutura urbana por interromper alguns dos raros vetores de expansão urbana em potencial (como a Ladeira da Cadeia), ainda vale mencionar que a proposta de criação do anel ferroviário tem seus trajetos (na extremidade de Cachoeira) muito próximos aos terreiros de candomblé, algo que pode colocar em risco a permanência destas manifestação culturais. Desde 2007, as obras do contorno ferroviário seguem paralisadas devido à ausência de licenciamento do IPHAN e por suspeitas de irregularidades investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Outra evidência no Plano Diretor é a desatenção com o rio Paraguaçu que sofre com o assoreamento e com o lançamento de efluentes domésticos há anos, sem ser cogitada nenhuma alternativa em prol da sua despoluição. Vale dizer que apesar da proposição de equipamentos de lazer às margens do rio Paraguaçu, o mesmo rio que é evocado como um potencial recurso turístico permanece relegado às políticas que chegam à cidade. A área ao longo da orla é priorizada com a tentativa de criar um centro gastronômico com restaurantes, cafés, charutarias.

O Paraguaçu antes considerado principal meio de conexão com os outros centros, responsável diretamente pelo transporte de pessoas e mercadorias da região, transformou-se apenas em cenário turístico captado pelas lentes fotográficas. Os entrevistados percebem que há um grande descuido com o rio Paraguaçu entendido como uma grande potencialidade turística pouco explorada pelo governo e pela iniciativa privada que poderia ser outro diferencial importante. Nesse ínterim, já vem sendo discutido, desde 2010, pela Bahiaturisa o Plano Estratégico do Turismo Náutico na Baía de Todos os Santos. A potencialidade náutica ganha destaque entre as novas estratégias do Estado da Bahia confirmado na reportagem da revista Viver Bahia (nº10, 2009).

Figura 33: Paisagens do Rio Paraguaçu



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

3.4.1 O entrelaçamento entre patrimônio cultural e o turismo

Cachoeira é concebida enquanto uma importante cidade histórica do Recôncavo que agrega um rico patrimônio cultural a ser preservado por conta dos muitos valores nela impregnados. Nos sites de turismo, nos blogs e redes sociais os aspectos referentes ao seu peso histórico são sempre relatados. Vale ressaltar que os aspectos ligados ao patrimônio edificado se sobressaem enquanto símbolos de uma riqueza construída no passado e são tratados como “autênticos” e “típicos”. O site da Bahiaturisa (Empresa de Turismo da Bahia) apresenta Cachoeira da seguinte maneira:

Cachoeira respira história em todas as esquinas. O autêntico estilo colonial da cidade está nas praças, ruas, becos, ladeiras, casas e monumentos, onde se destaca a arquitetura típica do Brasil Império. Os encantadores sobrados mostram toda a riqueza da época da nobreza e justificam o merecido título de "Cidade Monumento Nacional.

Um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas e de desenvolvimento com vínculos com o patrimônio cultural. O turismo apresenta-se hoje como uma das principais alternativas sócio econômicas que se compatibiliza com a presença do patrimônio cultural. Em Cachoeira, apesar da intencionalidade de promover turisticamente a cidade mediante incentivos governamentais atrelado as muitas potencialidades abordadas em pesquisas acadêmicas e governamentais, o turismo não se consolidou enquanto uma vertente importante em Cachoeira. Apesar da sua potencialidade turística não podemos afirmar que Cachoeira é uma cidade turística, pois esta atividade não representa a principal fonte de renda do município nem tampouco há um grande fluxo turístico capaz de caracterizá-la como tal.

O turismo na cidade é marcado por ser muito incipiente, sazonal e não conseguiu ainda canalizar recursos que pudessem constituir fonte de renda suficiente e segura para seus moradores. Podemos afirmar que o maior fluxo de turistas ao longo do ano são nos meses de junho e agosto atraídos principalmente pelas festividades do São João (caráter local/regional) e Festa da Boa Morte (com caráter regional/internacional). Vale mencionar que os maiores fluxos de visitantes de Cachoeira não são atraídos por seu patrimônio edificado, mas sim por suas manifestações culturais (que também compõem um patrimônio importante) onde o patrimônio material acaba com a função de coadjuvante. O denominado “turismo histórico cultural” presente em outras cidades, por exemplo, nas cidades mineiras, costumam atrair visitantes estimulados pelas belezas do patrimônio edificado.

Figura 34: Folder turístico de Cachoeira com destaque para o patrimônio cultural



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira

Para muitos entrevistados quando indagados sobre o que recomendaria para um turista conhecer em sua cidade existe a dificuldade de apontar somente uma única opção diante das riquezas em Cachoeira. Tanto a sede municipal quanto os demais distritos oferecem uma grande variedade de opções (natureza, quilombos, terreiros, samba, igrejas, festas, casario colonial). Por conta disso, não são raras as vezes que os entrevistados relatam o entusiasmo dos turistas ao chegarem em Cachoeira diante da beleza plástica da cidade. Para os moradores esta beleza que entusiasma alguns parece estar tão impregnada no cotidiano que passa a fazer parte da vida das pessoas não causando tanto espanto. O ato de ver demais acaba acostumando e diminuindo a possibilidade de se encantar. Segundo os entrevistados as muitas atrações poderiam prender o turista por muitos dias na cidade. É unânime as respostas dos entrevistados de que Cachoeira possui muitos lugares a serem visitados como as belezas naturais, arquitetônicas, religiosas, manifestações populares. O turismo religioso aparece com destaque em Cachoeira devido a rica arquitetura religiosa do catolicismo que encontra em Cachoeira igrejas suntuosas quanto pela tradição religiosa do candomblé.

Em 2008, houve discussões em Cachoeira em prol da candidatura de Cachoeira ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Entretanto, chegou-se à conclusão que a prática de reconhecer cidades como patrimônios da humanidade já estava em desuso pela UNESCO diante da extensa lista de cidades que preenchem esta categoria. O paradigma vigente busca ampliar esta noção ao propor as categorias de “Itinerário cultural” e “Paisagem cultural”. Desta maneira, com objetivos de explorar turisticamente o rio Paraguaçu e ao mesmo tempo marcar a cidade no mapa turístico houve, em 2009, a

proposta de conseguir a chancela da UNESCO através do “Itinerário do Rio Paraguaçu”⁷⁹ com foco para os municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe.

Quando indagados sobre o que recomendaria para os visitantes conhecerem as respostas apontam um destaque para o patrimônio edificado presente nas igrejas, nos monumentos tombados e no casario colonial do centro histórico. Vale mencionar que os roteiros indicados nos folders distribuídos pelo Centro de Informações Turísticas indicam um roteiro de visita muito concentrado na área mais antiga da cidade. Entre os espaços de maior circulação turística a Praça da Aclamação acaba sendo um ponto extremamente visitado, pois nele se pode encontrar muitos bens tombados isoladamente como as igrejas do Carmo, Matriz, Casa de Câmara e Cadeia enquanto principais monumentos visitados, além de possuir uma maior estrutura turística com a presença de hotéis, centro de informações turísticas, bares e restaurantes. Diferentes de muitos centros históricos onde a turistificação estimula a gentrificação, em Cachoeira, este processo ainda não se apresenta em sua realidade cotidiana. Mesmo nos espaços onde estão concentradas as principais atividades turísticas, como nos arredores da Praça da Aclamação, existe forte uso residencial, desta maneira ainda conserva a presença de moradores.

Devido aos diferentes atrativos presentes existe públicos diferentes que visitam a cidade, entre eles: turistas estrangeiros (em busca de terreiros de candomblé, fábricas de charutos), grupos pequenos (para encontros sociais, grupos de fotografias, grupos de idosos), turistas/pesquisadores (em busca de conhecer o cotidiano local), visitantes em grupos escolares (percurso no centro da cidade para aulas de campo de História e Geografia), estudantes universitários (campos de disciplinas de graduação em Arquitetura, Geografia).

Vale ressaltar que uma nova modalidade de visitantes passou a frequentar Cachoeira atraídos pelos eventos relacionados ao universo acadêmico impulsionado pela UFRB. A Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica), e o Festival de Jazz, promovidos pela iniciativa privada e com apoio da Prefeitura Municipal, além do Cachoeira.Doc (festival de documentários promovido pela UFRB) destacam-se enquanto eventos com uma nova roupagem que atraem um público de professores e universitários

⁷⁹ O conceito de Itinerário Cultural representa uma grande mudança na noção de patrimônio ao ampliar o conceito e as dimensões territoriais. O entendimento de itinerário refere-se aos caminhos que exerceram influência cultural mediante o contato de culturas diferentes em determinada região onde as crenças, celebrações, os costumes, a música, as manifestações religiosas e tradicionais, os modos de vida e até os sistemas produtivos são parte do legado.

(caráter regional) que percorrem a cidade em busca de palestras, seminários, oficinas e shows musicais. Os eventos acadêmicos impulsionados pela chegada da universidade em Cachoeira (encontros de estudantes, seminários, conferências, Cachoeira.doc, Quarta dos Tambores) se misturam aos eventos culturais tradicionais preenchendo ainda mais o calendário de eventos da cidade. Para D. S (28 anos, gerente de hotel) estas novas festividades estão sendo responsáveis por lotar os hotéis de Cachoeira, perdendo apenas para o São João que em sua opinião tornou-se o evento principal da cidade em demanda por hotéis e serviços.

A revista Muito (Jornal A Tarde), em reportagem de 11 de novembro de 2012, relata o início de uma nova fase em Cachoeira a partir do desenvolvimento do turismo considerando a “velha cidade” como um pólo turístico cultural. Apesar do otimismo da matéria jornalística no que tange a possibilidade de exploração turística ainda não se percebe esta realidade em Cachoeira, pois o turismo ainda não se consolidou enquanto prática cotidiana. A reportagem ainda enfatiza a “reinvenção” de Cachoeira ao unir tradições culturais (o trem, a feira livre, as rezadeiras, o casario histórico) com a modernidade trazida pela vinda da UFRB (eventos culturais como a Flica, Cachoeira.doc, Reconvexo, aparatos tecnológicos do curso de cinema). A união entre a pacata cidade com os ares de modernidade não acontecerá sem conflitos e dilemas, pois há um “duplo choque” posto que a universidade vai se acostumando com os mistérios e encantos e as limitações, dificuldades e os costumes de Cachoeira, enquanto cidade do interior, ao passo que os moradores também vão assimilando hábitos dos “estrangeiros” vindos dos grandes centros urbanos do país.

Em cidades estagnadas, mas com forte potencialidade turística, as atividades turísticas são encaradas como “tábuas de salvação”. Não é difícil compreender este entendimento haja vista que o quadro de desemprego na cidade, a reduzida mudança do contexto social e econômico, além dos exemplos dos centros históricos no nordeste e sudeste do país que lucram com o turismo cultural. A percepção geral é como Cachoeira é uma cidade histórica, logo existe uma rápida associação do patrimônio cultural como estímulo as atividades turísticas. A monocultura do turismo não deveria ser estimulada, este entendimento já estava presente na década de 1970 ao afirmar que:

Cachoeira sofreu a sucessão de ciclos monoculturais, e entre eles, uma sucessão de crises econômicas. O turismo não deve ser, após o açúcar e o fumo, mais uma monocultura. Há a necessidade de mudanças na economia rural e a integração efetiva do município no panorama econômico do estado, o que não

será possível se for focado apenas o ângulo do turismo” (BAHIA, 1974, p 43).

Acreditamos que o turismo, enquanto uma atividade setorial, não é capaz de reverter sozinho as muitas desigualdades criadas ao longo do tempo. Ao contrário, se este turismo se não for bem planejado e com participação de todos é capaz de aumentar ainda mais as desigualdades. A supremacia do turismo frente a outras atividades e demanda sociais pode trazer repercussões nem sempre positivas uma vez que acaba influenciando: a especulação imobiliária, desconfiguração da paisagem, segregação social e espacial. A atividade turística não é entendida somente por suas más consequências, pois se bem planejada e com a participação da sociedade como um todo pode trazer benefícios. Contudo, o turismo enquanto uma atividade relacionada a acumulação capitalista pode trazer benefícios e consequências desastrosas como as demais formas de produção do espaço ligados ao atual modo de produção. Uma das questões centrais, no caso de Cachoeira, e que também se aplica as demais cidades tombadas são as intencionalidades por detrás desta produção do espaço e o direcionamento que busca entender a atividade turística como única atividade econômica.

Com a estagnação econômica o turismo passa a ser considerado como uma importante alternativa econômica o que poderia até ser positivo para a preservação do patrimônio desde que bem organizado e entendido não como única possibilidade. Cachoeira se encontra numa encruzilhada no que se refere ao seu desenvolvimento e ao futuro social e econômico trazendo à tona o questionamento: como pensar em um tipo de desenvolvimento que parta justamente da sua condição de cidade preservada? A atividade turística, se bem planejada pode contribuir para incentivar projetos que visam à preservação de formas antigas, dinamizando espaços antes esquecidos contribuindo, verdadeiramente, para uma melhora social e econômica. Acreditamos que o turismo poderia constituir apenas um dos elementos para a melhoria dos aspectos econômicos da cidade, mas não o único. O turismo não pode ser a única solução, pois não irá resolver todos os problemas sozinho. É necessário buscar alternativas econômicas para estas cidades que não foquem apenas em uma alternativa como vetor principal.

A instalação da UFRB em Cachoeira mostra-se como uma das possíveis alternativas cujas repercussões estão no campo social e econômico. Nas conversas cotidianas com os moradores e entrevistas com os gestores públicos percebe-se que o posicionamento frente ao turismo ainda continua por encará-lo como a alternativa mais

viável para a cidade. O posicionamento de P.E.S (61 anos, membro da associação de moradores) relata bem esta questão, pois para ele, Cachoeira é:

[...] é uma cidade ímpar, parece que é uma capital de qualquer local, por isso que Cachoeira é capital da Bahia (...)os cemitérios, as irmandades, os candomblés, as festas religiosas(...)a gente precisa fazer com que isso seja conhecido neste pequeno pedaço do Recôncavo, na Bahia e no Brasil, se a gente tiver essa capacidade de colocar isso de uma forma bastante democrática, e bastante saudável, a gente aqui não precisa de indústria de chaminé, a nossa indústria é o turismo.

O turismo em Cachoeira não se consolidou por múltiplas razões, entre as fragilidades estão: a pequena distância em que se situa da capital fato este que de certo modo, não estimula a permanência mais duradoura dos visitantes na cidade; a falta de atrativos (e de um calendário organizado) para que os turistas permaneçam por mais tempo na cidade; a reduzida estrutura hoteleira (dispõe de aproximadamente 400 leitos)⁸⁰; serviços em atendimento ao turista (falta de bons restaurantes, baixa qualidade nos serviços, ausência de centros de cultura e arte, lojas de souvenirs); falta de preparo dos empresários locais; profissionais guias turísticos capacitados, entre outras razões.

A tentativa de turistificar o espaço não ocorreu em Cachoeira devido também as próprias fragilidades da estrutura turística, da ausência de participação da iniciativa privada e da gestão pública local. Nota-se assim que o turismo em Cachoeira é muito mais uma representação pelo concebido do que uma realidade concreta. A estrutura turística de Cachoeira precisa urgentemente ser repensada, pois nem a iniciativa privada, nem o poder público parecem entender as diferentes demandas e as fragilidades que comprometem o setor turístico da cidade. Segundo G.F (61 anos, aposentado):

[...] se fosse bem pensado, poderia se transformar num elemento de desenvolvimento socioeconômico, num diferencial turístico com grandes ganhos para a vida material das pessoas. O turismo aqui é uma piada, é caricatural, amador, não há nenhuma destinação de recursos humanos e de planejamento para um projeto de turismo profissional que viesse melhorar a situação da região que é gravíssima e de uma pobreza extrema.

⁸⁰ Em reconhecimento sobre as deficiências no setor de hospedagem em Cachoeira a Secretaria de Cultura e Turismo do Município lançou o plano “Cama e Café” para que os moradores da cidade passem a hospedar os visitantes da cidade conferindo lucratividade aos moradores e ampliando a oferta de leitos na cidade.

Apesar das fragilidades do campo turístico percebe-se que este ainda continua sendo insistentemente perseguido pelo poder público local. Vale dizer que um importante grupo político e econômico local detém a posse de hotéis e restaurantes no centro da cidade. Este fato pode nos indicar que muitos interesses convergem para a transformação de Cachoeira em um polo turístico. Esta hipótese é confirmada também a partir de mais uma das propostas lançadas pela Prefeitura Municipal de Cachoeira. Recentemente a PMC publicou em sua página virtual (Facebook) uma proposta de “requalificação da Rua 25 de Junho” (Figura 35). A proposta já indica a tentativa de embelezamento do espaço turístico em comparação ao quadro atual deste espaço.

Figura 35: Proposta de “revitalização da Rua 25 de Junho”



Fonte: Prefeitura Municipal de Cachoeira

Figura 36: Rua 25 de Junho atualmente



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Apesar da instalação da universidade há quase uma década esta ainda não é encarada como um vetor de crescimento capaz de modificar a estrutura econômica, cultural e social da cidade. Há um privilégio para as ações relacionadas a imagem turística da cidade, entretanto nota-se a ausência de estratégias de enfrentamento das atuais dinâmicas na cidade, pois o plano tampouco cita o impacto destas novas ações e projetos na cidade, que já vinham atuando na cidade desde 2002, como o Programa Monumenta e a própria UFRB responsáveis por grandes modificações na estrutura urbana.

Cabe aqui destacar que a presença da universidade representa uma nova alternativa econômica para a cidade em função das demandas dos professores, alunos e funcionários por serviços, moradia e alimentação, contudo a UFRB não é tratada no Plano Diretor. Apesar dos impactos relacionados a inserção de uma universidade como a UFRB e a melhoria das condições de preservação propostos pelos programas de preservação as atenções são voltadas a reafirmação do turismo na cidade.

3.5 COMPREENSÕES E VIVÊNCIAS EM CACHOEIRA

3.5.1 Compreensões e vivências da cidade histórica

Foi exposto no capítulo anterior indicativos para compreendermos a produção do espaço de Cachoeira na contemporaneidade dentro do contexto patrimonial. O espaço concebido no espaço urbano em questão foi analisado a partir das normatizações, programas de preservação e do planejamento do espaço urbano patrimonial. Estes indicadores do espaço concebido apontam para uma concepção de espaço que deve ser normatizado e regulado em prol da preservação do patrimônio cultural ao mesmo tempo em que o patrimônio cultural deve ser utilizado para fins turísticos.

Mas de que modo o espaço concebido patrimonial/turístico se articula ou entra em conflito com o espaço percebido e com o espaço vivido? A compreensão sobre a produção do espaço exige uma análise sobre as outras esferas da tríade lefebvriana composta também pelos espaços percebidos e vividos. Vale ainda lembrar que a divisão desta análise em capítulos diferenciados teve como pretensão a exposição mais didática da tríade. Entretanto nosso entendimento não está pautado em uma análise fragmentada sobre a produção do espaço urbano.

Uma cidade com um patrimônio tão rico e diverso como encontramos em Cachoeira uma única pesquisa acadêmica não conseguiria abordar todas as suas expressões. Este fato nos obriga a restringir a nossa abordagem sobre um determinado espaço e a partir de algumas das possíveis abordagens auxiliada pelas entrevistas de campo. Temos ciência de que as questões aqui levantadas não abarcam a totalidade de Cachoeira, nem tampouco pretendemos homogeneizar os resultados encontrados em campo posto que os cachoeiranos não pensam e nem agem da mesma maneira. Entretanto, a brevidade do tempo de pesquisa nos obriga a limitar o recorte espacial e a delimitar as questões e os objetivos a serem investigados.

Estamos conscientes de que por maior que seja o quantitativo de pessoas a serem entrevistadas e por mais abrangente que fosse o recorte espacial e o aprofundamento das pesquisas documentais estas não seriam suficientes para responder qual o significado do patrimônio e quais os patrimônios considerados pelos cachoeiranos diante da densidade do tema e da complexidade de tal abordagem. A busca por estas duas respostas por si só já seria suficiente para uma segunda pesquisa acadêmica.

É importante mencionar que somente foi considerado os aspectos pertinentes ao patrimônio cultural da sede do município de Cachoeira, e mesmo dentro da sede dentro de um recorte específico. Certamente se levássemos em conta todo o espaço da sede e os demais distritos tornaria visível outras questões, possibilidades e interpretações que talvez estejam escondidas por detrás desta escala geográfica. Vale ressaltar que não entendemos Cachoeira somente através do seu núcleo urbano, pois ela não é e não pode ser entendida somente através de sua sede municipal, pois assim estaríamos desconsiderando todo um rico universo que está em sua volta e as relações de sociabilidade que ela articula. Cachoeira deve ser compreendida a partir deste todo. Contudo, pelas razões metodológicas e pelo tempo exíguo, já explicitados, houve a necessidade do recorte.

Neste momento de pesquisa questionamos os entrevistados sobre a realidade de seus espaços vividos de modo a compreender como os cachoeiranos percebem sua cidade. Nas primeiras perguntas da entrevista não se mencionou explicitamente o termo “patrimônio”, de maneira intencional haja vista que pretendíamos analisar se os aspectos referentes ao patrimônio cultural de Cachoeira apareciam nos discursos dos moradores mesmo sem precisar mencionar o termo “patrimônio”.

A cidade de Cachoeira é percebida, segundo os relatos das entrevistas, tanto pelas suas relações sociais, mas também pelo seu expressivo valor histórico que lhe garante prestígio. Quando perguntados sobre o que vem à mente a partir da palavra “Cachoeira”, é unânime as respostas sobre os muitos valores impregnados, sendo quase impossível relatar somente uma coisa, entretanto os valores afetivos, culturais e históricos se sobressaem entre os relatos dos moradores. As declarações de carinho pela cidade são recorrentes, fato este que comprova a intensa relação que as pessoas têm com o lugar. R.L (74 anos, aposentado) considera Cachoeira como “extensão do céu” e relata emocionado sua relação afetiva com o lugar ao revelar que seu maior orgulho é ser cachoeirano e ainda acrescenta “ser cachoeirano é o maior orgulho que Deus me permitiu, tô com pena porque já está na hora de partir e deixar esta coisa que está dentro de mim, que se chama Cachoeira, esse é o único orgulho que tenho na vida”.

O fato de ser uma cidade pequena e interiorana contribui para fortalecer os laços de solidariedade entre amigos, parentes e vizinhos. Por ser uma cidade com tantas características marcantes não são raros os casos de pessoas que abraçaram a cidade considerando-a como sua também. A relação topofílica que alguns indivíduos desenvolvem com este lugar deve-se a sua paisagem singular, as suas belezas naturais, a sua diversidade cultural e pela força que tal espaço emana. Alguns entrevistados apesar

de não serem nativos desenvolveram apego e afeição a ponto de não mais saírem de Cachoeira, entre os “cachoeiranos por adoção” estão os artistas Karl Heinz Hansen (Hansen Bahia) e Damário Dacruz que se renderam aos encantos da cidade.

Os valores históricos da cidade são os mais citados entre os entrevistados. Ao percorrer a cidade encontramos brasões, placas e condecorações nas fachadas das edificações afirmando a importância de Cachoeira na história da Bahia. A densidade histórica de Cachoeira é sempre mencionada com orgulho e inclusive embalando histórias que ainda permanecem na memória das pessoas. L.C.N (59 anos, professor) afirma que cresceu ouvindo as histórias da cidade contadas por seu pai sobre a vida de seus avós na cidade de Cachoeira. E acrescenta que aprendeu a ser historiador, enquanto atividade profissional, conhecendo a história da sua própria cidade e relata que as pessoas somente vão se compreender como indivíduo no mundo conhecendo a sua história. O sentido do patrimônio para ele está em conhecer a sua história e a do espaço em vive e ainda nos oferece uma reflexão:

[...] a gente só vai se compreender como indivíduo no mundo conhecendo sua história e quando você consegue conhecer a sua história você consegue se transformar e quando você consegue se transformar, você transforma o mundo, né (...) então como um filósofo russo fala: antes de você tentar transformar o mundo, transforme primeiro sua aldeia. Então pra eu pensar o mundo eu preciso primeiro pensar onde estou, eu preciso pensar Cachoeira. Esse é o sentido da importância do patrimônio, esse é o sentido (...) porque este espaço que eu estou é o espaço que andaram e estiveram milhões de pessoas extremamente importantes para a construção de uma sociedade, para a construção de uma nação e que resistiram a um sistema escravista, então é isso que é importante.

A referência a importância econômica que Cachoeira teve séculos atrás aparece muito presente na memória das pessoas ao citarem sempre o elo estabelecido entre a cidade com Salvador através do rio enquanto “estrada aquática”. O rio Paraguaçu é uma das palavras mais citadas pelos entrevistados, possuindo importância: histórica, econômica, cultural e paisagística. O Paraguaçu foi condição sinequanon para a existência de Cachoeira e todo o destaque que ela adquiriu enquanto centralidade da rede urbana do Recôncavo.

Contudo, este mesmo rio responsável pela prosperidade de Cachoeira serve hoje muito mais como paisagem a ser fotografada e reduto de lembranças posto que sua função de transporte foi substituída e seu uso como fonte de alimentação tornou-se impraticável por conta da poluição. Apesar da grave situação ambiental o rio Paraguaçu se faz muito presente na memória social (através das histórias pessoais, e nas lendas contadas pelos

griôs ou detentores de saberes), em práticas religiosas ligadas ao culto afro (as águas são locais sagrados onde se depositam as oferendas e se fazem rituais levados normalmente até a Pedra da Baleia⁸¹), serve ainda de subsistência aos poucos que vivem teimosamente da pesca, além de ser elemento de inspiração dos artistas locais.

O sentimento ufanista devido as contribuições na esfera política domina as respostas. A menção frequente sobre a participação de Cachoeira nas lutas pela Independência da Bahia e do Brasil é citado sempre como motivo de honra. Todos estes aspectos são enunciados a todo tempo com forte sentimento de orgulho seja no cotidiano, nos jornais de circulação local, no Hino do município, nos monumentos, logradouros da cidade.

Da mesma maneira, os títulos de cidade heróica e cidade monumento que a cidade auferiu são sempre citados com muito entusiasmo pelos moradores que também fazem sempre questão de mencionar os muitos filhos ilustres (novos e antigos) sempre citados enquanto exemplos de luta, resistência e importância (Ana Nery, Maria Quitéria, Tambor Soledade, Tranquilino Bastos, Ernesto Simões, Teixeira de Freitas, André Rebouças). As dimensões territoriais que Cachoeira já possuiu é um quesito sempre mencionado como prova do poderio econômico e político-territorial de Cachoeira.

A imagem da cidade de Cachoeira presente nos livros de história, cartões postais, fotografias e sites da Internet quase sempre associa-se a sua antiga história, ao seu patrimônio e a diversidade cultural. Os próprios documentos governamentais atestam “sem receio de contestação que a antiga cidade é um centro de cultura bem típico e característico na paisagem cultural do Estado” (BAHIA, 1976).

Cachoeira guarda ainda hoje vestígios de um período áureo que possibilitou a formação de um sólido e imponente patrimônio material construídos na época que a cidade possuía forte poder econômico. Percorrer as ruas de Cachoeira hoje nos dá a noção da riqueza do seu contexto histórico. Se a diversidade étnica (brancos, negros e índios) produziu em termos econômicos uma riqueza expressa em seus exemplares materiais, esta mesma diversidade produziu culturalmente uma cidade pulsante nos aspectos pertinentes a imaterialidade. As ricas tradições, a religiosidade de matriz africana, a musicalidade, as festividades e danças e a gastronomia passada de uma geração a outra, principalmente por meio da oralidade, são elementos que percebemos vivamente em Cachoeira.

⁸¹ Pedra sagrada, símbolo do candomblé por representa a morada da Mãe D'Água no meio do curso do Rio Paraguaçu.

Os aspectos culturais são os mais diversos e aparecem a todo tempo nas entrevistas. Esta riqueza é relatada sempre com muito orgulho por seus conterrâneos. A sua história plurissecular construída a partir de uma multiplicidade de povos contribuiu para a criação dos traços identitários que se faz presente nas suas construções e nos seus costumes. Muitos destes traços culturais são percebidos através do som do toque dos sinos das igrejas católicas do centro da cidade, do som da percussão nos candomblés das periferias, no cheiro da feira do mercado, no modo de preparar a maniçoba e enrolar os charutos e na maneira de dançar o samba de roda.

A pujança cultural que compõe Cachoeira está presente também nas mais variadas expressões artísticas ou nas manifestações culturais da cidade: seja na música: desde o grupo musical Os Tingoãs ou reggae (através de personalidades como Tim Tim Gomes, Edson Gomes, Sine Calmon), as filarmônicas (Minerva Cachoeirana e Lira Ceciliana), grupos de samba de roda (Suerdieck de Dona Dalva, Filhos do Caquende, Esmola Cantada), as artes plásticas e artesanos (Dante Lamartine, Pirulito, Doidão, Louco Filho), irmandades religiosas (Irmandade D' Ajuda, do Monte, da Boa Morte).

Toda esta carga simbólica é utilizada nos discursos como um diferencial que a cidade possui perante outras no Recôncavo. Para W.F (69 anos, advogado) Cachoeira é “uma das melhores cidades da Bahia”. Contudo, os aspectos culturais aparecem como os valores mais importantes para os entrevistados. A densidade cultural está expressa nas inúmeras manifestações culturais presente nos quatro cantos da cidade. Esta opinião é também compartilhada por H.A.S (80 anos, aposentado) afirmado que “Cachoeira tem cultura pra todo lado”.

A diversificação das manifestações culturais ligados a religião, música e festividades, além de toda a exuberância da arquitetura é citado como um dos mais importantes valores presentes em Cachoeira. Os valores culturais e históricos impregnados em Cachoeira faz dela uma cidade que atrai muitos olhares. Talvez seja esta densidade histórica e cultural envolvida em uma áurea de mistério e encantos que prenda os seus visitantes que sempre afirmam que Cachoeira tem algo de especial, uma energia, um axé, e outras sensações inenarráveis. Como muitas outras cidades tradicionais do Recôncavo está repleta de religiosidade em suas mais variadas formas. O relato de H.A.S (80 anos, aposentado) demonstra o sentimento de orgulho em ser cachoeirano (inclusive acrescentou ao próprio sobrenome a palavra Cachoeira) e se diz um apaixonado pela cidade dedicando parte da sua vida a pesquisar a história da cidade em suas viagens ao

exterior. Sente-se muito honrado em ter sido orador em uma das comemorações do 25 de junho e ao falar de Cachoeira afirma:

[...] é uma cidade heróica e histórica, quem gosta da história sente-se bem aqui, o solo parece que é energizado, coisa positiva, então quem vem a Cachoeira não deixa de voltar, ninguém sabe a razão, não se sabe se é por causa do seu folclore, do candomblé forte (...) Cachoeira tem essa energia positiva que a gente não entende porque todo mundo que vem aqui gosta e volta.

Entre as vantagens apontadas pelos entrevistados em morar em Cachoeira, os laços de amizade e solidariedade aparecem com força, seguido pelas vantagens de paz e sossego e a tranquilidade que a cidade ainda consegue oferecer a quem nela habita. O fato de ser uma cidade interiorana, ainda que próximo a Salvador, Cachoeira ainda guarda em seu cotidiano aspectos de uma vida pacata muito diferente da realidade das grandes cidades cercadas por muros e constantemente vigiada. Em Cachoeira, parece que o tempo passa lentamente e ainda presenciamos ao observar o cotidiano banal: as interações sociais que se dão nas ruas, o uso de bancos das praças para os que costumam conversar e ler jornais, no uso de auto falantes para anunciar sepultamentos e o toque de sinos das igrejas católicas, uso da orla fluvial para admirar sem pressa o Paraguaçu, uso das calçadas para conversas entre amigos, nas procissões e filarmônica que desfilam nas ruas, não sendo raro encontrar em meio a automóveis pessoas que ainda usam o lombo de burros para carregar mercadorias.

As entrevistas demonstram que Cachoeira ainda conserva características culturais que ainda não se esgarçaram pelo modo de vida contemporâneo muito baseado na rapidez, competição e consumo. Para L.C.N (59 anos, professor) em Cachoeira ainda é possível presenciar um espírito interiorano, as relações antigas e tradições populares que a mídia sepultou. Para C.E (40 anos, empresário) uma das vantagens de morar em Cachoeira é: “ser rico culturalmente, de ecologia, de patrimônio, ser rico no sentido de qualidade de vida, de ter tudo de bom”.

O baixo custo de vida e o fácil deslocamento completam o arsenal de vantagens em morar em Cachoeira. Sua dimensão territorial permite que dentro da área urbana os percursos sejam feitos a pé representando assim uma grande vantagem de modo a economizar recursos nos trajetos, entretanto percebe-se o aumento de fluxo de carros e motos (com a presença maciça de moto táxis) chegando a “engarrafar” em alguns trechos na área comercial. Ainda se encontra preços mais acessíveis e relações de confiança nas

trocas comerciais, além do uso da feira livre (na frente do Mercado Municipal) enquanto prática comum em muitas cidades do interior.

Os aspectos positivos da cidade são ofuscados por outros problemas em que a cidade se vê deparada, principalmente nos últimos anos. Em muitos relatos nota-se que os cachoeiranos conseguem tanto perceber a cidade como reduto de belezas e tranquilidade, contudo alguns não escondem as mazelas em que a cidade se encontra, como bem demonstra o depoimento de M.G.J (64 anos, professor), ao falar de Cachoeira revela:

[...] cidade mais gostosa, mais bonita, com a mentalidade mais trancada, mais perigosa, mais perversa, tudo isso faz parte da cultura de Cachoeira (...) E me faz muito bem por incrível que pareça (...) Cachoeira tem tudo de bom, e tudo de ruim ao mesmo tempo a nível de cultura, nível social, a nível de riqueza e pobreza, mas é um tempero que não conheço duas no Recôncavo, muito menos no Brasil.

Entre as muitas questões apontadas como problemáticas aparecem nos depoimentos: os problemas ligados a baixa qualidade da educação, falta de opções de lazer, despreparo dos políticos (muitos afirmam que os gestores deveriam tomar cursos sobre a história da cidade antes de se tornarem representantes do povo) e reduzidas políticas públicas que possam melhorar a situação social da cidade, contudo entre as principais desvantagens estão a violência e o desemprego. Este aspecto aparece quase como unânime entre as desvantagens de morar hoje em Cachoeira, pois o número de assaltos e o tráfico de drogas se espalhou de maneira muito rápida estando presente tanto nas áreas mais elitizadas quanto nas mais precárias. As cidades históricas como qualquer outra cidade não estão imunes aos problemas sociais. Está presente nos relatos um certo saudosismo da época em que Cachoeira “dormia de porta aberta” e por conta destes fatores gera apreensão e sentimento de insegurança contribuindo para mudanças no comportamento cotidiano. Entre as mudanças nota-se o esvaziamento dos espaços públicos durante a noite, aumento do número de aparato de segurança como câmeras e grades nas edificações.

O desemprego aparece também como grande desvantagem fruto de um processo histórico de decadência em que a cidade se viu mergulhada e que apesar dos avanços ainda não conseguiu reverter. Como já explicitado no tópico anterior, os dados oficiais de pesquisa apontam o desemprego como um dos problemas sociais preocupantes na cidade. Entre os entrevistados muitos são testemunhas do processo de decadência de Cachoeira,

pois são filhos e netos de antigos comerciantes da cidade que foram obrigados a fechar seus estabelecimentos ou perderam seus empregos devido ao fechamento de muitas fábricas da cidade. O cachoeirano C.A.O (54 anos, desempregado) coloca-se como testemunha deste processo, pois viu estabelecimentos comerciais dos seus familiares fecharem com a crise e relata o contexto da estagnação de Cachoeira e o fechamento de fábricas e de comércios na cidade. E ainda acrescenta o panorama atual, pois além dele muitos cachoeiranos encontram-se em situação complicada diante das dificuldades para conseguirem empregos na cidade. Para superar este problema trabalhou provisoriamente como barqueiro levando turistas e como ele muitos acabam trabalhando na informalidade por conta da pouca oferta de empregos e afirma que muitos conhecidos trabalham na feira livre da cidade por que não encontrarem emprego formal.

A decadência econômica fez com que muitos modificassem seus costumes, sendo inclusive obrigados a se adequarem à nova condição de vida trabalhando em novos ramos ou se deslocando para outras cidades em busca de uma vida melhor. Mesmo diante desta situação não são raros os depoimentos de pessoas que saíram de Cachoeira para estudar e trabalhar, contudo o amor pela cidade aliado aos laços afetivos contribui para que muitos retornem seja para fixar novamente residência ou ao menos para visitar a cidade nas festividades tradicionais. Atualmente na cidade os empregos, quando existem, estão quase sempre relacionados a educação (as escolas), administração pública local (a prefeitura) e ao pequeno setor de comércio (supermercados, farmácias, padarias) comandado por uma família que detém poderes na economia e na política local.

Cachoeira ao longo dos anos vem passando por muitas mudanças nos mais variados aspectos. A cidade ganhou muita visibilidade, proporcionada, principalmente pela chegada da UFRB, que com ela trouxe, novos estudantes, professores e funcionários, mas também eventos culturais e acadêmicos que produzem uma nova dinâmica na cidade e uma efervescência de novidades, para além dos eventos tradicionais como o São João e a Festa da Irmandade da Boa Morte que compõe o rico calendário festivo da cidade.

Em menor proporção é apontado a melhoria nos aspectos paisagísticos da cidade promovidos pelos programas de preservação do patrimônio edificado responsáveis por obras de recuperação de casarios e restauração de igrejas, apesar destes investimentos é sempre motivo de reclamação as muitas ruínas fruto tanto da decadência econômica quanto do esquecimento, da ausência de políticas urbanas e das manobras de especulação imobiliária. Muitas destas ruínas são facilmente vistas, principalmente no centro da cidade enquanto porção antiga da cidade, comprometendo a paisagem da cidade e mais

do que isso, tornando-se um sério risco aos imóveis vizinhos e transeuntes que são obrigados a conviver com a instabilidade física destas edificações. No que se refere as questões patrimoniais Cachoeira vem dando passos importantes, pois se encontra melhor do que já esteve, contudo muito ainda precisa ser feito em prol de sua preservação.

Uma mudança negativa é a diminuição da movimentação turística na cidade que já foi maior décadas atrás. Apesar de não viver exclusivamente desta atividade Cachoeira possui grande potencialidade turística diante dos muitos aspectos relacionados a cultura que são explorados pelo mercado do lazer: natureza, festividades populares, gastronomia, religiosidade, arquitetura. Entre os aspectos para esta diminuição estão a pouca estrutura turística que a cidade oferece (hospedagem, serviços em geral) e falta de um planejamento que possa fixar o turista por mais tempo na cidade (com atrativos relacionados ao lugar em questão). Sem a resolução destas questões a atividade turística segue em Cachoeira sem expressividade econômica, sendo portanto configurada como sazonal. A atividade turística na cidade é encarada de modo pessimista para aqueles que possuem vínculos diretos com este ramo, como os artistas plásticos e guias de turismo que pouco lucram com tal atividade de modo que apenas alguns donos de hotéis, restaurantes e empresas de transportes são os que acabam lucrando.

A instalação da UFRB, em 2005⁸², é apontada como a grande mudança ocorrida em Cachoeira em muitas décadas, pois ela proporcionou um aquecimento no comércio mediante a criação de novos estabelecimentos (restaurantes, bares, papelarias) e criação e/ou refuncionalização de imóveis (aluguel de casas e criação de quitinetes) em atendimento a estes novos moradores. L.C.N (59 anos, professor) confirma a importância da instalação desta universidade afirmando que muitas mudanças ocorreram a partir da sua instalação, segundo o entrevistado “Cachoeira passou por um processo vertiginoso de desenvolvimento, você não imagina como um investimento em uma universidade consegue mudar a mentalidade e a administração da cidade”.

Notamos opiniões dissonantes entre os entrevistados, pois ao mesmo tempo que atribuem a vinda dos estudantes por conta da UFRB como muito positiva ao gerar novas

⁸² A UFRB foi criada em pela Lei Federal 11.151 de 29 de julho de 2005, através do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. Possui uma constituição multicampi com sede na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas em outros municípios do Estado como em Cachoeira, Amargosa e Santo Antônio de Jesus. Na cidade de Cachoeira foi instalado o CAHL (Centro de Artes, Humanidades e Letras), em maio de 2009, localizada no quarteirão Leite e Alves onde abrigava uma antiga fábrica de charutos que já se encontrava em ruínas. Vale ressaltar que apesar da inauguração do campus em 2009, desde 2007 as atividades da universidade já eram realizadas em outros espaços da cidade como o anexo do Colégio Estadual da Cachoeira.

oportunidades e aumento de renda, culpabiliza-os pelo aumento geral do custo de vida da população através do preço dos aluguéis e na alimentação. Além disso, questões de comportamento destes novos moradores acabam muitas vezes por chocar a população no que se refere ao campo da sexualidade, do comportamento e ao uso de drogas. Muitos apontam que estes “inconvenientes” são nada mais do que fruto do progresso em que a cidade vem passando, pois o progresso traz consigo outros dilemas.

G.F. (61 anos, aposentado) aponta que algumas mudanças não podem ser desconsideradas, exemplificando como positivas as mudanças no campo do patrimônio, através dos programas de preservação do patrimônio cultural como o Monumenta, e no campo educacional através da instalação da UFRB na cidade. Complementa afirmando que estas mudanças são importantes para a cidade por conta das outras transformações que se desdobraram a partir delas como: o estímulo à preservação do patrimônio pelos moradores, no campo patrimonial, e criação de estabelecimentos para aumento da renda da população local, no campo da UFRB. Contudo, aponta que não houve uma mudança estrutural na cidade ou no município, pois, em sua opinião, Cachoeira encontra-se ainda em uma lassidão terrível. Para ele, urge a necessidade de mudanças em vários aspectos relacionados a qualidade de vida das pessoas, a inserção do mercado de trabalho e melhorias no campo da educação básica. E ainda acrescenta que Cachoeira está em uma grande encruzilhada, pois mesmo diante de algumas mudanças ainda se revela com um quadro de múltiplas carências.

Segundo LC.N (59 anos, professor) Cachoeira ainda não consolidou a abolição da escravatura por completo diante das relações de exploração trabalhista que muitos cachoeiranos estão submetidos, na cidade e na zona rural, e ainda acrescenta as questões relacionadas a corrupção e ao campo da política local. E.S (43 anos, músico) segue esta linha de raciocínio revelando muita indignação com o contexto social de Cachoeira. Para o entrevistado a realidade da escravidão acontece hoje com outra roupagem devido à submissão dos negros e ausência de políticas públicas que tratem com seriedade as questões relacionadas ao campo educacional e cultural. E ainda acrescenta a presença de pequenos grupos de poder relacionadas a política e a economia local que dominam o espaço de Cachoeira, afirmando que o crescimento da cidade beneficia pouquíssimos grupos.

Notamos que as referências ao patrimônio não aparecem de maneira explícita entre as respostas, ao contrário aparece de maneira sutil em alguns depoimentos, mas surge quando menciona-se as belezas de sua arquitetura, a exuberância de sua paisagem,

a riqueza de seu patrimônio edificado, principalmente as igrejas, e ao título de monumento nacional. Por estes resultados podemos afirmar que a cidade é percebida pelos seus valores históricos e afetivos, todavia os valores relacionados ao patrimônio cultural não aparecem de maneira explícita enquanto elemento primordial nas questões que se referem a cidade.

De modo a constatar se o patrimônio está presente nos espaços vividos realizamos uma enquete com a participação de 272 usuários da cidade, que foram instigados a responder “Qual o principal elemento que marca a cidade de Cachoeira?” Novamente a palavra “patrimônio” não foi mencionada explicitamente de maneira intencional. Vale ressaltar que não houve critérios de seleção para a participação da enquete, assim aqueles que passavam ao lado do cavalete foram provocados a participar (Figuras 37 e 38).

As 40 fotos foram elencadas de maneira aleatória, representando bens culturais considerados patrimônios, além de tantos outros bens culturais não considerados patrimônios oficiais, entre eles estão: o rio Paraguaçu, a ponte D. Pedro II, igrejas, Casa de Câmara e Cadeia, o samba de roda, maniçoba, o licor, o São João, a barragem Pedra do Cavalo, a Irmandade da Boa Morte, o candomblé, o reggae, as filarmônicas, a feira municipal, a UFRB, o licor, a pedra da baleia, entre outras. Esta atividade extrapolou os objetivos iniciais, pois ela também despertou a curiosidade dos que passavam nas proximidades estimulando muitas conversas durante as votações sobre estes e outros aspectos pertinentes ao tema estudado.

Foi um momento de aproximação com as pessoas aprofundando ainda mais o conhecimento sobre tal espaço permitindo também o estabelecimento de contatos importantes, sugestões e indicações de espaços e questões a serem pesquisadas. O fato de ser facilmente respondida não demandando muito tempo nem explicações mais profundas contribuiu para a grande adesão das pessoas ao longo de 2 dias em que a enquete foi realizada em dois pontos diferentes da cidade (no centro da Praça da Aclamação – próximo a “Quadra A” e na frente da UFRB – próximo a “Quadra B”).

As respostas a esta enquete nos esclarece algumas questões pertinentes ao nosso estudo. A enquete revela que não é somente pela imponência do seu patrimônio arquitetônico que a cidade se destaca. Talvez para os cachoeiranos, mas importante do que seu casario histórico estão as riquezas do seu patrimônio imaterial. Para 16,2% dos entrevistados a Festa da Irmandade da Boa Morte⁸³ é a principal marca da cidade de

⁸³ A Irmandade da Boa Morte, criada no século XIX, é uma importante festividade local (sempre no mês de agosto) liderada por mulheres negras descendentes de escravos ligada as tradições religiosas que envolve

Cachoeira. Não sendo difícil entender o motivo da escolha, pois ao mesmo tempo esta festividade reúne elementos importantes da cidade como o sincretismo religioso e história de mulheres negras que lutavam pela liberdade, através da compra da alforrias, dos seus iguais.

Apesar da intolerância, da perseguição realizada pelas outras instituições religiosas e das outras formas de cerceamento da secular religião do candomblé, as tradições ligadas a religiosidade de matriz africana se revelam no cotidiano de Cachoeira através: do sincretismo de suas manifestações afro católicas, da marcação do território com bandeiras brancas, das senhoras que caminham vestidas de branco e com torço, aos pedidos de contribuições que enchem os balaios para as grandes festas em terreiros, nas oferendas lançadas nas águas e nos banhos dos rituais de iniciação nos riachos, no som dos atabaques e agogôs nos terreiros e na venda no mercado de folhas, patuás e materiais que pertencem ao ritual de origem africana.

L.C.N (59 anos, professor) nos surpreende com o resultado de uma reflexão, sociológica e poética, feita com um amigo conterrâneo, pois para ambos “Cachoeira é um ronco” diante da grandiosa herança da ancestralidade africana e que ainda se faz presente na cidade fato este que justifica o dito axé que Cachoeira carrega. Apesar da pluriethnicidade que compõe a cultura de Cachoeira, a presença africana mostra-se bastante presente confirmando o relato de L.C.N (59 anos, professor) ao afirmar que “tudo que não é africano em Cachoeira, foi africanizado”.

devoção e fé no culto aos santos católicos e aos orixás. Além da Boa Morte, muitas outras festividades em Cachoeira como a Festa d’Ajuda, São Cosme e Damião e a Festa de Nosso Senhor dos Navegantes (hoje extinta) revela o sentimento de dupla pertença religiosa entre os seus moradores. A forte associação entre candomblé e a Irmandade da Boa morte talvez tenha influenciado na votação desta manifestação enquanto elemento marcante da cidade, uma vez que o candomblé também é um forte elemento de Cachoeira não sendo raro os discursos de que neste espaço encontram-se profundas raízes por ter sido um reduto de africanos cujos descendentes instalaram suas “roças”.

Figura 37: Enquete desperta curiosidade de estudantes Figura 38: Moradores participam da enquete



Foto: Trabalho de campo, 2013.



Para M.G.J (64 anos, professor) adepto do candomblé, etnia Jêje-mahin, afirma que um dos maiores patrimônios de Cachoeira são as religiões de matriz africana e acrescenta que não viveria sem seus rituais de cânticos e orações. Em sua opinião a cultura afro é extremamente marcante tanto na maneira de falar, de se alimentar e vestir. E acrescenta que mesmos sem nos darmos conta há “doses de africanidade” em nosso cotidiano presente no samba, na capoeira, no maculelê e em outras manifestações.

Apesar destes elementos vivos no cotidiano de Cachoeira, os dados do Censo IBGE em 2010, como já foi esclarecido, comprovam que somente 3,7% da população da cidade de Cachoeira possui como religião o candomblé e/ou umbanda cuja população que se declara preta corresponde a 38,3%. Este dado pode ser também reflexo da migração para outras religiões ou mesmo de certo receio ao reconhecer suas tradições diante das muitas adversidades que esta secular religião convive no que se refere aos preconceitos raciais e de credo da qual Cachoeira não está imune. Mesmo diante das políticas de valorização da cultura negra no mundo, ainda em Cachoeira cujo território é fortemente marcado pela influência africana ainda percebe-se que muitos passos precisam ser dados no caminho da igualdade racial a julgar pelas difíceis condições sociais que os seus descendentes vivem.

Figura 39: Presente para Yemanjá na orla do Rio Paraguaçu Figura 40: Roda de capoeira no centro da cidade



Fonte: Trabalho de campo, entre os anos de 2010 e 2013.

A Festa da Boa Morte é considerada pelos moradores enquanto elemento marcante da cidade, apesar de constarmos a pouca participação dos cachoeiranos nesta festividade. A sua importância cultural possui grande repercussão midiática que atrai centenas de turistas do Brasil e do exterior, principalmente negros norte-americanos. Muitos destes visitantes acompanham durante dias a parte religiosa e festiva desta manifestação que percorre as principais ruas da cidade com suas procissões revelando a força, a simplicidade e a beleza de cerca de vinte mulheres ricas de fé e repletas de jóias e indumentárias luxuosas. Todos os momentos da festa são amplamente capturados pelas lentes fotográficas dos admiradores, mídia e pelos olhares curiosos dos visitantes que se espremem em busca do melhor ângulo.

A força desta tradição religiosa, a riqueza de sua história secular e a atual valorização da cultura negra no mundo impulsionaram para o reconhecimento desta manifestação enquanto patrimônio cultural. Em 2010, a Festa da Irmandade da Boa Morte foi registrada, pelo IPAC, enquanto patrimônio imaterial da Bahia confirmando a sua importância religiosa⁸⁴ agregando mais valor à festa e auxiliando na manutenção da tradição secular. Entre os benefícios deste registro está a prioridade para financiamentos públicos e privados da sua sede, além de ações de salvaguarda como a criação do memorial,

⁸⁴ A Festa da Irmandade da Boa Morte foi registrada como patrimônio imaterial, em 2010, no Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações do IPAC (Decreto nº12.227/10).

publicações, documentários, além de estudos pra a criação de atividades que gerem renda para os envolvidos.

Retomando a enquete, em segundo lugar foi eleita como principal marca da cidade a Festa D’Ajuda com 11%. Este secular folguedo popular (realizado em novembro) possui grande importância para os cachoeiranos que saem as ruas fantasiados com máscaras, mandus e cabeçorras em uma sátira aos portugueses. Como a maioria das festividades em Cachoeira o sagrado e o profano convivem lado a lado (ou embalo D’Ajuda como também é chamado), contudo na Festa D’Ajuda os aspectos profanos parecem sobressair. Neste grande “carnaval” que carrega muita gente nas ruas da cidade as fantasias e a musicalidade dominam o espaço até mesmo durante as madrugadas acordando os moradores através das bandas de fanfarras com letras com duplo sentido, cheias de provocações e sátiras.

Por sua característica mais “profana” que religiosa reúne centenas de adeptos que festejam nas ruas durante dias confirmando ser esta a festividade mais popular da cidade considerada como uma espécie de carnaval fora de época. Por conta de suas tradições e importância busca-se o reconhecimento enquanto importante patrimônio para os cachoeiranos. Assim, desde 2009, o Centro de Estudos Raízes do Recôncavo, em Cachoeira, aguarda o resultado do pedido feito ao IPAC sobre o registro desta festividade como patrimônio imaterial da Bahia.

A partir do resultado desta enquete podemos perceber que os elementos considerados como os mais marcantes da cidade estão relacionados a imaterialidade por meio das suas festividades como a Boa Morte, Festa da Ajuda, São João, ou mesmo a manifestações religiosas como o candomblé enquanto forte tradição presente na cidade (sobretudo nas áreas periféricas da cidade e na zona rural, como os candomblés da Terra Vermelha, Bitedô e Levada das nações nagô e jeje), além do patrimônio natural como o Rio Paraguaçu.

Um dos objetivos gerais da enquete foi averiguar se os elementos considerados como marcantes na cidade são alvo ou não das principais políticas de patrimonialização instituídas pelos órgãos de preservação. Os resultados da enquete nos informa que grande parte dos principais elementos considerados nesta enquete enquanto marca da cidade são tombados e/ou registrados demonstrando que há de certa forma uma consonância entre o que as pessoas consideram como marcantes na cidade e os bens selecionados oficialmente como patrimônios pelos órgãos de preservação patrimonial.

O patrimônio material possui grande destaque entre os elementos mais marcantes da cidade como a Casa de Câmara e Cadeia, a Ponte D. Pedro II e as igrejas de Nossa

Senhora da Ajuda, Matriz e o Conjunto do Carmo (Igreja de Nossa Senhora do Carmo - Ordem I e Ordem III). A imponência e a grande massa construída destas edificações revelam o poderio que Cachoeira possuiu séculos atrás. Estes espaços que foram importantes no passado continuam importantes até hoje para os cachoeiranos servindo ao uso cotidiano. Além disso estes servem também a contemplação visual ao uso turístico/cultural, pois muitos deles foram transformados nos principais pontos turísticos da cidade cujo as imagens são facilmente encontradas nos cartões postais.

Em Cachoeira, há um quantitativo maior de bens materiais patrimonializados se comparados aos de origem imaterial, fruto da política de preservação que privilegiava os aspectos históricos e arquitetônicos. Entretanto, a redefinição do conceito de patrimônio possibilitou sua ampliação que hoje abarca outros patrimônios. Em Cachoeira, a presença marcante do samba de roda, dos terreiros de candomblé, da capoeira, das baianas de acarajé, e das festividades locais fazem parte do patrimônio cultural. Este fato demonstra a riqueza que Cachoeira possui tanto nos aspectos materiais (por meio de sua arquitetura) e imateriais (por meio de suas celebrações, saberes e modos de fazer).

Como o campo do patrimônio é altamente subjetivo muitos outros patrimônios aparecem nesta enquete como marcantes mesmo fora da listagem de patrimônios oficiais entre eles: o reggae enquanto forte modalidade musical da cidade, a maniçoba e o licor considerados tradicionais em Cachoeira, as ruínas da cidade (resposta crítica dos que votaram em relação à situação de muitos imóveis da cidade) além das enchentes que assolaram Cachoeira e São Félix durante séculos, mas que se faz ainda presente nas fotografias e na memória oral.

3.5.2 Compreensões e vivências do patrimônio cultural em Cachoeira

Nos aspectos relativos ao significado do patrimônio os resultados das entrevistas revelam-se bastante ilustrativos ao apontar como as pessoas percebem o patrimônio. Ao percorrer a cidade e ao estar em contato com as pessoas analisamos como o patrimônio aparece nos espaços vividos. Na segunda parte das entrevistas de campo já se perguntava diretamente sobre os aspectos referentes ao patrimônio cultural buscando compreender como este é percebido pelos entrevistados, seu conhecimento sobre o assunto, a importância conferida aos patrimônios.

Ao percorrer as ruas de Cachoeira os olhares de pesquisadores e visitantes se deparam com as referências ao patrimônio cultural percebidas no seu espaço físico e o cotidiano da cidade. Para além dos monumentos consagrados e da cultura como um todo a presença dos aspectos patrimoniais aparecem sutilmente nos espaços vividos. Em quadros expostos nas paredes das casas e que reproduzem monumentos e manifestações culturais; no logotipo da Prefeitura e no fardamento escolar ao representar como símbolo a antiga estação ferroviária. A menção “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heróica” são utilizadas a todo o tempo em faixas e cartazes espalhados nas ruas, no monumento de boas-vindas na entrada da cidade, na rádio local.

É possível logo no primeiro instante notar que a denominação “patrimônio” nos espaços vividos quase sempre está relacionada ao órgão federal, IPHAN, pois muitos associam patrimônio, enquanto significado, com a instituição que zela pelos bens culturais. Normalmente o IPHAN é referido na cidade como “o patrimônio” de modo que é comum ouvir a expressão “Ah! Lá vem o pessoal do patrimônio” ou “Chegou a moça do patrimônio para vistoriar a obra”. Nota-se também algumas indefinições no uso corriqueiro das terminologias e algumas confusões no entendimento geral sobre o uso dos termos patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio histórico, tombamento. Nas conversas cotidianas o patrimônio cultural está associado aqueles bens relacionados a cultura como um todo, ao cotidiano local, as festividades e as manifestações culturais, enquanto que o dito patrimônio histórico é relacionado rapidamente as construções, ao patrimônio edificado.

Mas o que é patrimônio para as pessoas? O entendimento do significado de patrimônio é um campo amplo. As conversas, os encontros com os moradores da cidade permitiram reflexões sobre nosso entendimento da pesquisa e fazem mergulhar sobre os muitos significados e sobre novas possibilidades de análise do patrimônio. As entrevistas realizadas com os moradores foram importantes para debater esta noção, pois diferentes resultados surgiram.

Acreditamos que é a sociedade como um todo que deve decidir quais são seus patrimônios e quais os valores impregnados nos patrimônios e não somente um pequeno grupo de especialistas. É imprescindível um diálogo com as pessoas que estão vinculadas diretamente aos bens patrimoniais. O reconhecimento de bens culturais deve estar pautado no diálogo, não hierárquico, entre especialistas dos órgãos de preservação e a sociedade em geral. No âmbito da criação de políticas de preservação e salvaguarda deve-

se levar em consideração o que as pessoas entendem por patrimônio, quais os seus patrimônios e valores, e que estes sejam também reconhecidos enquanto tal.

Definir a palavra patrimônio é algo extremamente complicado, pois quando indagados os entrevistados preferem citar exemplos concretos do que eles entendem a respeito. Para muitos o patrimônio é de maneira corrente tratado como algo que possui algum valor seja referente as artes, a história, a cultura da cidade. Existe também a concepção de que é algo muito antigo da qual herdamos (dos avós, dos pais) e não podemos alterar para que o mesmo permaneça tal e qual era de modo que outras gerações possam também conhecer.

O patrimônio também aparece como algo que se refere-se sempre a história de um espaço e aos seus elementos identitários. A história de um lugar e de um grupo pode ser contada de diferentes maneiras e uma delas é através do seu patrimônio cultural. Por isso facilmente as pessoas associam o patrimônio aos elementos pertencentes a cultura, a história, ao passado. De modo que falar de patrimônio quase sempre está associado ao passado, aquilo que é antigo, velho, mas que permaneceu (por algum motivo) no tempo. Para J.S (40 anos, professor) o patrimônio” é importante para a cidade porque é através dele que se conhece a história”. O sentido de patrimonializar está no âmbito da discussão sobre referências culturais, pois em mundo cujas transformações se dão rapidamente, o patrimônio serve para nos dá referência sobre nossas origens, sobre o passado dos indivíduos.

A longa tradição das políticas de patrimonializar somente bens materiais contribuiu para a disseminação de que patrimônio refere-se exclusivamente aos bens construídos. Em consonância a este contexto nacional, em Cachoeira notamos através dos relatos esta forte associação que demonstra que ainda existe a vinculação da denominação patrimônio aos aspectos materiais, pois sempre são apontados como patrimônios o conjunto arquitetônico, os sobrados antigos, as igrejas. Enquanto que alguns possuem uma compreensão restrita de patrimônio, ao associá-lo somente ao construído, outros extrapolam esta visão correlacionando as práticas culturais que ocorrem no cotidiano ao citarem as procissões religiosas, ao comportamento e “jeito de ser” do cachoeirano, a culinária local, a musicalidade como patrimônios. Esta concepção que abarca outros aspectos para além do edificado, e que está em consonância com a atual política de patrimonialização no país, ainda aparece de maneira tímida entre os entrevistados.

Acreditamos que aquilo que se costuma chamar de patrimônio (o dito patrimônio material) na verdade é apenas uma parte do patrimônio cultural. Os edifícios, as obras de

arte, os vestígios arqueológicos, ou mesmo todo o conjunto de arquitetônico de Cachoeira é apenas uma parte do patrimônio. Os percursos pela cidade, as conversas informais e os depoimentos nas entrevistas evidenciaram que há questões para além do edificado. A herança cultural de Cachoeira se faz presente por seu patrimônio arquitetônico, mas também por outros elementos como o seu modo de ser, viver, sentir, pensar ao qual atribui-se a denominação de patrimônio imaterial. Acreditamos que o suporte físico sempre existe, mas este sempre precisará de um conteúdo. As formas de expressão (a musicalidade, as danças), as festas e celebrações populares, os lugares (para encontros, para compartilhar sentimentos, crenças), os saberes e modos de fazer são também patrimônios que preenchem os bens materiais. Estes patrimônios constantemente criados, usados e transformados no cotidiano são protagonizados pelas pessoas e compõe um arsenal de ensinamentos passados as outras gerações. Em Cachoeira, todo este patrimônio cultural são aspectos dos traços identitários da sua população e compõe a memória social.

Nas entrevistas percebe-se que cultura e patrimônio aparecem quase sempre como sinônimos, demonstrando certa dificuldade de separação de um campo do outro. Para definir patrimônio as pessoas recorrem aos aspectos culturais da cidade como as construções e as festividades locais. A partir das análises das entrevistas constatamos que existe uma certa apropriação do conceito usado tradicionalmente no país ao enfatizarem como patrimônios os objetos, os monumentos, as construções antigas vinculados a cultura do colonizador. Ao se referirem a patrimônio, rapidamente existe a associação de arquitetura representada pelas edificações antigas, os sobrados e igrejas católicas. As edificações de grande visibilidade da cidade são facilmente identificadas como símbolos patrimoniais de Cachoeira por sua imponência, por sua importância histórica e por possuir a capacidade de atrair visitantes.

Notamos que há um certo distanciamento entre o conceito de patrimônio e a vivência das pessoas, pois ainda há uma dificuldade em associar que o conjunto dos aspectos culturais fazem parte de um grande patrimônio. As manifestações culturais, as festividades locais são citados como importantes e estão presentes nos espaços vividos, entretanto ainda há um maior destaque para os aspectos materiais enquanto denominação de patrimônio. As respostas respaldam os processos históricos de uma política que patrimonializou e lançou políticas públicas de preservação durante muitas décadas aos bens edificados cujos valores estavam basicamente vinculados aos valores históricos e artísticos deixando a margem expressões ligados a cultura que estava a margem da cultura dominante.

L.C.N (59 anos, professor) afirma que a palavra patrimônio tanto quanto cultura é de difícil definição, contudo aponta que patrimônio possui uma definição mais fácil “é aquilo que você recebeu e aquilo que você vai legar”. E diante da multiplicidade dos aspectos culturais em Cachoeira nos oferece a reflexão de que se colocarmos uma peneira sobre um mapa de Cachoeira cada pontinho será uma cultura confirmando assim, a pluriethnicidade que marca a história, o espaço e os costumes desta cidade. Os dados coletados e analisados através das entrevistas nos mostram que os cachoeiranos facilmente reconhecem elementos que compõem a cultura presente nos seus espaços vividos através de um elenco bem diverso das riquezas de Cachoeira. Entretanto, quando mencionamos a palavra patrimônio esta listagem apresenta-se mais restrita, associando muitas vezes aos aspectos arquitetônicos.

Para C.E (40 anos, empresário) Cachoeira é um berço de cultura refletida em todos os lugares “a cultura é o nosso maior patrimônio (...) enquanto a gente contempla [a cidade] a gente é invadido pelo patrimônio cultural”. A quantidade de bens patrimoniais do ponto de vista cultural e material é proclamada com muito orgulho entre alguns entrevistados e representa uma grande riqueza, como demonstra o relato de J.A.F (23 anos, guia de turismo). Para ele “patrimônio significa riqueza, tudo que está agregado numa cidade faz parte de uma riqueza”. A definição de patrimônio sempre está cercado por muitos adjetivos: riqueza, beleza, grandeza. Ao caminhar pela cidade percebe-se a partir de sua morfologia a opulência que a cidade possuiu outrora. A construção de todo o acervo arquitetônico representava o poder econômico que a cidade conseguiu sempre citada com admiração pelos contrerrâneos.

Para M.G.J (64 anos, professor) o ato de valorizar, se apropriar e de preservar o patrimônio relaciona-se com a educação ensinada tanto nas escolas e no âmbito familiar quanto no cotidiano e relata que os incentivos na educação podem ajudar no quesito da preservação do patrimônio. Ainda acrescenta com entusiasmo a vinda da universidade, enquanto instituição de ensino superior, como uma possibilidade para que os cachoeiranos elevem seu nível de instrução e por tabela elevem o conhecimento sobre sua história, sua cultura e seu patrimônio.

Devido a carga de valor atribuída aos bens culturais estes passam a ser merecedores de proteção com objetivo de perpetuar a sua permanência no tempo e no espaço. A temática da preservação patrimonial é fisgada inevitavelmente quando se discute patrimônio cultural no sentido mais amplo. De uma maneira geral os objetivos das políticas de preservação patrimonial têm em vista a proteção legal de modo a

assegurar a permanência dos valores identificados nos bens culturais por meio de uma legislação patrimonial e de políticas específicas visando através disso garantir sobretudo o direito à cultura dos cidadãos.

Os relatos da necessidade de um trabalho de reflexão sobre a situação de preservação do patrimônio cultural em Cachoeira dominam as entrevistas. Existe o entendimento de que urge a necessidade de discutir amplamente sobre os muitos valores impregnados na cidade, sobre o conhecimento da história, sobre os valores e a diversidades dos bens culturais de modo a estimular a preservação patrimonial. A preservação patrimonial exige a participação de muitos agentes sociais, entre eles os moradores que se relacionam com o patrimônio no dia a dia. O grau de consciência dos envolvidos sobre os valores patrimoniais é determinante no contexto da preservação o que faz emergir o clichê de que “você somente valoriza aquilo que você conhece”. Uma vez reconhecido o valor daquele patrimônio torna-se muito fácil o diálogo, a adesão a preservação e as normas de preservação patrimonial.

Muitos entrevistados afirmam que os cachoeiranos não conhecem a história da cidade, não frequentam os espaços da cidade, sendo necessário, portanto, que os moradores sejam também “turistas” da sua própria cidade, sintam-se atraídos por sua cidade no sentido de se apropriar da história e dos espaços normalmente apropriados pelos visitantes. A.G.S (59 anos, professor) conhece esta realidade, pois enquanto ex-professor da rede de ensino do município afirma que o desconhecimento influencia diretamente no cuidado com o patrimônio. Para ele muitos cachoeiranos não conhecem seus patrimônios, pois discussões como estas ainda são restritas no âmbito escolar, nos livros didáticos, nas associações, e em outros espaços na cidade. Para ele, a prova deste desconhecimento sobre o valor da cidade é vista nas ruas, mediante a reduzida conservação da cidade e ao não cumprimento das normatizações patrimoniais e acrescenta:

[...] o cachoeirano dificilmente tem alguma informação sobre a historiografia da sua cidade, não tem uma conscientização do valor histórico, arquitetônico que a cidade tem, a prova é que você andando nas ruas e becos da cidade você vê o retrato da descaracterização, as pessoas que acham que devem derrubar a fachada de sua casa, que deve colocar a cor que quer, botar azulejo que quiser, então isso demonstra a falta de conscientização do povo cachoeirano.

Cachoeira encontrava-se em uma situação crítica nos anos anteriores ao seu tombamento, esta realidade pode ser percebida pelos jornais locais. Diante da prostração

econômica o sentimento geral era de desolamento e esquecimento fato que contribuiu fortemente para o êxodo em massa. A pouca oferta de empregos estimulava a saída das pessoas para outras cidades haja vista que os setores da economia do município sofriam com a crise, logo muitos fecharam e/ou reduziram o número de funcionários contribuindo para o aumento do desemprego no local. O desejo era favorável a instalação de indústrias⁸⁵ na cidade que pudesse salvar a economia e empregar pessoas. Este pedido é declarado até hoje em muitas entrevistas realizadas diante do quadro de desemprego que ainda permanece. O jornal A Cachoeira explicita esta realidade em 1970:

Cachoeira pede trabalhos e industrias mesmo que sejam de poluição (...) Que a URBIS mande **instalar uma dessas usinas de asfalto em nossa região mesmo com poluição porque o povo quer trabalhar** e o nosso governo faz ouvido de mercador e não atende os justos apelos de um povo que quer trabalhar, lutar como lutou pela independência da Pátria e agora é obrigada a emigrar por falta de trabalhos e empregos (grifo nosso, jornal A Cachoeira, 5 de abril de 1970).

Nas entrevistas encontramos pessoas favoráveis ao tombamento da cidade, como por exemplo, E.C.R (65 anos, aposentado), afirma que este instrumento foi imprescindível para a preservação. Segundo ele:

[...] Cachoeira precisa ser tombada por causa desse acervo arquitetônico do estilo barroco um dos mais importante do Brasil (...) imagine um acervo desse tão bonito do estilo barroco se não houvesse o tombamento para preservar esses monumentos (...)já pensou esse conjunto arquitetônico, histórico, paisagístico, isso tudo sem ser preservado, sem ser conservado, a Cachoeira iria ficar feia, uma cidade linda, mas iria ficar feia, porque seria tudo acabado, caindo (...)a coisa foi tarde demais [o tombamento], mas se não fosse o tombamento tudo isso estava abaixo...sou a favor do tombamento porque vem o órgão para conseguir a preservação disso, e os cuidados na reforma.

J.C.S (56 anos, comerciante), acredita que o tombamento foi a melhor coisa que aconteceu em Cachoeira, pois caso contrário à cidade estaria tomada pela favelização, pois os moradores iriam construir aleatoriamente retirando “a beleza histórica da cidade”.

⁸⁵ Contudo, o processo de industrializar a cidade não ocorreu, diferentemente de cidades como Camaçari, São Francisco do Conde e Madre de Deus, por uma série de fatores ligadas as questões políticas e econômicas fundamentais para a realização de tal investimento, entre elas: localização, incentivos fiscais, mão de obra, escoamento, proximidade do mercado consumidor e matéria prima. O desconhecimento destes fatores contribuiu pra que as pessoas facilmente associem o tombamento como fator impeditivo à instalação de indústrias na cidade.

G.F (61 anos, aposentado), mostra-se também favorável ao tombamento relatando que é um ganho o título de cidade tombada uma vez que pode potencializar uma política turística, e a possibilidade de angariar fundos em prol da preservação.

Constatamos que apesar de mais de 40 anos do tombamento da cidade ainda hoje em algumas entrevistas que alguns moradores desconhecem claramente o significado do tombamento, sua legislação e importância do tombamento para a cidade. Muitas vezes, notamos que as pessoas não possuem certeza sobre o alcance da proteção, pois não sabem ao certo se é o município, a cidade ou apenas fragmentos da cidade alvo do tombamento. Enquanto membro da Associação de moradores “A cidadã”, P.E.S (61 anos) confessa que no início do tombamento não compreendia muito bem o significado de tomar uma cidade, mas hoje reconhece a importância e os benefícios da sua proteção. Nos artigos jornalísticos de Cachoeira o tombamento era encarado como uma espécie de salvação e prestígio ao entrar no rol das cidades tombadas brasileiras. Em reportagem de capa do jornal “A Cachoeira” foi noticiado com euforia dias após o tombamento:

Cachoeira Monumento Nacional: Governo Nacional reconheceu o valor da Heróica – valeu a pena lutar, conservar e esperar o julgamento dos pósteros e da história (Jornal A Cachoeira, nº1505, 17 de janeiro de 1971).

Diferente das ações lançadas sobre bens isolados, as cidades tombadas inserem novas discussões no âmbito patrimonial. Os núcleos tombados anunciam o dilema entre permanências e transformações do espaço urbano, entre a preservação do passado e entre as modernizações e o desenvolvimento. Como qualquer outra cidade, as cidades históricas também convivem com o aumento demográfico, a necessidade de criação de novos espaços de moradia.

O mesmo espaço urbano que é apreciado pelos moradores por seus valores históricos e pelo acervo arquitetônico que atrai muitos visitantes é percebido pelos entrevistados como um entrave ao desenvolvimento e ao progresso. Por outro lado, são muitos os que acreditam que o tombamento constitui-se como um avanço para a cidade devido a possibilidade de captação de recursos através de programas federais para intervenções urbanas e reformas de prédios históricos que auxiliam na manutenção da história e da memória urbana. Esta posição favorável ao tombamento não é compartilhada por todos, pois apontam que o tombamento é sinônimo de atraso e retrocesso. A

percepção geral é negativa, pois o espaço da cidade tombado é percebido como lugar de “abandono”, “esquecimento” e “casas velhas”.

Vale mencionar uma aparente contradição na pesquisa. A maior parte dos entrevistados mostram-se favoráveis ao tombamento da cidade, entretanto apontam que grande parte dos cachoeiranos não compartilham do mesmo entendimento. Contudo durante o desenvolvimento da pesquisa não encontramos este grande quantitativo de entrevistados que se mostram claramente contrários ao tombamento da cidade. Ao contrário, a pesquisa revela que as pessoas são majoritariamente favoráveis, embora apontem questões e dilemas em residir em uma cidade histórica regida por normatizações.

Existe o entendimento geral que o tombamento impossibilita a instalação de indústrias e outros tipos de comércio, este fato contribui para que as pessoas dissociem a preservação patrimonial do desenvolvimento. As políticas de preservação patrimonial estão em meio a uma encruzilhada diante dos conflitos que aparecem por conta da sua aplicação. Muitas vezes a adoção do instrumento do tombamento é enxergado pela sociedade como um entrave, um engessamento ao impedir seu crescimento.

A dissociação entre preservação de uma cidade histórica e o seu desenvolvimento pelos moradores de Cachoeira constitui-se como um ponto importante a ser resolvido no que concerne à formulação das políticas de preservação patrimonial. As opiniões de alguns moradores da cidade confirmam ainda a visão dicotômica entre a preservação patrimonial e desenvolvimento. Não raro são os questionamentos da população que se mostram contrárias ao tombamento integral ou sobre a maneira como atuam os órgãos de preservação. Existe um discurso recorrente entre os moradores de que Cachoeira deveria ter uma área de proteção rigorosa cuja atuação do IPHAN deveria ser mais rígida impedindo a descaracterização da área mais antiga da cidade e outra área da cidade da qual tudo pudesse ser realizado como em qualquer outra cidade produzindo uma espécie de separação entre o novo e o velho, entre a “Cachoeira Velha” e a “Cachoeira Nova”.

Em Cachoeira, não há um movimento organizado contrário ao tombamento da cidade, contudo há relatos de pessoas contrárias ao tombamento completo da cidade apontando a necessidade de criação de uma poligonal. Mesmo após décadas de tombamento ainda há muitas polêmicas em torno deste regime de proteção. Se nos artigos jornalísticos pouco antes do tombamento havia um sentimento de euforia com a notícia do tombamento da cidade, poucos meses depois encontramos uma postura completamente oposta:

[...] o DPHAN negativamente impede o progresso e as construções necessárias ao desenvolvimento e ao progresso urbanístico da cidade Heróica. Assim não! **É melhor abdicarmos destes títulos pomposos e bombásticos e que venha o progresso para Cachoeira.** É o que todos nós sensata e patrioticamente pensamos e queremos. Ou então que o DPHAN seja mais progressista mais sensato e menos **atrofiador do desenvolvimento** para não matar o progresso da zona convertendo Cachoeira em museu arruinado ou Coliseu de Roma e Pompéia na Itália, pois não devemos permitir nossa (conventrisação) por absurdos e dedos-duro de funcionários irresponsáveis do DPHAN: **Cidade-Monumento ou Mausoléu?** (grifo nosso, JORNAL A CACHOEIRA, nº 1534, 22 de agosto de 1971).

O conteúdo deste artigo jornalístico é encontrado até hoje nas conversas pela cidade, pois o entendimento sobre viver numa cidade histórica regida por normas de preservação pouco mudou. Apesar dos entrevistados em grande maioria atestarem os benefícios do tombamento (mesmo que seja o tombamento parcial) muitos relatam que a maior parte dos cachoeiranos encaram o tombamento como um entreve ao desenvolvimento e ao progresso da cidade na medida em que impede a verticalização e outras mudanças estruturais (uma vez que causaria impactos na paisagem urbana). As pessoas possuem o entendimento de que o progresso está relacionado a independência em fazer qualquer realização em suas próprias casas, ou com a chegada de indústrias na cidade, ou a sua verticalização.

O IPHAN é apelidado por algumas pessoas de “cupim” por não permitir mudanças nas edificações e por não conseguir resolver o problema das ruínas que se espalham pela cidade diante do quadro de abandono e da reduzida condição econômica dos herdeiros destes imóveis. Para o arquiteto Nivaldo Andrade, apesar de todas as falhas, esta postura é absolutamente desrespeitosa para com o órgão diante de todas as contribuições que o IPHAN vem realizando na cidade. Para H.A.S (80 anos, aposentado), não havia a necessidade de tombar toda a cidade, pois o decreto assinado por Getúlio Vargas, em 1937, tombando alguns monumentos isolados bastaria para contar a história de Cachoeira. Em sua opinião bastaria aumentar o número de bens tombados isoladamente ou manter a listagem antiga, mas não a totalidade da cidade. Em sua opinião o tombamento completo da cidade de Cachoeira é um equívoco.

[...] não sou favorável ao tombamento da maneira como foi feito não sou a favor, não dão satisfação a ninguém, não convidam ninguém, eu não aceito isso (...)Hoje ficou uma cidade meio travada, o patrimônio atrasa muito Cachoeira, eu não gosto do patrimônio [IPHAN], é um “cupim”, porque ele conserva as ruínas, está aí uma ruína aqui ao lado, é uma vergonha, ninguém pode fazer nada que o patrimônio [IPHAN] não deixa derrubar nenhum tijolo,

a vida humana vale menos que um tijolo, está arriscado cair aí e matar muita gente. Eu sou o contra o patrimônio, eu não gosto do patrimônio.

A maior parte dos entrevistados mostram-se favoráveis ao tombamento da cidade, contudo possuem o desejo da criação de uma poligonal de tombamento, ou seja, defendem o tombamento da cidade de Cachoeira, entretanto dentro de uma área definida. O dito “centro histórico” é a área sempre mencionada como área prioritária das ações dos órgãos patrimoniais, logo existe o entendimento de que os limites desta área devem ser definidos de modo a proteger suas características. As pessoas reconhecem que o tombamento auxilia na preservação, entretanto impõe limitações ao uso diante das normatizações patrimoniais. Segundo os entrevistados que almejam a definição da poligonal esta delimitação seria útil, pois assim as normatizações seriam lançadas sobre a área mais antiga da cidade e fora deste perímetro estariam livres para realizarem as modificações nas edificações.

Diante do que já foi exposto percebemos que há muitos dilemas no contexto do tombamento e das normatizações nos espaços vividos o que nos leva a acreditar que a gestão das áreas tombadas é uma tarefa demasiadamente complexa. Uma das alternativas que aparecem neste contexto do tombamento é o envolvimento dos moradores, enquanto agentes sociais fundamentais a preservação. Em algumas entrevistas notamos o desejo de que haja pequenos estímulos (afetivos) e incentivos (financeiros, como benefícios fiscais, isenção de parte dos impostos como o IPTU) que podem favorecer a preservação patrimonial e a elevação da autoestima daqueles que vivem em uma cidade tombada.

Para R.S (54 anos, secretária executiva), os moradores não se interessam em preservar e em colaborar com as normatizações patrimoniais porque não possuem o entendimento dos benefícios que poderiam ser revertidos com a preservação tanto das suas casas quanto da cidade como um todo. Evidentemente, os moradores enxergam mais os ônus em viver em uma cidade patrimonializada do que bônus, pois o tombamento e as normatizações patrimoniais são enxergados como malefícios. A partir do momento em que as pessoas percebam que a preservação, enquanto responsabilidade de todos, pode ser um meio importante para o desenvolvimento da cidade, a melhoria urbana, para renda dos seus moradores elas passarão a auxiliar.

Na mesma linha de raciocínio está o posicionamento de V.C.A (54 anos, pescador), que acredita que serviria de estímulo à preservação se os moradores obtivessem alguma renda através da preservação. E aponta que a criação de estratégias

deve ser pensada por todos os envolvidos: moradores, gestores e técnicos ligados aos órgãos de preservação. Ainda arrisca a possibilidade da criação de cursos de capacitação para que as pessoas possam trabalhar com o patrimônio de maneira direta, através de atividades básicas como carpintaria, serralheria, artesanato, hospedagem e atividades ligadas a produção cultural, guias de turismo cujo objetivo seria empregar as pessoas e fortalecer o patrimônio da cidade de maneira conjunta. Assim, a população se sentiria mais envolvida na medida em que os impactos das ações de preservação possam contribuir para a melhoria dos seus espaços de vida, de suas necessidades básicas e cotidianas. Esta perspectiva de coparticipação dos envolvidos em prol do desenvolvimento da cidade e de seus moradores é também trabalhada por Simão (2006) que esclarece:

Se o entendimento sobre as razões para a preservação de referências do passado forem realmente compartilhados com todos os envolvidos, certamente o comprometimento com a tarefa de preservar será significativamente maior. Se se entender que esse processo é dinâmico, e não estático, que todos participam de um caminho, de uma trajetória histórica de evolução e desenvolvimento, a preservação terá outra abordagem. E, se percebesse que a utilização desses bens pode e deve propiciar benefícios para toda a população envolvida, através da dinamização econômica e social, mais tranquilo seria o processo de apropriação por todos os envolvidos (SIMÃO, 2006, p 45).

O tombamento enquanto instrumento de proteção patrimonial visa proteger os bens culturais de possíveis processos de descaracterização e destruição dos bens edificados. Contudo, a valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento de tal patrimônio. Desta maneira, as expressões “sensibilização patrimonial” e dentro deste âmbito a “educação patrimonial⁸⁶” tornaram-se muito frequente nas pesquisas que trazem à baila a discussão sobre o patrimônio.

Em Cachoeira, a maneira como este tombamento foi estabelecido demandava ações conjuntas de sensibilização e/ou educação patrimonial de modo a aproximar os moradores dos seus patrimônios. Segundo os moradores existe a necessidade de um trabalho para que as pessoas reconheçam o valor que a cidade e seus patrimônios possuem. O fato de Cachoeira ser uma cidade integralmente tombada existe um desejo quase unânime entre os entrevistados da necessidade de um trabalho de educação patrimonial que possa unir os moradores aos órgãos de preservação e entre estes e o

⁸⁶ Usaremos a denominação “educação patrimonial”, pois foi assim relatado pela maioria dos entrevistados.

patrimônio cultural. Para R.S (54 anos, secretária executiva), este é um ponto chave da discussão, pois “gasta-se milhões, mas não prepara a população para entender”. E acrescenta que a ausência da educação patrimonial, tanto no período do tombamento quanto ao longo dos 40 anos pós tombamento, deu espaço a desinformação e aos desentendimentos.

A educação patrimonial é entendida, grosso modo, como uma atividade de reflexão propulsora de práticas preservacionistas, pois a pouca valorização, e por conseguinte, as reduzidas ações de preservação atribuídas ao patrimônio são também fruto do desconhecimento daqueles que interagem com o patrimônio. A temática da educação patrimonial é relativamente recente e sempre cercado por muitas discussões sobre seu conceito e, sobretudo, na sua forma de atuação. Segundo o Guia de Educação Patrimonial (1999), produzido pelo IPHAN, educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. O trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p 6).

A partir deste entendimento que busca difundir e valorizar o patrimônio os órgãos de preservação buscam implementar algumas ações de educação patrimonial sejam elas vinculadas aos programas de preservação patrimonial ou a partir da implementação na grade escolar a partir das Secretarias de Educação. Contudo, esta postura ainda não foi bem concretizada em Cachoeira. As pessoas garantem que se as ações de educação patrimonial ocorressem a cidade seria bem melhor preservada. Torna-se necessário mais do que punir e fiscalizar, mas sim um trabalho contínuo baseado no diálogo. Para C.C.N (54 anos, projetista) as pessoas não foram educadas para conhecer e valorizar o que tem na cidade, sendo então difícil a valorização sem o conhecimento do seu significado. É através do (re)conhecimento do patrimônio cultural que as pessoas passam a valorizar e preservar aquilo que reconhece como seu. E ainda acrescenta:

[...] a primeira coisa que deveria ser feita assim quando a cidade foi tombada é criar uma educação patrimonial para o povo de Cachoeira (...) chamar a população para conversar sobre a importância para que as pessoas daqui olhem para a cidade com outros olhos (...) como é que ele vai valorizar uma coisa que ele não sabe o que é.

O artista plástico U.O.C (47 anos) relata o seu sentimento de tristeza ao ver alguns patrimônios sem o devido valor afirmado que “o que me deixa triste é que temos tanto patrimônio e que fica esquecido, deixa acabar”. Nas entrevistas a preocupação aparece diante do quadro de arruinamento de muitas edificações da cidade cuja localização se dá no centro ao abrigar muitas sobrados e casarões antigos que foram deixados como herança para seus descendentes, contudo permanecem esquecidos e transformados em edificações arruinadas e sem uso definido.

Para O.P.S (60 anos, aposentado) o significado do patrimônio vai além de sua função de memória, segundo ele deveria ser parte constitutiva da vida das pessoas no presente e acrescenta que as pessoas deveriam enxergar o patrimônio como “coisa viva” e que se reconheça nele. Tece críticas sobre a presença de patrimônios materiais sem uso na cidade devido as suas condições físicas da qual gasta-se dinheiro público em sucessivas reformas. Existe o desejo explícito de mudança deste contexto, inclusive alguns sugerem a recuperação ao menos das fachadas destes imóveis de modo a melhorar o aspecto paisagístico da cidade de modo a tentar esconder o enegrecimento das fachadas causada pelo tempo.

Não basta apenas reconhecer os valores dos bens através da patrimonialização, é preciso ir além a partir de políticas de preservação do patrimônio com investimentos para a recuperação dos aspectos materiais e de políticas de salvaguarda ao patrimônio imaterial e quando necessário de assistência as pessoas que perpetuam o patrimônio cultural. A patrimonialização é importante e necessária, pois auxilia na proteção no sentido de conservar as formas materiais, ajuda na divulgação, valorização e elevação da autoestima daqueles que se relacionam com os bens culturais, além de contribuir a partir da execução de políticas públicas.

Para E.C.R (65 anos, aposentado), enquanto grande conhecedor da história da cidade e defensor do patrimônio cultural, sua única tristeza em ver a cidade é que o início das reformas na cidade começou tardiamente contribuindo para a descaracterização de suas formas construídas. Opinião esta compartilhada por J.S.F (62 anos, aposentado) que acredita que a preservação deveria ter sido mais cedo para evitar a chegar o quadro que

chegou, pois segundo ele deixou ruir primeiro para depois reformar. E.C.R (65 anos, aposentado), acrescenta que, apesar disso, atesta que vem sendo testemunha de muitos avanços na cidade através de programas como o Monumenta que emprestou verbas para reformas de edificações particulares. Um dos aspectos importantes na preservação do patrimônio é a participação dos moradores na sua preservação. E ainda acrescenta que, a participação popular seria fundamental a preservação do patrimônio de Cachoeira e para evitar parte dos problemas que persistem até hoje, segundo ele:

[...] o povo precisa é se educar, para poder colaborar com a conscientização, faltou isso do IPHAN antes de elevar a cidade ao título de monumento nacional, teria que explicar que a cidade receberia este título, mas que todos os cachoeiranos deveriam colaborar como os principais, os donos da casa (...) o que faltou da parte do IPHAN foi conscientizar a comunidade do valor histórico da cidade e porque iria ser realmente tombada.

Existe a consciência de que patrimônio é algo que possui importância, e sendo importante para as pessoas deve ser cuidado. Contudo, nem sempre o fato de ser importante repercute em ações práticas de preservação. Contudo, deve-se relativizar que não são somente os moradores de Cachoeira os agentes responsáveis pela situação de preservação ou de degradação do seu patrimônio. As respostas para estas questões situam-se no seu contexto histórico de Cachoeira, nos aspectos econômico e social, nas políticas de preservação dos órgãos federal e estadual de preservação e nas ações (e nas ausências) do Poder Público local no tocante ao patrimônio cultural, além da participação daqueles que se relacionam diretamente com os bens culturais.

Enquanto ativista social O.P.S (60 anos, aposentado) atesta que o cuidado com o patrimônio prescinde do poder público, pois é, antes de tudo, uma questão de consciência individual não sendo necessário esperar o Poder Público para preservar aquilo que um grupo julga importante. E ainda acrescenta que é preciso que as pessoas se autonomizem pelas questões que se referem ao que diz respeito ao coletivo e isto se aplica nas discussões sobre o patrimônio cultural, mas também do ponto de vista político, ambiental, cultural. A.G.S (59 anos, professor) afirma a importância do patrimônio e de sua preservação e esclarece a necessidade de participação do Poder Público neste processo:

[...] em uma cidade histórica, heróica e monumento nacional o patrimônio é tudo, então claro que ele tem que ser preservado, tem que ser cuidado, tem que ser guardado e o Poder Público seja ele municipal, estadual e federal tem que estar à frente porque na verdade as pessoas muitas vezes não têm nem condições de cuidar da preservação, tem um patrimônio mais não pode, não

tem nem condições de cuidar, netão cabe o poder público ajudá-lo, orientá-lo, acompanhar.

Como modo de discutir a noção de patrimônio a ONG “Centro de Estudos Raízes do Recôncavo” e a recente “Casa da Barro” apresentam-se como espaços de discussão sobre a questão patrimonial em Cachoeira. Estas instituições desenvolvem projetos sobre o patrimônio cultural de Cachoeira, e outros municípios do Recôncavo, trabalhando com a valorização, divulgação e investigação do patrimônio cultural cujo público em maior parte são de crianças e adolescentes da cidade. Estas duas instituições possuem espaços de discussão, um pequeno acervo de livros, e desenvolvem trabalhos individuais.⁸⁷

Para R.S (54 anos, secretária executiva e educadora), membro da ONG Raízes do Recôncavo, expõe as dificuldades e fala a respeito da necessidade de preparar as pessoas da cidade para conviverem com tal patrimônio. Mesmo trabalhando há 10 anos com a temática da educação patrimonial em Cachoeira relata que “quando você nasce numa cidade histórica você não nasce no DNA a preservação, você tem que preparar o povo para viver em uma cidade histórica”. Expõe também a importância de que são os participantes do grupo que devem decidir sobre quais bens vão valorizar no âmbito das discussões do grupo, pois entende que mesmo os patrimônios não consagrados são também importantes. Segundo a educadora, a educação é um bom caminho para que as pessoas desenvolvam uma afinidade e possam se (re)aproximar dos bens patrimoniais, entretanto não precisa necessariamente estar em sala de aula para aprender a dar valor ao patrimônio e cita possibilidades que envolvam a comunidade como um programa de rádio, as contações de histórias e o desenvolvimento de práticas onde as pessoas possam participar, pesquisar e aprender ao mesmo tempo⁸⁸.

L.M.N (32 anos, comunicação social), membro da Casa de Barro, relata a importância de trabalhar a contextualização do patrimônio no tempo e no espaço discutindo como os patrimônios foram construídos, com quais objetivos, além de explicar

⁸⁷ A ONG Centro de Estudos Raízes do Recôncavo desenvolve oficinas de confecções de máscaras e cabeçorras para a Festa D’Ajuda. A Casa de Barro desenvolve diversos trabalhos e em 2013 o destaque foi o projeto OURUA reunindo educadores e estudantes dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe para oficinas, mini cursos, palestras com a temática do patrimônio cultural do Recôncavo.

⁸⁸ De modo a estimular a investigação, divulgação e valorização do patrimônio a ONG Centro de Estudos Raízes do Recôncavo produziu, em parceria com a Votorantim e com apoio das Secretarias de Educação dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, uma série de vídeos “É da gente – a cultura está no ar” resultado do “Projeto Novos Olhares” com a participação de jovens de escolas públicas que produziram uma série de vídeos (através da aprendizagem de técnicas de roteiro, gravação e edição de vídeos) sobre a diversidade do patrimônio cultural no Recôncavo. O resultado deste material resultou em um DVD distribuído gratuitamente nas escolas públicas de todas as cidades envolvidas.

os porquês da permanência e do desaparecimento de muitos bens culturais. E ainda acrescenta que a falta de esclarecimento que tem levado a descaracterização da cidade, pois, em sua opinião, o “não saber” gera problemas, não se tem conhecimento sobre o porquê foi tombada, como foi, porque Cachoeira recebe tantos turistas, como preservar e porque preservar. A ausência desta reflexão de forma conjunta e de esclarecimentos básicos sobre legislação patrimonial tem levado aos desentendimentos.

A educação patrimonial tem como propósito aguçar o olhar sobre o que está envolta, nas belezas das festas, na religiosidade, nos monumentos, nos lugares onde se passa todos os dias, mas que às vezes se olha, mas não se vê. Para M.G.J (64 anos, professor) confirma que a questão da educação é importante para criar o sentimento de pertencimento e valorização do espaço. Os valores impregnados nas coisas do passado precisam ser amplamente divulgados para que a população local consiga reaver o seu orgulho por algo que é deles e que é valorizado. Simão (2006, p 45) afirma que “o gosto e o amor são fundamentais para que o cuidado realmente exista”.

Ainda segundo M.G.J (64 anos, professor) em Cachoeira “o povo não zela profundamente pelo seu patrimônio, não brigam com alma pelo patrimônio”, pois associam o patrimônio como coisa antiga que deve ser mudada. E ainda acrescenta que o ideal de “progresso” do cachoeirano está associado ao um “padrão classe média” de possuir carros na garagem e prédios altos com vidros e espelhos, portanto, contrário ao padrão das cidades históricas. Em sua opinião o que valoriza o patrimônio é o amor que as pessoas tem pelo patrimônio.

[...] não se ama o que não se conhece (...) é preciso que seja dito desde o momento que ele nasce. Se alguém disser: isso é importante, contar a história de como aquilo foi feito, o sofrimento que o povo brasileiro teve, a perversidade da escravidão, a criança começa a “entrar” em cada argamassa, em cada tijolo, em cada telhado, em cada forro, para reconhecer que aquilo é belíssimo, sem esse aprendizado é impossível.

Apesar de relatos como este muitos entrevistados afirmam que o desejo geral da população seria derrubar tudo, uma espécie de “complexo de tábula rasa”, de modo a construir tudo novo com edificações mais modernas como em outras cidades. L.C.N (59 anos, professor) concorda com este posicionamento e confessa com certa preocupação e relata que “o povo de Cachoeira tem uma pulsão neurótica de querer destruir a cidade”. Segundo o entrevistado a dificuldade sob o ponto de vista da preservação patrimonial

ocorre, pois “o que falta em Cachoeira é a consciência da potencialidade material e imaterial que a cidade possui”

A percepção cidade histórica pelos moradores está associada a cidade antiga, velha e sem vida, logo contrário ao que é contemporâneo. Para C.C.N (54 anos, projetista). “eles [os moradores] não entendem que moram numa cidade diferenciada, eles não reconhecem o valor deste patrimônio (...) as pessoas não respeitam as normas porque elas querem ter o mesmo direito de mudar como em outras cidades”, ou seja, apesar das normatizações que tentam de algum modo preservar a cidade histórica as pessoas desobedecem as normas de preservação diante do desejo de mudança natural em qualquer espaço aliado a percepção de que a presença de construções seculares representa esquecimento, estagnação.

O IPHAN, dentro das ações do Programa Monumenta, desenvolveu em 2007 a cartilha intitulada “Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural” sendo o resultado de um projeto que estimulava a educação patrimonial em escolas do município e cujo resultado foi a elaboração da cartilha de modo a estimular os professores e alunos a continuarem esta discussão. Esta cartilha foi fruto de um trabalho iniciado em 2006, com recursos do Programa Monumenta que desenvolveu uma pesquisa de modo a estimular outros trabalhos de educação patrimonial.

Assim, o IPHAN deu início a uma pesquisa que pretendia compreender qual era o entendimento dos cachoeiranos sobre o patrimônio, ou melhor, o que é patrimônio para os cachoeiranos. Confirmando que toda e qualquer ação de educação patrimonial somente será possível com a participação da comunidade. As ações do Programa Monumenta previam uma parte dos recursos financeiros para as atividades de educação patrimonial, contudo a ação ficou restrita as discussões, entrevistas com os moradores, elaboração e distribuição desta cartilha⁸⁹.

É unanime entre os entrevistados o posicionamento de que o patrimônio possui importância em suas vidas. Em alguns relatos o patrimônio parece ser de fato importante, pois se refere a história da própria cidade. Ao falarem sobre suas vidas o patrimônio aparece fazendo parte dos seus momentos pessoais. Muitas vezes o bem cultural foi abordado a partir das memórias afetivas e sensoriais dos entrevistados, para outros o

⁸⁹ Esta cartilha posteriormente estimulou a criação da lei municipal que determinou a introdução da disciplina de educação patrimonial no currículo das escolas públicas de Cachoeira. A ação de educação patrimonial deve ser uma ação continua e não deve-se restringir apenas a grade curricular escolar. Uma ação de sensibilização patrimonial para o jovem da escola, mas para os moradores como um todo.

patrimônio adquire importância por conta do contato estabelecido cotidianamente com os bens patrimoniais. Nas entrevistas as pessoas articulavam as suas histórias de vida com as histórias da cidade trazendo à tona fatos históricos, práticas culturais e lugares da cidade que marcaram suas vidas em algum momento. Ao considerar-se ecumênica, por frequentar cultos católicos e de matriz africana, V.R (23 anos, historiadora) afirma a importância do patrimônio na sua vida, pois segundo ela todos carregam dentro de si o patrimônio o tempo inteiro através da musicalidade e da religiosidade. A religiosidade aparece com destaque enquanto um grande patrimônio não sendo raro encontrar pessoas com duplo pertencimento religioso.

J.C.S (56 anos, comerciante) fala sobre o significado do patrimônio: é importante porque é uma memória das antiguidades da cultura de Cachoeira (...) Cachoeira é conhecida como cidade histórica e heróica, porque ela tem um passado lindo(...)por isso que eu digo é patrimônio, e quando é patrimônio tem que preservar, pena que a maioria das coisas não é preservada. C.E. (40 anos, empresário) na condição de morador e apaixonado pela cidade afirma “eu vivo o patrimônio totalmente”. Afirma que admira os muitos patrimônios e se preocupa com a salvaguarda, pois na condição de fotógrafo, nas horas vagas e estudante de cinema da UFRB, todo o material registrado devolve as entidades como a Boa Morte e Ajuda, além de registrar frequentemente os patrimônios da cidade em uma página nas redes sociais com mais de 6000 membros⁹⁰.

O patrimônio é algo importante também para G.S (53 anos, enfermeiro) que traz estampado em sua camisa uma imagem da Festa D’Ajuda. Segundo ele, reconhecer um bem cultural como patrimônio é uma maneira de perpetuar para que as outras gerações possam conhecer, pois uma de suas preocupações é a perda de algumas manifestações culturais pelo número cada vez menor de participantes em muitas das festividades em Sendo adepto do candomblé, G.S (53 anos, enfermeiro), acredita que os patrimônios imateriais são os mais importantes e acredita que passos importantes estão sendo dados, pois muitos terreiros de candomblé estão sendo tombados. Segundo ele o ato de tombamento e registro é positivo para que os seus descendentes possam dar continuidade ao patrimônio:

[...] porque eu estou aqui hoje, mas se tem alguém que pode tomar conta disso, através dessa história, vai dar continuidade, não é bom? não morre, nem ninguém se perde, nada se perde, alguém vai saber que existiu aquilo, fica praticamente gravado, registrado, além de uma coisa preservada.

⁹⁰ Página da rede social Facebook: Cachoeira-Bahia (Oficial)

T.M (26 anos, professora), afirma que o patrimônio é muito importante considerando este um bem herdado de seus pais e avós que precisa ser cuidado e acredita que ao participar todos os anos da Festa D’Ajuda é dar continuidade a este patrimônio cultural, pois se tornou uma tradição familiar. Para A.F (54 anos, arquiteto) o patrimônio de Cachoeira possui uma importância para diversos sujeitos e acredita que este patrimônio não pertence somente a cidade e seus moradores, mas para todos que desejam conhecê-lo. Relata que vive o patrimônio da cidade ao fazer parte da Irmandade D’Ajuda e reconhece que tanto a Igreja quanto a Festa D’Ajuda constituem um rico patrimônio do qual ele faz questão de participar. Para O.P.S (60 anos, aposentado) o patrimônio possui grande importância em sua vida e atesta a necessidade de preservação não somente da porção externa da casa, mas também interna mesmo para os bens que não são tombados isoladamente. Para ele tudo que foi herdado em sua casa possui um significado simbólico que está presente nas paredes da casa, nas escadarias de madeira, em cada telha antiga, sendo portanto necessário cuidar para que não se perca.

A melhoria dos aspectos morfológicos, através dos programas de preservação patrimonial, proporciona visibilidade a cidade, contudo Cachoeira mostra-se ainda muito debilitada nas questões sociais. Existe o entendimento de que para além dos cuidados com o patrimônio edificado, deve haver uma atenção especial para com as pessoas que se relacionam com este patrimônio. O relato de H.V.B (55 anos, membro de instituição religiosa) demonstra que as políticas de preservação do patrimônio não deveriam estar focadas somente nas edificações de maneira pontual deve englobar o todo, e ainda acrescenta:

[...] sim, [o patrimônio] é importante, estou aqui há 30 anos, eu vivo neste contexto aqui, a cidade é tombada como um todo é o patrimônio nacional, mas também o povo que é o mais importante nesta cidade, as pessoas que aqui vivem, ou nasceram aqui, ou que residem, o cidadão daqui são pessoas importantes, precisamos considerar estas pessoas com suas histórias, até porque vivendo aqui elas são cidadãs que interagem com o conjunto, não são pessoas que habitam de qualquer forma, são pessoas que habitam aqui e que se relacionam com o patrimônio edificado e se relacionam também com o patrimônio imaterial, as culturas, ou traços de manifestação religiosas, católicas ou não, não há outra forma de pensar a cidade somente pelo seu conjunto material, as edificações, seus atrativos, mas pensar que a cidade com o povo que nela habita forma um todo e é justamente o todo que devemos trabalhar, o ser humano e onde ele habita.

Vale ressaltar que além da importância do patrimônio para cada indivíduo, muitos entrevistados apontam o valor que o patrimônio possui para a cidade como um todo haja

vista as benesses adquiridas via patrimonialização. O patrimônio torna-se importante também porque agrega mais valor à cidade, atrai visitantes e investimentos, pois a preservação do patrimônio da cidade acaba estimulando, principalmente os incentivos ao turismo cultural.

Contudo, o ônus da patrimonialização não é esquecida pelos entrevistados, pois sempre aparece trechos referentes as normatizações e adequações que todos devem fazer em atendimento a legislação patrimonial. Em casos ainda mais graves percebe-se o ônus da patrimonialização quando envolve segregação social e espacial ou mesmo diante dos inconvenientes causados aos moradores pelo grande fluxo de visitantes a cidade atraídos pelo patrimônio ou pelas festividades. Assim, o patrimônio ao mesmo tempo que é entendido como de grande lucratividade pelos benefícios trazidos a determinados grupos, acaba também sendo um fardo devido ao ônus adquirido diante da sua conservação para outros grupos.

Em Cachoeira, as políticas de preservação de um modo geral possuem grande aceitação e são entendidas como positivas por grande parte dos moradores que enxergam na patrimonialização uma nova possibilidade perante a paragem econômica que a cidade se viu deparada. Ter um rico acervo arquitetônico e manifestações culturais contribui para o reconhecimento de Cachoeira diante da visibilidade atual das discussões que envolvem a temática patrimonial. Assim, o patrimônio cultural em Cachoeira tornou-se um veículo de novas possibilidades por isso a aceitação de políticas para sua recuperação física e incentivos as suas manifestações.

A recuperação deste patrimônio é entendida como meio que Cachoeira possui de alcançar visibilidade perante outras cidades e assim obter novos investimentos na melhoria do seu espaço físico e em sua preservação, além da possibilidade de atrair novos setores, como a universidade, e assim aumentar o fluxo de visitantes trazendo possibilidade de aumento de renda para seus moradores. Percebe-se assim, um sentimento ambíguo com relação ao patrimônio, pois ao mesmo tempo que ele remete a riqueza de um passado e por conta disso a possibilidade de novos investimentos diante de sua condição de “histórica”, ele indica impossibilidade de mudanças e conseqüentemente de “progresso”.

Entretanto, notamos também que uma parte dos moradores compreende as ações no patrimônio de Cachoeira sob outra perspectiva situado no campo do juízo de valor e nos dilemas com os órgãos de preservação. Os entrevistados apontam que muitos moradores da cidade percebem Cachoeira muito mais como uma cidade antiga e

estagnada do que como um acervo importante a ser preservado diante dos valores históricos, artísticos e culturais que Cachoeira carrega. Logo, o pouco valor atribuído às suas formas por parte de sua população contribui para que muitos desejem que a cidade possua formas mais modernas como em outras cidades. O aspecto de suas formas é percebido mais como coisa antiga e reflexo da pobreza econômica do que como um bem de grande valor a ser preservado seja pelo contexto histórico, econômico e social envolvido seja pelos valores arquitetônicos, estético e das belas artes.

As normatizações patrimoniais estabelecidas pelos órgãos de preservação são apontados como um grande problema pelos moradores. Existe o entendimento corrente de que a preservação do patrimônio na verdade configura-se como um empecilho ao desenvolvimento da cidade ao limitar o uso do espaço da cidade fato este que promove muitos desentendimentos entre moradores e órgãos de preservação. Normalmente nas cidades históricas aqueles que mostram-se contrários às políticas de preservação são por ver frustrados interesses particulares como: empresários da construção civil, proprietários de imóveis antigos que desejam se desfazer, prefeituras de cidades históricas com projetos de urbanização modernizadores.

É importante mencionar que apesar da quase unanimidade da importância direcionada ao patrimônio percebe-se que ao percorrer as ruas certa desatenção para com a preservação do patrimônio edificado. Será que a importância atribuída ao patrimônio somente preenche o campo da retórica? Por que a importância atribuída ao patrimônio não se desdobra em ações práticas de preservação pelos moradores? Serão os moradores os únicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural? Quais os motivos que contribuem para a atual situação do patrimônio na cidade?

De um modo geral constatamos que apesar do envolvimento e preocupação de alguns agentes sociais com a temática patrimonial nota-se que o patrimônio não está nas principais discussões no âmbito dos espaços vividos. As questões que envolvem o patrimônio estão muito diluídas no cotidiano e não aparecem com consistência. Nota-se que questões sociais e econômicas (como o desemprego, pobreza, violência) e políticas (corrupção, interesses eleitoreiros, disputas partidárias) acabam ganhando mais relevo. Este quadro está em consonância com o contexto geral do país, pois o patrimônio não faz parte das principais políticas públicas, não está inserido nas grandes discussões nem tampouco é destinado parcela significativa do orçamento na recuperação e valorização do patrimônio.

Vale ressaltar que as discussões que rondam o cotidiano no tocante ao patrimônio em Cachoeira estão muito mais relacionadas ao cumprimento as normatizações estabelecidas, ao uso do espaço e a forma de atuação dos órgãos de preservação patrimonial na cidade e quando se trata do vínculo com as atividades turísticas. Entretanto, poucas são as discussões sobre a representatividade ou não dos bens patrimonializados para os grupos sociais ou sobre a consistência das políticas patrimoniais na cidade.

A necessidade de preservar a cidade também aparece, pois as pessoas concluem que os visitantes vem buscar em Cachoeira o que ela tem de diferente das outras, de não padronizado, ligados as manifestações culturais e ao acervo arquitetônico que em certa medida ainda conserva edificações seculares. Existe o entendimento de que sendo semelhante a todas as outras não faria sentido a visitação turística. Em certa medida o estímulo à preservação do patrimônio aparece muito mais ligado a uma tentativa de manter suas características de modo a atrair visitantes e investimentos do que pela vontade em si de preservar o patrimônio arquitetônico da cidade. Acreditamos que o patrimônio extrapola esta importância, pois o cuidado com o patrimônio deve estar além da mera contemplação. Não faz sentido ter um patrimônio que não faz parte da vida das pessoas, onde estas não se considerem donas, não se apropriem de tal patrimônio cultural.

Diante de tantos patrimônios e da pluralidade de grupos parece não haver um único, mas um conjunto de patrimônios importantes em Cachoeira. Cada grupo irá atribuir quais são os seus patrimônios. Não existe “o patrimônio”, mas sim, patrimônios (no plural). A densidade patrimonial contribui para que muitos considerem Cachoeira como um grande bem precioso. Para R.S (54 anos, secretária executiva), Cachoeira é “um tesouro que ainda não foi descoberto por sua população”. Há sempre a menção que a própria população de Cachoeira é um verdadeiro patrimônio da cidade, pois eles convivem diretamente com o patrimônio, sendo portanto descendentes daqueles que criaram e sendo responsáveis hoje pela preservação e atualização da herança recebida. H.V.B (55 anos, membro de instituição religiosa) afirma que o maior patrimônio é o ser humano:

[...] pra mim o mais importante é o ser humano e o ser humano que edificou essa estrutura continua edificando outras estruturas de acordo com sua realidade, com a sua cultura, com seus costumes, seus hábitos (...) suas necessidades não são as mesmas das de ontem e é importante a gente considerar o ser humano, o grande patrimônio mesmo é o ser humano e não as edificações, ou as culturas, porque as culturas também passam, edificações também passam, não vão ficar de pé a vida inteira, agora se o ser humano não é levado em conta.

Para o aposentado E.C.R (65 anos), “o povo cachoeirano é o maior patrimônio”. Esta opinião é também compartilhada por M.G.J. (64 anos, professor), pois para ele as pessoas e tudo mais que elas constroem ou reconstróem são os grandes patrimônios de Cachoeira.

[...] o patrimônio que mais carece de preservação no nosso município é o patrimônio humano, não adianta eu falar aqui de alguns patrimônios que precisam novamente ser restaurados, eu acho que é o patrimônio humano que precisa ser preservado, porque se a gente preserva este patrimônio a gente preserva todos os outros patrimônios, tanto o material quanto o imaterial, este é o patrimônio maior que nós temos.

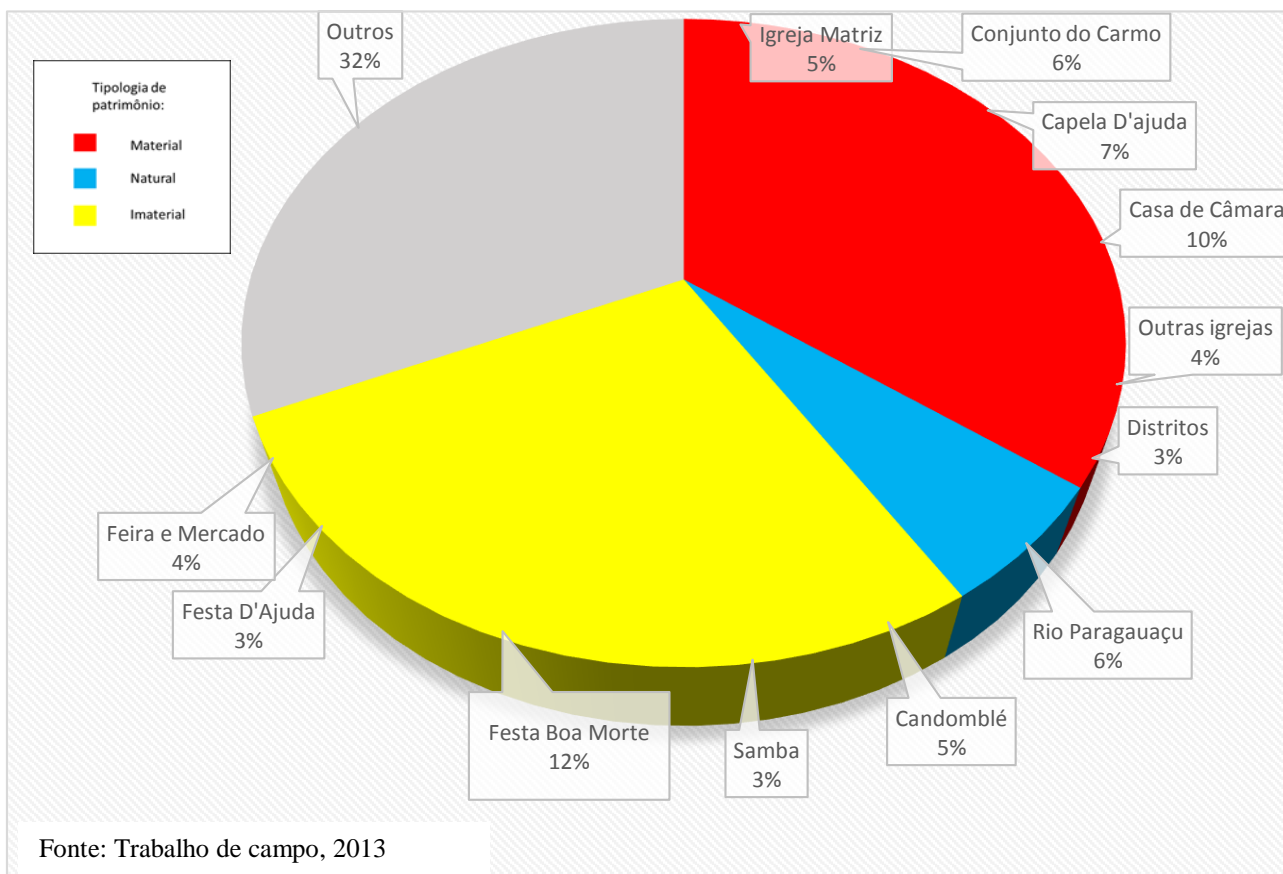
Uma das riquezas de Cachoeira aparece através de seus costumes e tradições presentes na memória oral. Tanto o samba de roda quanto o candomblé são manifestações que compõem a cultura de Cachoeira cuja transmissão dos seus ensinamentos é transmitida através da oralidade passada através das gerações familiares. Muitos são os “patrimônios vivos” (através de griôs, rezadeiras) da cidade que guardam em suas memórias as lendas, segredos e histórias da cidade. A memória oral destes detentores de saberes, a maioria idosos, precisa também de atenção através das políticas públicas de salvaguarda destes patrimônios. O museólogo J.L (50 anos) afirma que o patrimônio que mais carece de preservação em Cachoeira é o “patrimônio humano”. Ele se refere as pessoas que produzem, os artistas em geral, saberes que estão se perdendo (rezadeira, quituteira, griôs) restando apenas as lembranças. E ainda acrescenta que a Santa Casa, a Igreja Matriz, o acervo sacro, tudo isso é importante também, entretanto o ser humano que cria, constrói e reconstrói carece também de atenção.

Diante de tantos patrimônios em um espaço tão diminuto como a cidade de Cachoeira não são raros os relatos de que toda a cidade é um verdadeiro patrimônio sendo quase impossível a escolha de somente um aspecto entre tantos. A expressão “Cachoeira é um museu a céu aberto” é dita frequentemente de modo a demonstrar a riqueza do seu acervo. Para L.C.N (59 anos, professor) a historicidade de Cachoeira com toda as suas riquezas de manifestações culturais, a pluralidade de etnias responsáveis por sua formação presente nos livros de história e visível ao percorrer a cidade contribuiu para que Cachoeira seja considerada um verdadeiro “museu vivo”. Por conta de toda esta riqueza, o aposentado E.C.R (65 anos), afirma que “Cachoeira toda merece ser visitada”. O relato de E.S (43 anos, músico), mostra bem esta questão, pois para ele a cidade em si é um grande patrimônio:

[...] vejo toda a cidade como um patrimônio importante, uma pedra dessa é importante, se você for na Ladeira da Cadeia você vê ainda pedras que foram colocadas pelos escravos(...) isso é patrimônio, isso é importante, me sinto bem quando vejo isso.

O estabelecimento sobre quais os patrimônios são importantes para os cachoeiranos faz alusão a importância que estes patrimônios possuem na vida das pessoas, no seu contato diário, nas suas lembranças e em suas relações afetivas. A história de Cachoeira é tratada como um grande patrimônio diante da riqueza de acontecimentos históricos em que a cidade esteve envolvida e por se confundir com a própria história do Brasil. Para C.C.N (54 anos, projetista) “é a cidade de Cachoeira em si” um grande patrimônio. Ao estabelecerem muitos aspectos como patrimônios nos dá a entender que toda a cidade é considerada um patrimônio, pois os aspectos valorados estão em todos os cantos. O gráfico a seguir representa os patrimônios mais importantes da cidade de Cachoeira, segundo os entrevistados.

Gráfico 2: Quais os patrimônios mais importantes da cidade de Cachoeira



Através das entrevistadas fica evidente a riqueza patrimonial em Cachoeira. Em muitos relatos há várias menções aos diferentes patrimônios da cidade. Nas entrevistas percebe-se que os aspectos relacionados a religiosidade lideram o *ranking*, enquanto um importante patrimônio da cidade representado por sua marcante tradição afro católica. Segundo os entrevistados as igrejas católicas representam um grande patrimônio da cidade, com cerca de 22% dos patrimônios considerados mais importantes da cidade, entre elas: a Capela D’Ajuda (enquanto primeira edificação religiosa fundada no século XVI), o Conjunto do Carmo (Igreja e Casa de oração da Ordem Terceira do Carmo; Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, datados do século XVIII) e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (datada do século XVIII), além de outras igrejas da cidade. Apesar do grande destaque da sede municipal, vale ressaltar que as igrejas situadas nos distritos de Cachoeira (3%) e na zona rural foram citadas enquanto patrimônios e apesar de distantes da sede não perdem a importância, entre elas: a Igreja do antigo Seminário de Belém (Belém de Cachoeira), Igreja Matriz de Santiago (Santiago do Iguape) e Igreja e ruínas do antigo convento de Santo Antônio do Paraguaçu (Distrito de Iguape) e edificações antigas nas margens do Paraguaçu como as ruínas do Engenho Vitória.

Localizado no centro da Praça da Aclamação a Casa de Câmara e Cadeia aparece com grande destaque entre os patrimônios da cidade abrigando atualmente um museu e a Câmara de Vereadores. Sua imponente arquitetura aliado a sua importância histórica (sede de importantes discussões e acontecimentos políticos servindo inclusive como cadeia aos escravos) contribuiu para sua eleição enquanto um dos patrimônios da cidade. Entre os patrimônios da cidade escolhidos como os mais importantes existe entre os entrevistados uma forte relação com os bens já patrimonializados pelo Estado, neste rol possuem destaque os monumentos religiosos e edificações civis.

A eleição de um bem cultural como patrimônio pelos entrevistados pode também estar vinculado a influência dos meios de comunicação enquanto importante produtora de representações. Determinados bens culturais são utilizados pelas mídias em geral (mídia impressa, mídia televisiva) e pelo setor turístico. Especificamente em Cachoeira alguns monumentos como a Casa de Câmara e Cadeia, Conjunto do Carmo, Ponte D. Pedro II e o Rio Paraguaçu (enquanto patrimônio natural) são fortemente utilizados como imagens “marca” da cidade através dos cartões postais, folders turísticos, propagandas e filmes. A eleição destes patrimônios como os mais importantes de Cachoeira pelos entrevistados pode estar “contaminada” por esta influência midiática.

Os valores atribuídos na eleição de quais os patrimônios são os mais importantes acaba de algum modo se articulando com as políticas de patrimonialização instituídas pelo concebido. Isso significa que os patrimônios elencados como os mais importantes pelos entrevistados fazem referência direta aos patrimônios oficiais selecionados pelos órgãos de preservação.

Vale ressaltar que poucos ousaram definir como patrimônios da cidade bens patrimoniais não oficiais. O conteúdo das respostas valoriza, sobretudo, os bens de pedra e cal, sendo que poucos consideram aspectos da imaterialidade como patrimônios de maneira explícita. Na contra mão desta constatação está L.A.S (80 anos, aposentado) ao usar diariamente o calçadão da universidade para conversar com amigos afirma que apesar da recente instalação já considera a UFRB um patrimônio da cidade, pois segundo ele servirá de uso aos seus filhos e netos.

Cada indivíduo pode compor um repertório de patrimônios, mas pelas entrevistas nota-se que ainda há um forte entendimento de que os patrimônios são os já consagrados, pois a maior parte elege como patrimônios os bens alvos de patrimonialização. Ao selecionarem como principais patrimônios da cidade os bens já consagrados os cachoeiranos atestam que estes bens são importantes em seus espaços vividos, pois é a população que justifica o patrimônio.

O patrimônio imaterial é importante no cotidiano e revela-se também nos resultados das entrevistas. Entretanto, a tradição de patrimonializar bens construídos ainda impacta no entendimento de que o patrimônio refere-se aos bens materiais. Apesar da sacralização do patrimônio edificado, alguns depoimentos tentam romper com o modelo historicamente estabelecido ao apontar importantes manifestações da cultura cachoeirana como patrimônios. Cachoeira se destaca por possuir um grande acervo arquitetônico, contudo além dos imponentes bens materiais outros patrimônios ganham destaque na cidade entre eles: o candomblé (5%) através dos muitos terreiros espalhados pela cidade (Caquende, Baixa da Olaria, Ladeira da Cadeira, Alto do Rosarinho), mas sobretudo na zona rural. Vale ressaltar que muitos espaços ligados a ancestralidade africana estão sendo patrimonializados através do instrumento do tombamento, como o tombamento, pelo IPAC, do terreiro Rumpaime Ayono Runtólogi (*Gaiaku* Luiza) ou o tombamento provisório, pelo IPHAN, do terreiro Zogbodo Male Bogum Seja Unde (Roça do Ventura). Sobre o instrumento de proteção sob os terreiros de candomblé vale uma ressalva.

O ato de tombar os terreiros além do reconhecimento e valorização da cultura dos descendentes de escravos tem como proposta a proteção do seu espaço físico contra a especulação imobiliária, pois nos terreiros é importante os grandes lotes de terra e a presença da natureza. Entretanto reconhece-se que apesar da tentativa de preservação do seu espaço físico (através do tombamento) são os valores imateriais que se relacionam as práticas religiosas que são os mais importantes. Ainda vale mencionar que nada impede que após tombados estes espaços e práticas sejam também reconhecidos através dos registros patrimoniais. A antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolfi, técnica do IPHAN⁹¹ nos esclarece algo importante no que concerne as ações políticas no campo do patrimônio cultural. Em sua opinião, apesar de concordar que as dimensões materiais e imateriais são inseparáveis reconhece que esta divisão acaba se consolidando enquanto práxis institucional. Apesar disso ainda afirma que muitos avanços vêm sendo feito em prol de uma ação conjunta e aponta as atuais ações direcionadas aos terreiros de candomblé como um elo entre as políticas do patrimônio material e imaterial. No que se refere aos tombamentos de terreiros de candomblé ainda complementa que:

[...] os terreiros são justamente um ponto privilegiado de intersecção do material com imaterial por que é um patrimônio tombado portanto aplica-se todas as medidas de proteção que aplica-se a outros tipos de bens tombados, sejam os conjuntos sejam os monumentos individuais no entanto existe um entendimento desde o começo da patrimonialização desse tipo de bem que é o valor imaterial o principal que está se reconhecendo naquele tipo de bem, então está se tentando uma articulação da política.

O samba também aparece enquanto importante patrimônio em Cachoeira confirmando este importante traço da identidade brasileira que reúne ao mesmo tempo aspectos da musicalidade e das danças herdadas dos africanos. Apesar da presença em quase todo o país, cada região apresenta peculiaridades. Em Cachoeira, e em todo o Recôncavo, o samba de roda (3%) aparece como uma importante tradição que une ao mesmo tempo o samba, a capoeira e o candomblé de caboclo revelando a forte herança cultural bantu. Cachoeira abriga muitos grupos de samba de roda cuja marca registrada está na dança frenética em formato de roda embalada pela musicalidade cantada em coro seguida pelas batidas no prato e nas tabuinhas. Em Cachoeira, entre muitos grupos de samba, se destaca o samba da Suerdieck, criado por Dona Dalva, nos anos 1960 quando

⁹¹ Maria Paula Fernandes Adinolfi (Técnica do setor de patrimônio imaterial do IPHAN-Salvador). Entrevista realizada em 11/10/2013 na sede do IPHAN em Salvador.

trabalhava na fábrica de charuto homônima usando as tabuinhas de alisar os charutos para marcar o samba. Enquanto importante manifestação cultural o samba de roda foi registrado como patrimônio imaterial, pelo IPHAN, e depois como Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, em 2005, pela UNESCO.

Um dos grandes destaques considerados pelos entrevistados enquanto patrimônio da cidade está a Irmandade da Boa Morte (12%). Para J.A. F (23 anos, guia de turismo) a religião é um grande patrimônio em Cachoeira e considera as irmãs da Irmandade um “patrimônio vivo”. Esta opinião é compartilhada por U.O.C (47 anos, artista plástico) que acredita que não há em Cachoeira um patrimônio maior do que a Irmandade da Boa Morte, diante da grande história que envolve a devoção religiosa e a luta pelo direito à liberdade de negros escravos e acrescenta “como não ver uma Irmandade dessas com bons olhos, como não gostar de uma Irmandade como essa”. Contudo, lamenta a pouca participação dos cachoeiranos nesta festividade atribuindo ao pouco conhecimento dos moradores sobre a história que envolve a secular festividade.

Enquanto artista plástico, U.O.C (47 anos) utiliza sua arte para expressar a sua admiração por este patrimônio cultural em pinturas de camisas e esculturas em madeira vendidas em seu ateliê no centro da cidade. Além deste outros artistas cachoeiranos se inspiram nos muitos patrimônios da cidade de modo a criar seus trabalhos artístico. Estes patrimônios são amplamente fotografados, servem de estímulo aos artistas que usam suas diferentes técnicas para realizarem seus trabalhos. O patrimônio é objeto de inspiração aos leigos e artistas que fotografam suas festividades e monumentos, esculpem em madeira, ferro e barro divindades religiosas. Com paisagens cinematográficas Cachoeira é amplamente explorada por fotógrafos que capturam suas imagens. Suas histórias cotidianas, sua cultura contribui para a elaboração de documentários e de produção acadêmica e já serviu como cenário de filmes como a produção portuguesa do filme “Equador” da qual o cenário de Cachoeira representava as ilhas de São Tomé e Príncipe.

Lugares não construídos também entraram na listagem mostrando a correlação entre elementos naturais e culturais na constituição do patrimônio. Sempre mencionado pelos entrevistados, o rio Paraguaçu (6%) é considerado um importante patrimônio natural de Cachoeira. G.F. (61 anos, aposentado) atribui ao mesmo rio grande importância, para ele:

[...] o patrimônio do rio é o patrimônio mais importante da cidade, mas do que a arquitetura, mas do que a cultura, mas do que tudo, por que sem o rio não

tinha esse troço aqui, o rio é condição sinequanon para ter existido Cachoeira, por que era a estrada aquática.

Ao harmonizar patrimônio construído e patrimônio natural o rio Paraguaçu e Ponte D. Pedro II compõem uma paisagem marcante ao ligar Cachoeira a São Félix. H.V.B (55 anos, membro de instituição religiosa) afirma a relação umbilical entre as cidades ao dizer que “a ponte é mais que passagem, a ponte não é para dividir é para unir”. Compartilhando este entendimento o poeta Damário Dacruz nos oferece uma reflexão através do poema “Paraguaçu” comprovando a tese de que o rio é um objeto de inspiração de artistas e de meros mortais, segundo o poeta:

Esse rio cabe apenas nos meus sossegos, essa água acumula nas marés os meus segredos, essa ponte junta gente separa medos, essa gente mata o rio, a água, a ponte e os próprios dedos.

Por sua estreita ligação com o rio, através da pesca, V.C.A (54 anos, pescador), considera o Rio Paraguaçu um grande patrimônio. Ao descer e subir o curso do rio com seu barco batizado de “A festa” fala das belezas da bacia do Iguape e da situação de degradação ambiental que presencia todos os dias obrigando-o a pescar mais próximo a foz, em Salinas da Margarida, e acrescenta que aqueles que continuam a pescar em Cachoeira passam fome e confessa o desejo de ver o Rio Paraguaçu despoluído e servindo para o turismo náutico.

Para muitos cachoeiranos, o Paraguaçu possui grande importância histórica e econômica não somente para a cidade de Cachoeira, mas para todos os municípios do Recôncavo que margeiam o seu curso fluvial. Para V.J (52 anos, fotógrafo) o Paraguaçu tem um grande significado, pois cresceu as margens do rio e ainda vive em uma casa cujo quintal é frequentemente alagado pelas cheias fato que contribuiu fortemente para seu nível de consciência ambiental ao ser membro atualmente da “Associação Amigos do Paraguaçu”. O rio Paraguaçu passou de rico banco de alimentação e sustento para um quadro de forte poluição e esquecimento. Vale ressaltar que, em 2013, o Poder Público local realizou um trabalho de limpeza do rio aliado aos programas de despoluição do governo do Estado, entretanto insuficiente, pois o Paraguaçu ainda continua muito poluído e inadequado ao uso.

O quadro preocupante de destruição ao meio ambiente é apontado por muitos entrevistados, por exemplo, G.F (61 anos, aposentado), enquanto apicultor relata que é

testemunha da perda de cobertura vegetal em todo o município. A atuação da Prefeitura de Cachoeira, para muitos entrevistados, mostra-se descompromissada no que concerne as questões ambientais. Além do descuido com as áreas verdes, canteiros, com a poluição do rio Paraguaçu e riachos dentro do espaço urbano, está o polêmico caso do corte de árvores centenárias na Praça Ubaldino de Assis (Jardim Grande) motivado pela instalação do novo palco de shows do São João.

M.G.J (64 anos, professor) relata forte indignação diante pouca importância atribuída a arborização da cidade (que poderia atenuar o calor). O aposentado O.P.S (60 anos) afirma a importância atribuída ao rio e enquanto adepto da permacultura afirma ter uma relação próxima com o meio ambiente preocupando-se com as condições do patrimônio natural em Cachoeira ao apontar como preocupantes a poluição dos riachos e do Paraguaçu, ao assoreamento e salinização do rio, a perda da mata ciliar e a ocupação das margens, segundo ele:

[...] o patrimônio mais importante que há em Cachoeira não é o patrimônio construído, o patrimônio construído ele sofre, mas o patrimônio natural sofre cem vezes mais, então o patrimônio mais importante que eu considero em Cachoeira é o patrimônio natural (...)sofro muito com o patrimônio natural porque justamente é este que as pessoas mais depredam e isso não é só em Cachoeira, o rio, os riachos, a vegetação (...)a questão da preservação tinha que ser uma preservação desde o ambiente natural.

Notamos no contexto das entrevistas que ainda existe o entendimento de que o patrimônio está atrelado as dimensões materiais. Entretanto, em alguns trechos é possível perceber que existe um entendimento que extrapola esta concepção. Para V.C.A (54 anos, pescador), em um trecho da entrevista nos oferece uma oportuna reflexão sobre a dicotomia que parece ainda persistir:

[...] os dois patrimônios [material e imaterial] são importantíssimos, eles formam um conjunto, é um patrimônio só, se você sustenta um e não sustenta o outro, teremos uma deficiência, não teremos um patrimônio, teremos um pedaço de patrimônio, os dois patrimônios tem que viver juntos, não existe dois patrimônios, é um só.

A feira e o mercado municipal (4%) aparecem como um espaço vivo em Cachoeira considerado também um grande patrimônio pelos cachoeiranos por reunir diferentes usuários: moradores antigos, turistas, compradores dos distritos e povoados, feirantes da zona rural. Como em muitas cidades do interior, a feira é um lugar de muitas articulações, é o lugar onde de compra e venda, de trocas de relações sociais que se reúnem em volta

de um arsenal de produtos como frutas e verduras, animais, roupas e quitutes. Apesar das muitas tentativas de retirar a feira deste espaço por ser considerado anti-higiênico a feira segue sendo considerado um espaço importante da cidade. V.R (23 anos, historiadora) compreende a feira enquanto um importante patrimônio por conta das suas relações com este espaço e relata seu ponto de vista a partir das dimensões materiais e imateriais que parecem inextricáveis:

[...] quando penso em patrimônio imaterial eu penso muito nesta questão das pessoas, da cultura, o que estas pessoas produzem, do que estas pessoas vivem, quando fala de patrimônio tem também a feira livre de Cachoeira que já é um patrimônio aquilo ali, desde sempre eu ouço falar daquela feira, desde criança existe aquela feira, minha família é uma família de feirantes, então pra mim aquilo ali é patrimônio, tanto material que são as barracas, quanto imaterial que são as relações, que são os modos, que são as trocas das pessoas naquele ambiente. O berço patrimonial de Cachoeira é riquíssimo e que pra mim não está só nos prédios, mas está nas pessoas, está na relação de uma pessoa com a outra, na relação com a cultura.

Ao falar sobre as construções da cidade encaradas como patrimônios, J.L (50 anos, museólogo) ainda complementa que apesar da beleza da materialidade, visível e palpável, a beleza de uma construção antiga extrapola essa dimensão, diante do significado que tal patrimônio possui para determinados grupos sociais. Seu relato demonstra que o patrimônio é mais do que a forma construída, mas o que a construção carrega no campo das significações. Exemplifica apontando a Igreja do Rosarinho (e o cemitério dos nagôs) de forte ligação com as religiões africanas e com os moradores que fixaram residência nas redondezas deste espaço, e acrescenta:

[...] pessoas construíram aquilo ali, pessoas colocaram sua alma a construir e colocar cada tijolo, o significado de uma construção dessa não é só a construção, ela como um patrimônio material, porque ela é suntuosa, a construção dela como construção material, mas o imaterial está vindo junto porque essas pessoas que construíram botaram sua alma também ali. Então ali tem um conjunto do material com a imaterialidade (...) Tanto o patrimônio material quanto o imaterial é o que faz a cidade, é o que faz os lugares, mas os lugares são feitos do material e do imaterial. O material ele não vai ter vida sem o imaterial estar fervilhando, estar acontecendo, senão o material não vai ter muito sentido, o imaterial também precisa de um lugar pra que ele aconteça.

As pessoas muitas vezes não se prendem somente aos valores estéticos ou românticos que tal paisagem também possui, mas elas enxergam este patrimônio como um constructo humano que foi produzido dentro do modo de produção baseado na

exploração de uma classe social sobre a outra. O refrão da música da banda afro de Salvador Ilê Aiyê intitulada “Heranças Bantos” nos permite refletir sobre esta questão:

[...] cada pedaço de chão, cada pedra fincada, um pedaço de mim, Ilê Aiyê, o povo Bantu, ajudou a construir o Brasil, pedra sobre pedra, sangue e suor no chão [...]

É a partir deste entendimento que entendemos Cachoeira enquanto um grande patrimônio cultural, onde “*cada pedra fincada*” presente nas ruas, no calçamento, nas edificações e nos seus monumentos representam aspectos que ultrapassam a materialidade, pois “*cada pedaço*” de Cachoeira representa também um tempo e um contexto histórico específico, representa uma construção realizada por pessoas. Desta maneira o patrimônio possui uma forma que lhe caracteriza, mas sobretudo um conteúdo que a anima e que não pode deixar de ser considerado.

Ao elaborar uma leitura crítica sobre o espaço considerado patrimônio pelo Estado, o museólogo Marcelo Cunha⁹² aborda o tipo de memória que se deseja perpetuar, pois Cachoeira é ainda uma cidade de forte tradição africana e a patrimonialização incide sobre um espaço que tiranizou negros escravos. A patrimonialização de bens culturais materiais da cultura do colonizador não é uma nova maneira de eleger os patrimônios de origem colonial em detrimento das culturas populares? Não se advoga aqui que a partir de então deve-se somente preservar a memória dos vencidos, dos excluídos, mas acreditamos que este patrimônio mesmo não representando a totalidade da história social de Cachoeira deve ser preservado, pois representa parte de uma história, de um tempo.

Existe uma relação de dominação no reconhecimento dos significados atribuídos aos bens culturais pelos grupos sociais dominantes desde a sua construção até a sua patrimonialização. A patrimonialização dentro do âmbito das políticas de preservação confirmam esta assertiva haja vista a densidade de bens patrimoniais materiais referentes as construções de origem colonial portuguesa e de origem religiosa católica. Nesse sentido a patrimonialização em Cachoeira em certa medida busca ratificar o poder nos monumentos históricos do passado ao mesmo tempo que busca apagar as misérias sofridas pelos grupos dominados que estão vinculados aqueles espaços. Assim, no âmbito das políticas de patrimonialização Casas de Câmara e Cadeia viram museus e espaços de

⁹² Marcelo Cunha (Museólogo, Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Pós Afro-CEAO/UFBA). Entrevista realizada em 29/08/2013 no prédio do CEAO.

exposição de arte para visitação turística e pelourinhos (outrora lugares de sofrimento) tornam-se foco de grandes projetos de recuperação patrimonial.

A grande influência da cultura africana em Cachoeira foi responsável por grandes edificações (sobrados, igrejas) formando com o passar dos séculos este grande patrimônio repleto de belezas, mas fruto do esforço de um grupo coletivo. A preservação do patrimônio da cidade serve também para lembrar toda a história que está sedimentada junto ao cimento (na época cal de ostra e óleo de baleia) das edificações que construíram o grandioso patrimônio arquitetônico. Convivendo juntamente a este acervo há outra parte do legado que não foi petrificada, mas que está presente vivamente na cultura de Cachoeira preservado na história, na memória, no comportamento, na religiosidade, no cotidiano e na musicalidade que compõem as tradições passadas a cada geração.

O olhar sobre o patrimônio pode ser feito mediante várias perspectivas de análise. A admiração pelo patrimônio em algumas entrevistas ultrapassa as referências estéticas e que relata que o patrimônio deve ser também contextualizado no tempo e no espaço. Em muitas entrevistadas existe a consciência de que este patrimônio construído foi fruto da construção de negros escravos que trabalharam arduamente na construção da cidade cujo trabalho braçal favoreceu ao acúmulo de toda a riqueza produzida. Neste contexto são sempre citados como espaços importantes para a memória a Casa de Câmara por abrigar negros na cadeia situado no subsolo, além da Praça da Aclamação e a Praça Teixeira de Freitas onde funcionava os pelourinhos de modo a castigar os escravos. O.P.S (60 anos, aposentado), compreende que o patrimônio construído carrega consigo um história que não pode ser esquecida, pois quando pensa em Cachoeira relata que:

[...] aquilo se constituiu a partir de um grande sacrifício humano, então pra mim quando paro pra pensar eu sinto um choque muito grande, porque eu digo o quanto custou fazer isso, aquilo, o que custou (...) Você tem que contar a história do sofrimento, da construção daquilo ali e de qualquer forma foi feito com sofrimento, mas é belo e tem um valor simbólico muito importante (...) então tem que se cuidar disso e tem que se reconhecer nisso e transcender o fato de que aquilo foi fruto de matança, de escravidão.

3.5.3 Articulações e conflitos no espaço vivido: entre normatizações e usos do espaço

Um dos indicadores importante para compreender o espaço vivido está no uso do espaço. Nesse sentido vale mencionar quais as práticas de uso que se relacionam e as que colidem com o espaço idealizado/patrimonializado pelo espaço concebido. Como já foi

mencionado os usos destinados ao espaço indicam as articulações e/ou embates entre as representações do espaço, instituída pelo concebido, e as práticas espaciais estabelecida no cotidiano. A análise sobre o uso do espaço permite compreender de que modo as práticas espaciais colidem ou se relacionam com o espaço idealizado (concebido).

São as práticas espaciais que permitirão, através do uso, compreender se as intencionalidades do espaço concebido são ou não atendidas. Um dos nossos objetivos é analisar a colisão ou a interação entre o espaço concebido e o espaço vivido. Logo, torna-se objetivo verificar até que ponto a concepção do espaço patrimonial/turístico idealizada pelo espaço concebido está sendo absorvida ou praticada na cidade.

No que se refere as normas de preservação patrimonial percebe-se que se em outras cidades históricas as normas são em certa medida obedecidas, notamos que em Cachoeira as normas acabam perdendo a sua intensidade. Contudo, são muitos os fatores que levam as pessoas a descumprirem as normas, entre elas: a ausência do Poder Público frente as discussões sobre a temática da preservação patrimonial e ineficácia no ordenamento do uso do solo e de criação de uma legislação municipal; pouco esclarecimento, reduzida aproximação e diálogo entre moradores e órgãos de preservação; ausência de políticas públicas que estimulem a participação dos moradores; dificuldades de recursos e de pessoal dentro do âmbito dos órgãos de preservação patrimonial.

Ao percorrer as ruas da cidade, ao observar o comportamento das pessoas, ao presenciar as edificações e a partir das entrevistas realizadas notamos que a preservação patrimonial não está muito presente no cotidiano de Cachoeira. Desta maneira percebe-se que a maior parte das práticas de uso do espaço acabam colidindo com a concepção do espaço idealizado pelo concebido.

Apesar do contexto que presenciamos nos espaços vividos encontramos durante as entrevistas posturas que concordam com a aplicação destas normas estabelecidas. G.F (61 anos, aposentado), afirma que apesar de toda a antipatia gerada pelas fiscalizações e punições concorda com a aplicação das normas, pois entende que deve predominar é o interesse coletivo em prol do patrimônio.

Durante as entrevistas percebe-se que apesar de não concordarem muito com a maneira como ocorrem as fiscalizações em atendimento as normas de preservação patrimonial, os entrevistados assumem o discurso de que é necessário o cumprimento destas normatizações diante da necessidade de preservar a cidade, pois pior seria sem o tombamento, sem as normas e a presença do IPHAN na cidade. A preservação da cidade

por meio das normas é vista também como possibilidade de melhorar a visibilidade da cidade e a qualidade de vida das pessoas através de novos investimentos, através de visitantes que podem trazer divisas a cidade.

Em campo percebe-se que não são muitas as práticas de uso do espaço no tocante as normatizações que se articulam com a concepção do espaço patrimonial idealizado pelo espaço concebido. As normatizações são em geral pouco assimiladas no espaço vivido com exceção dos monumentos tombados isoladamente (como as igrejas e sobrados seculares) onde há uma maior fiscalização dos órgãos de preservação. Nota-se que espacialmente as áreas que compõem a porção mais antiga da cidade existe um cumprimento maior das normatizações em comparação as outras áreas da cidade.

A aceitação as normatizações poderia ser maior se o trabalho dos órgãos de preservação estivesse pautado no diálogo desde o momento do seu tombamento. Verificou-se que a maior parte das notificações expedidas pelo IPHAN⁹³ refere-se aos engenhos publicitários e as obras irregulares realizadas sem a prévia autorização, sendo as mais comuns são as obras de acréscimo nas edificações. Este fato pode ser explicado pelo reduzido espaço para novas construções aliado a tradição familiar de muitos membros morarem próximos uns aos outros contribuindo para a construção de “puxadinhos”.

Além das notificações aplicadas em imóveis, os engenhos publicitários⁹⁴ são também responsáveis por grande parte das notificações expedidas. Estes engenhos localizados principalmente na região comercial da cidade através de banners, placas, faixas, cavaletes são do mesmo modo alvo de atos fiscalizatórios por não estarem em cumprimento as normas estabelecidas. O IPHAN entende que estes engenhos publicitários colocados de forma desregrada constitui um significativo dano nestas ambiências e nas paisagens protegidas.

Apesar da tentativa de padronizar o tipo, o tamanho, o material destes engenhos publicitários nota-se que ainda há descumprimento destas normas contribuindo para um quadro de grande poluição visual da cidade. Segundo as determinações nas notas técnicas somente as placas ou letreiros são permitidos em caráter permanente, contudo devem obedecer a determinados critérios de tamanho e proporção. Os outros tipos de engenhos

⁹³ No escritório do IPHAN em Cachoeira não há dados precisos sobre o quantitativo de multas, notificações, embargos e processos expedidos na cidade, contudo vem sendo feita uma organização destas informações inclusive para facilitar os trâmites.

⁹⁴ Elementos de comunicação visual destinados a transmitirem mensagens de sinalização, anúncio ou propaganda comercial.

como banners, cavaletes, cartazes não são permitidos⁹⁵, contudo em todos os lados da cidade nota-se a presença de placas com cores, modelos, tamanhos completamente diferentes uns dos outros de modo a chamar atenção do consumidor.

A maior parte dos comerciantes em geral não cumprem a normatização, pois enxergam que aderir a esta modificação será custosa e irá impactar na concorrência com os outros comerciantes, pois quanto maior e mais chamativa a propaganda torna-se mais visível ao cliente. Esta proposta seria extremamente lucrativa para os muitos artesãos locais na confecção de placas de madeira cujo valor é variável a depender do tamanho e quantidade de letras a ser talhada.

Figura 41: Descumprimento das normativas na área comercial de Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Além dos engenhos publicitários na área comercial da cidade contribui também para a grande poluição visual a presença de toldos, estruturas metálicas fixadas ao solo, aparelhos de ar condicionado, antenas parabólicas, fiação elétrica, o estacionamento de carros aleatoriamente (inclusive em frente a monumentos tombados) e ao longo da orla fluvial. A poluição sonora (aparelhos de auto falantes, carros de som e motos propagandas) complica ainda mais o panorama. A poluição visual é um dos aspectos que mais preocupa C.E (40 anos, empresário), enquanto estudante de cinema da UFRB

⁹⁵ Exceto de modo transitório e com a obrigatoriedade de retirada após o evento. Em imóveis tombados individualmente não é permitida nenhum tipo de publicidade que impeça a visibilidade do bem tombado.

formou um grupo de amigos fotógrafos para registrar o nível de poluição visual da cidade e o descumprimento de normas patrimoniais compartilhando o resultado da saída de campo nas redes sociais.

Diante destas questões a atuação do Poder Público local de modo a auxiliar o IPHAN seria primordial. A Prefeitura Municipal de Cachoeira já realizou tentativas de ordenamento do uso do solo através do Código de Polícia do Município, sem grandes repercussões diante da pouca fiscalização que desestimula o cumprimento das normas. Os moradores atestam que a omissão da Prefeitura pode ter relações diretas aos interesses políticos em jogo, pois os gestores não têm interesse em se indispor com os comerciantes obrigando-os a obedecer a normatização. Logo o quadro geral é a presença de antenas, ar condicionados, fiação exposta, toldos, barracas e cadeiras plásticas, ambulantes, estacionamento no orla fluvial e próximo aos monumentos.

Figura 42: Ausência de ordenamento do uso do solo em Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

As constantes fiscalizações, aplicações de multa, embargos e processos acabam por criar um ambiente de desconforto para ambos os lados. Os moradores da cidade passam a ser vistos como transgressores das normas patrimoniais e os técnicos do IPHAN são vistos como fiscais e impedidores das mudanças no espaço. Durante o trabalho de campo constatamos como esta questão é delicada na cidade, pois em uma semana do mês de julho o IPHAN expediu centenas de notificações para parte da cidade a respeito dos

atos individuais (residências e comércio) que estavam ferindo as normativas previstas da legislação patrimonial.

Assim, percebe-se que para a maioria da população local, os órgãos de preservação patrimonial constituem-se muito mais em antagonistas do que em aliados ao desenvolvimento da cidade, daí a necessidade de muitas vezes burlar o seu controle, cujos critérios muitas vezes não são bem entendidos. Este quadro revela que a política dos órgãos de preservação deveria estar muito além de apenas regular e fiscalizar o patrimônio da cidade. Toda e qualquer política de preservação deveria uma política pautado no diálogo cuja população deveria ser vista como uma coparticipante da preservação e os órgãos de preservação como auxiliares desta mesma preservação.

Uma vez tombado o bem patrimonial fica sujeito a um regime especial de proteção, contudo este tombamento impõe limitações ao uso da propriedade como estabelece a legislação federal. Em Cachoeira, o fato de ser uma cidade tombada em seu conjunto arquitetônico e paisagístico impõe restrições tanto as propriedades tombadas isoladamente quanto para aquelas que pertencem ao conjunto da cidade. Os patrimônios são reconhecidos enquanto patrimônios pois neles são identificados valores que pertencem à nação como um todo, portanto são considerados de interesse público, ou seja da sociedade brasileira sob tutela do Estado.

Uma vez instituído o tombamento passa em certa medida a uma propriedade da nação, embora não percam seu caráter de mercadoria que pode ser apropriado individualmente. Evidentemente, que estas questões geram uma série de conflitos nos espaços vividos diante do choque entre os interesses público e privado. O desafio que se coloca é o entendimento de que o patrimônio pertence a aqueles que se relacionam diretamente com eles e ao mesmo tempo pertence à coletividade.

Apesar dos avanços nas políticas do IPHAN que vem buscando uma maior aproximação com os moradores das cidades históricas existe um grande afastamento entre moradores e órgãos de preservação que dificulta muito a preservação patrimonial. Este afastamento é fruto de longos anos de uma política de pouco diálogo com a população. Uma política de preservação que enxergava o bem patrimonial como algo intocável cuja população era entendida como transgressora das normas.

Para Karina Monteiro de Lira, arquiteta e chefe do escritório do IPHAN, aproximar-se dos moradores de Cachoeira é um grande desafio colocado na gestão desta cidade histórica devido à maneira em que as políticas de preservação foram desenvolvidas ao longo dos anos. A mesma relata que apesar de incipientes, algumas ações foram

desenvolvidas como a distribuição de cartilhas e folders, palestras e seminários, contudo sempre com reduzida participação dos moradores. Em campo foi constatado uma humilde tentativa de aproximação do IPHAN com a população a partir da presença de alguns cartazes fixados nos postes das ruas com alguns esclarecimentos gerais sobre os procedimentos em caso de intervenções como reformas e a orientação para em caso de dúvidas procurarem o órgão. Algumas palestras e seminários realizados na Fundação Hansen Bahia e no auditório da UFRB com a participação do IPHAN com os moradores e estudantes.

Vale destacar que há a uma proposta pela técnica do IPHAN de utilização das verbas arrecadas pelas multas em Cachoeira para a realização de cursos de educação patrimonial, contudo sem data de efetivação. A Conferência Municipal de Cultura de Cachoeira, realizada em julho de 2013, ao reunir membros da sociedade civil de todo o município, gestores, organizações culturais também se configura como um espaço de debates e lançamento de propostas. Estes espaços de discussões são importantes e, sobretudo, necessários, na medida em que são debatidas as ações, os desafios, as fragilidades, dúvidas gerias e dilemas dentro do campo da cultura.

Em Cachoeira, o pano de fundo da temática da preservação também está situado no conflito entre os interesses individuais e nos interesses coletivos. Os conflitos na cidade no que tange a preservação patrimonial poderão ser diminuídos quando o entendimento de que o patrimônio pertence tanto aos cachoeiranos quanto à coletividade enquanto patrimônio que pertence a todos. Se este entendimento não for posto em prática os conflitos existirão sempre. Os conflitos são inerentes a produção do espaço urbano devido aos vários agentes sociais envolvidos e aos múltiplos interesses em sua produção, entretanto estes conflitos podem ser diminuídos.

No quesito normatizações ainda percebemos nos depoimentos que entre aqueles que aprovam o rigor das normatizações na cidade há rumores que os próprios moradores denunciam aos órgãos de preservação atos dos próprios vizinhos. Ainda nesta linha, constatamos o depoimento de V.J (52 anos, fotógrafo) ao afirmar que ele mesmo já fez denúncias ao IPHAN diante do descaso do próprio órgão com bens tombados como as ruínas do Engenho Vitória. Constatamos que existem posturas mais radicais entre os entrevistados que afirmam que quem mora em Cachoeira deve se adequar as normas, pois a cidade possui restrições de uso, tornando-se assim uma opção de morar na cidade ou não.

Existe o desejo de que as fiscalizações permaneçam, entretanto que os mesmos critérios para punir ou beneficiar sirvam a todos. A percepção é que os órgãos de preservação são rígidos com questões menores (pintura de fachada), ou com as cobranças das normas em bairros mais distantes do “centro histórico” e permissivo com questões mais polêmicas, como as construções modernas e ao fechar os olhos para questões como as ruínas. Outras aprovações polêmicas contribuem para certo afastamento dos moradores com os órgãos de preservação, entre elas: a fachada da sede da Irmandade da Boa Morte pintada com um tom bordô aliado a utilização de portas de vidros; ao lado do chafariz imperial uma instituição bancária totalmente moderna.

Vale mencionar que as multas, processos, embargos pela cidade estão muito presentes nas conversas cotidianas que relatam casos clássicos de brigas entre órgãos e os moradores. Apesar de não haver a divulgação do quantitativo de multas, embargos e processos expedidos pelos órgãos patrimoniais não é raro encontrar pessoas ou que conhecem alguém que já foram notificados e/ou multados. Há rumores de que os desentendimentos além de serem levados aos tribunais de justiça colaboraram de alguma maneira para o agravamento da saúde física e emocional daqueles que tiveram casas embargadas, terraços demolidos e altas multas. O “Jornal O Guarany⁹⁶” relata em suas edições, impressa e online, os impasses entre os moradores e órgãos de preservação.

No que se refere a atuação do IPHAN na cidade a percepção, segundo alguns moradores, é que “o patrimônio vale mais do que as pessoas”. Além da atenção ao patrimônio a atenção as pessoas que se relacionam com este patrimônio parece fundamental no sentido de melhoria das suas condições de vida. O relato de H.V.B (55 anos, membro de instituição religiosa) demonstra que atenção deve estar para além do patrimônio edificado e acrescenta:

[...] o patrimônio de Cachoeira são as pessoas, nele que deveriam ser investidos, antes mesmo dos direitos do patrimônio edificado até porque são as pessoas que constroem (...) O patrimônio edificado é fruto da ação de pessoas e de sua estruturação como família, como grupo sociais, sobretudo tem que ser considerado na questão do patrimônio edificado, o patrimônio que é o ser humano. Porque se a gente coloca de fora o ser humano ou apenas considera o ser humano como ser humano que só destrói e é assim que parece ser o entendimento dos órgãos patrimoniais entendem as pessoas, como alguém que desacata a lei, mas não entende que é alguém que é o patrimônio, que é o

⁹⁶Versão online do Jornal O Guarany: http://jornal guarany.blogspot.com.br/2012/06/esta-acontecendo-na-cidade-da_23.html

mantenedor daquele patrimônio e é ele que dá sentido aquele imóvel, sem o ser humano pra que nós queremos as edificações, prédios ruas, igrejas?

Em atendimento aos artigos previstos no Decreto-lei nº25 nas cidades históricas questões que impeçam a visibilidade ou impacte a visibilidade do conjunto não são permitidas cores berrantes (mas sim tons pastéis), revestimentos de cerâmica, grades e portões de alumínio, blindex, antenas parabólicas, reservatórios de água, aparelhos de ar condicionados, entretanto no caso destes últimos sua utilização não é vedada contudo deve ficar em locais discretos. Todo e qualquer procedimento na porção externa da casa deve passar por uma triagem do IPHAN.

A condição de ser uma cidade tombada impõe regras e normas ao espaço com objetivo de preservar o patrimônio urbano, contudo estas normatizações acabam por limitar o direito ao uso da propriedade, fato ainda não muito bem compreendido por seus moradores. Ao percorrer as ruas da cidade notamos facilmente que há descumprimentos. Esta realidade comprova que a normatização patrimonial na maior parte do espaço urbano não é posta em prática.

Figura 43: Descumprimento das normativas na área residencial de Cachoeira



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A adesão as normas gera questões nos espaços vividos. As pessoas relatam que o fato de obedecer as normas cria outros impasses, pois o crescimento da violência desperta a necessidade de instalar portas, janelas, grades, garagens de modo a proteger “seu patrimônio individual”. Uma das questões importantes na temática do patrimônio é como

adequar o patrimônio as novas necessidades do mundo atual? Como uma cidade histórica pode aderir a preservação sem estar engessada?

Para a realização de qualquer reforma, reparo, acréscimo ou construção nova existe a necessidade de contratação de um projetista e/arquiteto para a realização de um projeto encarecendo os custos finais. Este alto custo para a realização dos projetos, aliado à demora na avaliação dos projetos pelos técnicos dos órgãos de preservação e as reprovações sucessivas são os fatores de desmotivação que levam as pessoas a não se aproximarem do IPHAN. Por conta da junção destes fatores a percepção geral é que “o patrimônio” (como é chamado o IPHAN) é um “impedidor”.

A moradora E.M (69 anos, comerciante) apesar de achar importante as normas de preservação patrimonial acredita que estas poderiam ser mais flexíveis. Sente o desejo de fazer modificações em sua casa entretanto não é permitido. Por conta do forte calor tem o desejo de colocar janelas em sua casa, pois antes da sua mudança a edificação abrigava um antigo estabelecimento comercial com três enormes portas, mas sem nenhuma janela.

O comerciante R.R.S (46 anos) dono de um estabelecimento na rua 25 de junho se diz favorável as normas de preservação, contudo recebeu uma carta de notificação do IPHAN sobre a questão da pintura e do toldo em desconformidade com as normas. Para ele os moradores não compreendem a função do órgão na cidade e muitos afirmam que sua função restringe-se a fiscalização. Ele ainda contribui com algumas questões importantes ao esclarecer que:

[...] deveria ter um trabalho de base, de consistência, de conscientização que não é feito. Isso é um dos fatores principais que acontece aqui em Cachoeira e que muita gente questiona, 90% da população, Ah! o “patrimônio” quer mandar em minha casa...só faz ditar as regras e nada de explicar o porquê, qual o objetivo, qual o fundamento de buscar preservar o patrimônio da nossa cidade histórica, só faz ditar tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, não procura fazer um trabalho de conscientização, de informar a população, o que é o patrimônio o que é necessário para conservar o patrimônio, não se faz este trabalho de base, só sabe chegar aqui e impor, determinar. Deveria conversar, ter discussões, fazer um trabalho de aprofundamento, é um órgão com grandes recursos...buscar pessoas qualificadas pra dar informações, mostrar ao cidadão cachoeirano qual o objetivo e qual o fundamento de ter aquilo preservado, qual a função do patrimônio [...]

Em Cachoeira, percebemos que existe de certa forma uma tentativa de normatizar o espaço, mediante a aplicação da legislação patrimonial e a utilização de instrumentos como o tombamento, contudo a normatização em sua realidade cotidiana vai perdendo

sua intensidade seja pela desarticulação entre os níveis de governo, seja por problemas dentro da estrutura do órgão federal ao tentar normatizar ou pela maneira como o tombamento foi aplicado sem contar com a participação daqueles que mais se relacionam com o patrimônio. Desta maneira, notamos que apesar da tentativa de normatização pelo espaço concebido no espaço vivido estas normatizações perdem intensidade em Cachoeira.

Algumas práticas espaciais, através dos usos, realizadas em Cachoeira se articulam com a concepção de espaço idealizado pelo espaço concebido. As atividades turísticas, ainda que incipientes, dentro do dito “espaço turístico” confirmam esta assertiva. A presença de visitantes nos museus, igrejas e centros culturais, a constante visitação de estudantes e grupos escolares, a presença de guias de turismo e ônibus de transporte turístico são alguns indicativos de que determinadas práticas articulam-se a concepção de espaço patrimonial/turístico. A estrutura turística oferecida mediante a presença de alguns hotéis, bares e restaurantes, museus, centro de informações, bem como os monumentos (igrejas, sobrados seculares) estimulam a realização de práticas de uso que se relacionam a concepção de espaço idealizado.

Em campo constatou-se que outras práticas espaciais também confirmam a concepção de espaço idealizado. A turistificação das festividades culturais como a Festa da Boa Morte e o São João enquanto importantes patrimônios de Cachoeira se conectam com a proposta do espaço concebido. Além destas clássicas festividades a FLICA, Festival de Jazz do Recôncavo são os mais novos eventos turísticos/culturais realizados na cidade responsáveis pela atração de um novo perfil de visitantes à cidade.

O uso do patrimônio cultural nos parece ser um aspecto importante a ser discutido. Qual o sentido de um patrimônio sem uso? Mas do que um referencial de memória o patrimônio deve fazer parte da vida das pessoas. O patrimônio para que ele seja importante é preciso que ele seja usado pelas pessoas, pois do contrário ele será uma referência sem vida. Os patrimônios são importantes não somente porque fazem parte da história ou porque representam grupos sociais, mas também porque possuem relação com a vida das pessoas, portanto precisam ser usados, usufruídos, utilizados em sua plenitude.

Patrimônio não é somente a matéria física que deve ser mantida tal e qual como sempre foi, mas pela relação que as pessoas constroem com aquele objeto físico, pela relação simbólica, pela apropriação social do patrimônio. No caso de bens materiais patrimonializados o que ocorre dentro destes bens (como as igrejas, os museus, os

templos, os objetos sacros) são também parte de um patrimônio. O uso do patrimônio torna-o um “monumento vivo” através de uso efetivo e de sua apropriação social.

Notamos que há diferentes formas de apropriação deste patrimônio em Cachoeira, através do uso religioso das igrejas, dos espaços públicos para apresentações culturais, ou mesmo mediante de “apropriações inesperadas” dos patrimônios (como o frequente uso das escadarias dos monumentos para sentar-se e conversar ou mesmo os canhões seculares que servem de brinquedos às crianças nas praças).

Os turistas também fazem uso do patrimônio da cidade principalmente por meio da contemplação dos espaços. Como a tentativa de turistificar o espaço ficou no meio do caminho, percebe-se que ainda há uma utilização muito maior dos espaços da cidade pelos próprios moradores. Pode-se até afirmar que em muitos espaços existe um uso múltiplo, como a Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho (importantes espaços de lazer e encontros) compartilhado por diferentes classes sociais.

Figura 44: Diferentes usos do espaço em Cachoeira na Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Lamentavelmente, as cidades históricas também apresentam “monumentos mortos” diante da quantidade de bens patrimonializados sem uso efetivo como imóveis abandonados e edificações arruinadas. O restabelecimento das edificações arruinadas é importante de modo que as pessoas possam se apropriar destes espaços voltando a adquirir importância. Outros espaços como as fortificações coloniais, algumas sem uso, outras de modo restrito, são também exemplos de “monumentos mortos” que precisam

estar abertos a sociedade. O estabelecimento de um uso definitivo e permanente para possibilitar o uso destes patrimônios como espaços relacionados as artes e educação, uso hoteleiro, uso como espaços de ligação e encontro.

Em Cachoeira, os bens tombados são em sua maior possuem um uso efetivo dos quais predomina o uso religioso (as igrejas) e institucional (bibliotecas, órgãos públicos, museus). Os programas de preservação que atuaram em Cachoeira trabalharam na perspectiva de recuperar os usos dos patrimônios, em Cachoeira houve a recuperação do Convento do Carmo para uso hoteleiro, a adequação do Quarteirão Leite Alves para abrigar a UFRB. Contudo muitos outros bens culturais constituem em “monumentos mortos” seguindo sem uso como: as muitas ruínas da cidade, alguns monumentos tombados isoladamente esquecidos pelo tempo (Igreja dos Remédios, Engenho Vitória, o chafariz da Praça Dr. Milton).

Mesmo com a presença de muitos programas governamentais em Cachoeira notamos facilmente que muita coisa ainda precisa ser realizada de modo a reparar os estragos causados pelo tempo e descaso. Ao percorrer as ruas constatamos que muitos patrimônios não são usados por muitas razões entre elas: a articulação entre proprietários, Prefeitura e órgãos de preservação no intuito de dar um uso as ruínas da cidade; o limitado aparato policial atrelado ao aumento da violência que limita o uso de espaços obrigados a permanecerem fechados (como as igrejas e museus) ou com acesso limitado como o uso do Poço da Mãe D’Água, enquanto patrimônio natural importante; as longas reformas produzidas pelas intervenções de programas de preservação que acabam limitando o uso dos espaços; a falta de assistência a alguns patrimônios da cidade pelos órgãos de preservação (estação ferroviária é utilizado como principal logotipo da cidade, mas está sem uso); a falta de políticas públicas (para reativação do uso do Rio Paraguaçu). Portanto, um dos desafios que se coloca é pensar novas alternativas de usos aos bens patrimoniais de modo que possam ser apropriados pelas pessoas.

O equívoco de pensar o uso do patrimônio em atendimento ao turista. O patrimônio pode servir ao turista, mas sobretudo as pessoas que se relacionam com estes bens diariamente. O problema das atividades turísticas é que normalmente elas são sazonais, elas dependem de uma série de fatores para que dê certo. O turismo é uma atividade econômica importante, mas não é uma garantia que o turismo se aplique a todas as cidades históricas do mesmo modo e com a mesma lucratividade. A cidade histórica deve servir ao turista como espaço de contemplação visual, espaço de lazer, mas sobretudo deve ser um espaço que atenda as demandas dos moradores. Se este espaço não

for interessante ao morador ele não será a nenhum visitante. O desafio é fazer com que o espaço seja apropriado tanto por turistas quanto por moradores. Os moradores não podem se afastar dos seus referenciais por conta do fluxo de visitantes.

De modo a detalhar mais a pesquisa optamos por selecionar duas quadras específicas em pontos distintos da cidade, mas ambos situados dentro da proposta de poligonal de tombamento, com objetivo de verificar quais os usos realizados dentro de uma mesma área onde predominam ações relacionadas ao patrimônio cultural. Para tanto buscamos analisar quais as propostas para esta área, quais os usos cotidianos. Ainda vale dizer que para auxiliar nesta tarefa foi realizado um grupo focal⁹⁷ com a participação de 13 moradores.

No espaço onde situa-se a Quadra A notamos a presença de muitos bens tombados isoladamente a nível federal como as igrejas, sobrados, casarões seculares. Por suas características morfológicas e por seu contexto histórico o espaço onde localiza-se a Quadra A tornou-se a área de maior concentração de investimentos públicos relacionados a recuperação do patrimônio cultural na cidade. Ainda vale mencionar que muitas das edificações desta espacialidade foram alvo dos programas de preservação. Na fachada de uma das edificações ainda está fixada a placa publicitária indicativa sobre as reformas realizadas pelo governo do estado nos sobrados em 1975⁹⁸.

As atividades turísticas predominam neste espaço da cidade no intuito de visitar seus museus, igrejas, Casa de Câmara e fotografar seu casario histórico. A presença de grupos de visitantes, estudantes, guias de turismo é facilmente encontrada neste espaço. Apesar disso este espaço ainda predomina o forte uso habitacional de casarões cujos logradouros servem também de passagem pra os residentes das áreas do Caquende e Ladeira da Cadeia. O uso para as atividades de lazer também se configura como característica deste espaço principalmente por conta da Praça da Aclamação e Rua 25 de Junho onde estão situados os principais bares e restaurantes da cidade. Entre os principais usos das edificações da Quadra A estão presentes: casas para moradia fixa, espaço cultural, arquivo público, museu regional do IPHAN, igrejas, edificações de uso misto (pizzaria, bares).

⁹⁷ O grupo focal foi realizado em 08/08/2013 no prédio da Associação Monte-Pio dos Artistas Cachoeiranos (Rua 25 de Junho).

⁹⁸ Segundo a placa indicativa: “Restaurando os veneráveis sobrados que testemunharam as lutas da Independência, o Governo do estado reintegra a cidade de Cachoeira no processo de desenvolvimento do Recôncavo Baiano”.

No espaço onde se insere a Quadra B notamos a forte vinculação com as atividades comerciais da cidade com a presença de instituições bancárias, comércios e serviços diversos (calçados, farmácia, supermercado, vestuário, material de construção, funerária) e comércio popular. Uma das características principais deste espaço refere-se a sua intensa movimentação pessoas e de veículos. O espaço onde está inserido a Quadra B passou a ser alvo de investimentos públicos relacionados a expansão da educação superior como a instalação da UFRB cuja localização configura-se espacialmente do lado oposto à Quadra A. Entre os principais usos das edificações na Quadra B predomina o uso misto ao incluir: lojas de cosméticos, farmácias, supermercados, lojas de variedades, lotéricas, lanchonetes, revendedoras de veículos e pequenos estabelecimentos em atendimento as demandas dos universitários como papelarias, copiadoras, restaurantes, *lan house*.

Figura 45: Espacialização das Quadras A e B

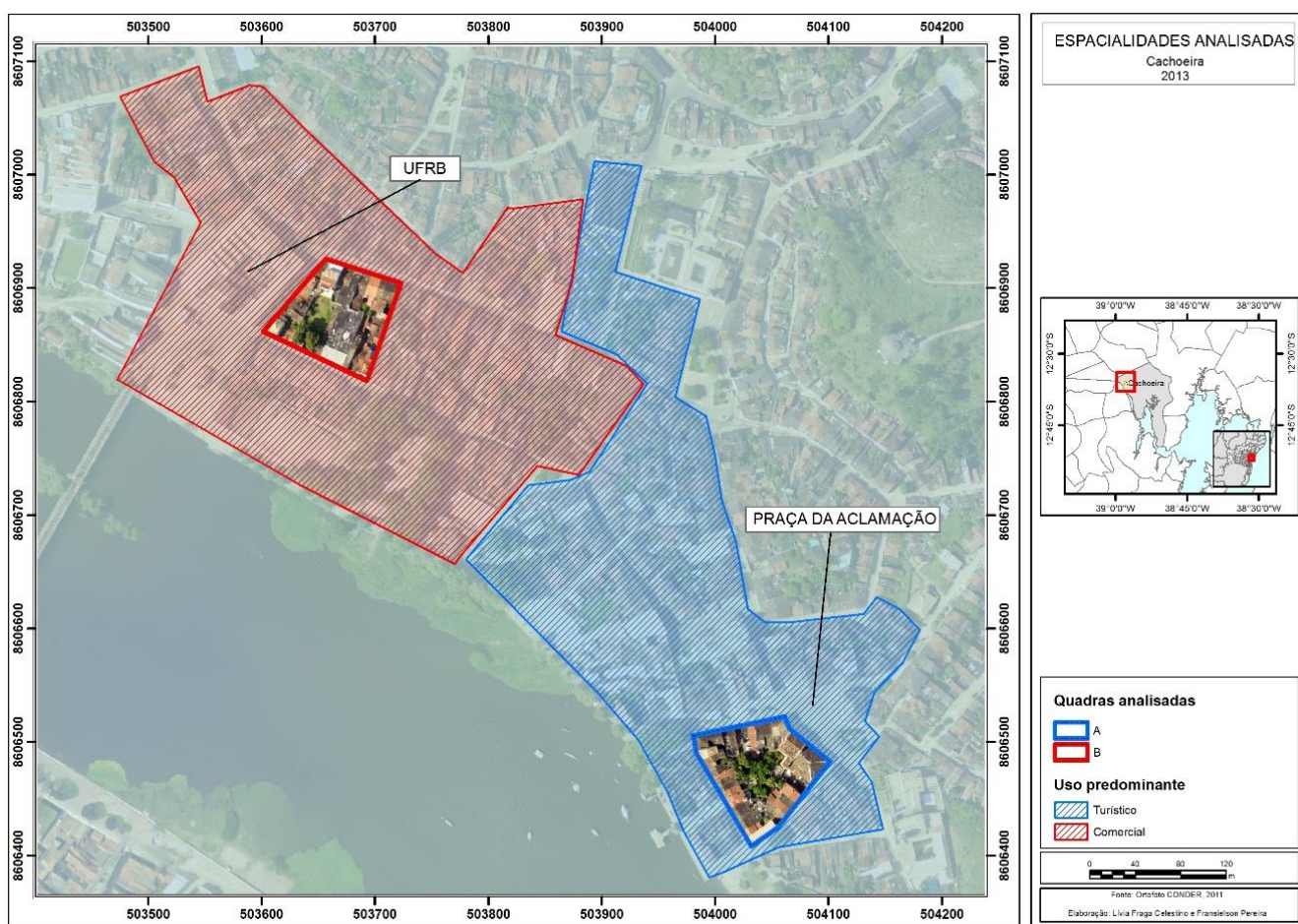
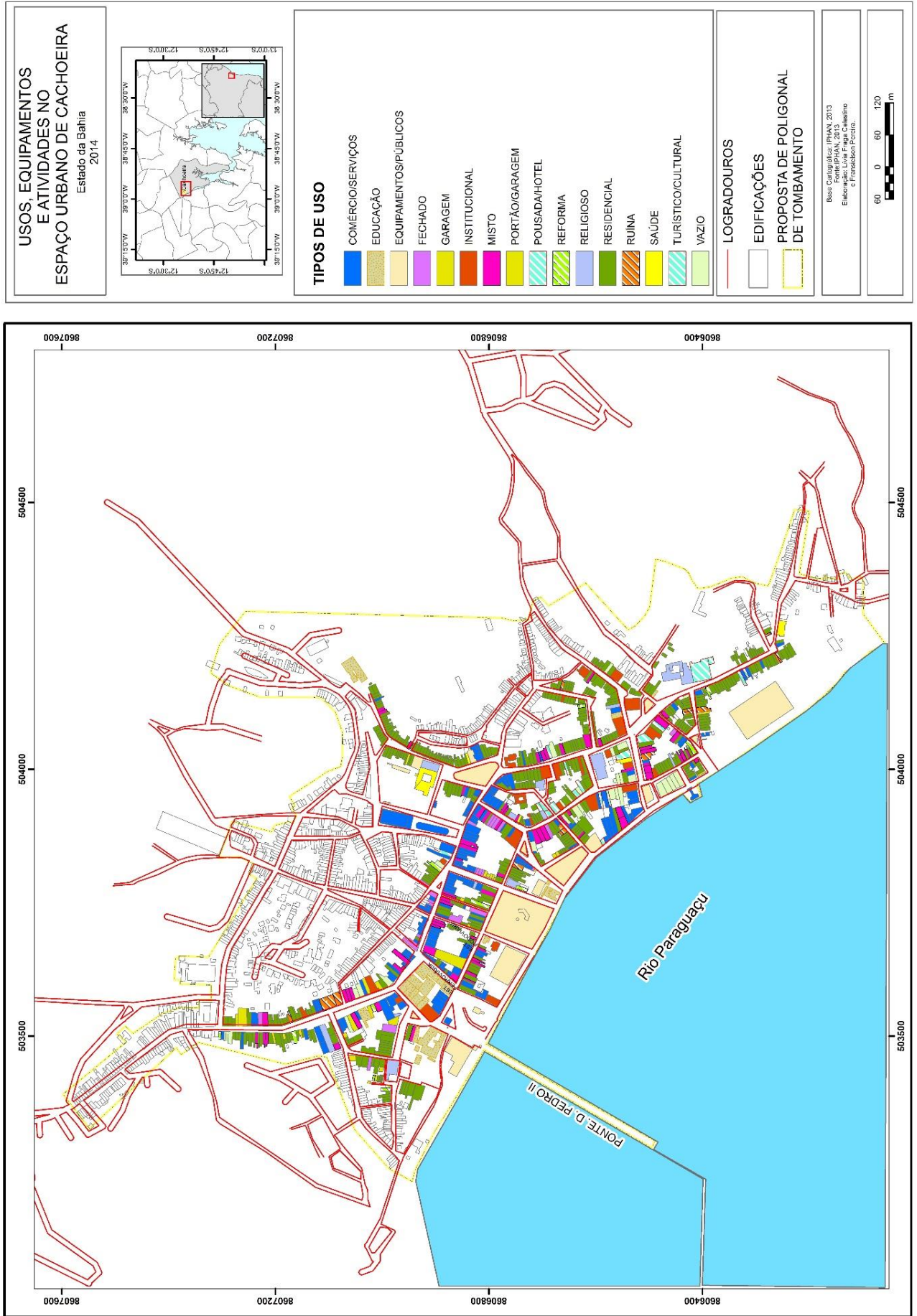


Figura 46: Mapa de usos em Cachoeira



Nestas duas áreas da cidade notamos que estão concentrados os maiores investimentos financeiros aplicados através de verbas do governo federal relacionados a valorização do patrimônio cultural e a expansão do ensino superior. Devido a sua condição de cidade tombada as normas patrimoniais devem incidir sob todo o espaço. Apesar da tentativa de planejamento das ações para que se faça cumprir as normatizações patrimoniais, encontramos em Cachoeira e também nas quadras específicas, ações que transgridem as normas de patrimonialização principalmente aquelas que incidem sob a visibilidade. Nesse ínterim as duas espacialidades analisadas revelam ações em total desconformidade as normas patrimoniais ente elas: a variação de cores das fachadas, a presença de aparelhos de ar condicionado, antenas, fiação elétrica. Vale mencionar que esta situação não é exclusiva destas quadras. A poluição visual e sonora foi um dos aspectos mais discutidos pelo grupo focal e apontam a descaracterização da cidade através do não cumprimento as normas. Nesse contexto o debate sobre o porquê preservar e de que modo preservar dominou as discussões durante os primeiros minutos entre os participantes do grupo.

Figura 47: Realização do grupo focal



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

As intencionalidades do Poder Público em estabelecer usos hegemônicos e padronizados voltados ao estabelecimento do turismo na cidade entram em conflito com os usos cotidianos destes espaços. Apesar dos muitos investimentos lançados pelos

programas de preservação notamos a presença de imóveis arruinados, presente inclusive no circuito turístico, ofuscando a visibilidade dos monumentos conservados.

Esta situação nos esclarece que as lógicas dominantes ao impor suas normas de uso do espaço travam ao mesmo tempo uma luta incessante com os espaços vividos. Entretanto, é importante pontuar que no que tange as práticas de fiscalização das normas patrimoniais a Quadra A é visível um maior rigor certamente por conta da localização do órgão federal nesta mesma quadra, pela presença de duas edificações tombadas individualmente e pelo fato de estar localizado espacialmente no circuito turístico da cidade. Situação diferente da Quadra B analisada mais vinculada as atividades comerciais com presença de toldos e engenhos publicitários configurando que o atendimento as normatizações patrimoniais nesta área sejam menos intenso.

Para Henrique (2009b) na cidade os acontecimentos espontâneos da vida cotidiana fazem emergir práticas que fogem da norma e possibilitam a riqueza e a diversidade da vida nas cidades. Assim, apesar da aplicação sob os espaços urbanos de um conjunto de normas que tentam regular o espaço e a vida, é possível encontrar nas cidades usos que subvertem as normas estabelecidas nos planos de recuperação e gestão das cidades históricas. Para o autor, as contra racionalidades podem dar vida as áreas tombadas. Vale dizer que os percalços e as fragilidades na atuação dos órgãos de preservação e do Poder Público local acaba contribuindo para tal situação.

Figura 48: Fachadas das Quadras A e B (respectivamente)



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

A tentativa de turistificar os espaços de Cachoeira esbarra com práticas cotidianas que fogem do controle da racionalidade dominante. Estes “contra usos” (LEITE, 2004) são respostas as normatizações e lógicas de regulação do uso do espaço. As estratégias que buscam transformar a cidade em celeiro turístico do Recôncavo entram em conflito com outras lógicas de usos dos espaços realizadas pelos moradores da cidade, estudantes universitários e visitantes das cidades vizinhas que enxergam Cachoeira como uma cidade boêmia.

Nos finais de semana trechos de algumas ruas da cidade, inclusive do espaço idealizado para fins turísticos (como a Praça da Aclamação, Rua 25 de Junho e ao longo da orla fluvial), transformam-se em estacionamentos. Os frequentadores disputam espaço entre os quiosques, pequenas barracas improvisadas, palcos de shows. Este público busca diversão e divide espaço entre moradores mais antigos em busca de lazer e entretenimento em restaurantes e bares montados especialmente para atendê-los.

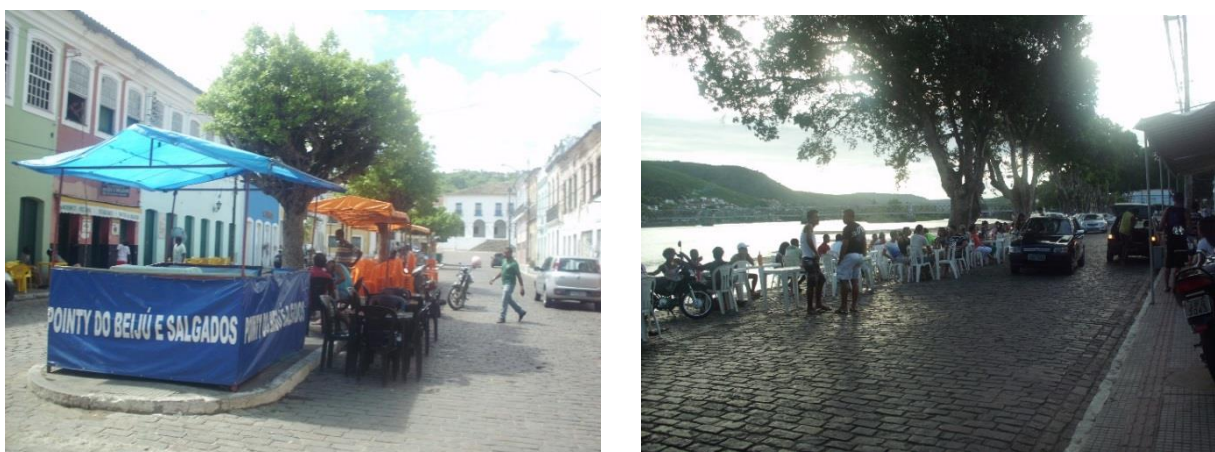
A ausência de uma legislação municipal que regule o som dos automóveis e autofalantes contribui para que as festas prolonguem-se durante a madrugada. Se esta agitação favorece aos comerciantes do local (principalmente os da Rua 25 de Junho) cria certo desconforto aos residentes e visitantes que aspiram por menores valores de decibéis produzidos ao mesmo tempo pelos carros de som, das casas de show improvisadas e pequenos shows ao vivo (de reggae, arrocha, seresta). Já houve tentativa da Prefeitura Municipal em ordenar o uso deste espaço através de barreiras fixas no solo com intuito de diminuir a movimentação de carros, entretanto, sem sucesso, devido as pressões dos comerciantes do local.

Os espaços da Praça da Aclamação, Rua 25 de Junho e orla fluvial transformam-se nos principais espaços de festa da cidade, localizado no circuito turístico, aglomerando centenas de pessoas especialmente nos finais de semana. Ainda vale dizer que neste mesmo espaço outros “ruídos visuais” (LEITE, 2004) aparecem com força através das velhas casas de prostituição (historicamente presentes devido à próxima localização com o porto fluvial), a presença de ruínas e a disseminação do uso e venda de drogas ilícitas nos arredores da Praça da Aclamação. Estas práticas de uso do espaço acabam por colidir diretamente com o espaço idealizado pelo concebido.

O frequente uso do espaço pelos visitantes estimula a movimentação de ambulantes (venda de bebidas, churrasquinhos) bem como a instalação pelos pequenos comerciantes com tendas, barracas de modo a extrair alguma renda encima do fluxo de pessoas que usam o espaço. Esta movimentação também impulsiona os comerciantes do

local a realizarem mudanças da estrutura do espaço em atendimento a demanda mediante a colocação de toldos, mesas, cadeiras amarradas em vias públicas ocasionando sérias disputas com a Prefeitura, contudo sem grande sucesso, pois mesmo diante da criação de lei municipal, Código de polícia do município, estes usos permanecem. A retirada destes equipamentos tem como intuito ordenar o uso do solo urbano e está também atrelado as questões relacionadas as normas patrimoniais que buscam a coibir ações que diminuem a visibilidade.

Figura 49: Usos do espaço Rua 25 de Junho e orla fluvial (respectivamente)



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

As questões apontadas até nessa dissertação nos revelam que houve a intencionalidade através dos incentivos governamentais e do próprio Plano Diretor em transformar Cachoeira num celeiro turístico cultural diante do rico patrimônio cultural. Atrelado a isso, percebe-se através dos documentos que o processo de tombamento, as normas de preservação e os programas de preservação patrimonial indicam que há uma tentativa de utilização do patrimônio cultural como ferramenta em busca do desenvolvimento econômico através da ampliação do turismo.

A produção do espaço de cidades históricas, áreas protegidas, centros históricos indicam a tentativa incessante por meio de incentivos governamentais, da iniciativa privada de utilizá-los como espaços de uso turístico. Nestes espaços, o uso turístico tenta se impor como dominante diante dos muitos recursos, apoios e incentivos atendendo a

diversos interesses em jogo. A estética pensada para atrair o olhar do turista, a ordem imposta aos espaços, os serviços voltados as demandas daqueles que estão ali somente de passagem, indicam um uso especializado do espaço.

Apesar do apelo e do uso, em aparência, turístico, nota-se que em Cachoeira o uso e apropriação do espaço é predominantemente de seus moradores seja por que apesar de ser uma cidade histórica o uso residencial predomina, os encontros são realizados nas ruas, as festas públicas são ali realizadas com a participação das pessoas, as igrejas possuem um uso rotineiro. Do mesmo modo, apesar da tentativa de aplicação das normativas patrimoniais no cotidiano estas mesmas normas tornam-se “pouco importantes”, pois perdem sua intensidade devido aos motivos já explicitados.

Em Cachoeira, tanto no quesito das normas de preservação (que tentam ordenar o espaço), quanto nas propostas dos programas de preservação (com a pretensão de estimular o turismo por meio do patrimônio) apontam que apesar da tentativa do espaço concebido querer impor seus objetivos, seus anseios, suas normas, notamos que nos espaços vividos estes elementos acabam ganhando outros contornos seja pela fragilidade das ações, seja pela desarticulação entre as partes envolvidas, seja pela não adesão pelos moradores.

Apesar das ações efetivadas pelo espaço concebido que induzem ao uso do espaço pelas atividades turísticas, percebemos que em Cachoeira o espaço vivido acaba dominando, pois as ações cotidianas ainda dão o tom neste espaço. Embora exista a tentativa de tornar este espaço para uso turístico notamos que outros usos não foram afastados. A ineficácia das ações relacionadas a turistificar as manifestações culturais e/ou espetacularizar o espaço patrimonial acabaram permitindo que estes usos continuassem acontecendo.

No que se refere a tendência homogeneizante colocado pelo turismo vale dizer que não se pode ignorar as resistências, as contra racionalidades, as horizontalidades, a vida que anima e que configura o lugar. A hegemonia do discurso no âmbito das intervenções urbanas em espaços tombados, em Cachoeira não surtiram muito efeito prático, pois a população local se apropria dos espaços, inclusive aqueles espaços privilegiados e que são alvos das intervenções. A contra racionalidade cachoeirana está presente no espaço patrimonial/turístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a produção do espaço tendo como ponto central a temática do patrimônio cultural, sem dúvida, mostra-se desafiadora. Trabalhar esta temática a partir de um espaço tão rico em possibilidades, como no espaço urbano de Cachoeira, torna-se outro desafio a pesquisa, assustador e estimulante diante sua complexidade. Um dos questionamentos principais durante o desenvolvimento da pesquisa foi a constante indagação se seria a Geografia uma ciência interessante para discutir o patrimônio cultural. Apesar do pouco debruçar do geógrafo para este campo acreditávamos que a ciência geográfica poderia contribuir ao esclarecimento de questões pertinentes ao estudo do patrimônio cultural na contemporaneidade.

Qual o olhar do geógrafo para o campo do patrimônio cultural? Quais as contribuições da Geografia no esclarecimento das questões que envolvem o patrimônio cultural em Cachoeira? O olhar do geógrafo para a temática do patrimônio cultural pauta-se sobre o estudo a partir do espaço. A compreensão sobre a produção do espaço, segundo as contribuições de Lefebvre (1974) não deve estar focado em apenas um dos componentes da tríade, ao contrário, a grande contribuição está na interconexão entre os espaços concebidos, percebidos e vividos. O estudo do espaço não pode ser entendido a partir da análise isolada de uma destas dimensões. A análise do patrimônio cultural a partir desta tríade espacial, totalmente imbrincada, mostra-se como uma das possíveis contribuições do geógrafo no esclarecimento da produção do espaço urbano. Este foi um dos muitos desafios perseguidos no desenvolvimento da pesquisa, embora reconhecemos as possíveis lacunas deixadas.

Entre as questões de pesquisa principais buscou-se compreender: quais as principais transformações na cidade de Cachoeira decorrentes das ações de preservação patrimonial? De que modo o patrimônio cultural é concebido, percebido e vivido em Cachoeira? E quais as articulações e conflitos entre os espaços concebidos, percebidos e vividos.

Diante do que já foi exposto nos capítulos podemos indicar algumas questões pertinentes. Inicialmente aponta-se que as discussões em volta do patrimônio cultural são múltiplas e podem ser discutidas a partir de muitos vieses. Nesta pesquisa trabalhou-se dentro da concepção institucionalizada de patrimônio, entretanto compreendemos que esta perspectiva será sempre um recorte na medida que a temática ultrapassa o seu

reconhecimento oficial pelos órgãos de preservação. As riquezas de uma cidade centenária como Cachoeira cuja pluriethnicidade marca o seu espaço torna mais fácil este entendimento. A denominação patrimonial atribuída pelos órgãos de preservação aos bens culturais é somente uma das possibilidades de compreendermos o vasto campo do patrimônio. Sendo o patrimônio inerente a própria atividade humana, todos possuem seus próprios patrimônios que se relacionam ao âmbito do simbólico, da identidade e da memória.

O patrimônio cultural das cidades históricas tornou-se foco das atuais políticas públicas em prol da sua preservação. Como foi explicitado as intervenções de patrimonialização promovidas no espaço urbano repercute nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, culturais oferecendo importantes elementos para compreendermos a produção do espaço. Compreender de que maneira o patrimônio cultural é concebido, percebido e vivido tornou-se nosso foco central na análise da produção do espaço em Cachoeira.

A cidade de Cachoeira tornou-se destaque no contexto das cidades históricas brasileiras devido a sua importante trajetória histórica, por seus bens arquitetônicos e rica tradição popular. Após uma longa trajetória de ciclos de prosperidade econômica e estagnação o espaço urbano em questão volta a tomar fôlego nos últimos anos mediante ações promovidas principalmente pelo Estado, através do IPHAN, enquanto principal financiador das políticas de patrimonialização em paralelo a política de ampliação do ensino superior com a instalação do campus da UFRB.

Os maciços investimentos em prol da preservação patrimonial, em Cachoeira, há anos busca atrelar o patrimônio cultural ao incentivo de atividades turísticas enquanto possibilidade econômica. Diante do quadro de estagnação que perdura há décadas o turismo passou a ser encarado como alternativa. Nesse sentido vale dizer que estes vultuosos investimentos contribuíram para a preservação do seu rico patrimônio cultural. Entretanto, o retorno econômico tão esperado com a movimentação turística ainda é aguardado. Existe em Cachoeira uma forte tentativa de criação de um espaço patrimonial/turístico instituído pelo espaço concebido. A criação deste espaço idealizado se dá mediante a normatização do espaço tombado, das ações de patrimonialização, através dos programas de preservação, e do planejamento urbano voltado a exacerbação dos seus bens culturais. Esta tentativa de criação de um espaço idealizado que atende à finalidades e usos específicos tem seus objetivos também frustrados diante da forte dinâmica social e econômica produzida pela instalação da UFRB. A chegada da

universidade vem sendo responsável pelas grandes mudanças no espaço urbano cachoeirano.

As principais ações de preservação em Cachoeira estão em conformidade com as ações em escala nacional no lançamento de maior atenção em prol da preservação do patrimônio edificado em detrimento inclusive das dimensões imateriais que encontram em Cachoeira densas manifestações, principalmente ligadas à ancestralidade africana. O direcionamento político e a práxis institucional dos órgãos patrimoniais compreendiam separadamente as dimensões materiais e imateriais. Compreende-se que as dimensões materiais e imateriais do patrimônio, portanto, patrimônio cultural, fazem parte de uma mesma ideia, enquanto forma-conteúdo e sem possibilidade de ser dicotômico.

Este panorama contribui para a forte vinculação do significado de patrimônio às dimensões materiais como demonstrado na enquete e durante as entrevistas ao associarem como patrimônio: os monumentos, o casario histórico, as igrejas. Nota-se que muitos bens culturais considerados como patrimônios pelos cachoeiranos se articulam com os bens selecionados pelos órgãos de preservação quanto também pode estar atrelado as influências do espaço concebido, através dos meios de comunicação. Nesse sentido os valores atribuídos pelos cachoeiranos se articulam ao espaço concebido. Embora, alguns apontamentos buscam romper com esta visão construída historicamente ao apontarem o reggae e a feira enquanto importantes patrimônios para os cachoeiranos.

Enquanto as dimensões materiais ganham destaque dentre as políticas culturais às dimensões imateriais são rapidamente vinculadas as políticas turísticas. Esta realidade diz respeito ao histórico processo das políticas de preservação patrimonial no Brasil. Em consonância com outros espaços protegidos há em Cachoeira uma predominância de ações que buscam ao mesmo tempo preservar o patrimônio cultural articulado as políticas de estímulo as atividades turísticas promovidas pelo governo do Estado e pela Prefeitura. Este panorama relaciona-se as mudanças no direcionamento das políticas de preservação que primeiramente selecionou bens como símbolos da nação e posteriormente passou a utilizá-los para fins econômicos evidenciando o valor econômico patrimonial discutidos por Jeudy (2005) e Choay (2006). Entretanto, deve-se relativizar o valor econômico do patrimônio, pois as cidades detentoras não passam pelos mesmos processos e não possuem as mesmas vantagens através desta associação.

O título de cidade tombada cria vantagens em prol da proteção do patrimônio, cria novas possibilidades de angariar recursos e proporciona visibilidade para a cidade detentora. Mesmo com as dúvidas sobre o congelamento do espaço via tombamento (por

não permitir qualquer modificação que impeça e/ou dificulte a visibilidade) acreditamos que a aplicação deste instrumento foi importante de modo a estabelecer medidas protetivas sob suas formas além de contribuir para a intensificação das atuações das instituições federais e estaduais em prol do patrimônio.

Embora o tombamento seja um instrumento importante de preservação patrimonial a pesquisa evidenciou que a sua execução é permeada por dúvidas sobre seus efeitos no espaço urbano. Nesse ínterim, cria-se uma zona conflituosa entre preservação e desenvolvimento, entre antigo e moderno. Em Cachoeira, a ausência de uma maior articulação entre políticas urbanas e políticas patrimoniais contribuiu decisivamente para a descaracterização da sua paisagem. Nesse aspecto vale mencionar a necessidade de integração entre estas políticas considerando o espaço da cidade histórica enquanto totalidade urbana e não apenas focalizando pontualmente suas ações.

O tombamento enquanto instrumento de proteção de bens tombados impõe regras que buscam ordenar o uso do espaço tombado. Como não houve desde o momento do seu tombamento uma delimitação através de uma poligonal a ser salvaguardada todo o perímetro urbano está sob o regime de especial de proteção seguindo as recomendações previstas no Decreto-lei nº25/1937, além do cumprimento de algumas portarias e notas técnicas específicas.

A maneira como este tombamento foi realizado, como as normatizações são aplicadas e sobre os critérios de fiscalização geram impasses e tensões nos espaços vividos principalmente por conta da ausência de diálogo entre os órgãos de preservação e moradores e da pouca articulação entre os órgãos de preservação e o Poder Público local. O reduzido estreitamento destes laços em Cachoeira contribuiu para pouca clareza, desentendimentos e conflitos entre os espaços concebidos e os espaços vividos.

O IPHAN enquanto órgão federal de proteção do patrimônio cultural brasileiro apesar das críticas sobre sua atuação desempenha um papel importante na cidade. O Estado enquanto importante agente da produção do espaço contribuiu para a preservação patrimonial mediante vultuosos investimentos. O ato de tombamento aliado aos programas de preservação patrimonial contribuiu enormemente para a preservação do patrimônio edificado e mais atualmente, através do registros e planos específicos, para a salvaguarda das manifestações e expressões culturais.

Nesse sentido avalia-se que o IPHAN possui um papel decisivo na preservação do patrimônio cachoeirano ao assumir quase todas as responsabilidades sobre o patrimônio (programas de preservação, normatização, fiscalização) haja vista a reduzida participação

do órgão estadual na preservação (que carece dos mesmos problemas que o órgão federal) e a reduzida participação dos gestores locais. Evidencia-se que em Cachoeira o Poder Público local mostra-se omissos em suas responsabilidades para com o patrimônio local o que evidencia a pouca articulação entre as instâncias responsáveis pela preservação. Isso demonstra que a gestão de um espaço tombado é demasiadamente complexa. Desse modo, a preservação do patrimônio em Cachoeira ainda é muito dependente das iniciativas e intervenções federais através do IPHAN.

As ações de patrimonialização no espaço estudado começaram desde o início do século XX com os tombamentos de bens isolados e seguiram anos mais tarde com a implantação do instrumento de tombamento do espaço urbano na década de 1970. Apesar de ser concebido com um espaço de grande importância para os órgãos de preservação estas ações não causaram grande repercussão para os cachoeiranos principalmente por terem sido decisões unilaterais, sem a participação daqueles que mais convivem com os bens tombados, além disso os impactos destas ações não provocaram grandes mudanças econômicas e sociais.

Nesse sentido evidencia-se que além das ações de patrimonialização que são importantes e, sobretudo, necessárias, torna-se indispensável criar medidas que estimulem o uso e a apropriação social dos patrimônios pelos cachoeiranos. A conhecida educação patrimonial como foi visto é apontado como uma das possíveis alternativas de modo a estimular a reflexão sobre a temática patrimonial e ações cotidianas de zelo com o espaço protegido. Os moradores poderiam servir como importantes coparticipantes da preservação patrimonial.

O espaço urbano tombado de Cachoeira passou a ser marcado por normatizações, programas e projetos de valorização patrimonial com reflexos sobre o uso do espaço. O tombamento do espaço urbano acaba impondo restrições ao uso da propriedade privada, agora entendida como propriedade coletiva que pertence a todos. Em busca da preservação do patrimônio os órgãos de preservação trabalham em cima de normatizações. Por ser uma cidade tombada qualquer tipo de intervenção precisa da aprovação e autorização prévia do IPHAN.

É importante pontuar que mesmo com a aplicação de algumas normas patrimoniais na cidade, especialmente aquelas previstas no Decreto-lei nº25, encontramos em Cachoeira ações que transgridem as normas impostas. Logo, determinadas práticas espaciais, através do uso do espaço, chocam-se com o espaço patrimonial/turístico idealizado. Entre as justificativas para tal fato incluem-se: a pouca clareza e as

subjetividades das normas, o reduzido espaço de diálogo entre moradores e órgãos de preservação, a omissão do Poder Público local, a ausência de uma política municipal de preservação, o reduzido entendimento sobre o porquê, como e para que preservar o patrimônio.

Apesar dos muitos investimentos lançados na recuperação do patrimônio em Cachoeira o órgão federal de preservação encontra dificuldades internas como o reduzido corpo técnico. Em Cachoeira esta dificuldade contribui para que sua atuação seja quase restrita as análises de projeto e fiscalizações, limitada aos espaços onde predomina os bens tombados federalmente. Nesse sentido evidenciamos que o reduzido corpo técnico, a ausência de ações dialógicas com a comunidade, a alta rotatividade dos técnicos, a aplicação de multas, processos e embargos, a excessiva reprovação de projetos de intervenção, as aprovações de projetos contribuem para uma certa rejeição social.

Os novos encaminhamentos das políticas de preservação de espaços urbanos protegidos por legislação patrimonial atrelado a influência das recomendações internacionais passaram a conciliar a preservação patrimonial as políticas de desenvolvimento social e econômico. Como foi demonstrado o tombamento de Cachoeira configurou-se como uma medida protetiva, afinal seu patrimônio estava em acentuado quadro de degradação, atrelado a tentativa de inserir a cidade na lógica de promoção e de desenvolvimento social e econômico mediante o uso do patrimônio cultural. Em cidades estagnadas como o caso de Cachoeira a possibilidade de utilização do rico patrimônio foi abraçada pelos gestores públicos e pelo governo do Estado principalmente através dos programas de indução da atividade turística.

As ações a partir de então buscavam através da recuperação de monumentos e criação de uma melhor infraestrutura urbana na perspectiva de retomar o dinamismo através do turismo cultural. A partir da década de 1970 em Cachoeira programas de preservação patrimonial trabalham em ações que conjugam a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento, entre eles o PCH que representou uma importante experiência de descentralização das políticas de preservação. Neste momento, em Cachoeira, o governo do Estado e o poder público local passaram a promover a turistificação da cultura como o São João e a Festa da Irmandade da Boa Morte em complementação as ações promovidas pelos órgãos de preservação mediante ações de recuperação e restaurações das principais edificações da cidade. Estas ações tornam evidente a mercantilização da cultura atrelado a espetacularização das festividades tradicionais. Atualmente as ações relacionadas a valorização da cultura afro brasileira

através do incentivo ao turismo étnico em Cachoeira confirma esta proposta. O patrimônio nesse sentido torna-se um diferencial amplamente utilizado na competitividade entre cidades. A proposta presente no Plano Diretor de Cachoeira, enquanto instrumento de política urbana, evidencia esta concepção de espaço patrimonial/turístico.

Muitos programas de preservação do patrimônio em Cachoeira desenvolveram suas ações sob o viés do estímulo as atividades turísticas, das intervenções pontuais dos monumentos isolados, em detrimento inclusive de ações relativas a problemática urbana. Como todas as cidades, as cidades históricas enfrentam problemas, portanto torna-se imprescindível que as ações de preservação estejam vinculadas, não apenas a bens edificados, mas que estendam sua atuação a uma escala maior em atendimento as dinâmicas da cidade. Nesse ínterim, o planejamento e a gestão urbana articulada com a sociedade civil tornam-se essenciais.

A partir da atuação do Programa Monumenta na cidade, em 2002, novos investimentos em prol da preservação do patrimônio voltaram a atuar em Cachoeira enquanto importante política nacional. O foco do programa teve como objetivo geral a recuperação do patrimônio edificado como estratégia de desenvolvimento econômico e social a partir de reformas, restaurações em monumentos tombados e a nova linha de financiamento para a recuperação de imóveis privados. Estes novos investimentos reacenderam as esperanças de dinamização econômica.

A atuação do Programa Monumenta foi maior espacialmente e financeiramente, sendo Cachoeira a cidade que mais recebeu recursos do Governo Federal (aproximadamente R\$ 40 milhões) entre as cidades contempladas. Os recursos advindos deste programa proporcionaram a melhoria dos logradouros, restauração dos monumentos, edificações tombadas a qual buscou-se a funcionalidade sustentável e a refuncionalização de edificações privadas. Entre os investimentos de maior impacto está a recuperação de uma antiga edificação para a instalação da UFRB atribuindo assim a função social a imóveis arruinados. A UFRB vem proporcionando grandes mudanças no dinamismo econômico e cultural de Cachoeira e tem trazido um novo ânimo aos seus moradores principalmente pela possibilidade de melhoria nos índices sociais e econômicos.

Os rebatimentos dos programas de preservação foram positivos no intuito de preservar as formas construídas, mas muitos percalços e críticas sobre suas intencionalidades e aplicação prática são também evidenciados. As implicações na prática

de preservação demonstram a seletividade espacial das intervenções de patrimonialização e maior atenção as políticas de conservação do patrimônio edificado. Entre os princípios que norteiam os programas está a forte vinculação destas intervenções ao estímulo às atividades turísticas. Os programas de preservação juntamente as iniciativas do Poder Público local, através das propostas do Plano Diretor, demonstram esta intencionalidade. Como evidenciado apesar de muitas tentativas o turismo não conseguiu se afirmar como uma atividade econômica importante apesar do empenho e dos investimentos provindos principalmente dos programas de preservação patrimonial. É importante pontuar que esta lógica dominante encontra em Cachoeira contra racionalidades.

A racionalidade hegemônica tem a pretensão de transformar o espaço em atendimento as demandas externas, definindo usos e modificando a estrutura espacial. Entretanto as questões sociais então aí e aparecem no cotidiano. A presença de moradores, forte uso residencial e misto, a presença de pessoas dormindo nas ruas, a utilização e venda de drogas nas esquinas, ambulantes, os eventos festivos populares, o uso das praças para shows musicais e danças, a poluição sonora, a presença de bares e restaurantes, as velhas casas de prostituição demonstram que o uso do espaço em Cachoeira perverte a ordem estabelecida. Para Henrique (2009, p 5) “o corpo é a forma de subversão das normas impostas pelo planejamento e pela gestão de áreas tombadas”.

Esses acontecimentos se dão a partir das brechas e das entranhas dos processos de intervenção. Em Cachoeira as tentativas de transformar os espaços com uso turístico não atingiram êxito, assim abriu espaço a continuidade do uso dominado pelo vivido, pelas práticas sociais estabelecidas no cotidiano. Contatou-se que estas práticas espaciais determinam o uso do espaço ao não atender as normatizações (contribuído também pela fragilidade dos que normatizam o espaço) ou mesmo pelo uso dos espaços idealizados regido por outras lógicas e que acabam por chocar-se ao espaço concebido.

Apesar da tentativa de criação de um espaço idealizado patrimonial/turístico estabelecido pelo concebido existe em Cachoeira a supremacia do vivido. A vida corre e anima o contexto urbano de Cachoeira. No que concerne ao planejamento de áreas protegidas, Henrique (2009, p 6) nos oferece a reflexão da necessidade de pensar novas formas de planejamento e gestão que incluam as singularidades, temporalidade e cotidianidades em oposição aos planos funcionalistas e materialistas que excluem a possibilidade de realização da vida da própria cidade. O autor, complementa que as respostas a esta indagação não são muito fáceis de serem elaboradas posto a contradição existente, pois “as ações do planejamento se inserem na normatização e no ordenamento

do espaço, na cidade vista como território das normas e o cotidiano é a espontaneidade, é o que foge a norma, apesar de ser também ser a norma, o lugar é o espaço da cidade de realização cotidiana”. Por fim, atesta que mesmo com a repetição dos planos de recuperação e gestão de cidades tombadas, demonstra com otimismo que as cidades sempre serão maiores do que isso ao possibilitar sempre novos olhares ou olhares subversivos.

O estudo sobre a produção do espaço em Cachoeira sob o contexto do patrimônio cultural revela-se desafiador diante de sua complexidade. A análise realizada permite compreender que o estudo sobre a produção do espaço urbano em Cachoeira é melhor analisada através da interconexão entre os espaços concebidos, percebidos e vividos. Em Cachoeira existe uma concepção de espaço instituída pelo concebido que está pautado na exacerbação do seu patrimônio cultural com a intencionalidade turística atrelado a normatização do espaço tombado. Entretanto, os resultados da pesquisa permitem afirmar que apesar desta tentativa de espaço idealizado o produto desta concepção presente no espaço vivido é uma realização fragmentada e parcial desta concepção patrimonial/turística haja vista que os valores atribuídos e as práticas de uso do espaço em Cachoeira colidem com esta concepção do espaço concebido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Fernando de. **IPHAN no processo de desenvolvimento do país**. Discurso proferido durante cerimônia de inauguração do Quarteirão Leite Alves que sedia as instalações da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) em Cachoeira no dia 25 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo352/Iphan.pdf>.

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani; Souza, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. **Relatório de Reunião do Plano Diretor Urbano de Cachoeira**. Informação Técnica n.º 0093/07-7SR/IPHAN. Data: 20/09/2007. Disponível em: <http://www.cacaunascimento.blogspot.com/search?q=relat%20rio+de+reuni%203%20do+plano+diretor+urbano+de+cachoeira>

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: EDUSP, 2001.

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. **A História da Arte como História da Cidade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.

BAHIA. **Estudo Sócio Econômico: área prioritária de Cachoeira 1972/1973**. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Setor de Planejamento e Pesquisas Sociais, 1974.

_____. Governo do Estado. **Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, [19--?]. 1 CD-Rom.

_____. Secretaria de Turismo. Superintendência de Serviços turísticos. **Turismo Étnico-Afro na Bahia**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Pólo Salvador e Entorno**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/ Bahiatursa, 2004.

BITENCOURT, Adriana Santana. **A paisagem urbana de Cachoeira – BA: diferentes olhares e interfaces**. Salvador. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2011.

BITENCOURT, Adriana Santana; CELESTINO, Livia Fraga. **Planejamento urbano em cidades históricas: o caso de Cachoeira-BA**. Anais da XIII Semana de Mobilização Científica, SEMOC, Universidade Católica do Salvador, 2010.

BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAGA, R. M. (2007). O espaço geográfico: um esforço de definição. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, Nº 22, pp. 65 - 72.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Cidade e Recôncavo da Bahia**. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas 1933**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cata de Veneza 1964**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Norma de Quito 1967**. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

_____. **Programa Monumenta**. Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2005.

_____. **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania**. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

_____. **Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009**. 5ª Edição. IPHAN/Ministério da Cultura, 2009.

_____. **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 32ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Decreto nº 68.045, de 13 de Janeiro de 1971**. Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providências. Disponível no Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Bahia.

_____. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais**: Norte, Nordeste e Centro-oeste. Brasília: Ministério da Cultura/ Programa Monumenta, 2005

_____. **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas**. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

_____. **Regulamento Operativo do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano**. MONUMENTA – 1.200/OC-BR. Versão / Setembro, 2006.

CACHOEIRA. Lei nº 730/2006 de 10.10.2006. **Plano Diretor Participativo**. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARLOS, A. F. **Repensando a Geografia urbana**: uma nova perspectiva se abre. Em A. F. Carlos, Os caminhos para a reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH-USP, 2007

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L; SPOSITO, M.E.B. (Orgs). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRIOTA, Leonardo B. **Patrimônio cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: Annablume, 2009.

CASTRO, M. L., & Fonseca, M. C. **Patrimônio imaterial no Brasil**: Legislação e Políticas Estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CASTRO, Sonia Rabello de. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Dinâmica territorial das festas juninas na área urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas – BA**: espetacularização, especificidades e reinvenções. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura. Salvador- BA, 2009.

_____, A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Orgs). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, Série estudos e pesquisas, nº 87, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana (Coleção primeiros passos). Ática. São Paulo, 1989.

_____. **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. et al.(orgs). **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998, p.101-183.

COSTA, Everaldo Batista da. **Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização socioespacial em núcleos urbanos tombados**. Estudos Geográficos (UNESP), v. 6, n 2, p. 53-73, 2008.

_____. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial:** o caso de Diamantina (MG). São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, 2009.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. **O Programa Monumenta no Brasil e seu reatamento sobre o território urbano de Diamantina, Minas Gerais.** In: XI Colóquio Internacional de Geocrítica., 2010, Buenos Aires, Argentina. La planificación territorial y el urbanismo, 2010

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. GEOUSP – **Espaço e tempo**, São Paulo, nº31, 2012.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

FALCÓN, Gustavo. A face hegemônica da Bahia. In: **Panorama cultural da Bahia contemporânea.** Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI, Série Estudos e Pesquisa, nº92, 2012.

FERNANDES, Ana. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs). **Corpos e cenários urbanos:** territórios urbanos e políticas culturais. Salvador, EDUFBA, 2006.

FLEXOR, Maria Helena O. (org.) **O Conjunto do Carmo de Cachoeira.** Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2007.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. **Da cidade – monumento ao sítio urbano: uma análise da formação do pensamento de conservação urbana no Brasil.** X Encontro Nacional da Anpur, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação do Brasil. 2ª Ed. rev. E ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2ª ed, Rio de Janeiro, 2009.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GAKEL, G.(orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2ª ed, Rio de Janeiro, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____, David. **Espaços urbanos na “aldeia global”:** reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. . Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, - n.1, ago. 1994

_____, **Do gerenciamento ao empresariamento:** a transição d administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e debates – Revista de Estudos Regionais e urbanos, São Paulo, 1996, nº39, p.48 – 64.

HENRIQUE, Wendel; FERNANDES, Hiram; SANTANA, Elissandro **Reestruturação Urbana em cidades médias e pequenas do Recôncavo a partir da instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Bahia Análise & Dados, v.19 n.2, 511-522, jul/set. 2009.

HENRIQUE, Wendel. **A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA**: Notas preliminares de pesquisa. GeoTextos, vol. 5, n. 1, 2009a.(p. 89-112).

_____. **Vida Cotidiana, Planejamento e Gestão de Cidades e Áreas Tombadas**. Anais do III Encontro Nacional do NEER (Núcleo de Estudos em Espaços e Representações). Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 2009b. Disponível em: http://www.citeplan.geo.ufba.br/vida_cotidiana_planejamento.htm

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Dados do Censo 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/. Acesso em: 01 de novembro de 2013.

IPHAN/ UFBA. **Evolução Urbana de Cachoeira – Séculos XIX e XX**. Vol. II. Universidade Federal da Bahia. Salvador –BA, outubro de 1979.

IPHAN/ UFBA. Programa de Desenvolvimento Integrado da cidade Monumento de Cachoeira. Secção I. Universidade Federal da Bahia. Salvador –BA, julho de 1976.

IPHAN. **Cachoeira: Vivências e Compreensões do Patrimônio Cultural**. Salvador: Walter Mariano, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: JACQUES, Paola Berenstein; FERNANDES, Ana. **Territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador, PPG – AU/FAUFBA, 2004.

_____. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **RUA**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, vº 8, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974

_____, Henri. **Lógica forma. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____, **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

LEITE, Rogério Proença. **Contra usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP, 2004

LUCHIARI, Maria Teresa Duarte. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº17, 2005.

MARTINS, J. d. (1996). As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. Em J. d. MARTINS, Henry Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, Ana Fani, CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org). **Turismo, espaço, paisagem e Cultura**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa reabilitação de áreas urbanas centrais**: Manual para apresentação de propostas. Brasília, DF, 2006.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva Oliveira. A gestão do patrimônio em Ouro Preto. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

OSEKI, J. H. (1996). O Único e o homogêneo na produção do espaço. Em J. d. MARTINS, **Henri Lefebvre e o retorno à dialética** (pp. p.109-119). São Paulo: Hucitec,.

PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

PAES-LUCHIARI, Maria Teresa Duarte. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2005, n 17, p. 95 – 105.

_____. **Centros históricos - mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural**. In: Geographia, Revista de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, n15, 2006.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista Recôncavos**. Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, vol.1, Ano 1, p 8-22, 2007.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, (s/Ed.), 2003. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas>

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. **Políticas culturais no município de Cachoeira - BA**: avanços e desarticulações. Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura (ENECULT), Universidade Federal da Bahia. 2009.

_____. **Caminhos da preservação: políticas, patrimônio material e reflexões nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA**. Santo Antônio de Jesus. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual da Bahia, UNEB, 2010.

SANTANA, Elissandro Trindade de. **A universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a produção do espaço urbano-regional**. Salvador. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2012.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador : 1995. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

_____. **A recuperação do centro histórico de Salvador**: origens, sentidos e resultados, RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2003, nº8, p 08-59.

_____. **A cidade- atração: norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

_____. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In: **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador, EDUFBA, 2011.

_____. A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: JACQUES, Paola Berenstein; FERNANDES, Ana. **Territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador, PPG – AU/FAUFBA, 2004.

SANTOS, Jadson Luiz dos. **Cachoeira III Séculos de História e Tradição**. 2ª Ed. Salvador: EGBA, 2010.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959. 91p.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Economia espacial**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, nº14, 2003.

_____. Simone. Por uma geografia política dos patrimônios naturais. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

SEABRA, Odete. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o retorno a dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Fernando F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VAINER, Carlos. B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, 3ª Edição, RJ, 2002, Editora Vozes, 2002.

VELAME, Fábio. M. A meca afro-americana: a cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano. In: **URBICENTROS - Morte e Vida dos centros urbanos**, João Pessoa, 2010.

ANEXO A – Roteiro de entrevistas realizadas em campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



Esta entrevista visa subsidiar uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia desenvolvida pela pesquisadora **Lívia Fraga Celestino**, bolsista CNPq. O conjunto de entrevistas é parte integrante da pesquisa onde todas as informações declaradas são confidenciais e de uso exclusivamente acadêmico cujo objetivo é o levantamento de informações referentes ao patrimônio cultural da cidade de Cachoeira/BA. Sua participação é importante no esclarecimento das questões desta pesquisa e desde já agradecemos pelo tempo dedicado e na indicação de caminhos para uma melhor compreensão da temática estudada.

Roteiro de entrevista

Categoria: moradores de Cachoeira

Nome: _____ Sexo: F () M ()

Profissão: _____ Logradouro: _____

Faixa etária: () 15 a 20 () 21 a 30 () 31 a 40

() 41 a 50 () 51 a 60 () 61 a 70 () acima de 71

Tempo de moradia:

() entre 10 e 20 anos () entre 21 e 30 anos () entre 31 e 40 anos

() entre 41 e 50 anos () entre 51 e 60 anos () entre 61 e 70 anos

() acima de 71 anos

Escolaridade:

() Não alfabetizado () Fundamental incompleto () Fundamental completo

() Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto

() Superior completo () Pós graduação

1. O que lhe vem à mente quando pensa na cidade de Cachoeira?
2. Indique uma vantagem e uma desvantagem de morar em Cachoeira?
3. Para você qual a mudança mais significativa que ocorreu na cidade nos últimos anos?
4. Se pudesse escolher algo que melhor representa a sua cidade, o que escolheria?

5. Qual a situação da atividade turística em Cachoeira?
6. O que você recomendaria para um turista conhecer em sua cidade?
7. O que é patrimônio para você?
8. O patrimônio material/imaterial/natural é importante para você? De que forma?
9. Para você quais são os patrimônios mais importantes da cidade de Cachoeira?
10. Qual patrimônio você tem mais contato?
11. De um modo geral qual a situação de valorização/preservação do patrimônio cultural na cidade?
12. Como avalia a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio na cidade?
13. Você é a favor ao tombamento da cidade pelo IPHAN? S () N () Por quê?
14. Tem conhecimento sobre programas de preservação do patrimônio cultural na cidade? S () N ()
15. Os programas de preservação do patrimônio são importantes? Por quê?
16. Você conhece alguma norma de preservação do patrimônio? Qual?
17. Você concorda com a aplicação destas normas de preservação? S () N () Por quê?
18. Se pudesse mudar algo no contexto do patrimônio cultural em Cachoeira, o que mudaria?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista

Categoria: Profissionais do campo do patrimônio cultural

Nome: _____

Formação: _____

Cargo/função: _____

Data e local da entrevista: _____

- 1) O que é patrimônio cultural? E por que este precisa ser valorizado/preservado?
- 2) Qual a importância das políticas de preservação do patrimônio aplicadas em cidades históricas?
- 3) Em que medida os órgãos patrimoniais contribuem para a preservação do patrimônio?
- 4) Qual a importância do IPHAN em Cachoeira?
- 5) Qual a relação dos programas/projetos de preservação patrimonial com as atividades turísticas?
- 6) Quais os benefícios para as cidades históricas que preservam seu patrimônio?
- 7) Qual a importância da cidade de Cachoeira no contexto patrimonial?
- 8) Qual é a situação atual do patrimônio cultural em Cachoeira?
- 9) Por que a cidade de Cachoeira foi tombada pelo IPHAN? Quais as dificuldades do tombamento integral? Quais as vantagens e desvantagens do tombamento para uma cidade?
- 10) Existem diferentes níveis/ graus de proteção do patrimônio na cidade?
- 11) Em que medida as normas de preservação patrimonial são importantes?
- 12) Quais as normas aplicadas em Cachoeira. Elas são cumpridas pelos moradores?
- 13) Quais as maiores dificuldades que os órgãos patrimoniais enfrentam na preservação do patrimônio em Cachoeira?
- 14) Existe alguma articulação entre o IPHAN e o Poder Público Estadual e Municipal?
- 15) Como analisa a participação dos moradores de Cachoeira no contexto patrimonial?
- 16) Como se dá a relação entre o IPHAN e os moradores da cidade?
- 17) Quais os mais importantes projetos/programas executados em Cachoeira?
- 18) O que pode ser feito para melhorar a gestão do patrimônio na cidade?
- 19) O que Cachoeira pode aprender com os exemplos de outras cidades históricas?
- 20) Apesar dos investimentos públicos, por que ainda persiste em Cachoeira um quadro de arruinamento de suas edificações?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA



Roteiro de entrevista

Categoria: Poder Público Municipal

- 1) Quais as mudanças significativas ocorridas na cidade nos últimos anos?
- 2) Qual seu ponto de vista sobre as condições de valorização do patrimônio cultural de Cachoeira?
- 3) O que representa a presença do IPHAN na cidade?
- 4) De que modo é visto o tombamento da cidade pela gestão pública local? Quais as dificuldades e as vantagens da cidade ser tombada em nível Federal?
- 5) O que representa para a cidade as políticas de preservação/valorização do patrimônio?
- 6) O que a gestão pública municipal vem fazendo para preservar o patrimônio cultural?
- 7) O que o Poder Público local pode fazer para diminuir o quadro de arruinamento das edificações na cidade?
- 8) Existe alguma articulação entre o Poder Público Municipal e os órgãos de preservação patrimonial? De que maneira ocorre?
- 9) O que representa a vinda da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) para a cidade? Quais as vantagens e os desafios?
- 10) Qual a importância do turismo para a cidade e para seus moradores? Quais os desafios?
- 11) Quais as atuais prioridades da gestão pública municipal em Cachoeira?
- 12) Quais são os principais desafios a serem superados pela cidade? E como a cidade está sendo planejada?
- 13) Quais as perspectivas futuras para a cidade de Cachoeira?
- 14) Qual a atual situação do Plano diretor de Cachoeira? O que falta para ele ser posto em prática e o que pode ser melhorado?

ANEXO B – Decreto de tombamento de Cachoeira-BA

Decreto nº 68.045 - 13 de Janeiro de 1971

Converte em Monumento Nacional a cidade baiana de Cachoeira, e dá outras providências. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, tendo em vista o disposto no artigo 180, ambos da Constituição, e

Considerando a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia;

Considerando, outrossim, que nessa salvaguarda atende às tradições cívicas da Cidade, capital da província, durante as lutas pela Independência da Pátria, ali iniciadas a 25 de junho de 1822, e que culminaram a 2 de julho de 1823, com a entrada triunfante do Exército Patriótico Libertador na Bahia, decreta:

Art. 1º - Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Cachoeira, Estado da Bahia, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário e lugares históricos adjacentes serão inscritos nos livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 2º - Na área do Monumento Nacional da Cachoeira, aplicar-se-á regime especial de proteção, nos termos do Tombamento determinado no artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º - O Ministério da Educação e Cultura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá com o concurso dos órgãos competentes e Fundações do Estado da Bahia e do Município interessado, adoção do plano urbanístico adequado à preservação do acervo arquitetônico e natural dos sítios históricos da Cachoeira, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e territórios adjacentes.

Parágrafo Único – Para atender às necessidades prementes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do Bairro Histórico, e bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas de Cachoeira, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área da cidade, poderá ser instituída uma Fundação ou organizada uma Sociedade civil com personalidade jurídica.

Art. 4º - Os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral, do Interior, das Minas e Energia e dos Transportes, na esfera de suas atribuições, orientarão a elaboração dos projetos, visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do município, prestando-lhe o concurso e a assistência a que fizeram jus.

Art. 5º - O Ministério da Indústria e do Comércio, pelo Conselho Nacional de Turismo e pela EMBRATUR, elaborará, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo, em benefício do Monumento Nacional da Cachoeira.

Art. 6º - O Ministério da Educação e Cultura, pelo Conselho Federal de Cultura, incluirá no programa nacional de cultura, as medidas complementares de assistência e incentivos

decorrentes da salvaguarda, valorização e difusão dos bens contidos no núcleo histórico de Cachoeira.

Art.7º - Nas propostas orçamentárias para os futuros exercícios, serão incluídas, de acordo com os critérios adotados nos planejamentos das despesas da administração federal, as dotações que devam atender ao custeio das medidas indicadas neste Decreto, inclusive com obras de restauração previstas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art.8º - O presente Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Emílio G. Médici – Presidente da República

Mário David Andreazza

Jarbas G. Passarinho

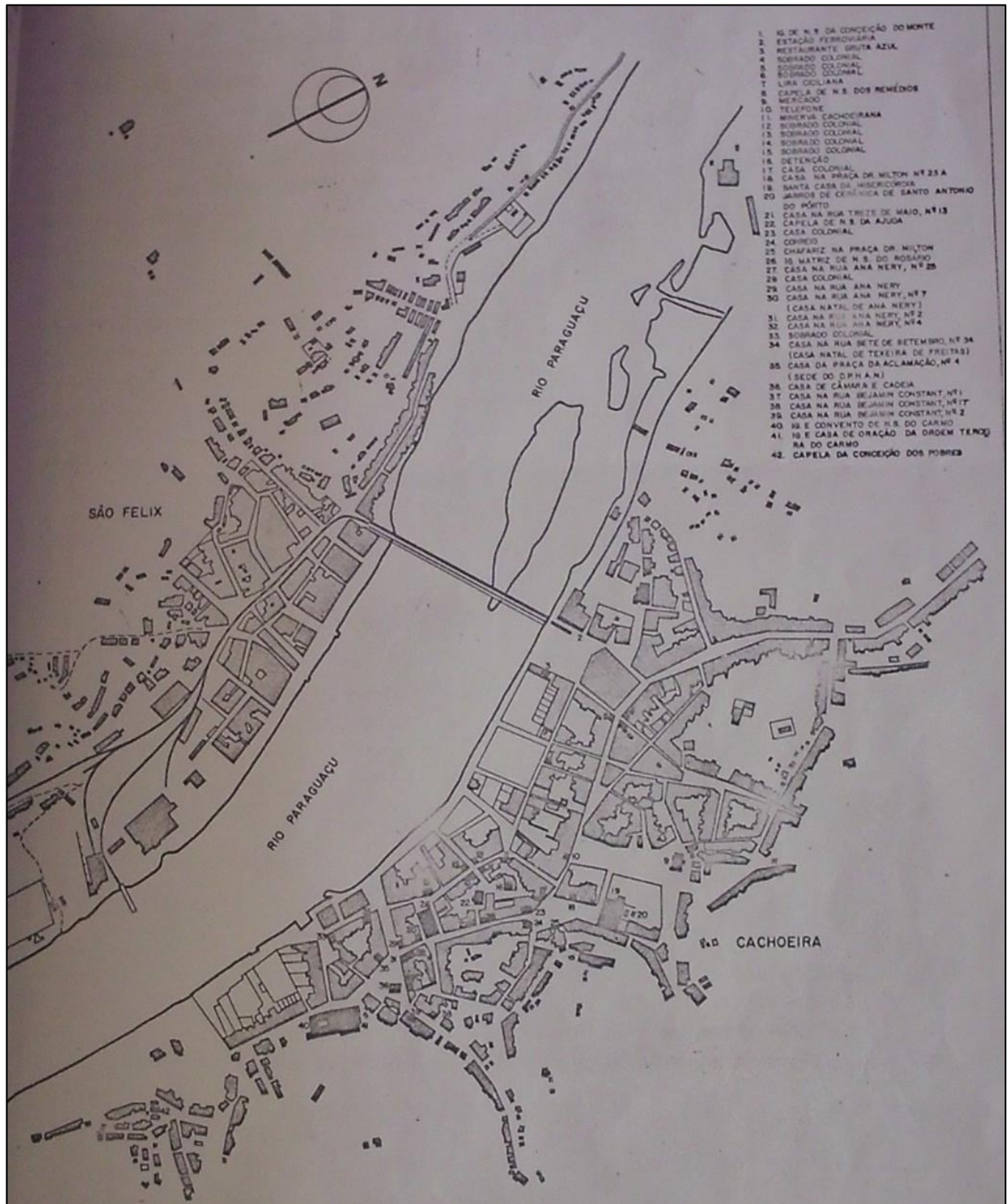
Macus Vinicius Pratini de Moraes

Antônio Dias Leite Júnior

João Paulo dos Reis Velloso

José Costa Cavalcanti

ANEXO C – Espaço urbano de Cachoeira e listagem de seus principais monumentos
(documento anexado ao processo de tombamento de Cachoeira em 1971)



ANEXO D – Notificação expedida pelo IPHAN ao proprietário de imóvel em Cachoeira



Ofício n.º 132/13- ETELF CACHOEIRA

Cachoeira, 10 de julho de 2013.

Notificação cedida a pesquisadora por entrevistado. Identificação do entrevistado e logradouro mantida em sigilo de modo a preservar a identidade.

Assunto: Implantação de engenho publicitário e de pintura inadequada em fachada de imóvel situado no Centro Histórico de Cachoeira/BA.

NOTIFICAÇÃO

1. Constatou-se, através de vistoria, a implantação de engenho publicitário em desconformidade com a Nota Técnica n.º 05/13-IPHAN-BA e de pintura em tom inadequado e em duas cores, na fachada do imóvel, contrariando o disposto na legislação vigente e causando impacto negativo ao conjunto e paisagem protegidos.

2. Informo que a área em questão está sob especial proteção do Poder Público Federal, e a inação constitui Ilícito Administrativo e Civil, com base nos Arts. 17 e 18 do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de Novembro de 1937, C/C o Art. 159 do Código Civil e Arts. 165 e 166 do Código Penal.

“Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [hoje IPHAN], ser pintadas, ou restauradas, sob pena de multa de 50% do dano causado.”

“Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [hoje IPHAN] não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios e cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto. Impondo-se neste caso multa de 50% do valor do mesmo objeto.”


Ainda, segundo legislação municipal pelo Decreto-Lei n.º 730, de 10 de outubro de 2006:

“No conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira a gestão do espaço está sujeita a legislação federal vigente e às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor Urbano”.

Deverão, para isso, ser considerados os índices urbanísticos de ocupação e parcelamento do solo permitidos, levando em consideração zona em que se insere, entre eles: coeficiente de aproveitamento, índice de ocupação, taxa de permeabilização, altura máxima, lote mínimo/máximo, área mínima transferida ao município, área verde mínima e frente mínima. O município também regula a colocação de engenhos publicitários, sob pena, para o descumprimento dessas considerações, de suspensão do alvará.

3. Com fulcro nas atribuições legais que me são conferidas, concedo a Vossa Senhoria o **prazo de 48 horas** para a remoção do engenho publicitário e a execução de serviços para a pintura da fachada em uma única cor em tom pastel e sem textura, visando à conservação do supracitado conjunto tombado.

4. O descumprimento desta Notificação significará a livre vontade de dar prosseguimento à prática de ato ilícito, em prejuízo do Patrimônio Cultural nacionalmente protegido. Isto conduzirá à aplicação de multa, bem como continuará motivo para as ações penais e civis públicas, com comunicação à Polícia Federal, Ministério Público Federal e ingresso de ação na Justiça Federal, visando reparar o dano. Coloco-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que existam e orientá-la no que for necessário.


Karina Monteiro de Lira

Coordenadora Técnica Substituta do IPHAN na Bahia


Carolina Castro Boaventura

Responsável Técnica Município de Cachoeira

Ciente em ____/____/____

Assinatura: _____

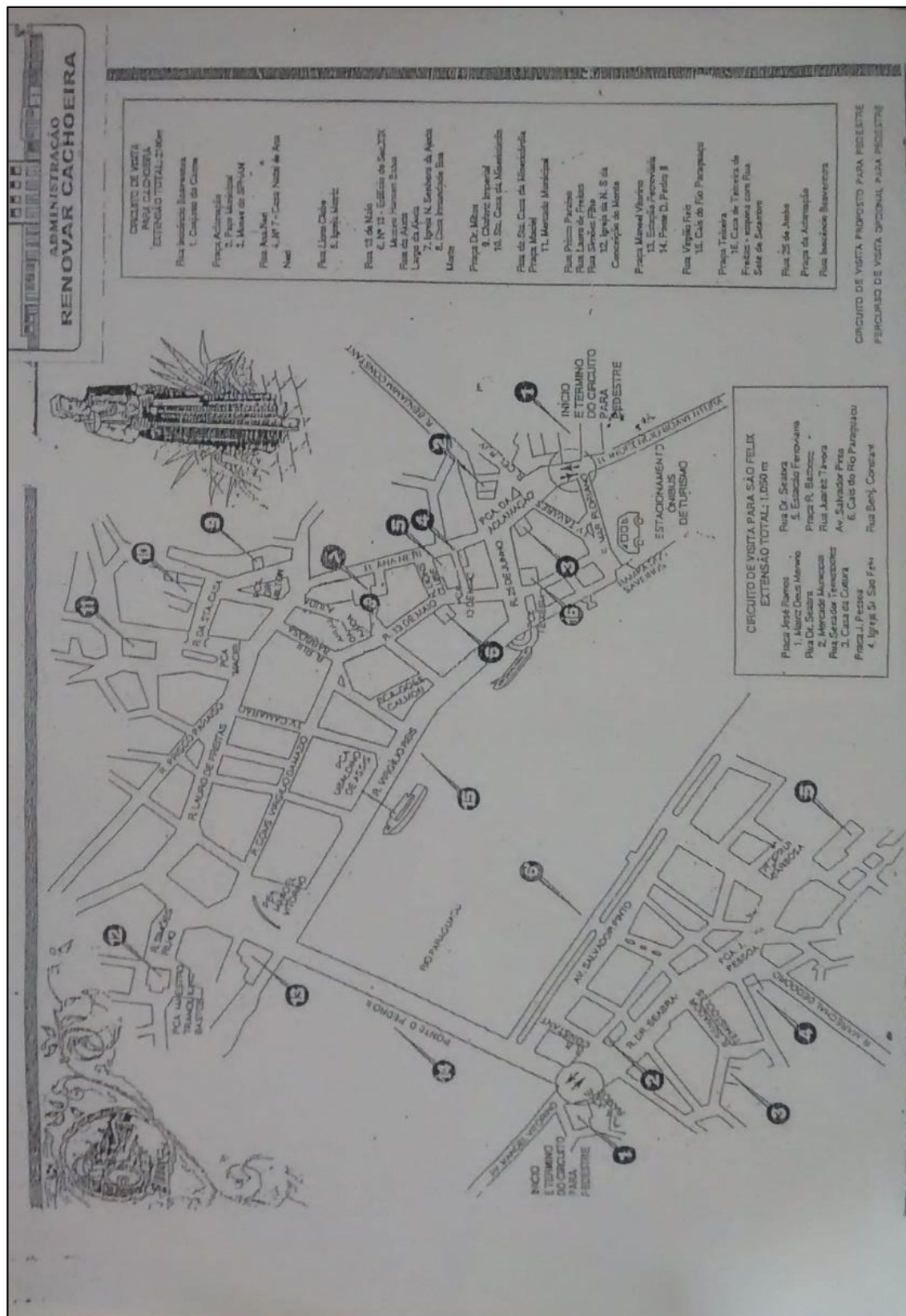
RG ou CPF: _____

Meio utilizado para a notificação:

Entrega ou Pessoal ()

Via Postal, com AR ()

ANEXO E – Folder do circuito de visitação turística proposto pela Prefeitura Municipal de Cachoeira



ANEXO F – Informação técnica do IPHAN sobre o Plano Diretor de Cachoeira

MINISTÉRIO DA CULTURA			
	IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Informação Técnica nº 0093/07 – 7SR/IPHAN
		Data:	20/09/2007

Ao Superintendente Interino da 7ª S.R./IPHAN
Senhor Leonardo Falangola Martins

Assunto: **Plano Diretor Urbano de Cachoeira**

Senhor Superintendente,

Em atendimento à solicitação da Comissão Pró-Revisão do Plano Diretor da Cidade de Cachoeira e da Arq. Lôla Medeiros Netto Ribeiro, do Programa Monumenta, com quem estivemos reunidos no último dia 10 de setembro na sede do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira para tratar do processo de Revisão do Plano Diretor Urbano de Cachoeira, elaboramos a presente informação técnica, na qual apresentamos um relato do processo de revisão da Minuta de Lei do Plano Diretor Urbano de Cachoeira, realizada a partir de agosto de 2006 por uma equipe técnica do IPHAN sob a nossa coordenação, na condição de Técnico em Arquitetura e Urbanismo da 7ª Superintendência Regional do IPHAN, a partir de discussões com os membros da supracitada Comissão Pró-Revisão do Plano Diretor da Cidade de Cachoeira.

1. Breve histórico do processo de revisão da Minuta de Lei do PDU de Cachoeira

Em julho de 2006, um grupo de representantes da sociedade civil de Cachoeira solicitou à 7ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) colaboração no processo de análise e discussão das diversas Minutas de Lei que compunham o Plano Diretor Urbano (PDU) de Cachoeira, com abrangência municipal, elaborado pela empresa PCL Projetos e Consultoria Ltda., contratada pelo Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Social (CAR) e do Programa de Desenvolvimento e Infra- Estrutura Urbana (Produr), com financiamento do Banco Mundial.

Este grupo era formado por representantes da sociedade civil e por um vereador. Havia por parte de todos os membros do grupo um vívido interesse em compreender o Plano Diretor Urbano de Cachoeira, cujas audiências públicas então se iniciavam na Câmara de Vereadores. Embora as minutas de lei fossem de difícil compreensão para os não iniciados, havia já por parte do grupo um certo entendimento de que elas apresentavam diversos equívocos e falhas tanto no que se refere à compreensão dos problemas e potencialidades existentes nos diversos núcleos urbanos do município quanto no que se refere às diretrizes estabelecidas.

A necessidade de entender e discutir o PDU de Cachoeira também foi notada pelo então presidente da Câmara Municipal de Cachoeira, Vereador Júlio César Costa Sampaio, que no final de julho entrou em contato com o Arq. Eugênio de Ávila Lins, então Superintendente Regional do IPHAN, reiterando a solicitação de que este órgão

colaborasse na análise e discussão das questões do PDU referentes ao patrimônio cultural cachoeirano, bem como o auxiliasse na identificação de um urbanista que pudesse atuar como consultor da Câmara no processo de análise e discussão mais geral do PDU.

Imediatamente, o Superintendente do IPHAN acenou positivamente ao convite, colocando alguns técnicos da 7ª S.R. à disposição da Câmara Municipal e do grupo de representantes da sociedade civil. Ao mesmo tempo, sugeriu para contratação como consultor da Câmara Municipal os nomes de alguns especialistas em planejamento urbano prontamente aceitos pelo Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira. Infelizmente, na ocasião todos os urbanistas contatados alegaram não dispor de tempo e declinaram do convite.

Ao mesmo tempo, havia tanto por parte dos vereadores quanto da sociedade civil um sentimento de urgência no andamento do processo de discussão e aprovação do PDU pela Câmara de Vereadores, decorrente do entendimento de que esta aprovação, por mais que o PDU estivesse inadequado às questões específicas de Cachoeira, deveria ocorrer até o dia 10 de outubro de 2006, devido ao prazo de cinco anos para aprovação de Planos Diretores estabelecido no artigo 50 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001). A este sentimento de urgência se somava a pressão do executivo municipal em aprovar na Câmara as minutas de lei encaminhadas no menor prazo possível.

Diante da necessidade da Câmara de Vereadores de apresentar, discutir e revisar junto à população as minutas de lei no estreito prazo de pouco mais de dois meses e frente aos problemas e impactos que um PDU equivocado poderia provocar no conjunto urbanístico e paisagístico tombado, o então Superintendente da 7ª S.R./IPHAN se comprometeu a disponibilizar todo o apoio técnico que fosse necessário neste processo. Um grupo de técnicos do IPHAN com as mais diversas formações (arquitetos-urbanistas, antropóloga, socióloga) passou a analisar as minutas de lei que compunham o PDU e a se reunir semanalmente com o grupo de representantes da sociedade civil – cuja legitimidade foi reconhecida pela Câmara Municipal de Cachoeira e que passara a se chamar Comissão Pró-Revisão do Plano Diretor da Cidade de Cachoeira.

A partir de então, a Comissão e os técnicos do IPHAN passaram a se reunir semanalmente, sob a nossa coordenação, na sede do Escritório Técnico do IPHAN em Cachoeira. Estas reuniões eram abertas à participação de todo e qualquer cidadão cachoeirano e foram amplamente divulgadas pela imprensa local, bem como durante as audiências públicas realizadas pela Câmara de Vereadores.

Entretanto, os participantes destes encontros foram, durante os mais de dois meses em que eles ocorreram, quase sempre os mesmos que suscitaram o processo de discussão e cujos nomes nos parece necessário citar: Rita Santana (Centro de Estudos Raízes do Recôncavo), Jomar Lima Conceição (Instituto Preservar / Museu de Arte Sacra do Recôncavo), Raimundo Oliveira (Sociedade Lítero-Musical Minerva Cachoeirana), Marcilino Gomes de Jesus (Fundação Casa Paulo Dias Adorno), Pedro Erivaldo Francisco da Silva (A Cidadã – Associação Institucional de Direitos e Garantias Constitucionais e Infra-Constitucionais do Recôncavo), Aloísio Santana (Rotary Club), Narcides das Virgens Casais (Conselho Comunitário de Segurança Pública e Defesa Social), Fabrício Gentil (AAACC) e Raimundo Santos Praxedes (vereador). Nestas reuniões, o IPHAN estava sempre representado pelos técnicos Nivaldo Vieira de Andrade

Junior (arquiteto e urbanista e Mestre em Urbanismo pela UFBA) e Maria Paula Adinolfi (historiadora e Mestre em Antropologia pela USP). Após as primeiras reuniões, juntaram-se ao grupo, de forma bastante participativa, mais dois moradores da cidade: Orlando Pinheiro da Silva (produtor cultural) e Ana Lúcia Costa Lopes (educadora). Nestas reuniões, que muitas vezes duravam cinco horas seguidas, nós, técnicos do IPHAN, buscamos decodificar a linguagem técnica no PDU, com especial atenção às questões de zoneamento, instrumentos de política urbana e índices urbanísticos, ao que se seguia uma discussão com a intensa participação de todos os presentes.

O Plano Diretor em questão era composto pelas minutas das seguintes leis: Lei do Plano Diretor Urbano, Código de Obras, Lei do Parcelamento do Solo, Lei de Preservação do Patrimônio Histórico e Código Municipal de Meio Ambiente. Destas, a mais importante, mais abrangente e mais complexa dentre as cinco era inquestionavelmente a Lei do Plano Diretor Urbano, que estabelecia os objetivos e princípios que norteariam todo o PDU, bem como o zoneamento da cidade com os respectivos índices urbanísticos, instrumentos de política urbana permitidos e outros parâmetros. As demais minutas de lei correspondiam a leis complementares que detalhavam aspectos específicos do PDU.

Inicialmente, pretendíamos analisar, discutir e revisar todo o conjunto de minutas de lei que compunham o plano; entretanto, considerando o escasso prazo entre o início das discussões, no início de agosto de 2006, e o prazo entendido como sendo o limite para a aprovação do PDU pela Câmara de Vereadores, no início de outubro de 2006, e a complexidade de um Plano Diretor Urbano para uma cidade como Cachoeira, consideramos mais prudente limitar a revisão neste primeiro momento à minuta da Lei do Plano Diretor Urbano, propondo à Câmara de Vereadores que se comprometesse a prolongar a discussão das demais minutas de lei por um período de 60 (sessenta) dias.

Todas as alterações propostas à minuta da Lei do PDU durante as reuniões realizadas pela Comissão e pelos técnicos do IPHAN na sede do órgão eram apresentadas e justificadas nas audiências públicas aos vereadores e à população em geral, que igualmente apresentava suas contribuições. Muitas destas audiências contaram não apenas com a participação dos técnicos do IPHAN, como também do então Superintendente Regional do IPHAN na Bahia Eugênio de Ávila Lins e da Procuradora Federal em exercício no IPHAN Patrícia Santana.

Paralelamente às reuniões com a Comissão, outros técnicos do IPHAN – a arquiteta Socorro Borges Félix, chefe do escritório técnico de Cachoeira, e a socióloga Yara Amado Senna – promoveram apresentações e discussões sobre o PDU em outros distritos do município que também eram objeto do Plano, tal como Belém de Cachoeira, São Francisco do Paraguaçu e Santiago do Iguape.

Esta primeira etapa do processo participativo de revisão do Plano Diretor Urbano de Cachoeira se encerrou no dia 05 de outubro de 2006 durante audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Cachoeira. Nesta longa audiência, iniciada às 19:00 h e concluída quase cinco horas depois, foi apresentada pela equipe técnica do IPHAN e pela Comissão Participativa de Discussão do Plano Diretor Urbano a 2ª minuta da Lei do PDU de Cachoeira, contemplando as diversas contribuições coletadas em dezenas de reuniões e audiências públicas ao longo de mais de dois meses de trabalho.

2. Análise técnica da Minuta da Lei do PDU de Cachoeira

A 1ª Minuta da Lei do PDU, elaborada pela PCL Projetos e Consultoria Ltda., apresentava diversas falhas, seja na leitura da cidade e dos diversos distritos, seja nas diretrizes apresentadas. Em alguns momentos, parecia tratar-se de um PDU genérico, que se pretendia aplicável a qualquer cidade e que não dava conta das especificidades de Cachoeira – certamente um resultado da elaboração em massa de planos diretores pelo Governo do Estado e pela própria empresa. Isto pode ser percebido nos artigos 25 (“constitui-se objetivo deste eixo estratégico: **Rio de Contas** preservando sua história e seu conjunto arquitetônico...”) e 26 da minuta da Lei do PDU de Cachoeira (“constitui-se objetivo deste eixo estratégico: **Rio de Contas** recuperando e preservando o meio ambiente e seus mananciais hídricos...”) (grifos nossos).

Em outros momentos, contudo, percebe-se claramente que, mais do que um plano genérico, tratase de um plano acima de tudo equivocado em seus mais básicos pressupostos, apresentando erros elementares, como referenciar (no artigo 5º, parágrafo único) o Estatuto da Cidade como sendo a Lei Federal nº 5.788/90, quando na verdade o Estatuto da Cidade corresponde à Lei Federal nº 10.257/01 (cujo Projeto de Lei tinha o nº 5.788/90). Entretanto, estes erros tornam-se problemas menores, pois ao aprofundarmos a análise da 1ª minuta da Lei do PDU de Cachoeira, descobríamos verdadeiras aberrações conceituais.

Em primeiro lugar, é preciso alertar para o total desconhecimento (ou ausência de compromisso) desta 1ª minuta da Lei do PDU com a condição de patrimônio nacional da **cidade de Cachoeira**, tombado pelo IPHAN desde 21 de setembro de 1971, quando o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cachoeira foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nº 49. No mesmo ano de 1971, no dia 13 de janeiro, a Cidade de Cachoeira já havia sido erigida em Monumento Nacional através do Decreto-Lei nº 68.045.

Toda a cidade-sede do município de Cachoeira encontra-se protegida em nível federal e nunca houve qualquer delimitação, por parte do IPHAN, de zonas de proteção rigorosa, zonas de proteção simples ou de quaisquer outras zonas no que se refere à preservação do conjunto tombado. Tem prevalecido sempre o entendimento de que a cidade como um todo deve ser preservada e, embora desde 2004 o IPHAN tenha dado início a uma série de estudos e levantamentos em Cachoeira – com destaque para o Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU) – tendo como objetivo justamente a delimitação de zonas com diferentes graus de proteção, estes estudos ainda não foram concluídos.

Apesar disto, a 1ª minuta da Lei do PDU afirma, em seu artigo 31, inciso III: “considera-se o zoneamento de proteção do patrimônio histórico e arquitetônico efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual abrange na íntegra toda a área formal da Cidade, localizada abaixo do sopé das encostas, e identifica áreas de proteção rigorosa, a qual [sic] abrange todo [sic] a área central da Cidade além de um conjunto de áreas em seu entorno, definidas como áreas de proteção simples”.

Da mesma forma, o “Anexo IV da Lei do Plano Diretor Urbano – Desenvolvimento Espacial – Modelagem Urbana – Cachoeira” apresenta, na planta intitulada “Zoneamento”, uma “Zona do Centro Histórico – Proteção Rigorosa”, reduzida a uma

pequena mancha do tecido urbano cachoeirano, limitada pela Rua da Feira a noroeste, pela antiga Estação Ferroviária a oeste, pelo Rio Paraguaçu a sudoeste, pela Praça da Aclamação a sudeste e pela Praça Maciel a norte; e uma “Zona Mista – Preservação Simples”, correspondente a uma mancha ainda menor, a noroeste da anterior e ao redor da Praça Marechal Deodoro.

Além de apresentar delimitações de zonas de proteção rigorosa e de preservação simples atribuídas ao IPHAN – que, reiteramos, jamais as estabeleceu –, em seu “Anexo V – Relações entre as Zonas e os Índices Urbanísticos Permitidos – Tabela de Índices Urbanísticos da Sede de Cachoeira”, a 1ª minuta da Lei do PDU não estabelece quaisquer índices para a “Zona do Centro Histórico”.

Enquanto para as demais zonas são estabelecidos coeficientes de aproveitamento, índices de ocupação, taxas de permeabilização, alturas máximas, dimensões mínimas e máximas de lote, áreas mínimas transferidas ao município, áreas verdes mínimas e frentes mínimas, nenhum destes índices é definido para a “Zona do Centro Histórico” – certamente aquele em que o estabelecimento de parâmetros seria mais necessário, de forma a preservar a sua configuração arquitetônica e paisagística responsável pelo seu tombamento como patrimônio nacional.

Mais preocupante ainda no que diz respeito à preservação do sítio tombado foi a descoberta de que, à exceção de três pequenas manchas identificadas como “Zona Habitacional – Proteção Simples”, o restante da área ocupada da Cidade de Cachoeira – igualmente tombada pelo IPHAN – é definido pela 1ª minuta da Lei do PDU como “Zona Especial de Interesse Social”. A preocupação decorre de que, para estas zonas, são estabelecidos parâmetros absolutamente injustificáveis, como índice de ocupação de 100% (cem por cento) sem exigência de taxa de permeabilização, o que permitiria que se construísse na totalidade dos terrenos localizados nestas zonas, e lote mínimo de 40 m² (quarenta metros quadrados), que reforçariam ainda mais o absurdo adensamento permitido pelos demais índices.

Estes parâmetros desrespeitam tanto a lógica espacial da ocupação existente nestas áreas quanto qualquer padrão mínimo de habitabilidade humana, e levariam não somente à descaracterização do conjunto tombado quanto à favelização de toda esta área, correspondente a cerca de 50% (cinquenta por cento) da área urbanizada total do sítio tombado.

A revisão da 1ª minuta da Lei do PDU estabeleceu para estas áreas outros índices, baseados nas informações levantadas pela equipe do INCEU/Cachoeira na área urbana consolidada: índice de ocupação de 80% (oitenta por cento), taxa de permeabilização de 20% (vinte por cento) e lote mínimo de 100 m² (cem metros quadrados). Estes índices, embora permitam a densificação dos poucos trechos destas zonas que ainda apresentam uma ocupação rarefeita, criam limites racionais à ocupação e garantem a preservação do parcelamento e da morfologia urbana existentes.

As ameaças à boa prática urbanística, à qualidade ambiental urbana e à preservação do sítio tombado encontrados na 1ª minuta da Lei do PDU não param por aí. Duas “Zonas de Hotelaria de Grande Porte” são propostas em trechos de massa verde da encosta. A construção de equipamentos hoteleiros de grande porte nestas zonas não somente teria um grande impacto ambiental como também transformaria radicalmente a paisagem urbana cachoeirana, na medida em que a massa verde da encosta é fundamental na sua

leitura, funcionando como um pano de fundo natural para o conjunto edificado. Ao mesmo tempo, na medida em que a 1ª minuta da Lei do PDU nada propõe para as dezenas de imóveis arruinados situados na “Zona do Centro Histórico”, principalmente na Praça Teixeira de Freitas e arredores, termina por consolidar um processo de degradação do patrimônio edificado deste trecho urbano – o mais antigo da cidade e onde se encontram os edifícios historicamente mais importantes e artisticamente mais valiosos – e por ignorar o seu potencial para abrigar um complexo hoteleiro que não somente dinamizaria o turismo na cidade como também requalificaria toda a área central.

Completando o zoneamento, a 1ª minuta da Lei do PDU identifica no Alto da Levada uma “Zona de Território de Culto Afro” como parte de um processo de “urbanização temática”; para esta zona de terreiros de candomblé são estabelecidos alguns parâmetros totalmente injustificáveis e que terminariam por descaracterizá-la radicalmente: índice de ocupação de 50% (cinquenta por cento), taxa de permeabilização de 20% (vinte por cento), área verde mínima de 15% (quinze por cento), lote mínimo de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e máximo de 1.000 m² (mil metros quadrados) e altura máxima de sete metros (equivalente a dois pavimentos).

A Comissão e os técnicos do IPHAN entendem que os terreiros localizados nesta área constituem parte essencial do patrimônio cultural cachoeirano, devendo ser preservados em sua configuração espacial e não transformados em meros elementos de atração turística – como parece intencionar a 1ª minuta de Lei do PDU, que coloca o Turismo como principal atividade econômica do Cluster de Cachoeira, ao qual todas as demais atividades econômicas devem se subordinar.

Desta forma, foi sugerida pela Comissão e pelos técnicos do IPHAN a criação de uma “Zona de Especial Interesse Cultural” nesta área, de forma a garantir a conservação e a consolidação dos terreiros existentes em sua configuração e utilização atuais: lotes relativamente extensos, com grandes áreas verdes e construções térreas de reduzidas dimensões, como pequenas chácaras suburbanas. Desta forma, propusemos os seguintes parâmetros para esta zona: índice de ocupação de 20% (vinte por cento), taxa de permeabilização de 80% (oitenta por cento), área verde mínima de 70% (setenta por cento), lote mínimo de 1.000 m² (hum mil metros quadrados) e máximo de 5.000 m² (cinco mil metros quadrados). Uma outra “Zona de Especial Interesse Cultural” foi proposta pela Comissão e pelos técnicos do IPHAN na área conhecida como Recuada ou Bitedô, outro tradicional território de culto afro-brasileiro na periferia da cidade.

Se por um lado os autores da minuta da Lei do PDU demonstram desconhecer de forma mais aprofundada a realidade cachoeirana, por outro apresentam como parte da minuta da Lei do PDU uma série de estudos arquitetônicos e de desenho urbano para diversos espaços públicos da cidade que não se justificam no âmbito de um Plano Diretor Urbano de Abrangência Municipal. São dezenas de pranchas com desenhos que indicam não somente a localização de futuros equipamentos na sede do município e nos diversos distritos (intituladas “Projetos de Cidade”), como detalham alguns destes equipamentos, como os três modelos da “Cabana de Roda” proposta (com capacidades de até 30, 50 e 90 pessoas, respectivamente), considerada um “equipamento básico de expressão cultural” segundo o PDU.

A inclusão destes estudos preliminares de equipamentos e espaços urbanos em um Plano Diretor se mostra totalmente extemporânea, e o ápice da inconsequência e da

demonstração de desconhecimento do valor cultural dos espaços objeto destas intervenções corresponde ao projeto de “urbanização e requalificação do espaço urbano de Belém”, apresentado no “Anexo VIII da Lei do Plano Diretor – Projetos Estratégicos de Intervenção Urbana”. Este projeto tem como objeto de intervenção o grande e árido terreiro do final do século XVII, localizado em frente ao Seminário de Belém (monumento tombado pelo IPHAN desde 1938) e caracterizado pela ausência total de quaisquer elementos verticais. A 1ª minuta da Lei do PDU de Cachoeira propõe uma radical transformação deste que é um dos mais antigos espaços públicos do Estado da Bahia e que ainda preserva sua configuração original, propondo a sua ocupação quase que total por uma série de equipamentos considerados necessários para “a melhoria cotidiana do povoado” e a “potencialização e aproveitamento da sua dotação turística”. O terreiro perderia sua característica de espaço vazio, livre de construções, para ser densamente ocupado por uma série de equipamentos que, a rigor, poderiam estar implantado em outro local, como coreto, posto policial, centro cultural parque infantil, quadra poliesportiva, campo de futebol e a indefectível “Cabana de Roda”.

Os responsáveis pela elaboração da 1ª minuta de Lei do PDU dedicaram bastante tempo e energia na proposição de “Projetos de Cidade” e de projetos de equipamentos absolutamente inoportunos, deixando de lado questões de inquestionável relevância, como o Anel Ferroviário de Cachoeira e São Félix, cujo projeto foi elaborado contemporaneamente ao PDU pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) do Ministério dos Transportes e que possui grande interferência na sede do Município – principalmente por desconsiderar o seu impacto ambiental, paisagístico e na infra-estrutura urbana e por interromper alguns dos raros vetores de expansão urbana em potencial da cidade de Cachoeira, como a Ladeira da Cadeia (Rua Benjamin Constant).

3. A aprovação da Lei do PDU e seus desdobramentos

A 2ª minuta da Lei do PDU, elaborada pela Comissão Participativa de Discussão do Plano Diretor Urbano e pelos técnicos do IPHAN sob a nossa coordenação e que propôs, dentre outras, as alterações supracitadas, foi entregue, incluindo todos os mapas, gráficos e tabelas, e apresentada à Câmara de Vereadores de Cachoeira e à população em geral em audiência pública realizada na noite de 05 de outubro de 2006.

Os vereadores, entendendo que o prazo para aprovação do PDU que se expiraria no dia 10 de outubro de 2006 era improrrogável, terminaram por aprovar exatamente no dia 10 de outubro de 2006 a 2ª minuta da Lei do PDU elaborada pela Comissão e pelos técnicos do IPHAN, embora já no dia 07 de outubro tivéssemos encaminhado à Comissão e à Presidência da Câmara de Vereadores uma nota de esclarecimento pública da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, datada de 05 de outubro de 2006, que informava que “o Ministério das Cidades recomenda que os processos em andamento de elaboração dos Planos Diretores Participativos, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, sejam concluídos sem afobação para que possam ser aprovados com qualidade, atendendo à sua principal missão que é garantir a função social da cidade e da propriedade, produzindo cidades para todos.”

Não obstante a aprovação da 2ª minuta da Lei do PDU pela Câmara de Vereadores de Cachoeira, a versão da Lei do Plano Diretor (Lei Municipal nº 730/2006) que foi impressa pela Prefeitura Municipal e que vem sendo distribuída é absolutamente contraditória, apresentando ao mesmo tempo o Corpo da Lei da 2ª minuta da Lei do PDU apresentada

na audiência pública de 05 de outubro de 2006 e os diversos mapas, gráficos e tabelas anexos, incluindo aqueles que abordam as questões do zoneamento e dos índices urbanísticos, da 1ª minuta da Lei do PDU. Não existe, portanto, na versão da Lei do PDU que vem sendo divulgada pela Prefeitura Municipal, coerência entre Corpo da Lei e anexos.

A promessa da Câmara de Vereadores de dar continuidade à discussão do PDU de forma participativa não foi cumprida, em grande parte devido à mudança na Presidência daquela casa. Desde outubro a Comissão Pró-Revisão do Plano Diretor da Cidade de Cachoeira vem buscando convencer o legislativo e o executivo municipal a retomarem este processo. Além disso, a Comissão tem contatado outras instituições e órgãos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (CREA-BA) e o Ministério das Cidades, no sentido de alertá-los para os riscos do encaminhamento dado à questão do PDU de Cachoeira e de que eles assumissem o compromisso de buscar viabilizar o cumprimento do Estatuto da Cidade, particularmente no que diz respeito à participação da sociedade na elaboração do PDU.

Neste sentido, a única instituição a responder positivamente foi o Ministério das Cidades, indicando a Presidente da União Nacional por Moradia Popular e membro do Conselho das Cidades, Sra. Marli Carrara, para colaborar com a Comissão. Desde dezembro de 2006 a Sra. Marli Carrara tem tido importante papel de articulação e interlocução entre a Comissão Pró-Revisão do Plano Diretor da Cidade de Cachoeira e diversos órgãos e instituições. Por sugestão dela, em janeiro de 2007 a Comissão encaminhou ao Promotor de Justiça de Cachoeira, Dr. Luiz Estácio Lopes de Oliveira, um ofício relatando toda a polêmica em torno do PDU de Cachoeira e solicitando que a Promotoria viabilize a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de forma a realizar uma imediata revisão do PDU de Cachoeira com a participação da população, atendendo assim ao estabelecido no Estatuto da Cidade. Estes esforços, contudo, têm sido inúteis até o presente momento.

Urge que se faça a revisão das diversas leis que compõem o PDU de Cachoeira, sob a supervisão de técnicos qualificados e garantindo a participação da população, sob o risco de que ações nefastas, respaldadas na legislação urbana em vigor, comprometam de forma irreversível a configuração urbana, arquitetônica e paisagística que garante em grande parte o elevado valor cultural atribuído pela sociedade brasileira à cidade-sede e a alguns dos distritos do Município de Cachoeira.

Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Técnico em Arquitetura e Urbanismo – 7ª S.R./IPHAN
Mestre em Arquitetura e Urbanismo
SIAPE 1420362